




ECONOMIA SOLIDÁRIA E EMANCIPAÇÃO SOCIAL

Josilaine
Antunes
Pereira

uma estratégia
educativa
de enfrentamento
às violências
de gênero
contra as mulheres
na Região Serrana
de Santa Catarina





Josilaine
Antunes
Pereira

ECONOMIA SOLIDÁRIA E EMANCIPAÇÃO SOCIAL

uma estratégia
educativa
de enfrentamento
às violências
de gênero
contra as mulheres
na Região Serrana
de Santa Catarina



| São Paulo

| 2024



DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

P436e

Pereira, Josilaine Antunes -

Economia solidária e emancipação social: uma estratégia educativa de enfrentamento às violências de gênero contra as mulheres na região serrana de Santa Catarina / Josilaine Antunes Pereira. – São Paulo: Pimenta Cultural, 2024.

Livro em PDF

ISBN 978-85-7221-165-9

DOI 10.31560/pimentacultural/978-85-7221-165-9

1. Emancipação social. 2. Economia solidária.
3. Violência de Gênero contra as mulheres. 4. Estratégia educativa. I. Pereira, Josilaine Antunes. II. Título.

CDD 305.42

Índice para catálogo sistemático

I. Emancipação social

II. Mulheres

Simone Sales – Bibliotecária – CRB: ES-000814/O

Copyright © Pimenta Cultural, alguns direitos reservados.

Copyright do texto © 2024 a autora.

Copyright da edição © 2024 Pimenta Cultural.

Esta obra é licenciada por uma Licença Creative Commons:
Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional - (CC BY-NC-ND 4.0).
Os termos desta licença estão disponíveis em:
<<https://creativecommons.org/licenses/>>.
Direitos para esta edição cedidos à Pimenta Cultural.
O conteúdo publicado não representa a posição oficial da Pimenta Cultural.

Direção editorial	Patricia Bieging Raul Inácio Busarello
Editora executiva	Patricia Bieging
Coordenadora editorial	Landressa Rita Schiefelbein
Assistente editorial	Júlia Marra Torres
Estagiária editorial	Ana Flávia Pivisan Kobata
Diretor de criação	Raul Inácio Busarello
Assistente de arte	Naiara Von Groll
Editoração eletrônica	Andressa Karina Voltolini Milena Pereira Mota
Estagiárias em editoração	Raquel de Paula Miranda Stela Tiemi Hashimoto Kanada
Imagens da capa	Freepik - barmaleeva, aksakalko, ivanmoreno, Designs Forest, lokodigo1
Tipografias	Acumin, Gravtrac, Acumin Variable Concept
Revisão	A autora
Autora	Josilaine Antunes Pereira

CONSELHO EDITORIAL CIENTÍFICO

Doutores e Doutoradas

Adilson Cristiano Habowski
Universidade La Salle, Brasil

Adriana Flávia Neu
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Adriana Regina Vettorazzi Schmitt
Instituto Federal de Santa Catarina, Brasil

Aguimario Pimentel Silva
Instituto Federal de Alagoas, Brasil

Alaim Passos Bispo
Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

Alaim Souza Neto
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Alessandra Knoll
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Alessandra Regina Müller Germani
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Aline Corso
Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Brasil

Aline Wendpap Nunes de Siqueira
Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil

Ana Rosângela Colares Lavand
Universidade Federal do Pará, Brasil

André Gobbo
Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Andressa Wiebusch
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Andreza Regina Lopes da Silva
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Angela Maria Farah
Universidade de São Paulo, Brasil

Anísio Batista Pereira
Universidade do Estado do Amapá, Brasil

Antonio Edson Alves da Silva
Universidade Estadual do Ceará, Brasil

Antonio Henrique Coutelo de Moraes
Universidade Federal de Rondonópolis, Brasil

Arthur Vianna Ferreira
Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Ary Albuquerque Cavalcanti Junior
Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil

Asterlindo Bandeira de Oliveira Júnior
Universidade Federal da Bahia, Brasil

Bárbara Amaral da Silva
Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil

Bernadette Beber
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Bruna Carolina de Lima Siqueira dos Santos
Universidade do Vale do Itajaí, Brasil

Bruno Rafael Silva Nogueira Barbosa
Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Caio Cesar Portella Santos
Instituto Municipal de Ensino Superior de São Manuel, Brasil

Carla Wanessa do Amaral Caffagni
Universidade de São Paulo, Brasil

Carlos Adriano Martins
Universidade Cruzeiro do Sul, Brasil

Carlos Jordan Lapa Alves
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Brasil

Caroline Chioquetta Lorenset
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Cássio Michel dos Santos Camargo
Universidade Federal do Rio Grande do Sul-Faced, Brasil

Christiano Martino Otero Avila
Universidade Federal de Pelotas, Brasil

Cláudia Samuel Kessler
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Cristiana Barcelos da Silva.
Universidade do Estado de Minas Gerais, Brasil

Cristiane Silva Fontes
Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil

Daniela Susana Segre Guertzenstein
Universidade de São Paulo, Brasil

Daniele Cristine Rodrigues
Universidade de São Paulo, Brasil

Dayse Centurion da Silva
Universidade Anhanguera, Brasil

Dayse Sampaio Lopes Borges

Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Brasil

Diego Pizarro

Instituto Federal de Brasília, Brasil

Dorama de Miranda Carvalho

Escola Superior de Propaganda e Marketing, Brasil

Edson da Silva

Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Brasil

Elena Maria Mallmann

Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Eleonora das Neves Simões

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Eliane Silva Souza

Universidade do Estado da Bahia, Brasil

Elvira Rodrigues de Santana

Universidade Federal da Bahia, Brasil

Éverly Pegoraro

Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

Fábio Santos de Andrade

Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil

Fabrícia Lopes Pinheiro

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Felipe Henrique Monteiro Oliveira

Universidade Federal da Bahia, Brasil

Fernando Vieira da Cruz

Universidade Estadual de Campinas, Brasil

Gabriella Eldereti Machado

Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Germano Ehlert Pollnow

Universidade Federal de Pelotas, Brasil

Geymeesson Brito da Silva

Universidade Federal de Pernambuco, Brasil

Giovanna Ofretorio de Oliveira Martin Franchi

Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Handherson Leylton Costa Damasceno

Universidade Federal da Bahia, Brasil

Hebert Elias Lobo Sosa

Universidad de Los Andes, Venezuela

Helciclever Barros da Silva Sales

*Instituto Nacional de Estudos
e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, Brasil*

Helena Azevedo Paulo de Almeida

Universidade Federal de Ouro Preto, Brasil

Hendy Barbosa Santos

Faculdade de Artes do Paraná, Brasil

Humberto Costa

Universidade Federal do Paraná, Brasil

Igor Alexandre Barcelos Graciano Borges

Universidade de Brasília, Brasil

Inara Antunes Vieira Willerding

Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Jaziel Vasconcelos Dorneles

Universidade de Coimbra, Portugal

Jean Carlos Gonçalves

Universidade Federal do Paraná, Brasil

Jocimara Rodrigues de Sousa

Universidade de São Paulo, Brasil

Joelson Alves Onofre

Universidade Estadual de Santa Cruz, Brasil

Jónata Ferreira de Moura

Universidade São Francisco, Brasil

Jorge Eschriqui Vieira Pinto

Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil

Jorge Luís de Oliveira Pinto Filho

Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

Juliana de Oliveira Vicentini

Universidade de São Paulo, Brasil

Julierme Sebastião Moraes Souza

Universidade Federal de Uberlândia, Brasil

Junior César Ferreira de Castro

Universidade de Brasília, Brasil

Katia Bruginski Mulik

Universidade de São Paulo, Brasil

Laionel Vieira da Silva

Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Leonardo Pinheiro Mozdzenski

Universidade Federal de Pernambuco, Brasil

Lucila Romano Tragtenberg

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil

Lucimara Rett

Universidade Metodista de São Paulo, Brasil

Manoel Augusto Polastreli Barbosa

Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil

Marcelo Nicomedes dos Reis Silva Filho

Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Brasil

Marcio Bernardino Sirino

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Marcos Pereira dos Santos

Universidad Internacional Iberoamericana del México, México

Marcos Uzel Pereira da Silva

Universidade Federal da Bahia, Brasil



Maria Aparecida da Silva Santandel

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Brasil

Maria Cristina Giorgi

Centro Federal de Educação Tecnológica

Celso Suckow da Fonseca, Brasil

Maria Edith Maroca de Avelar

Universidade Federal de Ouro Preto, Brasil

Marina Bezerra da Silva

Instituto Federal do Piauí, Brasil

Mauricio José de Souza Neto

Universidade Federal da Bahia, Brasil

Michele Marcelo Silva Bortolai

Universidade de São Paulo, Brasil

Mônica Tavares Orsini

Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

Nara Oliveira Salles

Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Neli Maria Mengalli

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil

Patricia Biegging

Universidade de São Paulo, Brasil

Patricia Flavia Mota

Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Raul Inácio Busarello

Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Raymundo Carlos Machado Ferreira Filho

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Roberta Rodrigues Ponciano

Universidade Federal de Uberlândia, Brasil

Robson Teles Gomes

Universidade Católica de Pernambuco, Brasil

Rodiney Marcelo Braga dos Santos

Universidade Federal de Roraima, Brasil

Rodrigo Amancio de Assis

Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil

Rodrigo Sarruge Molina

Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil

Rogério Rauber

Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil

Rosane de Fatima Antunes Obregon

Universidade Federal do Maranhão, Brasil

Samuel André Pompeo

Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil

Sebastião Silva Soares

Universidade Federal do Tocantins, Brasil

Silmar José Spinardi Franchi

Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Simone Alves de Carvalho

Universidade de São Paulo, Brasil

Simoni Urnau Bonfiglio

Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Stela Maris Vaucher Farias

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Tadeu João Ribeiro Baptista

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno

Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Brasil

Taíza da Silva Gama

Universidade de São Paulo, Brasil

Tania Micheline Miorando

Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Tarcísio Vanzin

Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Tascieli Feltrin

Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Tayson Ribeiro Teles

Universidade Federal do Acre, Brasil

Thiago Barbosa Soares

Universidade Federal do Tocantins, Brasil

Thiago Camargo Iwamoto

Universidade Estadual de Goiás, Brasil

Thiago Medeiros Barros

Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

Tiago Mendes de Oliveira

Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais, Brasil

Vanessa Elisabete Raue Rodrigues

Universidade Estadual de Ponta Grossa, Brasil

Vania Ribas Ulbricht

Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Wellington Furtado Ramos

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Brasil

Wellton da Silva de Fatima

Instituto Federal de Alagoas, Brasil

Yan Masetto Nicolai

Universidade Federal de São Carlos, Brasil



PARECERISTAS E REVISORES(AS) POR PARES

Avaliadores e avaliadoras Ad-Hoc

Alessandra Figueiró Thornton
Universidade Luterana do Brasil, Brasil

Alexandre João Appio
Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Brasil

Bianka de Abreu Severo
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Carlos Eduardo Damian Leite
Universidade de São Paulo, Brasil

Catarina Prestes de Carvalho
Instituto Federal Sul-Rio-Grandense, Brasil

Elisiene Borges Leal
Universidade Federal do Piauí, Brasil

Elizabeth de Paula Pacheco
Universidade Federal de Uberlândia, Brasil

Elton Simomukay
Universidade Estadual de Ponta Grossa, Brasil

Francisco Geová Goveia Silva Júnior
Universidade Potiguar, Brasil

Indiamaris Pereira
Universidade do Vale do Itajaí, Brasil

Jacqueline de Castro Rimá
Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Lucimar Romeu Fernandes
Instituto Politécnico de Bragança, Brasil

Marcos de Souza Machado
Universidade Federal da Bahia, Brasil

Michele de Oliveira Sampaio
Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil

Pedro Augusto Paula do Carmo
Universidade Paulista, Brasil

Samara Castro da Silva
Universidade de Caxias do Sul, Brasil

Thais Karina Souza do Nascimento
Instituto de Ciências das Artes, Brasil

Viviane Gil da Silva Oliveira
Universidade Federal do Amazonas, Brasil

Weyber Rodrigues de Souza
Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Brasil

William Roslindo Paranhos
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Parecer e revisão por pares

Os textos que compõem esta obra foram submetidos para avaliação do Conselho Editorial da Pimenta Cultural, bem como revisados por pares, sendo indicados para a publicação.



*O presente trabalho foi realizado
com apoio da Coordenação
de Aperfeiçoamento de Pessoal
de Nível Superior - Brasil (CAPES)
- Código de Financiamento 001*

SUMÁRIO

Agradecimentos	14
-----------------------------	-----------

Prof. Dr. Telmo Adams

Prefácio	17
-----------------------	-----------

CAPÍTULO 1

Considerações iniciais.....	24
------------------------------------	-----------

CAPÍTULO 2

Caminhos percorridos: quando o tema de pesquisa emerge da prática social	40
--	-----------

Fundamentos epistemológicos e metodológicos da pesquisa	58
--	----

Percursos metodológicos.....	60
------------------------------	----

“O lugar de fala” das participantes da pesquisa	80
--	----

EES – Morenas do divino.....	81
------------------------------	----

EES – Art’ mulher	88
-------------------------	----

EES – Casa de Marias	92
----------------------------	----

EES – Cooperativa de Trabalho de Catadores de Materiais Recicláveis de Otacílio Costa – COOPERCOC.....	95
--	----

Espaços da política pública de economia solidária e da política pública para mulher	99
--	----

CAPÍTULO 3

Capitalismo:

o paradigma de uma sociabilidade perfeita	115
Metamorfoses contemporâneas do neoliberalismo	118
A exploração do capital pela biopolítica.....	124
Exploração pelo capital: empresariamento do estado e da educação	129
Anúncio do deslocamento da base produtiva do capitalismo.....	134

CAPÍTULO 4

Retomando gênero:

uma categoria-chave desta investigação	140
Estado do conhecimento: uma breve imersão	142
Gênero e (des)colonialidade de gênero.....	149
Violência de gênero contra a mulher na Região Serrana de Santa Catarina.....	162

CAPÍTULO 5

A economia solidária:

um paradigma societário não capitalista	178
Estado do conhecimento: uma imersão breve	179
A economia solidária escrevendo “a história a contrapelo”	187
(Des)colonialidade e educação popular: um projeto em construção.....	198

Reciprocidade: "a rocha fundante da sociedade"	209
--	-----

A travessia para a reciprocidade: fundamento dos vínculos sociais.....	215
---	-----

Participação popular e emancipação social: uma intencionalidade política	228
--	-----

CAPÍTULO 6

Breve retrospectiva da pesquisa	236
--	------------

Referências.....	245
-------------------------	------------

Sobre a autora	266
-----------------------------	------------





Ao meu companheiro de vida e de projeto de sociedade Geraldo Augusto Locks (in memoriam), por partilhar sonhos e convicções de “um outro mundo possível”. Te amarei nesta vida e para além dela...



Minha utopia é um mundo onde não seja difícil ser mulher, onde o sexismo e o machismo não existam mais. Mas, enquanto nós tivermos que conviver com isso, devemos investir forças todos os dias. E, por menor que seja o problema, nunca esquecer de lutar.

(Maria Laura Locks, 19 anos)

AGRADECIMENTOS

Uma pesquisa é como uma teia na qual cada tessitura de seus fios se constitui em uma rede de solidariedade e reciprocidade de muitas pessoas e instituições que dão sentido e significado a este trabalho que é solitário, mas também coletivo, às quais desejo agradecer.

Ao meu companheiro Geraldo Augusto Locks (*in memoriam*) pelo diálogo constante, pelo estímulo e por sempre me lembrar: “entrou no doutorado, tem que sair”. Foi um privilégio viver, conviver, existir, re-existir e esperar a vida contigo. Gratidão por partilhar saberes e fazeres! Gratidão por compartilhar a “experiência da deriva” e me reconstruir nesta “sujeita sentipensante”. Gratidão por “andarilhar” comigo essa existência. Até breve!

À Maria Laura Locks, nossa filha querida e amada, desculpas pela minha ausência num dos tempos mais importantes de sua vida que é a adolescência. À minha família, mãe Geni, irmãos e irmã (Rodrigo, Fernando e Eulália), cunhado (Jorge) e sobrinhas e sobrinho (Nathália, Maria Alice e Jorge Lucas) pela torcida e apoio.

Ao meu orientador e amigo, Professor Dr. Telmo Adams, pela paciência histórica e pedagógica na interlocução desta pesquisa, sempre respeitando meu tempo e ritmo. Sou grata pela sua generosidade, sua amorosidade e humanidade. Professor Telmo deixa um legado de compromisso epistemológico, ético e de posicionamento político coerente com sua prática social. Gratidão!

À banca examinadora de qualificação e defesa: Professoras Doutoras Mareli Eliane Graupe (PPGE/UNIPLAC) e Viviane Klaus (PPGE/UNISINOS); Professores Doutores Walter Frantz (UNIJUÍ), Valmor Schiochet (PPGDR/FURB) e Rodrigo Manoel Dias da Silva (PPGE/UNISINOS) que contribuíram significativamente para qualificar este trabalho. Grata!

Aos colegas do Mestrado e Doutorado turmas 2017 a 2020 pela convivência respeitosa e pela socialização do conhecimento, sobretudo às “Lindas da Unisinos”: Rosane Vasques, Gabriela Gomes, Lisiane Oliveira e Eduardo Hass. À minha querida companheira de viagem, Eliete Scopel, pelos momentos de trocas, angústias e sonhos, grata pela sua amizade e reciprocidade.

Ao grupo de pesquisa Mediações Pedagógicas da UNISINOS pelos conhecimentos compartilhados e construídos.

Às professoras e aos professores do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS pela excelência e compromisso com que conduzem o processo educativo e de pesquisa.

Ao Professor Doutor Luís Alcoforado, docente da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra - Portugal, por oportunizar e acolher minha estada no Doutorado Sanduíche nessa universidade. A possibilidade de sair da “gaiola de aço” me fizeram irromper e suspender o cotidiano, conhecer outras pessoas, culturas, universidades, outros lugares e tempos históricos. Uma experiência de “paragem”, como dizem os portugueses, adequada para problematizar e pensar a partir de Nuestra América o “estar sendo” e “ser estando no mundo”.

Aos meus grupos de pesquisa GEDETER, GECAL e a ITCP/UNIPLAC pelos fazeres e saberes reflexivos compartilhados.

À Suzane Fanta e ao Yuri Amaral que contribuíram infinitamente com seus conhecimentos na operacionalização das ferramentas virtuais em tempos de pandemia do Coronavírus e nas transcrições da pesquisa de campo. Sem vocês estaria “perdida”. Minha amizade!

Ao professor Doutor Levi Nauter de Mira pela revisão respeitosa deste trabalho. Nem só de Lattes vive uma doutoranda, mas também de amizades. Não obstante, o doutorado te oportuniza e proporciona surpresas muito especiais.

À Prefeitura do município de Lages/SC, através da Secretaria de Educação pela política pública de incentivo à qualificação de seus professores e professoras. Um direito conquistado pela categoria!

À sociedade que por meio de seus impostos oportunizou minha bolsa de estudos e afastamento por dois anos para o doutoramento. Não tenho dúvidas de meu compromisso e responsabilidade com uma educação pública de qualidade social.

Às e aos participantes da pesquisa, as mulheres e os homens que sonham e lutam por uma outra economia orientada pelos princípios da autogestão, pela propriedade coletiva dos meios de produção, pela distribuição equitativa do resultado do trabalho, cuidado com nossa casa comum, responsabilidade com seu entorno social e valorização da diversidade étnico/racial, religiosa, sexual e de gênero. Este estudo não seria possível sem a generosidade e desprendimento de cada uma e de cada um. A vocês minha gratidão!

Por fim, agradeço aos governos de Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff pelas políticas educacionais e sociais implementadas no Brasil, dado que sem elas a filha de pai semianalfabeto e da costureira não teria se tornado Doutora. Ora, a meritocracia não é uma possibilidade para filha de trabalhador e trabalhadora.

PREFÁCIO

Prof. Dr. Telmo Adams

Com prazer escrevi a apresentação deste seu livro, cujo conteúdo básico é a tese de doutorado de Josilaine, que tive a honra de orientar. O trabalho com os grupos de economia solidária de três municípios da região de Lages, SC -, acompanhados pela Incubadora da Uniplac, por meio da qual a autora realizou sua investigação participativa -, suscitou a questão geradora: pode a participação de mulheres em práticas de economia solidária constituir-se em estratégia de enfrentamento às violências de gênero contra as mesmas?

O presente livro apresenta os resultados desta investigação, destacando que a participação das mulheres em empreendimentos de economia solidária fortalece, sim, vínculos; cria um círculo virtuoso de reciprocidade que contribui para empoderar mulheres que vivem em um contexto patriarcal, machista, de histórica dependência econômica e afetiva dos homens. E sabemos que quem vive na dependência de outrem, não consegue cultivar condições básicas de autoestima, de autonomia; limita a possibilidade de gerar consciência social que enfrente a cultura machista que não se modifica em um passe de mágica.

A leitura desta obra trará a você leitora e leitor uma sistematização minuciosa, abrangente e interativa da experiência de educação popular e processo participativo de construção de outros modos de produzir a vida. Além de preservar conceitos e reflexões teórico-metodológicas próprias de uma academia comprometida socialmente com a transformação das realidades investigadas, os capítulos que seguem revelam o cotidiano da vida, da luta, do sofrimento, das alegrias, as conquistas e contradições recolhidas do processo de trabalho coletivo. Depoimentos de mulheres participantes da

pesquisa revelam a relevância das rodas de conversa semanais que proporcionam o estabelecimento de vínculos e o exercício de uma sociabilidade que oportuniza o compartilhamento de existências.

Por ser resultado de uma pesquisa participativa, o livro mostra, inicialmente, o caminho trilhado para que as leitoras e leitores possam caminhar de mãos dadas com Josilaine pelas veredas que ela andou e buscou registrar. Nesta mesma parte, vocês encontram uma breve apresentação de cada uma das quatro experiências de economia popular solidária que protagonizaram essa ousada costura com os variados elementos que seguem. Os passos seguintes registram, com muita sabedoria, em qual contexto o fenômeno local ocorre: a metamorfose perversa do capitalismo e a lógica do empresariamento da educação, a questão da violência de gênero, desde o contexto da região serrana de Santa Catarina.

O diálogo referenciado em princípios da educação popular de tradição freireana, na interação com o movimento de (des)colonialidade do saber, do poder e de gênero, ancora-se na perspectiva epistemológica latino-americana. O resultado dessa reflexão relacional conduz a compreensões inéditas de situações de opressão x luta pela liberdade que, sem essa trama teórica, ficaria na obscuridade. A materialidade da vida de mulheres em situação de trabalho solidário, analisada com princípios metodológicos críticos, possibilita que o fluxo das vozes emergja ao longo do texto com seus saberes, fazeres e existires dessas sujeitas participantes da pesquisa. A partir de um estudo minucioso sobre as violências de gênero referenciado em várias autoras feministas, identifica como ao longo da história as desigualdades de gênero foram sendo forjadas. Analisa, a partir do movimento feminista, a compreensão destas desigualdades na relação com os conceitos de patriarcado e machismo como estruturantes das relações de poder, dominação e opressão das mulheres.

O livro traz, igualmente, um abrangente capítulo explicando aspectos essenciais da economia solidária como um paradigma societário não capitalista, onde educação popular e (des)colonialidade são apresentadas pela autora com uma tecitura criativa. O círculo virtuoso do dar-receber-retribuir -... expressa a prática da reciprocidade apresentada como “rocha fundante” para uma sociedade solidária. Transparece, como um dos resultados da pesquisa, que os empreendimentos econômicos solidários permitem a essas mulheres obterem trabalho e geração de renda o que resulta em autonomia econômica. E esse aspecto, somado à prática dos princípios da educação popular, oportunizam mediações pedagógicas individuais e coletivas, contribuindo para o exercício de uma cidadania ativa, onde participação política passa a fazer parte do cotidiano da vida como um caminho de luta emancipadora em processo. E, como resultado, essa prática solidária oportuniza o fortalecimento dos vínculos sociais das sujeitas participantes; e como resultado, tende a contribuir efetivamente no enfrentamento às violências de gênero.

Desejamos a todas e todos uma boa leitura, que pode ser realizada no seu todo, ou em partes, de acordo com os temas de interesse.

Terezópolis de Goiás, GO, maio de 2024.

RESUMO

A investigação desta pesquisa teve como objetivo compreender se a participação de mulheres na economia solidária pode se constituir em estratégia de enfrentamento às violências de gênero na Região Serrana de Santa Catarina. A pesquisa de campo foi realizada com mulheres participantes de empreendimentos econômicos solidários dos municípios de Lages, Otacílio Costa e Rio Rufino. Com representante do poder judiciário, gestores de secretarias de políticas públicas municipais para mulher, do desenvolvimento econômico e representantes da sociedade civil que compõem a política pública para a mulher e economia solidária do município de Lages. Suas percepções foram recolhidas por meio de rodas de conversa on-line, entrevistas presenciais e por questionário semiestruturado. O diálogo referenciou-se em princípios da educação popular na esteira da tradição pedagógica freireana e o movimento da (des)colonialidade do saber, do poder e de gênero a partir de uma perspectiva epistemológica latino-americana. A interação entre a teoria ancorada no materialismo histórico-dialético e o fluxo das vozes do campo é contemplada ao longo do texto, tendo por fundamento os saberes, fazeres e a sabedoria das sujeitas participantes da pesquisa. A análise permitiu compreender que: (a) a realidade em que se move o objeto de pesquisa é histórica, tem contexto, encontra-se em movimento e transformação; (b) não obstante, as condicionalidades e sínteses de múltiplas determinações nas quais os fenômenos sociais se exteriorizam, incidem em homens e mulheres com seus pensamentos, sentimentos e ações que constroem a história; embora não escolham as circunstâncias sob as quais ela é feita, pois estas foram transmitidas pelas gerações passadas; (c) a estratégia da participação de mulheres na economia solidária como enfrentamento



às violências de gênero pode ser válida e potente na medida em que não se reduz esta "outra economia" à dimensão econômica, mas é vista como uma totalidade em que se apresentam todas as dimensões da vida material e imaterial; (d) a estratégia de participação na economia solidária também carrega a possibilidade de resistir e reexistir frente ao modo de produção de sociabilidade hegemonicamente capitalista, já que a problematiza e aponta para outras formas de vida social; (e) os agentes representantes do poder público que atuam na política de economia solidária e nas políticas para as mulheres apresentam uma visão limitada e suas ações chegam timidamente, por isso teve significado irrelevante para as integrantes dos empreendimentos econômicos solidários; f) das mulheres entrevistadas ouviram-se testemunhos contundentes acerca da potência da economia solidária enquanto estratégia de enfrentamento das violências de gênero, embora sem receitas prontas. Identificaram-se pessoas e organizações em luta, percebeu-se uma cultura emergente no combate ao sistema do patriarcado, à cultura machista e à violência de gênero contra a mulher. Consciência individual e social se forja na e por meio da práxis transformadora. Enfrentar a violência implica em uma trama de aspectos de enorme complexidade. (g) estratégias não se impõem, são construídas por mediações pedagogicamente planejadas, unificadas e apenas a participação na economia solidária é insuficiente, uma vez que outras estratégias ampliadas e tecidas em rede são indispensáveis considerando a correlação de forças em luta.

Palavras-chave: Participação de mulheres. Economia solidária. Violências de gênero. Estratégia. Emancipação social.



ABSTRACT

The investigation of this thesis aims to comprehend if the participation of women in solidary economy may be constituted on a strategy of coping with the gender violence on the Mountain Region in Santa Catarina. The field research took place with women who participate on solidary economy enterprises in the cities of Lages, Otacílio Costa and Rio Rufino. With representatives from the judiciary power, managers from city women public departments, from economic development and the civil society who are part of the public policies for women and solidary economy in the city of Lages. The participants' perceptions were gathered through online talks with several individuals participating, face to face interviews and through semi-structured questionnaire. The dialogue was based on the principles of popular education with the traditional "Freireana" pedagogy and the decolonizing movement of knowledge, power and gender with an epistemological Latin-American perspective. The interaction between the historic dialectic materialism theory and the flow of the field voices is gazed throughout the text, having for its basis the knowledge, actions and wisdom of the research subjects. The analysis allowed us to comprehend that: (a) the reality on which the research object moves is historic, has a context, is in constant movement and transformation; (b) the conditions and synthesis of multiple determinations on which the social phenomena is externalized take place in men and women with their thoughts, feelings and actions that build their story; although they do not choose the circumstances under which they are held because they were transmitted by past generations; (c) the strategy of women participating in solidary economy as a method



of coping with the gender violence may be valid and powerful when it does not reduce itself to “the other economy” on the economic dimension, but it is seen as the whole dimensions of material and immaterial life; (d) the strategy of participation on solidary economy also carries the possibility of resisting and re-existing face the production method of a capitalist hegemonic sociability, because it problematizes and points to other forms of social life; (e) the representatives from the public power who act on the solidary economy policy and on the policies for women present a limited vision and their actions are done in a shy form, that is why it had irrelevant meaning to the participants of the solidary economic enterprises; (f) from the interviewed women we heard incisive testimonials about the power of solidary economy as a strategy of coping with the gender violence, though with no ready recipe. We identified people and organizations in the struggle, we noticed an emergent culture on the combat of the patriarch system, the macho culture and the gender violence against women. Individual and social conscience are forged in and by the transformative praxis. Facing violence implicates many aspects of enormous complexity. (g) Strategies do not impose, themselves or are built by pedagogically planned mediations, unified and the solo participation of the solidary economy is insufficient, because other amplified and net woven strategies are indispensable considering the correlation of forces and the struggle.

Keywords: Women's participation. Solidary economy. Gender violence. Strategy. Social Emancipation.



1

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

“Se, na verdade, não estou no mundo para simplesmente a ele me adaptar, mas para transformá-lo; se não é possível mudá-lo sem um certo sonho ou projeto de mundo, devo usar toda possibilidade que tenha para não apenas falar de minha utopia, mas participar de práticas com elas coerentes.”

(Paulo Freire)

Os projetos individuais de vida, conforme Velho (1999), não são tão “puros” como poderíamos imaginar. Eles ocorrem dentro de “um campo de possibilidade”. São expressões de interações sociais, processos socioculturais, portanto, circunstanciados, contextualizados e históricos. Geertz (2008) afirma que nascemos com o equipamento natural para viver milhares de projetos de vida, entretanto, acabamos por viver tão somente um, ou seja, aquele em cujo contexto sociocultural estamos inseridos, condicionante e determinante da construção do sujeito individual e coletivo.

Esta tese vincula-se estreitamente à nossa¹ trajetória de vida pessoal, profissional e formação acadêmica. Entendemos que a produção do conhecimento não está isenta de valores e a construção do saber crítico não é neutra. A história de vida, identidades e memória das pessoas perpassam o desenvolvimento da escrita. Enfatizamos, primeiramente, o fato de ser docente da Universidade do Planalto Catarinense (UNIPLAC). Na pesquisa, participamos de dois grupos vinculados à Linha de Pesquisa (LP2) Processos socioculturais e educação, do Programa de Pós-Graduação Mestrado Acadêmico em Educação (PPGE/UNIPLAC), do qual somos egressas. O primeiro

1 Ao longo de todo o texto justificamos a utilização do sujeito na primeira pessoa do plural, por entender que a condição, o desenvolvimento humano e, por sua vez, a educação e a pesquisa, se desenvolvem na interação sujeito individual e coletivo.

é o Grupo de pesquisa em Educação e Desenvolvimento Territorial: políticas e práticas (GEDETER) cujo Projeto se assenta na trilogia: Educação, Economia Solidária e Emancipação Social. Nele, atuamos no Programa Permanente de Extensão traduzido nas ações desenvolvidas pela Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP/UNIPLAC). O Projeto articula ensino, pesquisa e extensão, agrega uma equipe interdisciplinar de educadoras² centrada na disseminação da economia solidária por meio de processos de incubação de empreendimentos econômicos solidários³ (EES) localizados no meio rural e urbano de Lages e região; fortalece o movimento social e sua política pública⁴ referendado pelas organizações do Fórum Regional e do Conselho Municipal de Economia Solidária. A ITCP/UNIPLAC integra a Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas (Rede de ITCPs)⁵. No horizonte das ações deste Projeto, buscamos contribuir na construção de um desenvolvimento socioeconômico, justo, solidário e sustentável.

- 2 Na linguagem inclusiva de gênero vem sendo utilizado os termos “x”, “e”, “@” ou “o/a”, mas, neste texto optamos pela denominação de gênero exclusivamente no feminino, uma atitude de insurgência e resistência ao uso histórico do gênero no masculino.
- 3 No capítulo 3 desta tese fazemos uma crítica contundente ao conceito de empresariamento, consequentemente, a crítica é pertinente ao conceito de empreendimento. Porém, justificamos a utilização da nomenclatura Empreendimento Econômico Solidário (EES) por estarem incorporados tanto no movimento social quanto nas políticas públicas de economia solidária desenvolvidas em nível nacional, estadual e municipal.
- 4 O município de Lages teve sua política pública de economia solidária aprovada pela Câmara de Vereadores em 11 de dezembro de 2014. A Lei nº 4075 institui no município de Lages a Política Municipal de Fomento à Economia Solidária (Conselho Municipal de Economia Solidária, Fundo Municipal de Economia Solidária), de Agricultura Familiar e deu outras providências. Disponível em: <https://www.camaralages.sc.gov.br/camara/proposicao/Projetos-de-Lei/2014/1/0/49405>. Acesso em: 01 set. 2020.
- 5 A Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (Rede de ITCPs) é formada, atualmente, por 41 incubadoras cujo objetivo é apoiar a formação e consolidação de empreendimentos de economia solidária, bem como prestar assessoria e formação a grupos já consolidados. Disponível em: <https://www.congressoredeitcps.com>. Acesso em: 01 set. 2020.

O segundo grupo de pesquisa é Gênero, Educação e Cidadania na América Latina (GECAL)⁶. O GECAL participa de eventos científicos nacionais e internacionais com produção e apresentação de trabalhos; oferece cursos de extensão na universidade sobre a temática e atende às demandas sistemáticas oriundas de escolas das redes municipais da Região Serrana e do Estado. Integra as Jornadas Internacionais de Políticas Públicas, Diversidades em Gênero e Educação promovidas pelo Laboratório Ibero-americano de Estudos Sócio-históricos de Sexualidades (LIEES), que, por sua vez, constitui a Rede Internacional de Instituições de Ensino Superior da América Latina, Europa e Estados Unidos trabalhando a temática Educação, Gênero e Diversidade Sexual. Todos os projetos arrolados acima estão conectados com atividades de extensão.

A outra razão de nosso interesse e envolvimento na temática de pesquisa⁷ é atender uma lacuna na formação docente tendo em vista demandas específicas da educação escolar⁸ em redes públicas e privadas e da própria sociedade que as apresenta à Universidade. Convém reiterar que atuamos em uma universidade comunitária que, a cada dia, vem se inserindo no contexto crescente do empresariamento da educação, conforme refletem Dardot e Laval (2016). Um processo que gera tensões e desafios institucionais, já que a missão da UNIPLAC é “ser uma Universidade Comunitária que promove a formação humanística, técnico-científica e cultural do cidadão

6 Neste Grupo de Pesquisa atuamos na vice-liderança.

7 Bastos (2018, p. 367), lembra que “na obra freiriana central existe uma diferença conceitual entre pesquisa e investigação. [...] o primeiro no âmbito teórico e o segundo na prática, no domínio humano e não no das coisas. Nós ainda diríamos que o primeiro carece de movimento, diálogo, comunicação para sua produção, enquanto para o segundo a interação dialógico-problematizadora é condição essencial, como ponto de partida do processo educativo e da dialogicidade, inclusive para a validação dos conhecimentos produzidos”. Nesta Tese utilizamos os termos pesquisa e investigação como sinônimos.

8 Para iniciar estudos que se dedicam a diferenciação entre “educação escolar” e “não escolar” sugerimos MOURA; ZUCHETTI, 2010. MOURA, Eliana Perez Gonçalves de; ZUCHETTI, Dinorá Tereza. Educação além da escola: acolhida a outros saberes. Cadernos Pagu (UNICAMP. Impresso), v. 40, n. 140, pp. 629-648, mai/ago, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/cp/v40n140/a1640140.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2021.

por meio do ensino, pesquisa e extensão priorizando o desenvolvimento regional” (Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI, p. 23, 2010 – 2018).

Neste contexto, a sociedade contemporânea vive transformações profundas e aceleradas, caracterizada como “sociedade complexa”⁹, a exigir da profissional docente atualização e formação permanentes, visão alargada de mundo, novas categorias de interpretação do real, novas estratégias de ensino-aprendizagem, além da abordagem interdisciplinar e do uso cada vez mais renovado de tecnologias sociais do conhecimento no trabalho cotidiano. Na era das novas mídias, o estudante chega em sala com inúmeras informações a serem processadas, elaboradas, cabendo à professora contribuir à reflexividade, criticidade e sistematização dos conhecimentos.

Este cenário agravou-se com “novas transformações” originadas pela pandemia do coronavírus que, com protocolos prescritos pelas autoridades sanitárias governamentais, a partir de março de 2020, gerou novas modalidades de trabalho como, por exemplo, o remoto, o em/de casa, bem como a utilização de novas plataformas on-line de comunicação, como *Google Classroom*, *Microsoft Teams*, *Zoom*¹⁰.

A reemergência das crises sistêmicas do modo de produção capitalista, especificamente a crise da sociedade salarial, historicamente nunca garantiu emprego para todas. Ao contrário, tem acelerado a produção da pobreza e a concentração da riqueza, resultando

9 Sobre sociedades complexas, ver Telmo Marcon. MARCON, Telmo. Movimentos sociais e educação popular no contexto das sociedades complexas: desafios políticos e epistemológicos. *Conjectura: Filosofia e Educação*, Caxias do Sul, v. 20, n. 2, p. 53-76, maio/ago. 2015. Disponível em: <http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/conjectura/issue/view/162/showloc>. Acesso em: ago. 2020.

10 Para uma análise sobre o tema, sugerimos ler a entrevista com o professor Marcos Dantas. SANTOS, João Vitor. A privatização da educação através das plataformas de ensino remoto. Entrevista especial com Marcos Dantas. Instituto Humanitas Unisinos. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/603420-a-privatizacao-da-educacao-atraves-das-plataformas-de-ensino-remoto-entrevista-especial-com-marcos-dantas>. Acesso em: 08 out. 2020

na cisão da sociedade pela desigualdade social, denominada também de questão social. Castel (2003), em sua obra *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*, realiza ampla análise da sociedade salarial e os direitos sociais conquistados, demonstrando que esse modelo se esvai na esteira do individualismo, característica peculiar do neoliberalismo.

Visto pelo prisma da economia política, podemos inferir que deste contexto (re)nasce, intensifica-se e aprofunda-se a violência estrutural, matriz de todas as demais manifestações de violência na sociedade contemporânea (SANTOS, 2002). Analisaremos mais adiante outra vertente predominante na sociedade ocidental capitalista, com seus efeitos em nosso campo de pesquisa, expresso no sistema do patriarcado, donde se alicerçam relações de poder e relações de gênero assimétricas.

Nosso tema de pesquisa tem seu ponto de partida em três formas de dominação intrínsecas à estrutura sustentadora do paradigma atual de sociedade, isto é, o capitalismo, o colonialismo e o patriarcado, conforme aponta Santos (2018). Ao resistir e praticar a insurgência como princípio, segundo refletem Adams e Moretti (2011), nossa pesquisa carrega a intencionalidade de transformação social trazendo à luz a participação de mulheres na economia solidária como uma estratégia de enfrentamento às violências de gênero na Região Serrana¹¹ de Santa Catarina.

Com foco na realidade determinada por múltiplas contradições e considerando os conflitos de interesses em uma sociedade de classes, demonstramos a relevância do presente estudo a partir de alguns indicadores, ainda que sejam insuficientes, contraditórios, conflitantes, que de um lado, apontam para uma realidade

11

Utilizamos o termo Região Serrana ao longo do texto por ser a denominação geopolítica administrativa dos dezoito municípios que compõem a AMURES (Associação dos Municípios da Região Serrana).

extremamente violenta para as mulheres e, de outro, a potência do enfrentamento a essas violências.

Especialmente, Lages se constituiu em uma cidade perigosa e violenta para as mulheres. Ao comparar os dados apresentados por Waiselfisz (2012, 2015), em seu Mapa da Violência de 2012, a cidade encontrava-se em 1º lugar em Santa Catarina e 17º no Brasil em violência de gênero contra a mulher. Já no Mapa da Violência de 2015, a cidade aparece em 12º lugar no Estado e 714º no país. Esses números além de sua relevância, expressam, sobretudo, a gravidade da discrepância e revelam a complexidade do fenômeno.

Ainda, conforme dados da Secretaria Municipal de Políticas para a Mulher de Lages, entre o período de 01/01/2020 a 28/08/2020, foram registrados 689 atendimentos, 1.519 contatos telefônicos realizados, 10 acolhimentos na Casa de Apoio às mulheres em situação de violência e 65 mulheres sendo acompanhadas. Nos últimos anos, o fenômeno da violência contra a mulher em Lages tem sido objeto de atenção do poder judiciário, bem como de matérias diárias veiculadas na mídia; além de ter se tornado comum e até banalizado no linguajar coloquial. Na constante, entretanto, dinamicidade da realidade e das relações sociais, é possível identificar movimentos de resistência. Há reações de mulheres vítimas¹², ou melhor, de mulheres em situação de violência, como preferimos denominar. São reações isoladas, com mínimos efeitos sobre a totalidade da sociedade,

12 Conforme Santos e Izumino (2005, p. 148), "as referências teóricas adotadas para compreender e definir o fenômeno social da violência contra as mulheres e a posição das mulheres em relação à violência [...] identificamos três correntes teóricas: a primeira, que denominamos de dominação masculina, define violência contra as mulheres como expressão de dominação da mulher pelo homem, resultando na anulação da autonomia da mulher, concebida tanto como 'vítima' quanto como 'cúmplice' da dominação masculina; a segunda corrente, que chamamos de dominação patriarcal, é influenciada pela perspectiva feminista e marxista, compreendendo violência como expressão do patriarcado, em que a mulher é vista como sujeito social autônomo, porém historicamente vitimada pelo controle social masculino; a terceira corrente, que nomeamos de relacional, relativiza as noções de dominação masculina e vitimização feminina, concebendo violência como uma forma de comunicação e um jogo do qual a mulher não é 'vítima' senão 'cúmplice'".

mas é inegável a existência de um despertar e interesse da sociedade civil organizada e do Estado local no enfrentamento da violência contra mulheres.

Além de esta pesquisa se agregar a outros estudos acadêmicos, temos a intencionalidade de potencializar a reação dos contrários, o movimento de insurgência e resistência das mulheres que já se põem em marcha, em luta contra quaisquer formas de violência, sejam elas física, sexual, psicológica, moral, patrimonial, simbólica ou institucional.

É neste contexto que emerge nosso objeto de investigação: a participação de mulheres na economia solidária como uma estratégia de enfrentamento às violências de gênero na Região Serrana de Santa Catarina. Convém evidenciar a compreensão de estratégia na perspectiva de nossa abordagem teórica, buscando um conceito político que se contraponha ao modo de produção capitalista hegemônico, no qual a sociedade de classes é um componente estruturante e estruturador de relações sociais de dominação e exploração.

Segundo Harnecker, o conceito político de estratégia na perspectiva marxista-leninista, pressupõe que,

[...] a estratégia revolucionária determina o caminho geral pelo qual deve ser canalizada a luta de classes do proletariado para conseguir seu objetivo final: a derrota da burguesia e a implantação do comunismo, ou seja, (a estratégia) é a forma como se planejam, se organizam e se orientam os diferentes combates sociais para alcançar esse objetivo (Harnecker, 2012, p. 65).

Refletindo em outros termos, o conceito de estratégia na tradição marxista-leninista tem função determinante e estruturante para o enfrentamento do capitalismo e para a construção do socialismo. Ela aponta para o caminho da luta e suplantação da sociedade de classes, incluindo a orientação para outras formas de resistência

e combates sociais, entre eles o enfrentamento das desigualdades e violências de gênero contra mulheres.

Coraggio (2008), refletindo a categoria estratégia aplicada ao campo da economia solidária e social, considerando o projeto de integração latino-americano em contraposição ao sistema capitalista, pontua que:

[A estratégia] [...] implica ir más allá de la reacción ante el problema inmediato, por vital que este sea, poder ver el sistema que está detrás del caos que genera el capitalismo y sus contradicciones, poder pensar sistémicamente también cuando proponemos alternativas. Por ejemplo, advertir que aunque logremos que el precio de un dado bien sea justo, es imposible lógicamente llegar por agregación a obtener un sistema de precios justos coherentes según las reglas del mercado. Que la justicia social no se logrará sólo por esta vía, que hace falta la redistribución por medio de la producción de bienes públicos, reconocer y promover producciones y distribuciones fuera del mercado y del dinero. Que es parte de nuestra plataforma no sólo la lucha por el acceso a escuelas y universidades sino por otra escuela y otras universidades, desmercantilizadas y comprometidas con el proyecto de una ESS, una reconstrucción que llevará décadas. [...] (Coraggio, 2008, p. 22-24).

A partir de sua reflexão, portanto, podemos inferir que pensar estratégia no campo da luta política e social pressupõe uma ação para além da reação diante de um problema imediato, por mais relevante que ele se apresente. Torna-se indispensável uma visão de totalidade do movimento do real, ou seja, do modo de produção capitalista e suas contradições nas relações capital e trabalho, de onde se engendram as diferentes expressões da desigualdade social. Nós latino-americanas, devemos agregar ao capitalismo outras duas pontas de origem da dominação e exploração: o colonialismo e o patriarcado. Assim, ao realizar qualquer luta anticapitalista e propor alternativas, impõe-se às trabalhadoras, uma visão sistêmica,

interdisciplinar acompanhada de políticas transversalizadas e inter-setorializadas. Como é possível perceber, o desenvolvimento de uma determinada estratégia no contexto das especificidades, complexidades do sistema do capital, não pode se dar de maneira espontânea, estando a exigir, lucidez, visão ampliada da compreensão dos problemas e busca de soluções.

Ao agregar outros componentes implícitos e imbricados no conceito de estratégia, Coraggio, explicita algumas condições, de grande complexidade:

[...] Una estrategia de desarrollo en el sentido antes propuesto debe proponerse ampliar las opciones de vida de todas y todos los individuos y comunidades y de las sociedades como un todo (autodeterminación). Se trata, de hecho, de generar las bases materiales de una libertad efectiva. Esa estrategia debe incluir, por supuesto, una redistribución del ingreso monetario generado en estas sociedades en que el mercado y el dinero se han vuelto tan determinantes, pero esto es no sólo insuficiente sino que puede ser funcional a la reproducción del mismo sistema que polariza la sociedad, que aliena y excluye a las mayorías (como cuando el ingreso popular fluye a las mismas estructuras monopólicas de comercialización minorista, o se deposita en los bancos que concentran el poder económico). Se trata en realidad de transformar la estructura de la economía misma y no sólo la distribución de sus resultados. Se trata de transformar el modo de organizar socialmente el trabajo para la producción, la distribución, las formas de propiedad, de circulación y de consumo (Coraggio, 2008, p. 22-24).

O enunciado de estratégia acima leva em conta o desenvolvimento de um projeto de sociedade no qual se encontram em movimento, opções de vida de pessoas, comunidades e sociedade. Nesta perspectiva sociopolítica, não é suficiente somente novas base de distribuição justa da renda gerada pelo trabalho. Trata-se de transformar a estrutura da economia e seu modo de organizar socialmente o trabalho para a produção; em outros termos, trata-se de transformar

a maneira de produzir, distribuir e usufruir os bens socialmente produzidos entre os membros da sociedade. Nesta ótica, a estratégia tem sentido ampla, pois deve focalizar e estar a serviço de um projeto de sociedade. Tem seu ponto de partida, a realidade com suas mazelas geradas pelo capitalismo e em seu horizonte uma sociedade sem exploradores e sem explorados. Em consequência, a estratégia de enfrentamento às violências de gênero contra a mulher se constitui como um caminho mobilizador e como processos de lutas canalizadas dialeticamente para a emancipação e transformação geral das estruturas geradoras de violências.

No que se refere às categorias estruturantes desta tese, apontamos a violência de gênero contra mulher e a economia solidária. A educação popular, sob a perspectiva freiriana, perpassa o conjunto da investigação e sua análise¹³ e dela destacamos algumas dimensões: uma leitura crítica da ordem social atual; uma intencionalidade política emancipatória; uma educação como princípio dialógico; o propósito de contribuir para o fortalecimento de segmentos dominados compreendidos como sujeitos históricos, capazes de protagonizar a mudança social (Carrillo, 2011).

O método, de abordagem teórica e metodológica desta tese, é o materialismo histórico-dialético. A razão desta escolha, corroborada por Netto (2011, p. 10), reside no fato de não se tratar apenas de uma escolha teórica ou filosófica, mas uma tomada de posição “ideopolítica”, uma vez que essa abordagem teórica marxista se vincula a um “projeto de sociedade revolucionário”. Tal posicionamento historicamente esteve sempre sob ataques, que na atual conjuntura intensificaram-se sobremaneira, a partir dos anos de 2019, por meio de regimes autoritários, protofascistas e forças sociais e políticas conservadoras implantadas em diversos países.

Na abordagem do materialismo histórico-dialético tal realidade é suscetível de ser conhecida, sabendo que ela é multideterminada, condicionada por diversos fatores. Segundo Kosik (1976, p. 13), a aparência das coisas não coincide com sua essência, pois esta

[...] não se manifesta diretamente, e desde que o fundamento oculto das coisas deve ser descoberto mediante uma atividade peculiar, tem de existir a ciência e a filosofia. Se a aparência fenomênica e a essência das coisas coincidissem diretamente, a ciência e a filosofia seriam inúteis.

A realidade, portanto, é considerada – na sua aparência e essência – uma totalidade concreta, em movimento no qual as partes estão conectadas com o todo e o todo com as partes dialeticamente. As contradições, tensões e conflitos são inerentes ao processo histórico, não existindo ponto final. A história encontra-se inacabada e aberta a mudanças.

Considerando o contexto no qual se situa o tema desta pesquisa, a realidade e suas múltiplas determinações e o método de abordagem teórica do materialismo histórico-dialético, anunciamos a tese que desenvolveremos: a participação de mulheres na economia solidária pode ser uma estratégia de enfrentamento às violências de gênero na Região Serrana de Santa Catarina¹⁴.

Pode-se relacionar a constatação de Nísia Floresta¹⁵, com a formulação de nossa tese:

Sabemos que um dos motivos pelos quais muitas mulheres se restringem em denunciar é a dependência financeira, muitas não puderam concluir a vida escolar nem tiveram oportunidades para ingressar no mercado de trabalho,

14 Para situar a leitora, adiantamos que a análise das informações obtidas no campo empírico da pesquisa serão apresentadas ao longo de toda a Tese, buscando romper a dicotomia teoria e prática.

15 Para situar a leitora, Nísia Floresta, Mariátegui, Violeta Parra, Frida Khalo, José Martí, Irmãs Pátria e Minerva Mirabal, Juana Inez de la Cruz, Comandanta Ramona, Simón Rodríguez, Sepé Tiarajú, Oscar Romero e Marielle Franco são nomes atribuídos às participantes da pesquisa. *A posteriori* será apresentado um quadro com o nome e perfil delas.

motivos que dificultam a independência. Estratégias que propiciem o uso das habilidades das mulheres sem a exigência de experiência, idade ou capacitação pode sim motivar e resultar numa nova forma de se levar a vida.

Dizendo de outro modo, esta participante da pesquisa expressa (de um ponto de vista) as inúmeras dificuldades impostas pela condição de dependência econômica da mulher em situação de violência; de outro, a relevância de ela buscar estratégias que propiciem a superação da violência e a conquista de “uma nova forma de vida.”

O objetivo geral deste estudo é compreender se a economia solidária se constitui em uma estratégia de enfrentamento às violências de gênero contra a mulher na Região Serrana de Santa Catarina. Como objetivos específicos propusemos: a) refletir acerca da economia solidária considerando seus princípios, valores e origem, caracterizando-a enquanto movimento social e política pública em Lages e região; b) caracterizar os empreendimentos econômicos solidários nos quais participam as mulheres desta pesquisa, considerando origem, identidades de seus integrantes, razões que movem a participação, sejam elas individuais ou coletivas e relações internas e externas; c) identificar manifestações ou não de violências de gênero contra a mulher no campo empírico desta pesquisa, apontando estratégias ou não de enfrentamento utilizadas pelas mulheres; d) conhecer as percepções de representantes de instituições públicas e organizações da sociedade civil sobre economia solidária e violência de gênero, bem como sua atuação no enfrentamento a essas violências.

No que diz respeito aos fundamentos epistemológicos e metodológicos, trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa, participativa na qual valoriza-se o processo como o resultado (Brandão, 2006); uma investigação que implica em pesquisa de campo para a qual se previu a realização de entrevistas individuais semiestruturadas e rodas de conversa.

Neste sentido, Mariátegui expõe:

*Era uma época que eu acompanhava toda sexta-feira a feira de economia solidária. E uma das feirantes, em uma roda de conversa, contou para o grande grupo **[dos demais feirantes]** muito feliz, e ela falava que essa decisão, boa parte era por causa daquele grupo que estava ali; por causa da roda de conversa que ela começou a perceber que poderia fazer as coisas sem precisar de um marido e que se a família não apoiasse seria aquele grupo ali da feira de certa forma que a apoiaria. Até mesmo da questão de renda, ela viu que conseguiria se manter por um tempo com a renda que ela provia na feira de economia solidária. Então com certeza, uma parcela significativa desse empoderamento dela, cabe a economia solidária (grifo nosso).*

O depoimento do participante da pesquisa descreve o ambiente da feira de economia solidária e demonstra a relevância da metodologia da roda de conversa realizada em grupo semanalmente. Esta proporciona momento de estabelecimento de vínculos pessoais, exercício de sociabilidade, onde narrativas e existências são compartilhadas. O diálogo se torna mediação pedagógica para esta mulher que busca superar a dependência e demonstra como a participação na economia solidária pode gerar empoderamento feminino. Caracterizamos a mediação pedagógica assim:

Concretamente, as mediações pedagógicas constituem-se práticas sociais como fontes e meios construtores de sociabilidades e saberes, especialmente quando os sujeitos envolvidos assumem uma postura reflexiva sobre os contraditórios e interativos processos vividos. O potencial das mediações se amplia na medida em que as práticas interagem com os diferentes espaços estruturais da vida cotidiana tanto no nível local como no mais amplo, num ambiente de globalização (Adams, 2010, p. 41–42).

Com o cenário da pandemia do coronavírus, o governo de Santa Catarina emitiu o Decretoº 507 de 16 março de 2020 que dispõe sobre medidas de prevenção e combate ao contágio da COVID-19.

Esse dispositivo legal impôs protocolos sanitários, obrigando a necessária adaptação dos procedimentos metodológicos. Diante dos riscos e novas exigências de cuidados de saúde e bem-estar individuais e coletivos das pessoas, adaptamos os instrumentos de pesquisa. Sendo assim, algumas entrevistas individuais foram substituídas pelo envio, por *e-mail*, de um roteiro de perguntas; outras foram realizadas presencialmente respeitando os protocolos sanitários, e ainda outras pela utilização da plataforma *Google Meet*. As rodas de conversa, previstas com mulheres participantes de empreendimentos econômicos solidários, foram substituídas por conversas orientadas por roteiro de perguntas também via *Google Meet*.

A pesquisa serviu-se ainda de registros em diários de campo dos empreendimentos realizados pela Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares, da Universidade do Planalto Catarinense. Outras informações foram recolhidas de dados na Secretaria de Políticas para Mulher do Município de Lages; na Segunda Vara Criminal da Comarca de Lages; em reportagens do Jornal Correio Lageano e na Secretaria de Segurança Pública do Estado de Santa Catarina. Servimo-nos também de fontes como Mapa da Violência 2012 e 2015 e Relatório Final da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Violência Contra a Mulher no Brasil.

A pesquisa está organizada nas seguintes partes, além das *Considerações iniciais*. No segundo capítulo denominado, "*Caminhos percorridos: quando o tema de pesquisa emerge da prática social*", refletimos o contexto histórico, as principais conceituações e a delimitação do tema. Também, apresentamos os fundamentos epistemológicos, metodológicos e os procedimentos da pesquisa, assim como a descrição dos coletivos participantes. O terceiro capítulo tem como objetivo aprofundar fundamentos teóricos que permitam refletir sobre o sistema econômico capitalista neoliberal hegemônico da sociedade contemporânea relacionado ao campo empírico de pesquisa. No quarto capítulo, discutimos a categoria *violência de gênero contra mulher* tendo em perspectiva de análise autoras feministas

que discutem o sistema do patriarcado, a cultura machista e as relações de gênero em diálogo com as epistemologias de(s)coloniais¹⁶. Neste contexto, trazemos as vozes das mulheres participantes desta investigação. No quinto capítulo, encaminhamos a conclusão da tese, sem encerrar a investigação. Aprofundamos a categoria *economia solidária* compreendida como um paradigma societário de insurgência, resistência e reexistência frente ao modo de produção capitalista, corroborado pelas participantes do campo empírico da pesquisa. Na *Breve retrospectiva da Tese*, sintetizamos os trabalhos, enfatizando os argumentos refletidos ao longo do texto que permitem reiterar a economia solidária, em determinadas condições, como estratégia de enfrentamento às violências de gênero contra a mulher.

Considerando a dialética atravessada por contradições inerentes às correlações de forças entre capital e trabalho, a luta de classes, as multideterminações da realidade, somos impelidas a afirmar e adiantar que este trabalho não tem um ponto-final. Ao contrário, o processo histórico sobre o qual nossas participantes da pesquisa se movem, continua se fazendo e refazendo, a exigir novos esforços no desvelamento de sua complexidade. Portanto, não chegamos a nenhum porto seguro ou conclusões absolutas. Como adverte Paulo Freire (2006, p. 50-84), “[...] O inacabamento do ser ou sua inconclusão é próprio da experiência vital. Onde há vida, há inacabamento. [...] Onde quer que haja mulheres e homens há sempre o que fazer, há sempre o que ensinar, há sempre o que aprender”.

16

No capítulo quarto e quinto o termo de(s)colonial/de(s)colonialidade será esclarecido e aprofundado.



2

CAMINHOS PERCORRIDOS:

QUANDO O TEMA DE PESQUISA
EMERGE DA PRÁTICA SOCIAL

"Deste modo fazendo pesquisa educo e estou me educando com os grupos populares. Voltando à área para pôr em prática os resultados da pesquisa não estou somente educando ou sendo educado: estou pesquisando outra vez. No sentido aqui descrito, pesquisar e educar se identificam em um permanente e único movimento. Considero importante, nessa altura de nossa conversa, insistir mais uma vez no caráter político da atividade científica. A quem sirvo com a minha ciência? Esta deve ser uma pergunta constante a ser feita por todos nós. E devemos ser coerentes com a nossa opção, exprimindo a nossa coerência na nossa prática".

Carlos Rodrigues Brandão (1981)

Neste capítulo, descrevemos elementos do contexto histórico, apresentamos a definição e a delimitação do tema, refletimos os fundamentos epistemológicos e metodológicos da pesquisa, apresentamos os procedimentos de pesquisa e a descrição dos coletivos participantes da investigação.

Uma descrição do contexto histórico e do desenvolvimento socioeconômico pode ser útil para aproximar e compreender o tema de nossa pesquisa. Denominamos "Região Serrana" para referirmo-nos à cidade de Lages e região constituída por dezoito municípios organizados geopoliticamente na Associação dos Municípios da Região Serrana, conforme Figura 1¹⁷.

17

São os seguintes municípios que compõem a AMURES: Lages, Palmeira, Otacílio Costa, Bocaina do Sul, Bom Retiro, Urubici, Rio Rufino, São Joaquim, Bom Jardim da Serra, Anita Garibaldi, Cerro Negro, Campo Belo do Sul, Capão Alto, São José do Cerrito, Ponte Alta, Correia Pinto, Paineiras e Urupema.

Figura 1 - Localização geográfica do território¹⁸

Fonte: Centro Vianei de Educação Popular, 2020¹⁹.

Lages, município polo da Região Serrana, é uma cidade interiorana, distante de grandes capitais metropolitanas, como Curitiba (PR) ou Porto Alegre (RS), a 350 km, à exceção de Florianópolis (SC) cuja distância é de 250 Km. Ela se destaca em relação aos demais núcleos urbanos de seu entorno por ser um centro de prestação de serviços, principalmente comércio, educação e saúde. É uma cidade com 157.349 habitantes, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2020), apresentando a maior extensão territorial da região e de Santa Catarina.

Os fenômenos sociais, econômicos ou políticos que ocorrem em Lages, têm efeitos quase imediatos em âmbito regional, seja por influência da mídia, seja pela organização político-administrativa

¹⁸ Região Serrana e Serra Catarinense são nomenclaturas que identificam a mesma territorialidade, porém neste texto utilizaremos a terminologia Região Serrana conforme uso atribuído a Associação de Municípios da Região Serrana – AMURES.

¹⁹ Organização não governamental que atua em educação popular e agroecologia desde 1983 na Região da AMURES.

estar sediada em Lages, em âmbito de Municípios, Estado ou União, mas, acima de tudo, por se caracterizar como uma cidade polo regional prestadora de serviço. Do município de Lages, desmembraram-se alguns municípios limítrofes nas décadas de 1980/90.

Autores como Munarim (1990; 2000), Peixer (2000) e Locks (1998, 2016), sistematizaram estudos sobre a região em três grandes períodos: o modo de produção da existência se desenvolveu com base na estrutura fundiária do latifúndio (1766-1940), a exploração da madeira (1940-1970) e daí até os dias atuais numa economia diversificada, mas com acento no agronegócio, predominando o plantio de grandes áreas de pinus, matéria-prima de grandes papeleiras, ampliação de lavouras de soja, o que representa o agronegócio em franca atividade.

Centramos nossa atenção no primeiro período. A Vila de nossa Senhora das Lagens²⁰ é do século XVIII. Seus fundadores têm origem luso-paulistana. “Antônio Correia Pinto de Macedo trouxe consigo de São Paulo sua família, afrodescendentes escravizados e mais nove famílias com interesses latifundiários, além da missão oficial de ocupação para evitar a entrada dos espanhóis”²¹. É neste contexto de ocupação geo-política-militar e de um paradigma societário escravocrata que tem origem e se desenvolve a colonização da região. Em consequência, consolida-se a estruturação fundiária, o modo de produção caracterizado pela pecuária extensiva, a hierarquia social e o *ethos* cultural. Logo, pensando na retrospectiva histórica desenvolvida por Souza (2017), em seu livro *A elite do atraso*, a sociedade serrana moderna tem sua origem de classe, raça e gênero forjada na escravidão.

[...] Todo o racismo, inclusive o culturalismo racista dominante no mundo inteiro, precisa escravizar o oprimido no seu espírito e não apenas no seu corpo. Colonizar o espírito e as ideias de alguém é o primeiro passo para controlar

20 O termo Lagens foi a primeira denominação atribuída pelos colonizadores em 1766, conforme Costa (1982).

21 Disponível em: www.correiapinto.sc.gov.br. Acesso em: 23 abr. 2018.

seu corpo e seu bolso. [...] A família patriarcal reunia em si toda a sociedade. Não só o elemento dominante, formado pelo senhor e sua família nuclear, mas também os elementos intermediários constituídos pelo enorme número de bastardos e dependentes, além da base de escravos domésticos e, na última escala da hierarquia, os escravos da lavoura. [...] Meu experimento sociológico parte dessa ideia de uma escravidão peculiar, ao mesmo tempo semi-industrial e sexual, como semente das relações de classe e de gênero no Brasil (Souza, 2017, p. 24-42-45).

É na esteira das reflexões de Souza que percebemos como Lages e Região Serrana se inserem no contexto de um Brasil colonial, escravocrata e de economia agro mineira exportadora. Emerge daí um segmento social latifundiário ocupado com a administração da grande fazenda de criação de gado (1766-1940), coexistindo com a agricultura familiar localizada nos fundos de fazendas, em terras dobradas ou nas barrancas dos rios Pelotas, Canoas e seus afluentes. Neste cenário, vale ressaltar que a Região Serrana somente conheceu a escola pública no início do século XX. Em consequência se engendrou uma sociedade ágrafa, sem letras, sem livros, sem escola, uma sociedade “analfabeta das letras” e “analfabeta política”. Não é sem razão que Lages e região se configuram como um território politicamente conservador e reacionário, haja vista as últimas eleições para Presidente do Brasil, em 2018, no segundo turno: de cada 10 eleitores, 7 votaram em um candidato considerado autoritário, populista e conservador.

Ainda, nessa perspectiva, visto pelas lentes da economia política, o modo de produção da vida na Região Serrana engendrou-se a partir do Caminho das Tropas²² e uma estrutura agrária latifundista.

Munarim (1990, p. 19) demonstra que

A formação da estrutura fundiária da Região está intimamente ligada à pecuária extensiva. Com seus campos nativos, o Planalto Serrano de Santa Catarina, já no século XVII, se constituía num pouso ideal para as tropas de gado bovino que do Rio Grande do Sul eram levadas para a Feira de Sorocaba, no Estado de São Paulo. Alguns daqueles tropeiros se fixaram na Região, transformando-se em fazendeiros criadores de gado bovino.

Trata-se de um longo período no qual predominou a grande fazenda de criação de gado. Licurgo Costa, historiador, diplomata e jornalista, oriundo das oligarquias rurais tradicionais de Lages e região, corrobora a descrição acima, “[...] com concessões [...] e compras de terras vizinhas eram muitos os fazendeiros que chegavam a possuir centenas de milhões de campos, ainda entre fins do século passado e começo do corrente” (Costa, 1982, p. 1479). Somente na década de 1940 ocorre o declínio da atividade da pecuária. A substituição foi pela exploração da araucária brasileira, existente em grande quantidade na região cuja madeira serviria para abastecer a construção civil interna e o mercado internacional no contexto de país em crescimento urbano e industrial pós-guerra, a partir da década de 1930/40.

Alguns estudos sobre esse período têm mostrado sua relevância para se compreender a formação social e cultural, o desenvolvimento socioeconômico de Lages e região. Locks (1998), por

22

Sobre o Caminho das Tropas e sua relevância para a Região Serrana, ver: LOCKS, Geraldo Augusto *et al.* Caminho das tropas: caminhos, pousos e passos em Santa Catarina. Lages: UNIPLAC / SEBRAE, 2006. Além disso, pode-se consultar também: HERBERTS, Ana Lúcia. Arqueologia do Caminho das Tropas: estudo das estruturas viárias remanescentes entre os rios Pelotas e Canoas, SC. 2009. 538 p. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009. Disponível em: <https://repositorio.pucrs.br/dspace/handle/10923/3960>.

exemplo, concebe a estruturação agrária do latifúndio, onde se constituiu a grande fazenda de criação de gado, para além de um espaço geográfico, como um espaço social na perspectiva socioantropológica bourdiana. Em suas palavras:

Por isso, a fazenda é tomada aqui como espaço social simbólico constituindo verdadeiro *locus* por onde se articulou o poder econômico, político e se engendraram as relações sociais, lugar onde os agentes elaboraram grande parte de suas 'representações de mundo', construíram sua 'identidade individual e social' ou forjaram 'estilos de vida' (Locks, 1998, p. 32).

Para o interesse de nossa pesquisa, importa pensar a partir desses estudos que no modo de produção e nas relações sociais de produção do período de 1766 a 1940, engendraram-se duas questões estruturantes, a primeira, a sociedade de classe, cindida pela desigualdade social e no bojo da "cultura de fazenda", assim denominada por Locks (2016); segundo, o sistema do patriarcado, um dos fortes matizes geradores de relações assimétricas de gênero. Portanto, neste binômio capitalismo e patriarcado, classe, gênero e raça estão associados umbilicalmente.

Desse modo, não se pode subestimar o que denominamos de cultura de fazenda com todas as suas implicações, quando se pretende compreender o *ethos* cultural da população de Lages e região na contemporaneidade [...]. Sustentamos a ideia de que a cultura de fazenda persistiu e continua a orientar muitos aspectos do *ethos* cultural de indivíduos e grupos sociais. A saber, concepções de mundo, comportamentos sociais, relações de poder, estilos de vida, ritmo de trabalho, visões de mundo, normas, códigos, símbolos, valores oriundos do mundo da grande fazenda (Locks, 2016, p. 118).

Quando este autor sustenta a ideia de que muitos aspectos do *ethos* cultural persistem, apresenta e reflete alguns distintivos, tais como: constituição de identidades étnicas, relações de propriedade e de trabalho, a constituição da identidade do gaúcho-lageano,

estabelecimento da hierarquia social, relações de poder expresso no mandonismo local, coronelismo e populismo; relações de gênero assimétricas e ritmos de vida (Locks, 2016). Em suma, nossa premissa é de que o contexto histórico descrito acima revela a formação de uma sociedade cuja base está no modo de produção capitalista e no sistema do patriarcado. Uma das consequências socioculturais do passado que persiste na atualidade é a relação desigual de gênero, incluindo diferentes expressões de violência de gênero contra a mulher.

Dados atuais corroboram essa realidade, assim como é possível identificar no Mapa de Violência (2012, 2015), no Relatório Final da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Violência Contra a Mulher no Brasil (2013) e, mais recentemente, dados da Secretaria Municipal de Política para Mulher.

Lages se constituiu, como já adiantamos, em uma cidade perigosa e violenta para as mulheres, segundo Locks, Pereira e Graupe (2019). Ao comparar os dados apresentados por Waiselfisz (2012, 2015), em seu Mapa da Violência de 2012, a cidade encontrava-se em 1º lugar em Santa Catarina e 17º no Brasil em violência de gênero contra a mulher. Já no Mapa da Violência de 2015, a cidade aparece em 12º lugar no Estado e 714º no país, estes números além de sua discrepância, revelam a complexidade do fenômeno, e que, por conseguinte, ainda carece muita investigação para compreendê-lo.

Ainda de acordo com dados da Secretaria Municipal de Políticas para a Mulher de Lages, entre o período de 01/01/2020 a 28/08/2020, foram registrados 689 atendimentos, 1.519 contatos telefônicos realizados, 10 acolhimentos na Casa de Apoio às mulheres em situação de violência e 65 mulheres sendo acompanhadas. Nos últimos anos, o fenômeno da violência contra a mulher em Lages tem sido objeto de atenção do poder judiciário e matéria diária veiculada na mídia. Conforme o Jornal Correio Lageano (2019), “mais da metade dos casos que chegam até 10ª Promotoria Criminal em

Lages, é de violência doméstica. E, 100% das denúncias de violência doméstica são de mulheres lageanas”. Esta Comarca, além de Lages, atende os municípios de São José do Cerrito, Paineira e Bocaina do Sul.

Conforme o mesmo Correio Lageano (2019), na Delegacia de Proteção à Criança, Adolescente, Mulher e Idoso (DPCAMI) de Lages, até julho de 2019 foram 362 pedidos de Medidas Protetivas²³. De janeiro a junho do mesmo ano, o Juiz de Direito da Segunda Vara Criminal, expediu 289 Medidas Protetivas de Urgência. Até 20 de outubro de 2020, foram expedidas 437 Medidas Protetivas, apontando para uma tendência crescente de casos.

Não obstante esses números, os dados sobre violência contra a mulher em âmbito local são escassos, os números são contraditórios e incongruentes. Segundo as fontes consultadas sobre a inconsistência dos números, dos indicadores, é fala reiterada que são muitos os obstáculos para sua obtenção e um dos grandes desafios a serem enfrentados.

Já as Polícias Civil e Militar, nos seus Boletins de Ocorrências (B.O), em 2018, registraram 1.116 ocorrências de violência contra a mulher na cidade de Lages. Em 2019, 1.510 e até setembro de 2020, foram 1.359. Além disso, processos judiciais em andamento na Comarca de Lages contabilizam 446, conforme dados obtidos com a participante da pesquisa Juana Inéz de la Cruz.

A prática do feminicídio, conforme Lei nº 13.104/2015, classificado no Brasil, como crime hediondo no qual a mulher é morta simplesmente por ser mulher, é outro dado a ser considerado. Segundo o Tribunal de Justiça de Santa Catarina²⁴, de janeiro a maio de 2020, foram registrados no Estado de Santa Catarina 21

23 Prevista na Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006), as medidas protetivas são mecanismos legais que têm por objetivo interromper e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher.

24 Dados extraídos do Poder Judiciário, Tribunal de Justiça de Santa Catarina. Gabinete da Presidência. Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar.

feminicídios consumados. Em Lages, neste mesmo período, houve 1 no mês de março. As tentativas de feminicídios somaram 81 no estado e 3 em Lages. Já o Boletim Semanal de Indicadores da Segurança Pública de Santa Catarina, registrou 33 feminicídios de janeiro a agosto de 2020²⁵.

Os indicadores acima revelam que as relações de gênero na sociedade lageana, além de assimétricas, são profundamente violentas, tendo sua expressão máxima no crime do feminicídio.

Comandanta Ramona, assessora de um empreendimento de economia solidária e representante do Fórum Regional de Economia Solidária, testemunha e ilustra dramaticamente a violência de gênero contra mulheres na Região Serrana, situado no meio urbano e rural:

No grupo de mulheres Pedra Ferro que acompanho, 100% das mulheres foram vítimas de violência doméstica, e algumas delas ainda o são. Das 21 mulheres, duas tentaram matar os seus companheiros, para se defenderem, por estarem, digamos, “pelas tampas”, de tanta violência. É doloroso dizer, mas é a mais dura realidade. No contexto geral, na região serrana, a partir dos trabalhos que realizo com as agriculturas familiares, detectei que a maioria delas são, ou já foram, vítimas de violência doméstica. Violência psicológica, principalmente, aquela do insulto, do menosprezo, do rebaixar a pessoa, do colocá-la para baixo, que é para ela se sentir mesmo um tapetinho. Então, é dramático, é dolorosa a situação.

Enquanto escrevemos esta tese, os relatos de violência contra mulher são cotidianamente veiculados pela mídia local e regional. Nas redes sociais, o G1 Santa Catarina (2021, grifo nosso) traz a seguinte manchete: “Adolescente de 14 anos é encontrada morta amarrada em árvore **no município de Campo Belo do Sul**; polícia de SC investiga suspeita de feminicídio”.

25

Conforme dados do Sistema Integrado de Segurança Pública (SISP) BO Integrado. Atualização de 30 de agosto de 2020.

Depois desse excerto, retomando a análise do ponto de vista macro e da economia política, as últimas pesquisas realizadas sobre o desenvolvimento socioeconômico de Lages e Região Serrana, sob olhares de diferentes pesquisadoras (Yamaguchi; Turra, Strasser, 2016), demonstram que a região, se comparada com outras do estado de Santa Catarina, apresenta índices de desenvolvimento humano muito aquém nos campos da educação, saúde, saneamento, logística, infraestrutura, emprego e renda, formação profissional, protagonismo e cidadania, desigualdade social, pobreza etc., o que configura um desenvolvimento socialmente desigual, economicamente injusto, politicamente concentrado, ambientalmente predatório, em outras palavras, insustentável.

O contexto, portanto, no qual se localiza nosso objeto de investigação tem raízes históricas assentadas na maneira como se desenvolveu o modo de produção e as relações sociais de produção capitalista, constituinte de uma sociedade contemporaneamente, entre outros marcadores sociais, palco de violências de gênero contra mulheres.

Um participante da pesquisa denominado Mariátegui faz a seguinte análise:

Lages se configura numa cultura patriarcal; ela acaba tomando conta da cidade e, conseqüentemente, isso vai estar interposto nas relações, no nosso dia a dia e, conseqüentemente, vai estar presente também nos empreendimentos de economia solidária. A violência de gênero contra a mulher em Lages, classifico como uma das piores violências que a gente tem, porque por mais que haja dados, haja denúncia, ainda é muito velada por conta da cultura mesmo da nossa região onde o homem detém o poder da palavra. A gente vê alguns movimentos, alguns estudos, dados, mas acredito que o número de violência contra mulher em Lages é muito mais alto.

Desta percepção podemos inferir alguns aspectos significativos para reflexão. Primeiro, a violência contra a mulher em nosso campo empírico tem raízes estruturais e históricas, pois se encontra assentada no paradigma societário patriarcal; ela emerge na microfísica das relações de poder hegemonicamente masculinizadas. Segundo, não menos importante, é que os grupos de economia solidária não estão imunes a esse fenômeno, pois eles integram o tecido social. Não são bolhas intocáveis, susceptíveis às contradições e à cultura que orientam as relações e vida sociais. Terceiro, a violência de gênero contra a mulher, além de sua invisibilidade, é velada e se encontra espalhada na sociedade. Quarto, os movimentos de enfrentamento são tímidos frente ao *iceberg* a ser demolido. A transformação de uma cultura não ocorre de um dia para outro, é lenta, uma vez que a mudança de comportamento, de estilos de vida, de visão de mundo exige processos sociais e pedagógicos históricos.

O tema desta pesquisa também se situa na interface dos dois Grupos de Pesquisas nos quais temos inserção como docente e pesquisadora (GEDETER e GECAL), decorrendo do interesse em buscar a aproximação e interlocução destes dois campos, respectivamente, educação e economia solidária e educação e gênero.

No GEDETER, como já dissemos, desenvolve-se o projeto da ITCP/UNIPLAC focada no fomento à economia solidária, isto é, no processo de incubação de empreendimentos econômicos solidários. Entendemos que o campo da economia solidária é da maior importância na estratégia de transição de sujeitas individuais e coletivas, da condição de marginalizadas social e economicamente, para a condição de sujeitas autônomas e emancipadas. Referindo-se aos objetivos da economia solidária, Mance (2002, p. 83, grifo nosso) afirma:

O objetivo principal é gerar trabalho e renda para as pessoas que estão desempregadas e marginalizadas, melhorar o padrão de consumo de todos os que dela participam, proteger o meio ambiente e *construir uma nova sociedade* em que não haja a exploração das pessoas ou a degradação do equilíbrio ecológico.

Destaque-se que no aspecto socioeconômico, da população estimada na Região Serrana de 290 mil habitantes, de acordo com o Plano de Desenvolvimento de Santa Catarina 2030 (Plano SC 2030)²⁶, 49.620 pessoas vivem em situação de pobreza. Na cidade de Lages, segundo dados do CadÚnico²⁷, da Secretaria de Assistência Social, 15.983 famílias estão cadastradas e destas apenas 5.509 recebem o benefício do Programa Bolsa Família do Governo Federal. Significa dizer que dependem mensalmente da política de transferência de renda mínima para sua subsistência. Trata-se de uma cidadania assistida, tutelada conforme reflete Demo (1995), ainda que justificado pelo direito garantido constitucionalmente. Para um Estado de direitos, contudo, é um imperativo ético-social desenvolver políticas públicas capazes de romper com a condição da cidadania assistida e construir a cidadania solidária na qual os bens materiais, políticos e simbólicos sejam usufruídos e compartilhados por todas.

Ao confrontar os projetos societários em âmbito macro, o primeiro presidido pela lógica do capital enquanto sistema socioeconômico, Mészáros (2007) reflete acerca da crescente “globalização do desemprego” incluindo os países do chamado “capitalismo avançado” no qual jamais este sistema gerará emprego e renda para todos. Afirma que esta é condição para a “expansão e acumulação do capital” (Mészáros, 2007, p. 142). Após analisar o desenvolvimento econômico e a situação de desempregabilidade de inúmeros países capitalistas, este autor considera que

Desse modo, alcançamos um ponto no desenvolvimento histórico em que o desemprego se coloca como um traço dominante do sistema capitalista como um todo. Em sua nova modalidade, constitui uma malha de inter-relações e

26 Disponível em: <file:///C:/Users/antun/Downloads/PLANO%20SC%202030.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2020.

27 O Cadastro Único para Programas Sociais, regulamentado pelo Decreto nº 6135, de 26 de junho de 2007, funciona como um instrumento de identificação e caracterização socioeconômica das famílias brasileiras de baixa renda. É utilizado, obrigatoriamente, para a seleção de beneficiários e para integração de programas sociais do governo federal. (<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/cadastrounico>).

inter determinações pelas quais hoje se torna impossível encontrar remédios e soluções parciais para o problema do desemprego em áreas restritas, em agudo contraste com as décadas do pós-guerra de desenvolvimento em alguns países privilegiados, nos quais os políticos liberais poderiam falar sobre pleno emprego em uma sociedade livre (Mészáros, 2007, p. 145).

Outro caminho é preciso encontrar. Singer (2006), uma das maiores referências no campo da economia solidária, critica o capitalismo à moda brasileira e enquanto modo de produção hegemônico e, assim, aponta o caminho alternativo fundado na economia solidária. Demonstra que um projeto societário embasado nos valores e princípios da economia solidária tem outra perspectiva, ou seja, o socialismo democrático, visa uma sociedade orientada pelos princípios e valores da autogestão, da propriedade coletiva (ou social) dos meios de produção, participação, cooperação, solidariedade, trabalho associado, distribuição equitativa dos resultados do trabalho, cuidado com o ambiente e a responsabilidade com o entorno social.

Em nossa perspectiva de análise e formulação do tema de pesquisa, pressupomos que a participação de mulheres nas práticas de economia solidária pode se constituir numa estratégia de enfrentamento às violências de gênero. A compreensão do que é economia solidária transcende a geração de trabalho e renda, busca a construção de novas relações sociais, criação de novas sociabilidades, afirmação de vínculos afetivos e efetivos. Esta “outra economia”, pois, busca o desenvolvimento humano integral de homens e mulheres. Se, como Marx e Engels (2001) bem anotaram no Manifesto Comunista de 1848, “o capitalismo se estruturava na exploração do homem sobre o homem”, a contrapelo, no plano da articulação gênero e economia

solidária, o protagonismo da emancipação e educação omnilateral²⁸ deve ser obra de seres humanas.

Uma das dimensões que fere os direitos humanos na contemporaneidade reside no campo das violências de gênero. Em diferentes formas e em qualquer tempo e lugar pode ser identificada a violência de gênero com seus marcadores sociais como geração, classe, raça e sexualidade. O mundo do trabalho e das relações conjugais são lugares de grande visibilidade de violências de gênero no campo empírico do qual emerge nosso tema de investigação oferecendo inúmeros casos propícios para investigar essa realidade²⁹. Um dado chama atenção ao observar os EES na Região Serrana, *locus* privilegiado deste objeto de investigação: um número significativo deles é constituído unicamente por mulheres. Algumas denominações e empreendimentos no campo empírico já indicam o fenômeno da feminização destes grupos, tais como, “Art’ Mulher”, “Morenas do Divino”, “Casa de Marias”, “Saíram Marias”.

A partir de 2015, surgem em Lages e região cooperativas de trabalho de catadores de materiais recicláveis, inspiradas na Lei nº 12.305/2010 que instituiu a política pública nacional de resíduos sólidos. Este marco legal preconizou a contratação dessas cooperativas pelos municípios tendo em vista a prestação do serviço público

28 Tomamos o conceito de omnilateralidade a partir das reflexões de Frigotto (2012) quando diz: “*Omnilateral* é um termo que vem do latim e cuja tradução literal significa “todos os lados ou dimensões”. Educação omnilateral significa, assim, a concepção de educação ou de formação humana que busca levar em conta todas as dimensões que constituem a especificidade do ser humano e as condições objetivas e subjetivas reais para seu pleno desenvolvimento histórico. Essas dimensões envolvem sua vida corpórea material e seu desenvolvimento intelectual, cultural, educacional, psicossocial, afetivo, estético e lúdico. Em síntese, educação omnilateral abrange a educação e a emancipação de todos os sentidos humanos, pois eles não são *simplesmente dados pela natureza. O que é especificamente humano, neles, é a criação deles pelo próprio homem* (Mészáros, 1981, p. 181, grifo nosso)”.

29 Sobre ilustração de casos de violência de gênero no espaço doméstica em Lages e região, ver: LOCKS, Geralgo Augusto; PEREIRA, Josilaine. Antunes; GRAUPE, Mareli Eliane. Questão agrária e gênero: Lages, uma cidade “boa de se viver”, mas perigosa para mulheres. In: DAMBROS, Gabriela; RADAELLI, Idiane Mânica; MOURAD, Leonice Aparecida de Fátima; DEGGERONE, Zenicléia Angelia. (Orgs.). Questões agrárias em foco II. Ituiutaba: Barlavento, 2019. cap. 10. p. 231-255.

da coleta seletiva de materiais recicláveis. Dado que estes empreendimentos são incubados pela ITCP/UNIPLAC, estatutariamente se regem pelos princípios e valores da economia solidária. Das cinco cooperativas constituídas e incubadas pela ITCP/UNIPLAC, existentes nos municípios de Lages, Otacílio Costa, Campo Belo do Sul, Urubici e São Joaquim, mais da metade de suas cooperadas são mulheres, sendo que nas três primeiras até a presente data, são apenas mulheres que constituem suas direções administrativas.

Tais manifestações de participação de mulheres nos empreendimentos citados acima sugerem que o protagonismo da mulher na economia solidária pode se constituir numa estratégia de enfrentamento às violências de gênero. Os EES referidos emergiram há mais de uma década, sendo que 90% deles situam-se em bairros periféricos de Lages, e 10% no meio rural. Ocupam-se com diferentes atividades nas áreas de panificação, olericultura orgânica, confecção, artesanato, coleta e reciclagem de resíduos sólidos renováveis. As questões que nos conduzem para o problema de pesquisa estão em saber os motivos que movem mulheres a saírem do seu espaço doméstico e participarem de empreendimentos de economia solidária. Partimos do pressuposto de que devem existir inúmeras razões: por que em postos de trabalho que conseguem acessar no campo do mercado capitalista ganham menos na equivalência com os homens? Por que buscam complementação da renda familiar? Desejam romper com a dependência do seu cônjuge? Por que acreditam na economia solidária enquanto um campo não somente de geração de trabalho e renda, mas que congrega sujeitas, cria e consolida vínculos sociais? Entre outras tantas razões, pode residir o desejo de superação da violência de gênero que sofrem no espaço doméstico?

Sendo assim, nosso tema de pesquisa reside na dinâmica do protagonismo de mulheres que tencionam a relação dos campos de estudo de gênero, mais especificamente, da violência de gênero contra a mulher e a economia solidária, particularmente focada nos empreendimentos econômicos solidários.

Como disse Triviños (2011, p. 93):

Podemos dizer, de modo geral, que existem duas maneiras para delimitar, definir e formular um problema de pesquisa, e ambas nos parecem válidas. Naturalmente, quando expressamos isto, estamos partindo de alguns pressupostos: um destes é o de considerar que o pesquisador está envolvido, direta e indiretamente, na realidade na qual um matiz dela, abrangente ou não, apresenta uma situação que precisa ser esclarecida. Isto significa que o investigador, ainda que não necessariamente, deve pertencer à área onde está surgindo, ou surgiu, a questão problemática.

Considerando o contexto no qual descrevemos nosso tema e relevância do objeto de pesquisa, a existência de alguns pressupostos é notória. Nosso problema situa-se no campo e dinâmica da cultura, de processos socioculturais trabalhados na modalidade da educação popular. Além disso, na condição profissional de docente e educadora popular, estamos direta e indiretamente envolvidas com o objeto de pesquisa, o que dá a nossa investigação um caráter participativo. De maneira direta porque, como vimos acima, é nosso campo de engajamento acadêmico, social e político; indiretamente por exigência da condição de pesquisadora, neste sentido, recomenda-se um mínimo de controle da subjetividade para uma apropriação crítica a fim de que a pesquisa ganhe *status* acadêmico.

Nas condições descritas, convém enfatizar que nosso problema foi definido pela pesquisadora após prolongada vivência com o meio no qual vivem as mulheres participantes desses empreendimentos e em diálogo com elas mesmas. Ou seja, em seus empreendimentos, inspirada por inquietações e suspeitas.

Dessa forma, o problema de pesquisa emerge da prática educativa junto a duas vertentes: de um lado, a constatação de que um número significativo de mulheres participa de empreendimentos econômicos solidários em Lages e região, de outro, que a incidência

de violências de gênero contra mulher é um dado real em nosso campo de investigação. Disso nasce nossa suspeita e se torna problema de pesquisa, da indagação de que entre essas mulheres protagonistas de empreendimentos econômicos solidários podem estar latentes ou explicitamente a intenção de resistência, insurreição e enfrentamento de violências de gênero. Esse é nosso “nó” de desconhecimento que investigamos.

Dito de outra maneira, a indagação orientadora do problema de pesquisa é saber se a participação de mulheres em práticas sociais nos empreendimentos econômicos solidários pode conter explicitamente ou não estratégias de enfrentamento às violências de gênero e se constituir em experiências de novas relações sociais, culturais, econômicas na perspectiva do reconhecimento e exercício de relações de gênero inclusivas, equitativas e emancipatórias.

Isto posto, Triviños (2011, p. 96) adianta que

A delimitação do problema de pesquisa significa um encaminhamento, com maior clareza, da teoria que alimenta o esforço do pesquisador, mas será na formulação do problema onde a concepção teórica do estudioso ficará mais claramente estabelecida. E não só ela, mas também os objetivos, as hipóteses e/ ou questões de pesquisa e, fundamentalmente, os métodos e técnicas que se empregarão na análise e interpretação das informações reunidas.

Recorrendo à delimitação de nosso tema e ao objeto de pesquisa acima, o método que, segundo nossa avaliação, vai ficando mais nitidamente estabelecido é o do materialismo histórico-dialético. Neste sentido, tendo em perspectiva a reflexão de Triviños (2011), a formulação de nosso problema, como explicitamos, está inserido num *contexto histórico*, impregnado de relações e conexões que lhe dão certa complexidade, ao mesmo tempo em que, dinamicamente e de forma específica, estabelece contradições possíveis de existir entre outros fenômenos que compõem a totalidade na qual se situa o problema de investigação.

FUNDAMENTOS EPISTEMOLÓGICOS E METODOLÓGICOS DA PESQUISA

Historicamente as epistemologias do norte têm se colocado como as únicas válidas e dominantes na construção do conhecimento, desqualificando, por conseguinte, as demais epistemologias, sobretudo, aquelas do sul³⁰. Isso não significa que não se possa estabelecer o diálogo com epistemologias daquele hemisfério, como fazemos neste trabalho com a abordagem do materialismo histórico-dialético.

A pesquisa não pode ignorar o fenômeno da colonialidade, pois será a partir do reconhecimento da colonialidade, que avançaremos no movimento da (des)colonialidade. Parafraseando Freire, o oprimido sairá da condição de opressão quando tiver consciência dessa opressão. "São as resistências que preservam nos homens e nas mulheres a compreensão do futuro como problema e da vocação do ser mais como expressão do processo de estar sendo" (Moretti; Adams, 2011, p. 475). Para esses autores o tema é importante para a compreensão da insurgência pedagógica e para a superação da epistemologia dominante.

Nessa perspectiva, não é inconveniente demonstrar a exortação de Mills (2009), quando afirma que não estamos nos formando fazedores de teses, mas nossa produção intelectual está se constituindo artesanato em que moldamos, lapidamos e nos transformamos em artesãs de nossas pesquisas. E que essas tenham sentido e

30

Conforme destacam Silva e Oliveira (2015, p. 203): "a epistemologia pressupõe o estudo das formas de produção do conhecimento. Neste sentido discutir epistemologia é propor a reflexão sobre os objetivos, os objetos e os sujeitos envolvidos nos processos de produção de saberes. Contudo, deve se começar dizendo que a construção de um campo de saber é antes de tudo uma questão de exercício de poder". Portanto, as epistemologias do sul "contrapõem-se a uma determinada dominação eurocêntrica no campo da teoria do conhecimento. [...] Esta epistemologia diz respeito ao conjunto de intervenções que "[...] denunciam a supressão de saberes [...] pela norma epistemológica dominante, valorizam saberes que resistiram [...] e as reflexões que estes têm produzido e investigam as condições de um diálogo horizontal entre conhecimentos" (Santos; Meneses, 2010, p. 11).

significado para a transformação social. Um trabalho artesanal pressupõe arte, conhecimento e sabedoria.

Reiterando que o objetivo desta pesquisa é compreender se a economia solidária constitui-se em uma estratégia de enfrentamento às violência de gênero contra a mulher na Região Serrana de Santa Catarina, buscamos compreender como se dá a participação de mulheres na economia solidária; se em suas práticas sociais nos EES contêm latentes ou explicitamente estratégias de enfrentamento às violências de gênero e, quais as contradições, conflitos, movimentos são inerentes às experiências vivenciadas pelas envolvidas na pesquisa.

Para compreender a essência do fenômeno, fez-se necessário: a) refletir acerca da economia solidária considerando seus princípios, valores e origem, caracterizando-a enquanto movimento social e política pública em Lages e região; b) caracterizar os empreendimentos econômicos solidários nos quais participam as mulheres desta pesquisa, considerando origem, identidades de suas integrantes, razões que movem a participação, sejam elas individuais ou coletivas e relações internas e externas; c) identificar manifestações ou não de violência de gênero contra a mulher no campo empírico desta pesquisa, apontando estratégias ou não de enfrentamento utilizadas pelas mulheres; d) conhecer as percepções de representantes de instituições públicas e organizações da sociedade civil sobre economia solidária e violência de gênero, bem como sua atuação no enfrentamento às violências de gênero.

Embasando-nos, logo, na epígrafe do início do capítulo, pesquisar é um ato político implicando em constantes interrogações: para que serve nossa pesquisa? A quem estamos servindo quando pesquisamos? Que conhecimento estamos produzindo? E, finalmente, compreendermos que o ato de pesquisar é um processo mútuo de ensino e aprendizagem que ocorre entre a pesquisadora e as participantes da pesquisa.

PERCURSOS METODOLÓGICOS

Do ponto de vista da abordagem metodológica, o enfoque desta pesquisa é qualitativo. Trivinos (2011, p. 120) destaca a dificuldade em determinar o significado do conceito qualitativo. Para o autor, as origens da pesquisa qualitativa estão na antropologia, seguida da sociologia. Posteriormente irrompeu na investigação educacional. Pretendemos avançar neste conceito para o que atualmente vem sendo denominado de “pesquisa qualitativa crítica”.

Carspecken (2011, p. 397), em seu texto “Pesquisa Qualitativa: conceitos básicos”, afirma que

a pesquisa qualitativa crítica procura compreender a si mesma como uma prática que trabalha com pessoas para conscientizar criticamente, em vez de meramente descrever a realidade social. Um projeto de pesquisa qualitativa crítica tipicamente será um projeto em conscientização. Funcionará com pessoas para transformar maneiras implícitas do conhecer em formas explícitas e passíveis de julgamento de conhecimento discursivo. Contribuirá diretamente para a mudança social e, assim, não só ao informar decisões políticas.

Dito de outra maneira, esta investigação não se satisfaz com a descrição da realidade social a ser investigada, mas carrega intencionalidades, como se constituir em uma prática social conscientizadora, buscando a transformação social, tendo em seu horizonte a emancipação social³¹. Ao contrário do que tem sido a tradição nas investigações educacionais de cunho positivista, a pesquisa qualitativa que propomos “envolve a obtenção de dados descritivos, obtidos no contato direto do pesquisador com a situação estudada, enfatiza mais o processo do que o produto e se preocupa em retratar a perspectiva dos participantes” (Lüdke; André, 1986, p. 13).

A pesquisa qualitativa crítica, que tem valorizado também o processo (não só o resultado) e a participação das sujeitas, foi assumida na América Latina como pesquisa participante ou investigação-participativa (IAP). Moretti e Adams (2011) no texto “Pesquisa Participativa e Educação Popular: epistemologias do sul”, desenvolvem um diálogo entre a educação popular e a pesquisa participativa no contexto da (des)colonialidade do conhecimento. Os autores mantêm seus pés e cabeça na realidade da América Latina. Colocam em cena, de um lado, a presença do colonizador, protagonista de processos de dominação e submissão; de outro, a população dominada durante quase quatrocentos anos e que hoje continua profundamente marcada pelas heranças, por essa ferida colonial (Mignolo, 2007) que se reproduz em forma de colonialidade.

Para Moretti e Adams (2011), não existe uma única maneira de compreender o método científico. A cientificidade pode ser alcançada por muitos modos. “É na relação dialética das problematizações que orientam a permanente reconstrução do método e não o contrário” (Mpreti; Adams, 2011, p. 454). Ou, conforme emerge o problema de pesquisa cabe, por parte da pesquisadora, o discernimento sobre qual método a ser utilizando na investigação. Esta compreensão gera mais liberdade e responsabilidade no ato de pesquisar.

Tendo em vista a natureza desta investigação, ela afilia-se à modalidade da pesquisa participativa, cujo contexto situa-se nas epistemologias do sul, centrada na tradição latino-americana. Também fazemos a pergunta de Moretti e Adams (2011, p. 455):


[...] por que se justificaria uma pesquisa participativa com as classes populares, se estas não são reconhecidas como potencialmente construtoras da história? Nosso pressuposto é de que a pesquisa não pode ignorar essa colonialidade que se expressa na classificação social e no desprezo do que é característico da nossa América. Isso é fundamental na medida em que, durante e após a experiência fundacional traumática de nossos países, sempre estiveram vivos movimentos de resistência e de anúncio simbolizados em personagens e experiências espalhadas pelo continente.

Assim sendo, a pesquisa participativa carrega uma tradição latino-americana, situada nas epistemologias do sul. Nossas autoras com quem estamos dialogando apontam outras características da pesquisa participativa a serem enumeradas, como, por exemplo: trata-se de um método dinâmico que não se enquadra numa forma; tem sua base na apropriação coletiva do saber, da participação efetiva daquelas que historicamente não tiveram o direito ao acesso à produção, ao poder e à cultura; assume uma compreensão dialética da história, carregada de uma clara intencionalidade política transformadora e uma opção de trabalho junto às classes sociais empobrecidas; busca potencializar os seus interesses e os seus projetos (Moretti; Adams, 2011). Além do empoderamento gerado pela pesquisa participativa, outra característica não menos importante pode ser destacada: ela, ao se articular com os princípios da educação popular e participação social, possibilita às pessoas compreenderem e interpretarem as lógicas do funcionamento do modo de produção capitalista dominante, bem como adquirir conhecimento apropriado tendo em vista a mobilização social na direção das mudanças da própria realidade social (Moretti; Adams, 2011).

Alguns princípios metodológicos podem ser destacados em nossa pesquisa. Mas, acompanhados da advertência de Streck (2006, p. 262) que nos alerta:

[...] se a ocupação com as questões metodológicas não nos desvia de outras perguntas, a começar pelo valor e significado social, respectivamente, pelas estratégias políticas de nosso trabalho investigativo. Em outras palavras, há o risco da metodologização da pesquisa, a qual consiste em acreditar que, com o uso correto de determinadas técnicas e com um desenho metodológico adequado, se consegue soluções para os problemas.

Esta investigação pressupõe a pesquisa de campo. Neste contexto, podemos destacar alguns elementos: primeiro, **o campo** é compreendido aqui como um “espaço de reflexividade” como propõe



Guber (2005), destacando que a 'coleta de dados' não se restringe a um mero ato mecânico realizado por quem utilitariamente, deseja preencher tecnicamente um questionário e de pronto, acha-se satisfeito. Em vista disso, ao invés de 'coleta de dados', que traz uma conotação como se os fatos pesquisados fossem estáticos, congelados, como se não fossem parte de um contexto em constante movimento, preferimos nos referir à 'produção de informações com os sujeitos' (leitura das percepções sobre a vida pelas participantes em diálogo com a pesquisadora); segundo, a opção é pelo estabelecimento do **diálogo pedagógico** com mulheres participantes da pesquisa. Freire (2015) dedica um importante capítulo ao diálogo em sua *Pedagogia do Oprimido*. A esse respeito Mello (2008) salienta que:

o diálogo constitui um dos fundamentos epistemológicos da pedagogia freiriana. Para ele, o diálogo adquire o estatuto ao mesmo tempo gnosiológico e metodológico de uma Pedagogia Libertadora, na qual meio e finalidade do processo educativo se imbricam na mediação sociocultural e nas relações horizontais entre educador-educando, escola-comunidade, saber popular-saber sistematizado. [...] Portanto, o diálogo para Freire é uma 'conversa hermenêutica' (Mello, 2008, p. 90).

O trabalho de campo empírico também carrega uma configuração própria, uma vez que se constitui em singularidade para cada experiência de pesquisa. Zago (2003), chama atenção.

Não é inoportuno lembrar que a construção de um trabalho de campo é sempre uma experiência singular e esta escapa frequentemente à racionalidade descrita nos manuais metodológicos. [...] Há uma relação dialética permanente entre a realidade social identificada no trabalho de campo e o referencial adotado para interrogar (Zago, 2003, p. 292).

O segundo princípio metodológico ainda, reside na prática do diálogo entre pesquisadora-participantes da pesquisa que adquire vital importância na medida em que nesse se fundamenta

a emancipação social, que se pode aproximar os conhecimentos, superar-se e criar novos conhecimentos e possibilidades, tendo em vista a transformação das dialogantes e da própria realidade na qual estão inseridas (Mello, 2008). Neste sentido, algumas das expectativas desta tese, enquanto resultados pedagógicos, deram-se pela mediação da própria pesquisa.

O terceiro princípio teórico e metodológico reside na **percepção do lugar** onde estamos refletindo e construindo o conhecimento. Trata-se de pensar onde somos, vivemos e construímos nosso mundo. Neste sentido nos aliamos àqueles pensadores que têm desenvolvido a perspectiva epistemológica descolonial, ou seja, a partir do sul, como já evidenciamos em Moretti e Adams (2011).

O quarto princípio reside na compreensão da própria **presença da pesquisadora em campo**. Somos parte da pesquisa, e como tal não se pode negar a influência da própria formação, das crenças e sua posição na e sobre a realidade. Isto é ainda mais instigante quando visto pelo seu perfil de mulher, feminista e educadora popular envolvida nos campos da economia solidária e gênero, conforme anunciamos na delimitação do tema de pesquisa e em seus objetivos. Nisto reside também o cuidado com o “controle” mínimo da subjetividade para que se alcance o caráter acadêmico e científico de uma Tese de Doutorado.

Neste item, uma atitude de vigilância epistemológica convém ser apontada. Dada a inserção, *a priori*, da pesquisadora no campo empírico, a sua vivência enquanto prática social, pessoal e acadêmica o encontro com o aparentemente óbvio pode obstaculizar a identificação da essência do fenômeno. “O segredo da pesquisa”, afirma Streck (2006, p. 265),

Talvez esteja em penetrar esse simples, movimentar-se dentro dele, entre suas fissuras e saliências. Esse simples e óbvio não nos encontra na escrivaninha, protegidos entre os livros, atrás da tela do computador. O óbvio nos encontra nas ruas, nas salas de aula, nas rodas de conversas, sempre que estejamos dispostos a um tipo de escuta em que deixamos cair nossas defesas e barreiras, quando

abandonamos a posição daqueles que já sabem e que imaginam ter de enfiar cada pedaço do mundo e da experiência em determinado lugar ou lhe colocar uma etiqueta [...] vivemos num mundo mágico, sobre o quão pouco ou nada sabemos das coisas que nos cercam, desde a variedade dos pássaros que cantam e brincam no jardim, o computador que faz parte de nossa rotina diária, ou o que acontece quando aprendemos ou não aprendemos.

Compreendemos com a reflexão acima que o óbvio se torna um obstáculo ao conhecimento, na medida em que pode colocar um véu em nosso filtro de observação, ao ouvir e registrar as informações encontrados em campo. Não que trazemos a realidade tal qual ela se apresenta, visto que o que fazemos são interpretações das interpretações que nossas participantes da pesquisa já fizeram ou fazem de sua realidade e de suas experiências vividas.

No conjunto dos procedimentos de pesquisa no trabalho de campo, estavam previstos roda de conversa, entrevistas com registro e sistematização das informações, incluindo também análise documental.

Originada em estudos freirianos a metodologia da **Roda de Conversa** remete aos “círculos de cultura”. Segundo Brandão,

[...] no círculo de cultura, o diálogo deixa de ser uma simples metodologia ou uma técnica de ação grupal e passa a ter a própria diretriz de uma experiência didática centrada no suposto de que aprender é aprender a “dizer a sua palavra”. [...] O autor destaca quatro fundamentos do círculo, que resumimos ao nosso modo: a) cada pessoa é uma fonte original e única de uma forma própria de saber; b) cada cultura representa um modo de vida e uma forma singular e autêntica de ser, de viver, de sentir e de pensar de uma ou de várias comunidades; c) ninguém educa ninguém, mas também ninguém se educa sozinho, não obstante, os seres humanos educam-se umas às outras e mutuamente se ensinam-e-aprendem; d) alfabetizar significa aprender a ler e ler criticamente o mundo (Brandão, 2018, p. 81).

Para Sampaio *et al.* (2014), a utilização da roda de conversa na pesquisa é nova e vem sendo desenvolvida em diferentes contextos, para além da pesquisa. Reconhecem que ela tem origem nos estudos de Freire. Essas autoras enfatizam que:

[...] as rodas de conversas possibilitam encontros dialógicos, criando possibilidades de produção e resignificação de sentido – saberes – sobre as experiências dos participantes. Sua escolha se baseia na horizontalização das relações de poder. Os sujeitos que as compõem se implicam, dialeticamente, como atores históricos e sociais críticos e reflexivos diante da realidade. Dissolve-se a figura do mestre como centro do processo, e emerge a fala como signo de valores, normas, cultura, práticas e discurso. Portanto, na roda, a fala é compreendida como expressão de modos de vida (Sampaio *et al.*, 2014, p. 1301).

Torna-se fundamental para nossos procedimentos metodológicos considerar que, conforme a visão dessas autoras, para além da aproximação, entrosamento e confiança entre as pessoas,

as rodas são mais do que disposição física (circular) dos participantes e bem mais que uma relação custo-benefício para o trabalho com grupos. Elas são uma postura ético-política em relação à produção do conhecimento e à transformação social, efetivando-se a partir das negociações entre sujeitos. O espaço da roda de conversa intenciona a construção de novas possibilidades que se abrem ao pensar, num movimento contínuo de perceber – refletir – agir – modificar, em que os participantes podem se reconhecer como condutores de sua ação e da sua própria possibilidade de “ser mais”. O fato de o diálogo ser posto como aberto e igualitário não significa dizer que essas negociações sejam tranquilas, visto que, nesses espaços, estão postos jogos de poderes e questionamentos às hegemonias (Sampaio *et al.*, 2014, p. 1301).

Nesta pesquisa, as rodas de conversa foram projetadas com quatro empreendimentos econômicos solidários e tiveram a seguinte forma: 1) as participantes da pesquisa seriam convidadas a formarem

um círculo; 2) haveria roteiro de questões disparadoras do diálogo; 3) o diálogo seria mediado pela pesquisadora; 4) o registro poderia ser gravado, filmado ou anotado no caderno de campo, conforme o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e consequente negociação com o grupo de mulheres participantes.

Com a emergência do cenário de pandemia do coronavírus e suas implicações sociais e sanitárias, o governo de Santa Catarina emitiu o Decreto nº 507 de 16 de março de 2020 que dispunha sobre medidas de prevenção e combate ao contágio pelo coronavírus (COVID-19). O dispositivo legal impôs protocolos sanitários, obrigando-nos a fazer uma necessária revisão e adaptação dos procedimentos metodológicos descritos acima.

Em relação aos procedimentos da roda de conversa foram realizadas duas rodas com dois empreendimentos, Casa de Marias e a Cooperativa de Trabalho dos Catadores de Materiais Recicláveis do Município de Otacílio Costa, (COOPERCO), pela plataforma *on-line Google Meet*. Do primeiro empreendimento, participaram oito pessoas, três homens e cinco mulheres, sendo duas delas transexuais, com duração de uma hora e vinte e cinco minutos, devidamente gravada. Na roda de conversa com a COOPERCO, participaram duas mulheres, com duração de trinta minutos gravados. As gravações foram transcritas para ulterior análise das informações produzidas.

Convém destacar que a alteração da metodologia roda de conversa presencial para a mediação via plataforma *on-line Google Meet* apresentou limites significativos, contudo, sem comprometer seus objetivos. Impactou no número de participantes, no ambiente do encontro, na interação que se estabeleceu pelo diálogo, embora a pesquisadora tivesse familiaridade com as sujeitas participantes da pesquisa. Observamos, a partir de nossa experiência que as ferramentas de comunicação *on-line* se apresentam ambíguas, pois ao passo que aproximam pessoas distantes, geram barreiras para a expressão da subjetividade humana, alterando o sentir e o vivenciar

a presença da outra. O corpo fala e a comunicação acaba ofuscada pela virtualidade. O que se pode captar pela comunicação presencial fica comprometido, dado que os diferentes tipos de vínculos perceptíveis pelos sentidos humanos resultam embaralhados.

Concordamos com Santos (2020, p. 13) ao constatar que “A pandemia confere à realidade uma liberdade caótica e qualquer tentativa de aprisionar analiticamente está condenada ao fracasso, dado que a realidade vai sempre adiante do que captamos ou sentimos sobre ela”. Neste cenário, no que diz respeito às mulheres, os desafios são ainda maiores, porquanto como observa Santos (2020, p. 15), “para as mulheres a quarentena será particularmente difícil e, nalguns casos, pode mesmo ser perigosa. As mulheres são consideradas ‘as cuidadoras do mundo’, dominam na prestação do cuidado dentro e fora das famílias”.

Com os outros dois empreendimentos, Art’Mulher e Morenas do Divino, as rodas de conversa foram substituídas por entrevistas semiestruturadas com a participação de uma mulher de cada um dos EES, também por meio da plataforma *on-line Google Meet*. Nesses grupos formados prioritariamente por mulheres empobrecidas – muitas delas com a pandemia tiveram que continuar em suas atividades laborais para prover sua existência e a de sua família – continuaram cuidando da casa e das filhas 24 horas por dia, já que as escolas estavam fechadas. Mais uma vez as mulheres se sobrecarregaram. Importante ainda destacar que esses dois grupos, especificamente, apresentaram mais dificuldades no acesso à internet e às tecnologias, limitando sobremaneira a participação na roda de conversa.

Tanto as entrevistas previstas nos procedimentos metodológicos com as representantes do movimento e a política pública de economia solidária; quanto a política pública para a mulher também sofreram adaptações. A representante do Fórum Regional de Economia Solidária concedeu a entrevista pela plataforma *on-line Google meet*. O representante do Fórum Catarinense e do Conselho Estadual de Economia Solidária e o representante do Conselho

Municipal de Economia Solidária participaram das entrevistas de forma presencial conforme previsto no projeto. Já o representante da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo enviou as questões orientadoras respondidas por correio eletrônico (*e-mail*). Convém informar que esse participante da pesquisa se encontrava em tratamento médico oncológico e, com a pandemia, resguardou o direito de não realizar entrevista presencialmente. De qualquer modo, não se escusou de participar. Ele mesmo, Oscar Romero, afirma:

Dia 31 de dezembro de 2020, está agendado como dia do encerramento de minha participação na vida pública; saio com a certeza de que não fiz tudo o que queria, mas tenho também a convicção de que em nem um momento foi por falta de vontade minha. Sempre lutei por causas, acredito que a causa é maior que as entidades e estas muito maiores que os interesses pessoais.

Em relação às representações da política pública para a mulher foram efetivadas entrevistas presenciais com o Juiz de Direito e a representante do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, respeitando todos os protocolos sanitários e de segurança contra a COVID19. Já a representante da Secretaria Municipal de Política para a Mulher enviou as questões respondidas por correio eletrônico (*e-mail*), porque, em razão de pertencer ao grupo de risco para a COVID 19, resolveu preservar o seu direito de participar nesta modalidade. O Quadro 1, da página seguinte, apresenta o perfil das participantes da pesquisa.

Conforme quadro do perfil das participantes, convém reiterar que esta pesquisa preserva a privacidade e o anonimato de suas informantes. Portanto, é atribuído o nome de uma mulher ou de um homem da frente dos movimentos feministas ou inseridas neles, bem como em lutas pela emancipação e libertação dos povos oprimidos, marginalizados e excluídos na América Latina. É possível também constatar pelo perfil que a maioria tem idade acima dos 40 anos,

todas envolvidas de uma forma ou de outra com o movimento e a política pública de economia solidária; e a política pública para a mulher.

Ainda se faz necessário trazer à memória quem são essas lutadoras do e com o povo, nem sempre visíveis na sociedade, para tanto vide Apêndice A – Um pouco da história das mulheres e homens latino-americanas que dão nome às participantes da pesquisa.

Ainda, no que tange à entrevista, Zago (2003) ressalta que a proposta de sua abordagem se volta para a reflexão dos procedimentos teórico-metodológicos adotados na prática concreta da pesquisa, com o enfoque na produção das informações. Com base na entrevista, a autora justifica que os instrumentos adotados na produção de informações só ganham sentido quando articulados à problemática de estudo.

As pesquisas da autora, tal como a nossa pesquisa, estão voltadas para a realidade social mantendo a relação entre os planos micro e macrosocial numa perspectiva qualitativa, sendo que as questões não podem ser tratadas em blocos monolíticos.

Zago (2003, p. 288) afirma que "A dinâmica produzida pela continuidade da pesquisa num mesmo campo de interesse permite aguçar o olhar do pesquisador, afinar arestas, duvidar das questões genéricas, ou seja, ampliar a compreensão de um determinado fenômeno social".

Quadro 1 – Nome e perfil das/dos participantes da pesquisa

PARTICIPANTES DA PESQUISA							
Nome	Idade	Gênero	EES/atividade	Representante Gestor Público e/ou Política Pública	Ocupação Profissional	Procedimento metodológico	Município
Violeta Parra	43	Feminino	Art` Mulher/ Panificados	Fórum Regional de ECOSOL	Comerciante	Entrevista via Google Meet	Lages/SC
Frida Khalo	55	Feminino	Casa de Marias/ Costura e artesanato	Fórum Regional de ECOSOL e Conselho Municipal de ECOSOL	Professora	Roda de Conversa via Google Meet	Lages/SC
José Martí	35	Masculino	Casa de Marias e Rede de Desenvolvimento Comunitário Casa de Gente/Costura e artesanato	Fórum Regional de ECOSOL e Conselho Municipal de ECOSOL	Educador popular	Roda de conversa via Google Meet	Lages/SC
Marielle Franco	54	Feminino	Morenas do Divino/ Panificados	Gestora Pública	Veterinária (funcionária pública)	Entrevista via Google Meet	Rio Rufino/SC
Irmãs Patria e Minerva Mirabal	28 33	Feminino	COOPERCO/ resíduos sólidos		Catadoras de resíduos sólidos	Roda de Conversa via Google Meet	Otacílio Costa/SC
Juana Inez de La Cruz	32	Feminino		Presidenta do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher	Bacharel em Direito	Entrevista Presencial	Lages/SC
Nísia Floresta	74	Feminino		Secretaria de Políticas para Mulher	Professora aposentada e Secretária de Políticas para Mulher	Questionário semiestruturado respondido por e-mail.	Lages/SC

PARTICIPANTES DA PESQUISA							
Comandanta Ramona	55	Feminino		Coordenadora do Fórum Regional de ECOSOL	Advogada e professora	Entrevista via Google Meet	Lages/SC
Simón Rodríguez	47	Masculino		Juizado 2ª Vara Criminal	Juiz de Direito	Entrevista presencial	Lages/SC
Mariátegui	23	Masculino		Coordenador do Fórum Regional de ECOSOL e Representante do Fórum Catarinense de ECOSOL e do Conselho Estadual de Ecosol	Assistente Social	Entrevista presencial	Lages/SC
Sepé Tiaraju	66	Masculino		Presidente do Conselho Municipal de ECOSOL	Médico veterinário	Entrevista presencial	Lages/SC
Óscar Romero	62	Masculino		Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo	Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo	Questionário semiestruturado respondido por e-mail.	Lages/SC

Fonte: elaborado pela autora, 2020.

Zago (2003) contribui de forma significativa em nossa pesquisa cujos objetivos são: descrever casos de mulheres em situação de violência de gênero e suas perspectivas de superação; analisar as percepções das mulheres protagonistas dos empreendimentos econômicos solidários acerca do potencial e das possíveis estratégias desenvolvidas para o enfrentamento da violência de gênero. Ao entrevistar as mulheres participantes da economia solidária, muitas respostas às questões que se apresentam na fase da produção de informações poderão ser encontradas na prática concreta e na dinâmica que a pesquisadora vai dando ao seu próprio trabalho.

Em síntese, a autora reitera a necessidade de se estabelecer uma relação social, uma relação de confiança na entrevista, pois é a partir desta interação entre pesquisadora e participante da pesquisa que determinará o desenvolvimento da entrevista e a natureza das informações produzidas.

No que se refere aos documentos, compôs esta pesquisa registros em diários de campo dos empreendimentos realizados pela Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares, da Universidade do Planalto Catarinense. Outras informações foram recolhidas de dados na Secretaria de Políticas para Mulher³² do Município de Lages; na Segunda Vara Criminal da Comarca de Lages, em reportagens do Jornal Correio Lageano e na Secretaria de Segurança Pública do Estado de Santa Catarina. Servimo-nos também de fontes como Mapa da Violência 2012 e 2015 e Relatório Final da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Violência Contra a Mulher no Brasil.

A análise documental implicou em identificar o marco legal da política pública de economia solidária e das políticas públicas para mulheres, bem como os registros de campo dos empreendimentos econômicos solidários, com o objetivo de analisar as referidas políticas existentes no país e em Lages, considerando sua gênese histórica, estruturação, sujeitos coletivos constituintes, indicadores produzidos e outras informações, princípios e valores propostos em seu desenvolvimento.

É nas escavações e evidências de documentos que será possível, segundo May (2004, p. 205):

Fazer comparações entre as interpretações dos eventos feitas pelo observador e aquelas registradas nos documentos relacionados aos mesmos. Ao mesmo tempo essas fontes podem ser utilizadas por seu próprio mérito. Elas podem nos dizer muitas coisas sobre a maneira na

32

O município de Lages é o primeiro do Estado de Santa Catarina a criar uma Secretaria Municipal de Política para Mulheres, a partir de 2017.

qual os eventos são construídos, as justificativas empregadas, assim como fornecer materiais sobre os quais basear investigações mais aprofundadas.

Os documentos são “interessantes pelo que deixam de fora, assim como pelo que contêm. Eles não refletem simplesmente, mas também constroem a realidade social e as versões dos eventos” (May, 2004, p. 213). Para Corsetti (2006, p. 36) “a revolução documental não pode ser considerada tão somente em relação à seleção das fontes a serem utilizadas, mas, sobretudo ao tratamento dado a elas. Ou seja, problematizar o tema à luz da literatura que lhe é pertinente”.

Tal qual a abordagem quantitativa, os documentos devem ser compreendidos na perspectiva de uma análise política, eles podem ser incluídos ou excluídos; números e documentos são dados, localizados e contraditórios. Portanto, são históricos e devem ser contextualizados.

Esta pesquisa se utilizou também de informações quantitativas para compreender, sobretudo, nos mapas da violência de 2012 e 2015 que revelam, de um lado, dados relativos à incidência da violência no campo empírico desta pesquisa; e de outro, demonstram suas incongruências, essencialmente em dados de 2015.

Segundo Gatti (2004), no Brasil não há uma tradição sólida nos estudos quantitativos em educação, muitas vezes considerados tecnicistas e inadequadamente positivistas (Gatti, 2004). A autora enfatiza que:

[...] os dados quantitativos contextualizados por perspectivas teóricas, com escolhas metodológicas cuidadosas, trazem subsídios concretos para a compreensão de fenômenos educacionais indo além dos casuísmos e contribuindo para a produção/enfretamento do conhecimento (Gatti, 2004, p. 26).

Em síntese, o processo de pesquisa, a produção deste artesanato intelectual é muito importante do ponto de vista do exercício do estranhamento e distanciamento ou aproximação crítica de nosso objeto de pesquisa, já apontado desde a tradição da pesquisa etnográfica desenvolvida por Malinowski (1984). Deste modo, de acordo com os princípios de pesquisa qualitativa participativa, não se vai a campo isento de teoria, sendo condição fundamental para a pesquisa qualitativa. Ou melhor, não é possível ir a campo somente com a visão naturalizada ou desprovida da teoria. Do mesmo modo, este autor nos alerta para os “imponderáveis da vida real”, ou seja, atitudes, expressões não verbais, tom dos discursos, linguagem corporal, silenciamentos, simpatias ou aversões momentâneas, reveladores e marcadores do modo de pensar, dizer e fazer das participantes estão implícitos ou explícitos no processo de pesquisa.

A despeito dos registros das informações (incluindo as percepções) de campo recolhidos, Streck (2006, p. 259), enfatiza que: “quem pesquisa sabe que em algum lugar e de alguma forma terá de fazer seus registros”. A utilização do caderno de campo foi nossa ferramenta para os apontamentos de dados de campo. Nele fizemos os registros de ordem objetiva, gerados pela realização das entrevistas, e de ordem subjetiva, observada nas atitudes, condutas, linguagens não verbalizadas e conversas informais. Compôs-se também no instrumento para registro das intuições, especialmente quando esta ocorre imediatamente após cada contato com sujeitos e ambiente do campo empírico.

Finalmente, após os registros, o trabalho volta-se para a análise e sistematização dos dados. Holliday (2006, p. 227) anota que

A palavra sistematização em determinadas disciplinas se refere, principalmente, a classificar, a ordenar dados e informações. Este é o sentido mais comum, mais utilizado e totalmente válido da noção ou do conceito de sistematização: sistematizar dados, informações; classificá-los, ordená-los, organizá-los.

Oscar Jara Holliday *apud* Streck (2006, p. 268) expõe com maestria a função sistematizadora e organizadora da pesquisa:

Parece que lo más característico y propio de la reflexión sistematizadora sería el que ella busca en el interior de la dinámica de las experiencias, algo así como meter-se “por dentro” de esos procesos sociales vivos y complejos, circulando por entre sus elementos, palpando las relaciones entre ellos, recorriendo sus diferentes etapas, localizando sus contradicciones, tensiones, marchas y contramarchas, llegando así a entender estos procesos desde su propia lógica, extrayendo de allí enseñanzas que puedan aportar al enriquecimiento tanto de la práctica como de la teoría.

Como é visto, os procedimentos de sistematização das informações recolhidas em campo, apresentam exigências, tais como contextualização das informações alcançando a profundidade possível, uma vez que elas contêm histórias, vidas, complexidade; estão densas de relações. Torna-se indispensável decompor, fazer conexões das partes para antever a totalidade em movimento, identificar suas contradições, tensões em vista do encontro das lógicas que perpassam e permeiam as informações. Deste trabalho, resulta o texto retratando a tese que animou toda a investigação desde seu enunciado até a análise das informações produzidas.

Em relação à análise de todas as informações do *corpus da pesquisa*, seguiremos as orientações de Bardin (2011) para a realização da análise de conteúdo. Segundo, Silva e Fossá (2015, p. 3)

A análise de conteúdo, atualmente, pode ser definida como um conjunto de instrumentos metodológicos, em constante aperfeiçoamento, que se presta a analisar diferentes fontes de conteúdos (verbais ou não-verbais). Quanto à interpretação, a análise de conteúdo transita entre dois polos: o rigor da objetividade e a fecundidade da subjetividade. É uma técnica refinada, que exige do pesquisador, disciplina, dedicação, paciência e tempo.

Nesta perspectiva de análise, algumas etapas são imprescindíveis para se alcançar significação das informações. Ou seja, na proposição de Bardin (2011), a autora mais citada em estudos qualitativos, as etapas são organizadas em três fases: 1) pré-análise; 2) exploração do material; e 3) tratamento dos resultados, inferência e interpretação.

Na primeira fase, denominada **pré-análise**, fizemos a leitura geral da produção das informações que já estavam transcritas e organizadas para interpretação, compreensão e sistematização mediadas pelo referencial teórico da tese.

Essa fase implica num conjunto de critérios que foram seguidos conforme orientação de Bardin (2011): a) leitura; b) escolha dos documentos; c) formulação das hipóteses e objetivos a partir da leitura inicial dos dados; d) elaboração de indicadores a fim de interpretar o material coletado; e) exaustividade que se refere à deferência de todos os componentes constitutivos do *corpus*; f) representatividade no caso da seleção de um número muito elevado de dados, pode efetuar-se uma amostra, desde que o material a isto se preste. A amostragem diz-se rigorosa se for uma parte representativa do universo inicial; g) homogeneidade, que significa os documentos obedecerem a critérios precisos de escolha e não apresentarem demasiada singularidade fora dos critérios. h) pertinência, que significa verificar se a fonte documental corresponde adequadamente ao objetivo suscitado pela análise, concernente com o que se propôs o estudo.

Procuramos seguir, nesta primeira fase, a leitura da produção de informações; a seleção de documentos elaborados e arquivados pela ITCP/UNIPLAC. A leitura do material foi sendo sistematicamente confrontada com os objetivos da pesquisa; foi quando tivemos condições de nos aproximar das categorias e subcategorias estruturantes sob as quais interpretamos a produção de informações.

Concluída a primeira fase, seguimos para a segunda, a exploração do material, que consiste segundo Bardin (2011), em codificar e transformar, a partir de recorte, agregação e enumeração, com base em regras precisas sobre as informações textuais, representativas das características do conteúdo.

Nessa fase, foram identificadas as palavras-chave que engendraram a primeira categorização. Estas foram agrupadas tematicamente resultando nas categorias e subcategorias. As categorias fundantes, a priori, são economia solidária e violência de gênero contra a mulher. Com a exploração e codificação do material recolhido, elegemos e enumeramos subcategorias em três conjuntos seguintes por ordem de incidência: i) trabalho e renda, formação, empoderamento; ii) marco legal da economia solidária, autogestão, trabalho em rede; iii) machismo, denúncia e medo.

Os dados foram interpretados desde a perspectiva teórica das epistemologias do sul; princípios e fundamentos do materialismo histórico-dialético, como consciência, historicidade, movimento, totalidade, contradição, modo de produção, relações sociais de produção, sociedade de classe, a prática social – práxis, a intencionalidade de transformação social, o protagonismo de homens e mulheres na construção da história, referenciadores de nossa reflexão.

Na terceira e última fase, denominada por Bardin (2011) de tratamento dos resultados, inferência e interpretação, buscamos captar os conteúdos manifestos e latentes contidos na produção das informações (observação, entrevistas, roda de conversa, documentos etc.). A análise foi realizada por meio das diversas categorias, ressaltando aspectos semelhantes e diferentes.

Convém enfatizar que, nesta última fase, permitimo-nos sair metodologicamente “fora da caixa”³³, rompendo com os cânones tradicionais do fazer pesquisa científica. Segundo reflexões realizadas no Centro de Estudos Sociais – CES (2018):

A reflexão sobre os limites da ciência moderna, a crítica à teoria eurocêntrica e o desafio da construção de conhecimento comprometido com a transformação social envolvem o questionar dos manuais que apresentam as metodologias como receitas inflexíveis universalmente aplicáveis. As metodologias devem estar sintonizadas com a reflexão epistemológica e ética. [...] Refletiremos sobre metodologias fora da caixa a partir de experiências reais, dilemas, dificuldades e possibilidades não antecipadas que emergem no decorrer do trabalho de pesquisa. Pretendemos discutir desafios do trabalho de campo, que levaram os/as investigadores/as para os lá dos livros de metodologia tradicionais. A proposta é partilhar e discutir a experiência vivida da investigação, as decisões tomadas, os imprevistos resolvidos, os dilemas éticos, as questões que envolvem a investigação comprometida com a transformação social.

Procuramos avançar para além do que sugerem os livros de metodologia de “receitas inflexíveis”, transgredindo o modo tradicional de interpretar a produção de informações. Não produzimos um capítulo específico que trata da análise das informações obtidas no campo de pesquisa. Elas se encontram ao longo do texto, buscando romper a dicotomia teoria e prática. O diálogo com as participantes da pesquisa foi emergindo e sendo, conforme demandavam e correspondiam às reflexões teóricas. Buscamos demonstrar que o campo empírico de pesquisa não deve ser visto como um momento mágico ou mecânico de “coleta de dados”, mas, um espaço de reflexividade, onde prática e teoria dialogam sem um se sobrepor ao outro.

33

As reflexões sobre as Metodologias Fora da Caixa foram extraídas pela autora, quando participou do XIII Jovens Cientistas Sociais realizado em 11 de outubro de 2018 pelo Centro de Estudos Sociais (CES) na Universidade de Coimbra, Portugal. Disponível em: Metodologias Fora da Caixa: do Cânone à Experiência (uc.pt). Acesso em: 25 jan. 2021.

Outra referência teórica relevante para fundamentar e operar com a análise de conteúdo foram as proposições de Triviños (2011). Além de historicizar a gênese e o desenvolvimento deste método, demonstra que a obra de Bardin, *L'analyse de contenu*, de 1977, traz os conceitos fundamentais quando se pensa em sua aplicação na pesquisa em educação.

O autor recomenda a utilização deste método “por que, como diz Bardin, ele se presta para o estudo ‘das motivações, atitudes, valores, crenças, tendências’ e, acrescentamos nós, para o desvendar das ideologias” (Triviños, 2011, p. 159-160). Acrescenta ainda que “Pode servir em auxiliar para instrumento de pesquisa de maior profundidade e complexidade, como o é, por exemplo, o método dialético” (Triviños, 2011, p. 160). Na sequência de sua exposição, o autor apresenta o conceito do método de análise de conteúdo e suas peculiaridades essenciais. Traz, também, como vimos acima, as etapas no processo de uso da análise de conteúdo. Por último, didaticamente, esse autor apresenta um exemplo do emprego do método de análise de conteúdo, mostrando como o objeto em estudo nesta perspectiva, é visto em sua historicidade, movimento, totalidade e contradições como é própria da teoria do materialismo histórico-dialético.

“O LUGAR DE FALA” DAS PARTICIPANTES DA PESQUISA

Passamos a caracterizar abaixo os empreendimentos econômicos solidários (EES) com os seguintes critérios: origem, identidade de suas integrantes, localização, tempo de organização e atividade econômica. No final demonstramos que nossa pesquisa transcende os EES, pois insere-se em outros espaços da política pública de economia solidária e da política pública para a mulher do município de Lages.

EES – MORENAS DO DIVINO

O empreendimento está localizado na comunidade rural do Espírito Santo, município de Rio Rufino, SC, a 70 km da cidade de Lages. Segundo Fontoura (2019, p. 24), a origem dos primeiros moradores constituintes deste povoado de 220 famílias, vem de “[...] fugidos da escravidão”. Outros indicadores, como a propriedade coletiva da terra, religiosidade, hábitos alimentares, apontam para a identificação de uma comunidade de remanescentes de quilombo, embora não haja reconhecimento por parte do Estado. Marielle Franco, uma das mediadoras da origem do empreendimento, nos conta que *“a comunidade do Espírito Santo é dividida em duas vilas com aproximadamente 250 moradoras”*.

As mulheres se ocupam com a atividade doméstica, cuidado das filhas, enquanto seus companheiros encontram-se empregados ou subempregados em pomares de maçã ou de fumo no município ou fora dele. Algumas mulheres, para buscar complementação da renda familiar, acham-se na condição de diaristas ocupadas também na colheita de maçã; outras se encontram no serviço doméstico como diaristas ou empregadas em uma fábrica de confecção na sede do município.

O empreendimento iniciou sua organização em julho de 2017, mediado por uma servidora pública do município no período em que frequentava o curso *lato sensu* em Desenvolvimento Regional Sustentável na Universidade do Planalto Catarinense, campus de São Joaquim. Ao familiarizar-se com o tema da economia solidária e conhecer a ITCP/UNIPLAC propôs uma visita de seus integrantes à comunidade do Espírito Santo.

Marielle Franco relata seu depoimento sobre a origem do grupo:

O empreendimento econômico solidário “Morenas do Divino” iniciou a partir deste curso de especialização que eu fiz, era necessário desenvolver uma etnografia. E esta

comunidade localizada no município de Rio Rufino, sempre ficou à margem da sociedade, do desenvolvimento da cidade. Aquele povo começou a chamar atenção e eu tive a felicidade de conhecer o professor Geraldo Locks da UNIPLAC, e conversar esse assunto com ele. Apresentei a etnografia e ele se encantou. Então, a partir dali, o objetivo da gente foi trazer aquele estudo que estava sendo feito, para que se tornasse uma prática de campo. Foi aí que tudo começou. Fizemos uma caminhada nessa comunidade para conhecer as demais pessoas. Estavam o Professor Geraldo e algumas pessoas que compõe a equipe da ITCP/UNIPLAC. Fomos acolhidos na casa de uma das mulheres e na cozinha dela, com fogão a lenha aceso, um chimarrão, num dia muito frio de inverno, a conversa foi fluindo; algumas pessoas da comunidade foram se chegando, entrando na casa, sendo acolhidas e a gente foi conversando todo mundo junto.

A frequência destes contatos foi configurando o processo de incubação do empreendimento. Os integrantes da ITCP/UNIPLAC iniciaram o diálogo com algumas mulheres tendo como ponto de partida a preocupação em conhecer os seus saberes e seus fazeres, um princípio fundamental da educação popular e uma força mobilizadora da economia solidária. Diante da pergunta “o que vocês sabem fazer” as mulheres responderam que “sabiam fazer pães, bolachas e bolos”; este diálogo definiu o campo da panificação como atividade econômica do grupo.

No encontro seguinte, a pauta era a busca de recursos financeiros para aquisição dos produtos necessários à produção. Ninguém das mulheres, tampouco nenhuma contribuição externa havia se materializado. Fontoura (2019, p. 28), conta que:

No encontro em que se pautou a busca de recursos financeiros, perguntou-se: “Onde vocês imaginam que se podem encontrar recursos para comprar os ingredientes?”. Após alguns instantes, uma menina de seis anos, interrompeu o silêncio e disse: “Eu dou R\$ 5,00 (cinco reais)”. Diante desta afirmação, além do espanto geral, as

integrantes do grupo chegaram a um consenso construído no momento, cada uma doaria R\$ 20,00 (Vinte Reais), totalizando R\$ 420,00 (Quatrocentos e Vinte Reais). O recurso permitiu a compra dos ingredientes e o início da produção de pães, bolos e bolachas.

Dezesseis mulheres inicialmente constituíram o grupo que viria a ser denominado de EES “Morenas do Divino”³⁴. O nome tem origem no fato da comunidade local ser reconhecida como a comunidade dos “Morenos do Divino”.

Figura 2 – EES “Morenas do Divino”



Fonte: acervo ITCP/UNIPAC, 2018.

34

No contexto da discussão racial, o termo “Morenas” conforme se autodenomina o EES, é controverso e apresenta resistência. As mulheres não se reconhecem como negras. Fontoura, (2019, p. 62), cita que “Quando perguntados sobre como as pessoas ou a população se autodefinem, a resposta foi surpreendente: aqui ninguém gosta de ser chamado de negro”, disse Marielle. A identificação de ‘negro’ pelo outro, é considerada uma ofensa. Em seu lugar, aceita-se a denominação ‘moreno ou ‘morenos. E para se afirmarem como habitantes daquele lugar a preferência é por ‘Moradores do Divino’ e não ‘Morenos do Divino, contudo, é o termo utilizado por moradores de outras localidades como foi atestado em trabalho de campo”.

Marielle Franco destaca o preconceito sentido pelas pessoas negras e por qual motivo elas preferem ser chamadas de “morenas”. Também inclui em sua narrativa outros elementos da cultura local.

Em função do preconceito, eles (membros da comunidade local) têm um pouco de receio, de se reconhecerem como negros. Preferem ser chamados de Morenos. É assim que gostam de ser identificados: Morenos do Divino; aí tem o futebol nos Morenos, tem a comunidade dos Morenos; lá nos Morenos, tudo era Moreno do Divino. Se eles são os Morenos do Divino, nós vamos ser as Morenas do Divino, disseram as mulheres que comporiam o grupo. Eles têm um certo orgulho de serem chamados assim. Eles nasceram e se criaram como Morenos do Divino. Mas esta comunidade tem toda característica de uma comunidade quilombola. Não existe um estudo, um reconhecimento formal e legal. Até disseram que gostariam de conhecer um quilombo, uma comunidade quilombola e muitos têm vontade de mexer com isso e tornar conhecido e respeitado esses espaços como um Quilombo. Têm muitas características, quanto mais você pesquisa, o material que a gente resgata, encontra indícios, traços quilombolas. A cultura deles está se perdendo, infelizmente. Eu não tenho preconceito nenhum com religião, mas observo que os evangélicos da Assembleia de Deus estão entrando na comunidade do Espírito Santo com muita força. Aí, tudo é proibido, tudo não pode. Aqueles cantos lindos dos Morenos do Divino, a matraca, toda aquela cultura bem de negritude é pecado, eu acho isso um crime, eu não gostaria que se perdesse.

Ao garimpar os documentos da ITCP/UNIPLAC, um deles intitulado Diário de Campo, finaliza referindo-se à constituição do EES “Morenas do Divino”: “Portanto a frase de Dona Maria Inácia, **[integrante do grupo]**, resume este dia proveitoso: ‘Hoje subimos o primeiro degrau...’” (Grifo nosso)

Marielle ainda relata sobre a constituição e o desenvolvimento do empreendimento.

Teve um acontecimento que deslanchou o grupo. Levamos as mulheres 'na' feira de economia solidária em Lages, neste íterim já tinha sido estudado sobre economia solidária. Elas acharam muito interessante essa outra visão de economia, de comercializar e de partilhar não só a renda, mas o conhecimento delas. Elas aceitaram trabalhar a partir da economia solidária. E, hoje, posso dizer que as mulheres estão neste processo de empoderamento. Elas têm o conhecimento, têm o prazer em trabalhar em grupo e desenvolver a economia solidária. Vocês não fazem ideia do que foi aquilo, do que ainda pode continuar sendo. A questão da economia solidária foi bem entendida por elas e foi um salto muito grande na liberdade das mulheres da comunidade do Espírito Santo.

Outro passo importante a destacar na consolidação do empreendimento foi uma visita desse grupo ao EES Art´Mulher, localizado na cidade de Lages, que atua no campo da panificação. A ITCP/UNIPLAC mediu o encontro com finalidade de propiciar a troca de saberes e fazeres entre os grupos envolvidos; o primeiro em sua fase de organização, o segundo com quase dez anos de existência. O rito da comensalidade estruturou o encontro e o diálogo pedagógico entre as participantes. As “Morenas do Divino” trouxeram os ingredientes para o arroz com galinha. O Art´Mulher preparou o almoço. Diante disso, identificamos nesta prática vivências do princípio da reciprocidade ao aproximar pessoas e grupos, estabelecer vínculos sociais e fortalecer laços de identidade e formas de solidariedade. Sobre a relevância e sentidos da comensalidade, Borges (2010) reflete:

Mesmo estando inserido neste contexto de industrialização e individualização, o alimento ainda tem um caráter agregador bastante significativo. Em torno dele reuniões familiares acontecem, negócios são fechados, amigos se encontram, faz-se comemorações, festas e rituais são celebrados. A partilha da mesma comida traz unicidade e comunhão. Faz com que as referências sejam próximas, ainda que não sejam as mesmas (Borges, 2010, p. 9).

As “Morenas do Divino”, com este intercâmbio, retornam à sua comunidade, seguem o processo de incubação por meio de formação técnica, política, organização do EES, produção e comercialização de seus produtos. Passam a comercializar na comunidade local, sede do município e na feira de economia solidária na cidade de Lages. Entre outras atividades, participam de eventos na Universidade do Planalto Catarinense oferecendo o serviço de “café com duas mãos e/ou café com mistura”³⁵, como é dito no linguajar regional. Conforme fotografia 2, o EES Art´Mulher, em 2018, mediado pela ITCP/UNIPLAC realizou visita ao EES “Morenas do Divino”, na comunidade Espírito Santo, com finalidade de conhecer, *in loco*, a organização do grupo e realizar oficina de panificados.

Figura 4 – Intercâmbio EES Art´Mulher e EES “Morenas do Divino” na comunidade Divino Espírito Santo em Rio Rufino, SC



Fonte: acervo ITCP/UNIPLAC, 2018.

35

A expressão “Café com duas mãos” e/ou “café com mistura” é utilizado na cultura serrana para significar isto: em uma mão o café e na outra, o pão, o bolo, a bolacha. Também é utilizado neste texto para se contrapor ao termo eurocêntrico e estadunidense em inglês “breakfast” (café da manhã).

Em 2018, o EES “Morenas do Divino” concorreu ao V Prêmio Odair Firmino de Solidariedade da Cáritas Brasileira. Inscreveram-se ao Prêmio 36 organizações de todo país. Três experiências foram vencedoras, entre elas, as “Morenas do Divino”. A partir deste evento o grupo passou a ser reconhecido pelo poder público local, inclusive o acompanhando à entrega do prêmio em Brasília, em 18 de novembro daquele ano, na sede da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Mas, este fato, para além de suas aparências, gerou contradições atingindo as relações entre as integrantes do empreendimento, conforme relata Marielle:

Teve uma ciúmeira, é claro! Você vem trabalhando com o grupo sempre incentivando, aí daqui a pouco vem um prêmio. A Cáritas Diocesana de Lages entrou em contato para conhecer o projeto e se encantou. Exatamente porque se tratava de pessoas esquecidas, marginalizadas, um grupo que não tinha visibilidade, um grupo que tinha vontade de crescer, suas integrantes se dedicavam ao máximo para isso. Perguntei para as mulheres se iríamos participar? Elas perguntaram o que tinha para fazer? Disse que tinha que responder a um questionário. Respondemos juntas. Veio o resultado positivo, tínhamos que escolher quem iria para Brasília/DF. Em um grupo de 20 mulheres, infelizmente era só uma passagem. O problema foi escolher uma das mulheres. Uma decisão extremamente difícil. Uma das lideranças foi a escolhida ou se “autoescolheu”, não sei, sei que o nome que veio gerou descontentamento. Depois ficaram animadas, pois teve muita repercussão, e elas foram entendendo que não precisava ir todo mundo. Depois as coisas foram se apaziguando, e tudo voltou ao normal.

Até o início da pandemia, em março de 2020, o grupo manteve-se coeso, organizado, comercializando seus produtos, tendo naquele início de ano a ITCP/UNIPLAC estabelecido Termo de Convênio com o Poder Público Municipal com o objetivo de dar continuidade às ações de incubação. No entanto, com os efeitos de cumprimento de protocolos sanitários e de segurança frente aos riscos de contaminação da COVID-19, as atividades da incubadora foram suspensas temporariamente e o grupo reduziu suas atividades de produção.

EES - ART' MULHER

O empreendimento está localizado no bairro Novo Milênio, na cidade de Lages. A denominação do bairro remete a origem dele, quando o poder público municipal, na virada do milênio, repassou os lotes para construção de moradias. Tratava-se de uma área verde na periferia urbana. Os lotes foram doados às famílias sem-teto ou que ocupavam moradias situadas em áreas de riscos. Ainda hoje essas famílias não têm acesso à regulamentação e escrituras de seus terrenos. A população estimada é de 240 famílias. São originárias do meio rural em razão de sua expulsão do campo, esta que ocorreu devido ao declínio da exploração da madeira, na década de 1970.

Esta população enfrenta inúmeras dificuldades, como acesso ao serviço de saúde e transporte até o centro da cidade. As duas únicas ruas do bairro são de chão batido. Conta no local apenas com uma instituição pública que é o Centro de Educação Infantil. Nesta instituição, esta pesquisadora atuou como gestora e professora de 2007 a 2015. Sendo assim, essa descrição emerge de nossa vivência e inserção na comunidade neste tempo. Devemos ressaltar que mantemos vínculos de amizade com lideranças locais, ainda hoje.

O desemprego e o subemprego são as condições de muitos pais e mães de famílias. Algumas mães encontram trabalho como diaristas, dificilmente com carteira de trabalho assinada. Há também estereótipos acerca do bairro, tais como “lugar de tráfico de droga”, “lugar de violência” ou “de gente que não quer trabalhar”. Ademais, adolescentes e juventude não encontram oportunidade de lazer, destacando-se uma liderança do bairro que reúne semanalmente adolescentes para a prática do futebol.

Art' Mulher iniciou sua organização em 2009. A sua denominação explica-se pelo fato de algumas mulheres se ocuparem com a atividade do artesanato e por se constituir exclusivamente de mulheres. Mulheres em situação de vulnerabilidade social e em

situação de violência foram mobilizadas e se reuniram com o apoio das Promotoras Legais Populares (PLPs)³⁶, da Cáritas Diocesana de Lages, do Centro de Educação Infantil Nelson Martins de Almeida e algumas lideranças da comunidade.

O grupo organizou-se com a participação de 20 mulheres. O local de reuniões foi uma casa em estado precário que hospedava outras atividades, como Pastoral da Criança e Celebrações da Igreja Católica. Em 2011, a casa foi reformada com recursos da cooperação internacional. A adaptação da cozinha e os equipamentos para produção de panificados foi realizada com apoio do Instituto Consulado da Mulher, uma ação social da marca Consul. Atualmente a casa recebe o nome de Centro de Desenvolvimento Comunitário. Trata-se de um EES que historicamente tem articulado inúmeras parcerias para responder às demandas das integrantes do grupo ou de outras pessoas do bairro.

Segundo Violeta Parra (grifo nosso):

*Nós temos a Cáritas que dá um suporte pra gente, né? Qualquer dúvida, sempre que a gente precisa eles estão aqui para nos ajudar e a gente tem ajuda também do Mesa Brasil; agora trocou as meninas ficou um pouco mais difícil, elas interagem muito na Economia Solidária; como ela é assistente social, né? Então ela entende a nossa língua, mas agora vamos ver com a troca, porque só temos a nutricionista que acompanha de longe". [...] o psicólogo que nos ajuda, que dá o suporte para nós, nos 'trabalhos social'; e o grupo Abraço Fraterno. Também há um grupo de policiais que eu não conheço, mas é por uma outra pessoa, a minha comadre que também faz trabalho social, policial da DIC (**Divisão de Investigação Criminal - Polícia Civil**). Sempre que 'nós precisa', a gente pede ajuda para eles para dar suporte ao trabalho social.*

Art'Mulher, configura-se por uma identidade singular, ao ser e se reconhecer como um "Projeto na produção de panificados de economia solidária". Ou melhor: "Projeto de desenvolvimento solidário e comunitário", como anuncia seu pôster. Pratica-se uma economia solidária que transcende a dimensão econômica, englobando outros aspectos da vida individual e social, como, por exemplo, o fato de as integrantes do grupo fazerem visitas domiciliares, acompanharem crianças e mulheres gestantes, bem como famílias sem condições de proverem sua existência, sobretudo, no que se refere à falta da alimentação.

Violeta Parra demonstra as inúmeras ações desenvolvidas pelo EES Art'Mulher:

O trabalho que a gente faz como Pastoral da Criança e como grupo Art Mulher que, acaba se envolvendo juntos, sempre tem campanha e a campanha desse mês é leite. O Abraço Fraterno abraçou essa causa, que é dar leite para as famílias aqui do Novo Milênio; essa semana a gente não tem como doar, porque 'tá' todo mundo com medo (medo do Coronavírus); a gente vai parar e ver o que vai acontecer na semana que vem. A Pastoral, que é todo mês, tem um plano de doações, as doações últimas foram de meias; agora foi de doces de São João, outro mês a gente já tem outras ideias para que as crianças não fiquem desassistidas e elas também recebam a gente (Grifo nosso).

Segue Violeta Parra:

A gente faz a parte das doações de alimentos, sempre que uma família 'tá' precisando a gente doa alimento. Tivemos parceria também com os escoteiros sobre doação de cobertores, colchas e temos também todo mês a Pastoral da Criança; eu como líder e mais três meninas ali da casa, fazemos o acompanhamento das famílias, não só as famílias que participam da Pastoral, mas todas as famílias que têm crianças de zero a seis anos. Cuidamos muito disso, da saúde das crianças, por isso sempre estamos observando e orientando as mães para que cuidem das crianças.

O EES Art'Mulher, como descreve o relato de sua integrante, não restringe suas ações ao imediato interesse na geração de trabalho e renda. O que se observa pelas ações desenvolvidas, é que o grupo expressa uma preocupação e responsabilidade com seu entorno social. Um empreendimento que cuida de si e cuida de muitas famílias que se encontram em situação de vulnerabilidade social. Obviamente que não realiza essas ações isoladamente, mas articula-se com outras parcerias. O que desejamos enfatizar é seu diferencial, ao demonstrar que a economia solidária não pode ser conceituada exclusivamente em sua dimensão econômica; ela pode expressar outras dimensões da vida social, inclusive pela força dos vínculos sociais, base da solidariedade, traduzir outras formas de sociabilidade,

Nestes 11 anos de existência, o grupo tem experimentado rotatividade de suas integrantes, tem também se caracterizado por um espaço de visibilidade social e oportunidades para as mulheres de sociabilidade, acesso à renda, e vislumbrar até oportunidade de trabalho em outros espaços formais e não formais. Deste cenário, o grupo carrega o slogan "Sonhos que se tornam realidade".

Figura 5 – EES Art' Mulher



Fonte: acervo ITCP/UNIPLAC, 2015.

Atualmente participam 6 mulheres no empreendimento. O cenário da pandemia de Covid 19 impôs no início a diminuição das atividades. Depois passou a atuar com regularidade produzindo panificados e comercializando na comunidade local, bem como atendendo, sob encomendas, bolos recheados.

EES – CASA DE MARIAS

O empreendimento econômico solidário Casa de Marias está localizado no bairro São Pedro, cidade de Lages. O bairro, segundo o Jornal Correio Lageano (2004)³⁷, antes de seu loteamento era uma chácara, configurada por uma ocupação populacional desordenada. A condição de bairro inicia em 1969. A denominação bairro São Pedro está relacionada ao nome da antiga capela construída ainda nos tempos da chácara. A infraestrutura, rede de abastecimento de água, esgoto e luz, foi lentamente conquistada. No início não havia água, nem ruas de acesso. A luz levou três anos para chegar ao bairro.

Atualmente o bairro é considerado de classe média baixa, apresentando um segmento de famílias de baixa renda. A população conta com serviços públicos de saúde e assistência social por meio da presença da Unidade Básica de Saúde e o Centro de Referência de Assistência Social; para atender à educação encontram-se o Centro de Educação Infantil São Pedro e o Instituto Federal de Santa Catarina. (IFSC Campus de Lages). A presença da Igreja Católica se expressa pela Pastoral da Saúde e organização de Grupos de Famílias – Comunidades Eclesiais de Base (CEBs). Outra organização existente é a associação de moradores.

O empreendimento econômico solidário Casa de Marias iniciou sua organização em março de 2017. Sua origem está vinculada à Rede de Desenvolvimento Comunitário Casa de Gente, uma

organização não governamental fundada no mesmo ano, cuja finalidade é a) acolher pessoas da comunidade LGBTTTQIA+³⁸, assim como mulheres em situação de vulnerabilidade social e violência; b) fortalecer a organização popular; e c) oportunizar geração de trabalho e renda e direitos humanos. As ações desta Rede se orientam pelos princípios da educação popular.

Conforme Regimento Interno do EES Casa de Marias, no Art. 1º:

O Projeto Casa de Marias da Rede de Desenvolvimento Comunitário Casa de Gente foi fundado em 08/03/2017, como parte da política de atuação junto às mulheres (cis e trans), através da formação, autogestão, economia solidária e participação cidadã, trabalhando diretamente com gestantes, com mulheres em situação de violência, oficinas e confecção de artesanatos e costura, participação em feiras de economia solidária e trabalho em rede com outros grupos e instituições que trabalham nesta temática. Tem característica de cooperativa e possui tempo de duração indeterminado (Regimento Interno, 2017).

O grupo originou-se de um encontro de 10 pessoas tendo por finalidade conversar, trocar ideias, falar de sonhos, isso tudo mediado pelo ritual da mesa, a comensalidade através de um café com mistura. Num primeiro momento, uma participante apontou a ideia de formar um grupo de feministas. Outras estavam preocupadas em gerar oportunidades de trabalho e renda, com perspectiva da transformação social na vida das mulheres.

José Martí relata em mais detalhes como tudo começou e como o grupo vem sendo tecido no cotidiano:

38

A sigla LGBTTTQIA+ é fruto de um movimento político e social que tem no seu bojo a luta por direitos, por igualdade e inclusão de pessoas de múltiplas orientações sexuais e identidades de gênero. L= lésbicas; G= gays; B= bissexuais; T= transgêneros ou transexuais; Q= queer; I= intersexo; A = assexual. O + inclui todas as outras possibilidades de orientação sexual e identidades de gênero.

A gente quando criou o projeto Casa de Marias, não pensamos outra coisa que não fosse o empoderamento da mulher pela via do acesso à economia, o acesso ao trabalho, acesso ao dinheiro. É bem interessante destacar que foi numa das primeiras reuniões, a Roberta ainda estava fazendo parte e ela trazia uma ideia, um questionamento muito mais feminista e combativo. Foi onde entramos em um grande debate, porque o nosso questionamento já era: 'Tá!' Mas será que isso faz sentido aqui na comunidade com as mulheres que não têm acesso sequer ao dinheiro, não tem acesso sequer ao mínimo, ao básico? Foi quando dissemos que não, a gente tinha que realmente pensar a partir dessas coisas básicas. Acesso ao recurso para poder ter dinheiro mesmo. Começamos com o artesanato, depois fomos trabalhar com gestantes. Hoje o foco é na costura, na economia solidária. Vemos o fruto de uma organização, de uma caminhada, fruto de formação, aprendendo junto, aprendendo nos grupos, nos coletivos, nos espaços que a gente foi se inserindo. É a relação com o grupo, com a ITCP, com a Cáritas, relações assim que foram muito importantes para a gente ir pensando outras coisas. Tanto que, hoje, a gente não pensa mais no grupo só de mulheres, mas esse projeto Casa de Marias começa a se ampliar para outras pessoas, para os jovens, para os LGBTQs, de pensar realmente esse recorte de raça. Outro dia fizemos um comentário afirmando que a gente de certa forma se sente um certo Quilombo Urbano por reunir tanta gente preta dentro da Casa de Gente. Por exemplo, tem uma integrante que não está aqui hoje, uma mulher negra que faz parte do projeto Casas Marias.

Gradativamente foram se reunindo à Casa de Marias pessoas de diferentes histórias, mulheres em situação de prostituição, mulheres em situação de violência, pessoas usuárias de entorpecentes, mulheres de traficantes, mulheres trans, mulheres evangélicas com muitas filhas, mulheres marcadas, por um lado, por preconceitos, estigmatizadas e estereotipadas, porém, por outro, mulheres que se insurgem, resistem e reexistem.

Figura 6 – Um sonho se tornando realidade



Fonte: acervo Casa de Gente, 2019.

Com a pandemia, o grupo teve de se adequar aos protocolos sanitários e de segurança, centrando suas atividades na confecção de máscaras, sendo doadas ao Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) à Unidade Básica da Saúde do bairro e à comunidade local.

EES – COOPERATIVA DE TRABALHO DE CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS DE OTACÍLIO COSTA – COOPERCOC

O empreendimento de economia solidária Cooperativa de Trabalho de Catadores de Materiais Recicláveis de Otacílio Costa (COOPERCOC), localiza-se no município de Otacílio Costa, a 45 km de Lages/SC. Um município desmembrado de Lages em

1982, com uma população aproximadamente de 18.000 habitantes, segundo dados disponibilizados no portal da Prefeitura de Otacílio Costa (2022). Sua atividade econômica está baseada na extração de madeira e indústria de papel e celulose. Predomina a monocultura do pinus como matéria-prima da indústria do papel, empresa multinacional situada na sede do município.

A cooperativa foi fundada em maio de 2017. A iniciativa deu-se por articulação do Fórum de Entidades da Sede do município, com presença de catadores, representantes do Fórum, do poder público municipal, do Consórcio Intermunicipal Serra Catarinense (CISAMA), a ITCP/UNIPLAC e representantes da sociedade civil. O processo de incubação da cooperativa ficou sob responsabilidade da ITCP/UNIPLAC, sustentando-se na mobilização das catadoras, na formação e constituição da cooperativa com sete sócias cooperadas – sendo eleita presidenta, uma mulher.

Minerva Mirabal relata como se deu a constituição da COOPERCOC.

A gente começou com 15 pessoas, quando ainda não tinha contrato com a prefeitura, a renda era muito baixa. Muitos foram saindo, acabou ficando só os da família mesmo. A gente tirava em torno de 30 a 100 reais por mês. Mas não desistimos. Tivemos alguns avanços. Conseguimos talha, porque então, era tudo no braço. A gente conseguiu da prefeitura um caminhão duas vezes na semana para ajudar na coleta seletiva. Era só uma vez por semana, era muito pouco material. Depois ganhamos o carro, uma "Strada" doação de uma ONG, para a coleta do material. Agora nós estamos em oito pessoas trabalhando.

O nome COOPERCOC foi uma escolha das sócias fundadoras do empreendimento e objetiva afirmar a identidade profissional e o pertencimento local. Até o momento de elaboração desta pesquisa, a cooperativa ocupa um barracão em condições precárias cujo aluguel é pago pela prefeitura municipal. Há dois anos foi estabelecido

um termo de convênio entre o poder público e a cooperativa para cumprir o objetivo de realizar a coleta seletiva no município, no qual é garantido um salário-mínimo mensal para cada cooperada. Desse modo, é possível depreender que essas são pessoas que vêm de condições socioeconômicas precárias e que buscam na atividade da reciclagem a oportunidade de trabalho e renda.

Em relação à percepção de que a população de Otacílio Costa tem das catadoras associadas, Patrícia Mirabal lembra enfaticamente: *"No começo de nosso trabalho tinha bastante preconceito, eram os lixeiros, catadores de lixo. Agora não, já conseguem ver como um trabalho honesto"*

Quando faz uma avaliação acerca da condição de cooperada e do trabalho realizado na COOPERCOC, Patrícia Mirabal afirma: *"Participar da cooperativa nos ajudou muito. Nós não tínhamos emprego, não tinha nada; a cooperativa deu um 'up' na nossa vida. Foi fundamental para tudo, para a nossa renda, para nosso conhecimento"* (grifo nosso).

Na avaliação de Minerva Mirabal:

É gratificante para gente 'tá' aqui. Além de ter a nossa renda, também estamos ajudando o meio ambiente. Catamos em torno de 8 toneladas, acho que agora dá mais, porque a gente 'tá' prensando. Chega a umas 15 toneladas de reciclado. Tudo isso iria para o aterro.

A COOPERCOC não é um empreendimento isolado, faz parte do Plano Intermunicipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PIGIRS), desenvolvido pelo CISAMA. O PIGIRS preconiza a organização da coleta seletiva nos municípios da AMURES, divididos em cinco sub-regiões, cada uma delas constituída de 3 a 5 municípios sendo previstas a construção de uma Central de Gerenciamento de Resíduos Sólidos. A sub-região na qual se situa a COOPERCOC, compreende os municípios de Otacílio Costa, Palmeira e Bocaina do Sul. A Central de Gerenciamento dos Resíduos desta sub-região

encontra-se em fase de finalização de sua edificação. À COOPERCOC caberá a responsabilidade de gerir a central e realizar a coleta seletiva nos três municípios, conforme prevê a Lei nº 12.305/2010 que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

Figura 7 - EES COOPERCOC



Fonte: acervo ITCP/UNIPLAC (2018).

O veículo na Figura 7 acima representa o reconhecimento do trabalho da COOPERCOC na comunidade local, sendo doação de uma organização não governamental que atua na área da educação ambiental.

A pandemia não retirou a cooperativa da prestação do serviço da coleta, ainda que correndo o risco de contaminação da COVID-19 pela exposição no serviço, bem como pelo material coletado e manipulado na triagem. O processo de incubação pela ITCP/UNIPLAC manteve-se pela utilização da plataforma virtual *Google Meet*. Raros encontros presenciais ocorreram para atender às demandas

específicas ou pontuais, mas sempre com o cumprimento dos protocolos sanitários e outras orientações de autoridades municipais.

Convém, no entanto, enfatizar a advertência de Boaventura de Sousa Santos em seu texto “A Cruel Pedagogia do Vírus” que escancarou a desumanização produzida pela desigualdade social gerada estruturalmente pelo modo de produção capitalista hegemônico.

As recomendações da OMS parecem ter sido elaboradas a pensar numa classe média que é uma pequeníssima fração da população mundial. O que significa a quarentena para trabalhadores que ganham dia-a-dia [sic] para viver dia-a-dia [sic]? Arriscarão desobedecer à quarentena para dar de comer à sua família? Como resolverão o conflito entre o dever de alimentar a família e o dever de proteger as suas vidas e a vida desta? Morrer de vírus ou morrer de fome, eis a opção (Santos, 2020, p. 17).

As considerações de Santos (2020) não se aplicam exclusivamente às trabalhadoras cooperadas da COOPERCOC, porque se inclui nesta reflexão as demais trabalhadoras dos EES arroladas acima e todas aquelas trabalhadoras nomeadamente empobrecidas, refugiadas, catadoras, idosas, mulheres, pessoas em situação de rua, entre tantas outras excluídas do modo de produção capitalista hegemônico.

ESPAÇOS DA POLÍTICA PÚBLICA DE ECONOMIA SOLIDÁRIA E DA POLÍTICA PÚBLICA PARA MULHER

A economia solidária em Lages e região acumula uma história desde a década de 1980 com presença de empreendimentos organizados no espaço urbano e rural. Entretanto, o Fórum Regional de Economia Solidária se articulou em 2001, no evento da primeira Feira Estadual de Economia Solidária em Lages. Ao longo destes anos, essa economia vem sendo protagonizada pelos EES,

organizações da sociedade civil, articulados com o movimento social de economia solidária no estado e âmbito nacional. Entre outras ações do Fórum Regional, destaca-se a participação no Fórum Catarinense de Economia Solidária e no Centro de Formação em Economia Solidária (CFES).

Mariátegui, representante do Fórum Regional e do Fórum Catarinense de Economia Solidária, destaca que:

O Fórum Regional e o Fórum Catarinense caracterizam-se como um movimento social. Essas instâncias organizativas têm o papel de acompanhamento, assessoramento e o desenvolvimento da política pública de economia solidária. O Fórum Regional se organiza a partir dos empreendimentos de economia solidária na região, as entidades de apoio e o poder público, que ultimamente anda afastado das discussões. O Fórum Catarinense é composto pelas representações dos Fóruns Regionais no Estado. Tem objetivo de acompanhar a política pública e o movimento estadual de economia solidária. Já, o Fórum Brasileiro automaticamente é composto por representações dos Estados, que tem as mesmas prerrogativas, mas em nível nacional. O Fórum Regional é responsável pela eleição da sociedade civil (entidade de apoio e empreendimentos) para compor o Conselho Municipal de Economia Solidária de Lages.

Ainda sobre o Fórum Regional, Mariátegui, faz uma breve retrospectiva histórica sobre sua atuação abarcando o período de 2001 aos dias atuais:

O Fórum Regional teve seus tempos de 'vacas gordas' e 'vacas magras'. Houve um tempo em que o Fórum fazia frente em tudo, fazia as coisas acontecer. Tinha governo federal com uma política pública estruturada, que repercutia no local. Tinha uma diversidade maior de empreendimentos e entidades de apoio. De uns tempos para cá essa diversidade restringiu-se há algumas entidades de apoio e empreendimentos. Com isto, o Fórum se fragiliza, seja no planejamento estratégico, de propor formações, de acompanhar os empreendimentos, acompanhar a feira.

Ele é importante porque percebe as demandas reais da economia solidária local e regional e debate as estratégias de solução para os problemas. Neste tempo de pandemia do Coronavírus, a atuação do Fórum está diante de novos desafios e não tem conseguido influenciar e intervir na política pública local.

Ao longo desta trajetória duas pautas, sobremaneira, eram reivindicadas pelo movimento em Lages, a institucionalização de uma Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares na Universidade do Planalto Catarinense e um marco legal de economia solidária em vista do desenvolvimento de uma política pública de economia solidária³⁹. No mesmo ano de 2014, as duas pautas se tornaram realidade. Por meio da chamada pública nº 089 do CNPQ, institucionalizou-se a Incubadora Tecnológica da Universidade do Planalto Catarinense (ITCP/UNIPLAC) e em dezembro daquele mesmo ano, a Câmara de Vereadores de Lages, aprovou por unanimidade, a Lei nº 4075/2014 que instituiu a política pública municipal de fomento à economia solidária, (Conselho Municipal de Economia Solidária, Fundo Municipal de Economia Solidária) Agricultura Familiar e dá outras providências.

Por derivação da Lei municipal, é criado o Conselho Municipal de Economia Solidária em fevereiro de 2015, com caráter consultivo e deliberativo, composto por 15 conselheiras, sendo 5 Entidades de Apoio, 5 EES e 5 representantes do Governo Municipal. Ao mesmo tempo, é criado o Fundo Municipal de Economia Solidária com o objetivo de fomentar a economia solidária no município. Vale ressaltar desde sua criação que o Fundo teve a previsão orçamentária de recursos apenas em 2019 no valor de R\$ 60.000,00.

39

Sobre a história da economia solidária em Lages e região, ver: LOCKS, Geraldo Augusto; BAUMGART, Helen Cristina; PEREIRA, Josilaine Antunes. A economia solidária no Planalto Catarinense. Origem e desenvolvimento rumo a sua política pública. In: FRANTZ, Walter; GERHARDT, César; AMARAL, Antônio Gonçalves (orgs). Ações e experiências educativas no campo da educação popular. Ijuí: Ed. Injuí, 2017, p. 33-57.

Na visão de representantes do poder público no Conselho Municipal de Economia Solidária, identificam-se alguns desafios na sua implementação. Oscar Romero, admite

[...] penso que o Conselho não poderia ainda ser neste formato, afinal de contas, os membros produtores da economia solidária são minoria e nós, estado, academia etc., acabamos agindo como se donos fôssemos das decisões que deveriam ser deles, e com isto criamos uma dependência e uma atrofia de poder dos mesmos, neste caso, "o povo".

Conforme preconiza a Lei Municipal de Economia Solidária, a constituição do Conselho é equitativa, são 5 representantes do poder público, 5 representantes dos empreendimentos e 5 representantes das entidades apoiadoras. Ainda que possamos admitir a crítica endereçada a possível dependência dos empreendimentos no *modus operandi* do Conselho, o que fica patente é o desconhecimento do participante desta pesquisa a respeito da própria constituição do Conselho.

Podemos apontar, ainda outros equívocos de compreensão das atribuições e da execução da política pública de economia solidária, na visão de Oscar Romero:

A economia solidária deveria estar promovendo capacitações, orientações para independência (financeira e emocional) consultorias, enfim precisa evoluir, terá que sair das reuniões tediosas e de pouca solução para ação rápida, pois o tempo destas pessoas urge, suas necessidades são para hoje. [...] acredito que as estratégias hoje usadas embora bem-intencionadas, estão totalmente defasadas, principalmente pela forma dominadora das entidades, engessando o ator principal, fato que se pode confirmar em nosso município, pois, se olharmos com atenção, o nosso Conselho é composto por mais conselheiros do que o número total de agentes produtores do grupo da economia solidária.

Na condição de ex-integrante do Conselho de Economia Solidária do Município de Lages, podemos problematizar a percepção de Oscar Romero. Primeiro, conforme já frisamos, o Conselho tem sua constituição equitativa na representação do poder público, empreendimentos e entidades apoiadoras. Segundo, é ignorado neste depoimento, a existência de um Plano Municipal de Economia Solidária a ser executado pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo, liderada por seu Secretário. Presume-se que o Secretário, membro do Conselho conheça as competências do respectivo Conselho de caráter deliberativo e consultivo, conforme determina a Lei:

I - aprovar a Política Municipal de Fomento à Economia Solidária;

II - definir os critérios para a seleção dos programas e projetos a serem financiados com recursos do Fundo Municipal de Economia Solidária;

III - definir as regras para o enquadramento nos critérios de Empreendimento de Economia Solidária e fornecimento do Selo de Economia Solidária;

IV - fiscalizar, acompanhar, monitorar e avaliar a gestão dos recursos, os ganhos sociais e o desempenho dos programas e projetos financiados do Fundo Municipal de Economia Solidária;

V - acompanhar, monitorar e avaliar os programas de fomento aos empreendimentos de Economia Solidária desenvolvidos pelos órgãos e entidades públicos do Município;

VI - definir mecanismos para facilitar o acesso dos empreendimentos de Economia Solidária aos serviços públicos municipais;

VII - buscar garantias institucionais para que os empreendimentos de Economia Solidária possam participar das licitações públicas;

VIII - propor mecanismos de estabelecimento de incentivos fiscais para os empreendimentos de Economia Solidária;

IX - desenvolver mecanismos e formas de facilitar acesso dos empreendimentos de Economia Solidária a recursos públicos;

X - propor alterações na legislação municipal relativa à Economia Solidária;

XI - elaborar seu regimento interno;

XII - inscrever e certificar empreendimentos da Economia Solidária;

XIII - buscar por todos os meios legais o alcance dos objetivos desta Lei;

XIV - fazer o registro dos empreendimentos previsto no art. 9º, inciso I;

XV - excluir do benefício desta lei, empreendimentos que a desrespeitar;

XVI - aprovar e fazer cumprir Regimento de Funcionamento dos Centros Públicos de Economia Solidária, conforme art. 5º inciso XVI, desta Lei;

XVII - indicar, aprovar, reprovar e afastar entidades sem fins lucrativos que administrem os centros públicos de economia solidária. (Lei nº 4075, de 11 de dezembro de 2014).

Nessa mesma toada de não conhecer as prerrogativas e as atribuições de cada função dentro da política pública de economia solidária, Sepé Tiaraju expressou:

Como presidente da ECOSOL, uma entidade tinha que assumir e pediram para mim e então eu vim; me apresentei para o grupo, o grupo aceitou, mas eu confesso que conheço pouco dessas ações da economia solidária, inclusive estava lendo o Regimento; estava lendo a Lei para poder me inteirar um pouquinho mais, mas é tão rápido essa passagem, que já faz mais de ano que a gente 'tá' como dirigente dessa entidade, que a gente não consegue absorver tudo.

Inúmeras contrainformações podem ser identificadas na fala acima, denotando falta de conhecimento da política pública de economia solidária. Quando se refere a ECOSOL, na realidade trata-se do Conselho Municipal de Economia Solidária. Mais: a política de economia solidária, prevê outras instâncias de participação e execução, por exemplo, o Fórum Regional, Estadual, Nacional, a Lei Estadual de Economia Solidária, e a própria Secretaria de Desenvolvimento Econômico, em que se abriga a política pública de ECOSOL cuja execução é de responsabilidade dela.

Com estas visões e compreensões da política pública de economia solidária apresentadas pelas suas maiores referências na hierarquia desta política, ficam notórias as dificuldades que aparecem no cumprimento do marco legal e do desenvolvimento da economia solidária no município de Lages. Os entraves são de diversas ordens, ou seja, política, econômica, cultural, metodológica e ideológica.

A fala e, conseqüentemente, a percepção de Oscar Romero, indica a prioridade dos programas e ações desenvolvidas pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo:

A SDE tem mantido o programa qualifica melhor, são capacitações básicas nas mais diversas áreas. Atingimos até a entrada da pandemia, 5.852 certificações destas, 78 % mulheres, sendo que um grande número passou a ser Microempresário Individual MEI, contamos ainda em parceria com o SEBRAE a sala do empreendedor, que dá suporte estrutural para possíveis necessidades das mesmas. Não podemos afirmar quantas estavam em situação de risco, mas entendemos que com esta política a redução do risco é muito grande.

Diferentemente das visões dos representantes do poder público, encontramos no espaço da sociedade civil, representada pelo Fórum Regional de Economia Solidária, a Comandanta Ramona que advertiu incisivamente:

O secretário não sabe o que é política de economia solidária. Não sabe escolher as pessoas que representam, estou falando, de economia, de Desenvolvimento Econômico. A secretaria peca demais. Ela não dá prioridade, ela está 'notra', dimensão. Esse é o ponto, para mim, crucial. Como você vai fazer uma leitura otimista de uma política dessa. O próprio presidente do Conselho dizia: eu não sei, quero aprender com vocês, mas quando você diz o que que é, olha é 'assim e assado', ele não desempenha. Daí eu fico me perguntando, será que ele não desempenha porque ele não quer ou porque ele se sente inseguro com aquilo que a gente diz que tem que ser? Tantos exemplos poderíamos citar. Falta confiança, falta respeito, eu diria, falta respeito pela sociedade civil que conhece a política e que sabe o caminho que a política deveria levar, né? Ou trilhar pelo menos. Tanto é que o Plano ainda não foi aprovado, o Regimento Interno, você viu o drama que foi! A dificuldade que a gente tem, inclusive entre nós. Nós temos dificuldade, acho que essa política precisa de pessoas ágeis, de pessoas que tenham visão de conjunto, que tenham disposição. Pessoas proativas. Então, a política está emperrada, está travada. Ou nós desenrolamos isso, ou nós levamos ao Ministério Público para dizer que está errado e que nós não somos cúmplices disso, sabe?

A Comandante Ramona dirige sua crítica aos gestores públicos, mas também faz autocrítica à sociedade civil. Em síntese, podemos afirmar que da parte do poder público demanda vontade política para acreditar na economia solidária. Ora, quando uma administração de caráter neoliberal, conservador e voltado para os interesses empresariais e do agronegócio, teve, tem ou terá disposição política para efetivar uma lei municipal de economia solidária? O caminho é longo, mas não impossível. Trata-se daqueles "inéditos viáveis" a serem alcançados pelo protagonismo da sociedade civil.

O Conselho Municipal dos Direitos da Mulher (CMDM), relevante espaço de política pública, foi criado em 1997 pela Lei Complementar nº 58/1997 e aprimorado pela Lei Complementar nº 426/2013, responsável por discutir, propor e deliberar ações para a

política pública para as mulheres. Uma de suas pautas era a criação da Secretaria Municipal de Políticas para Mulheres em Lages, sonho concretizado em 2017. Juana Inez quando arguida sobre o CMDM relatou que: *"O Presidente do conselho é um porta-voz das manifestações do grupo. Fiscaliza o que deveria acontecer na prática. Penso que entidades governamentais e não governamentais deveriam estar mais unidas"*.

Esta conselheira explicita notoriamente duas das principais ações da presidenta do CMDM: representar a organização e fiscalizar suas ações. Evidencia implicitamente que as relações entre representações da sociedade política e sociedade civil são eivadas de contradições, conflitos, distanciamentos, o que pode ser gerado pela própria posição e interesses das partes envolvidas. Os entraves no desenvolvimento das políticas públicas são inúmeros, como agilidade, efetividade, burocracia, enquanto as soluções buscadas pelas mulheres são urgentes e inúmeras.

Ainda em relação ao CMDM e às estratégias de enfrentamento às violências de gênero contra a mulher em Lages, Juana Inez demonstra que existem ações, porém identifica a complexidade deste trabalho e algumas dificuldades:

Pelo Conselho percebo que as entidades têm realizado várias atividades a longo prazo, percebo isso de forma isolada, cada uma com sua rotina, suas atividades; muitas vezes a gente não tem conhecimento, infelizmente, da dimensão das mulheres que são atingidas pelo trabalho executado.

Em seguida, enumera as seguintes ações realizadas pelo CMDM:

O conselho viabilizou a vinda do ônibus lilás⁴⁰ em Lages e região, deu muito mais visibilidade a essas questões, não só sobre violência, mas o apoio e suporte para a mulher. O ônibus lilás acho que é o carro-chefe de uma grande conquista do Conselho. Outra atividade que posso destacar é o acompanhamento na penitenciária. O Conselho esteve presente em algumas visitas e também em ações para auxiliar as mulheres. Além disso, o Conselho vinculado com a secretaria, possibilita uma certa estrutura para as reuniões. O município de Lages tem representações em nível estadual. O Conselho da mulher é extremamente atuante se for analisar em outras cidades ele é referência e fico muito feliz. Já tive oportunidade de ouvir isso. Ele é referência para várias cidades, então acredito que a atuação dele pode ser mais intensificada.

Juana Inez é otimista em relação à atuação do Conselho. Suas ações representam apoio e suporte para a mulher que está em situação de violência de gênero. Segundo ela, a organização apoia também as mulheres que se encontram privadas de liberdade – mulheres estas, vítimas de preconceito, de estigmas, invisibilizadas, que sequer são reconhecidas como seres humanos dotados de sentimentos.

Além do caráter de representatividade nas esferas do Estado, preenche uma lacuna importante, que é a oferta de estrutura para as mulheres que o procuram. Destaque-se nesta percepção o reconhecimento que o CMDM tem em outros municípios da região. Apresenta, contudo, limites, a conselheira propõe a intensificação de suas ações. Isso porque, segundo Juana Inez, há necessidade de que o Conselho em seu planejamento estratégico pautar a economia solidária:

40

O ônibus lilás é uma unidade móvel projetada e adaptada para o atendimento itinerante à mulher em situação de violência, oportunizando auxílio, informação, acesso aos serviços da rede de atendimento. O ônibus é equipado com duas salas fechadas que garantem a privacidade da mulher, copa, banheiro e uma equipe composta por profissionais das diversas áreas do conhecimento.

Incentivar e encorajar a participação de mulheres em situação de violência na economia solidária é muito importante. Mas, isto precisa ser feito com planejamento. Existe uma previsão, mas na prática efetivamente não se tem estratégias efetivas. Eu desconheço uma prática efetiva de planejamento e atuação enquanto conselho.

Com esta formulação, chegamos ao ponto a ser traduzido como um dos maiores desafios do CMDM de Lages. Mesmo considerando suas ações já enumeradas, não existe um planejamento no qual se preveja estratégias efetivas da política pública de economia solidária com vistas à superação da violência de gênero contra a mulher, conforme expõe a participante da pesquisa.

A Secretaria Municipal de Políticas para Mulheres, única no Estado de Santa Catarina, dispõe dos serviços de atendimento às mulheres em situação de violência, a saber: serviços de referência especializado às mulheres em situação de violência que corresponde ao atendimento psicossocial e jurídico para vítima e agressor, conforme informação da própria Secretaria; serviço de acolhimento às mulheres em situação de violência na Casa de Apoio, prioritariamente, mulheres acompanhadas de seus filhos que se encontrem em situação de risco.

Nísia Floresta se posiciona em relação à Secretaria Municipal de Políticas para Mulher, apontando para seus desafios e avanços em sua criação.

Aceitei a missão de comandar a Secretaria de Políticas para a Mulher, sem precedente de nenhuma outra no Estado e referência para podermos utilizar como exemplo. Confesso que é uma tarefa árdua, exige muito emocionalmente, sofremos juntos, mas graças a uma equipe muito dedicada e envolvida, temos conseguido inúmeras vitórias, sendo referência de atuação para muitos outros órgãos e cidades.

Desde sua ação nesta Secretaria, Nísia Floresta também avalia a realidade de violência contra mulher e os efeitos de suas ações desenvolvidas em parceria com a rede de atendimento:

A violência contra a mulher sempre foi um assunto velado e através da ênfase da mídia percebo que as vítimas passaram a tomar coragem e denunciar, assim como a população tem se envolvido e denunciado. A partir da criação da Secretaria os serviços passaram a se comunicar, o que até então pouco se fazia. A rede de combate contra a violência às mulheres através da Secretaria, PMSC, PCSC, TJSC, MPSC e outros órgãos têm se dedicado a romper com a violência vivenciada pela mulher e os impactos que são acarretados em virtude disso. Por isso que com os atendimentos e serviços integrados, se busca tratar o assunto a fundo; como exemplo, temos os diversos acordos extrajudiciais para romper relacionamentos e resolver as questões de guarda e alimentos dos filhos, um dos grandes motivos que desencadeia conflitos e que resulta em crimes previstos na Lei Maria da Penha.

A percepção de Nísia Floresta indica, não obstante a pouca visibilidade da violência contra a mulher, a sistemática denúncia feita pelas mulheres em situação de violência e com o protagonismo de setores da sociedade fazedores de opinião pública. É notório os avanços no desenvolvimento da política pública de combate e superação dos conflitos e crimes. A Secretaria tem sido mediadora de integração de serviços e agido diretamente nos conflitos.

Convém registrar que, segundo Nísia Floresta, a Secretaria vem atuando no campo da formação de mulheres.

A Secretaria de política para a mulher no ano de 2019 em parceria com o Comando da 2ª Região da PMSC e com representantes da HINODE de Florianópolis criaram um projeto piloto para capacitar mulheres em diversas áreas como autoestima, planejamento financeiro e oratória para que assim elas se sentissem seguras e preparadas para iniciar uma nova atividade que foi a representação dos produtos HINODE. O projeto foi tão positivo que iria ter duas novas turmas para o ano de 2020, mas, em virtude da pandemia, teve de ser suspenso.

Nossa prática educativa tem corroborado com as dificuldades a serem superadas pelas mulheres em situação de violência para encaminhar as respectivas denúncias aos órgãos competentes. Entre elas, lacunas no campo da subjetividade, como autoestima, coragem, construção de mecanismos de visibilidade social, busca pela autonomia financeira. Embora com todas as ressalvas que possamos fazer em relação a uma empresa como a HINODE⁴¹, bem como ser um projeto de formação de cunho individual, é uma iniciativa interessante, entretanto precisamos avançar no campo da economia solidária.

Nísia Floresta descreve a metodologia desenvolvida pela Secretaria Municipal:

As mulheres atendidas e acompanhadas pela Secretaria na grande maioria das vezes são surpreendidas com o suporte recebido, uma vez que é feito atendimento multissetorial e não somente para elas como também para seus filhos e outros familiares envolvidos na situação. Costumamos reafirmar que não separamos casais, mas sim, proporcionamos o suporte para que os fatos que motivaram o atendimento não venham a se repetir. Embora a violência deixe grandes marcas na vida das mulheres que a vivenciam, muitas não desejam que seu companheiro seja penalizado, mas que receba ajuda e que mude o comportamento. Atendemos cada caso com as peculiaridades que ele exige e objetivando que todos consigam seguir em frente com sentimentos e comportamentos diferentes e melhores.

Metodologicamente a Secretaria atende as mulheres em situação de violência nos seguintes passos: I) com atendimento multissetorial, isto é, considera as demais políticas existentes no município; II) visão ampliada da pessoa e suas relações sociofamiliares; III) prevenção da violência; IV) atendimento individualizado levando em conta suas peculiaridades.

41

Conforme o portal do Grupo Hinode (2018), esta empresa é uma das maiores do ramo de cosméticos do Brasil, bem como foi fundada em 1988.

Outro espaço relevante, para o acompanhamento de mulheres em situação de violência de gênero, é o Juizado na 2ª Vara Criminal da Comarca de Lages. Além das prerrogativas atribuídas ao Juiz, no caso de Lages, trata-se de um profissional diferenciado, visto que avança para além de suas funções tradicionais. Publicamente expressa sua opção em apoio aos movimentos feministas, atua em processos formativos nas comunidades e movimentos sociais com ênfase para as temáticas de gênero e violência de gênero. Em suas próprias palavras, afirma que

Aqui em Lages, estamos tentando fazer, não digo um trabalho diferenciado, mas o que a própria lei sugere. O Judiciário não trabalha sozinho dentro desta questão do enfrentamento, trabalhamos em rede. A ideia é, também, que o Judiciário consiga enxergar as próprias deficiências, as possibilidades de melhoria na questão do atendimento⁴².

Símon Rodriges, na sua avaliação acerca do Poder Judiciário e seu enfrentamento às violências contra a mulher, enfatiza alguns desafios de ordem da qualidade e do melhoramento do serviço, do entendimento e formação dos agentes públicos acerca de gênero, violência de gênero e da adequação do espaço físico. Agrega também alguns questionamentos a respeito do trabalho realizado e suas diferentes abordagens.

Como Estado, a divisão das nossas atribuições funciona bem da ótica vista internamente, mas para a população usuária é um transtorno. A mulher quando busca o serviço, vem aqui na 2ª Vara, vai na DPCAMI, depois Secretaria da mulher. Acredito, deva ser uma logística muito ruim da rede de atendimento. Acho que teríamos que conversar mais com as mulheres e compreender melhor, de que forma podemos melhorar o serviço. Eu tenho uma necessidade muito grande de um desenvolvimento pessoal e profissional nesta questão de gênero, tanto na parte de acolhimento como na melhoria do espaço físico. Imagine, vocês

puderam ver ali fora um corredor, onde ficam todos juntos: vítimas e agressores todos no mesmo ambiente. Você obriga ter um reencontro mesmo que tenha uma medida protetiva dizendo que fora do Fórum vocês têm de ficar a 150 m de distância [longe um do outro], mas aqui dentro vocês vão ficar juntinhos. Isto é meio contraditório, a própria estrutura física. Outro desafio é a formação constante nessa questão de gênero para não cair no senso comum, para termos enquanto rede um entendimento comum do que são violências de gênero. Pergunto? Será que somos atrativos como rede de apoio para essas mulheres vítimas de violência? Estamos trabalhando só na repressão? Quando o caso já aconteceu quais são as políticas de prevenção? Estes questionamentos me obrigam a sair da zona de conforto.

Simón Rodriguez acrescenta outros questionamentos, realizando uma autocrítica de sua atuação profissional, do sistema de justiça no atendimento às mulheres em situação de violência de gênero e seus efeitos:

Sinto falta dos resultados das nossas intervenções. Dentro do sistema de justiça eu não posso impedir que o advogado e o acusado tenham o total acesso aos autos e muitas mulheres já estão percebendo isso. Sempre que elas atualizam o endereço nos autos para serem chamadas, serem intimadas das decisões ou para audiência, os homens ficam sabendo os dados onde se localizam. Então muitas mulheres como mecanismo de segurança, não confiam no sistema de justiça. Eu não tenho esse acompanhamento, esse pós-atendimento, a avaliação dessa mulher, se fez sentido, se ajudou. Essa falta de dados qualitativos do atendimento vejo como uma fraqueza do nosso sistema. O judiciário se preocupa com os números, quantos atendimentos, quantas medidas protetivas foram ajuizadas. Essas medidas efetivamente deixaram as vítimas seguras? As ações que disponibilizamos são realmente satisfatórias? Geralmente a mulher tenta outros mecanismos antes de buscar o sistema de justiça, segurança, assistência social etc. Acredito porque talvez não sejamos tão atrativos.

Trouxemos essas percepções de Simon Rodriguez para demonstrar a visão de dentro do sistema de justiça responsável pelo atendimento de mulheres em situação de violência, numa cidade que cotidianamente convive com essa realidade.

Reiteramos que, embora as participantes da pesquisa localizem-se em diferentes municípios da região, optamos por trazer à análise instituições responsáveis pela política pública de economia solidária e a política pública para as mulheres do município de Lages. Afinal, Lages se caracteriza como cidade-polo regional, buscando demonstrar como tais políticas são implantadas e mais bem estruturadas.

À guisa de considerações finais deste capítulo, recordemos que acima descrevemos o contexto histórico de nosso objeto de pesquisa, apresentamos os fundamentos teóricos e metodológicos que continuarão permeando a investigação como um todo. Além disso, nos detivemos à descrição dos espaços onde vivem as participantes da pesquisa, isto é, aos empreendimentos econômicos solidários, “Morenas do Divino”, Art’ Mulher, Casa de Marias, COOPERCOC e aos espaços da política pública de economia solidária e políticas para as mulheres, respectivamente, o Fórum Regional de Economia Solidária, o Conselho Municipal de Economia Solidária, o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, a Secretaria Municipal de Política para Mulher. Por último, trouxemos o Juizado da 2ª Vara Criminal da Comarca de Lages.



3

CAPITALISMO:

O PARADIGMA
DE UMA SOCIABILIDADE
PERFEITA

“As ideias da classe dominante são, em todas as épocas, as ideias dominantes, ou seja, a classe que é o poder material dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, o seu poder espiritual dominante. A classe que tem à sua disposição os meios para a produção material dispõe assim, ao mesmo tempo, dos meios para a produção espiritual, pelo que lhe estão assim, ao mesmo tempo, submetidas em média as ideias daqueles a quem faltam os meios para a produção espiritual.”

Karl Marx e Friedrich Engels (1998, XXXII)

Este capítulo apresenta referenciais teóricos que permitem refletir sobre o sistema econômico neoliberal estruturante das relações socioeconômicas e políticas contemporâneas. Pretendemos apontar para elementos estruturais pelos quais move e se nutre o sistema hegemônico do capital, bem como evidenciar o contexto no qual coexistem outras economias; entre elas a economia solidária, um movimento que se antepõe com os princípios e valores da auto-gestão, cooperação, valorização do trabalho, cuidado com o meio ambiente e construção do bem comum. Enfatiza-se, outrossim, a feminização do trabalho no mercado capitalista com graves consequências para a qualidade de vida das mulheres.

A opção epistemológica do materialismo histórico-dialético, segundo Triviños (2011), tem sua tradição enraizada no marxismo científico, caracterizando-se pela identificação do contexto histórico onde se move o objeto de pesquisa; repudia a concepção do ser humano como um indivíduo abstrato, natural e isolado para entendê-lo como sujeito histórico, social e político, síntese das relações que estabelece socialmente e por sua relação de trabalho com a natureza

ao produzir seus meios de vida. Nas palavras de Marx e Engels, “Eles próprios [os homens] começam a se diferenciar dos animais tão logo começam a produzir seus meios de vida, passo este que é condicionado por sua organização corporal. Produzindo seus meios de vida, os homens produzem, indiretamente, sua própria vida material” (Marx; Engels, 1986, p. 27).

A visão de mundo nesta perspectiva teórica está baseada na sua materialidade, ou seja, todos os fenômenos, objetos ou processos que ocorrem na realidade, são materiais, partes que constituem uma totalidade em movimento e em contradição que se manifestam no concreto a ser pensado (Triviños, 2011). Diante da complexidade do real enquanto fenômeno feito de aparência e essência, o que se apresenta de imediato ao sujeito cognocente é sua pseudoconcretidade (Kosik, 1989), donde advém a função da ciência ou do conhecimento cujo objetivo é mergulhar na essência para trazer à tona a verdade enquanto critério estabelecido pela prática social.

Um fato já advertido por Marx e Engels na Ideologia Alemã (2002) é o de que inútil seria a ciência se a essência e a aparência dos fenômenos coincidissem. Daí a relevância da pesquisa, da produção do conhecimento. Trata-se, todavia, de um conhecimento voltado à transformação da realidade.

Dado que nossa perspectiva de análise é referenciada no materialismo histórico-dialético, no desenvolvimento subsequente, dialogamos com autores alinhados às correntes consideradas “neomarxistas” que incorporam clássicas e recentes categorias para desvendar novas formas de exploração, de expropriação e fissuras expostas pelo modo de produção capitalista neoliberal.

METAMORFOSES CONTEMPORÂNEAS DO NEOLIBERALISMO

Bauman e Bordoni (2016) são autores que identificam o neoliberalismo econômico atual configurando-o na expressão “Estado de Crise”. Tomam a categoria crise para demonstrar o comportamento atual do Estado e como o estado de crise cíclica continua sendo estratégia de reinvenção deste modo de sociabilidade hegemônico.

Introduzem o debate denunciando a perda do sentido original da palavra crise. Na sua origem, o termo grego significava base de julgamento, ponto crítico, contenda ou disputa. Agora observam a perda de seu significado original, assumindo uma conotação tão somente econômica. Ou seja, agora crise refere-se fundamentalmente ao comportamento do mercado, tais como, dificuldades financeiras, aumentos de preços, movimento inflacionário, taxas de câmbio e juros.

Nossos autores demonstram que hoje em vez das palavras conjuntura, realidade, questão econômica, precarização da qualidade de vida, prefere-se o termo crise. Mas este termo, a partir do ano 2000, veio conquistando novo sentido. Trata-se de uma estratégia do sistema do capital para se reinventar. O neoliberalismo econômico opera fabricando crises e, para tanto, prepara “neossujeitos” capazes de suportar a crise por meio da resiliência, pelo controle da subjetividade. Nenhum estado de crise é agradável, advertem Bauman e Bordoni (2016), pois a crise veio para ficar, temos de aprender a viver em crise. Isso pode ter um lado positivo, afirmam. Qual é? Na medida em que mantêm os sentidos vigilantes preparando-nos psicologicamente para o pior. O pior na visão destes autores é uma realidade de medo, insegurança, barulho, poluição e corrupção.

Contudo, Bauman e Bordoni (2016), não permanecem com uma visão pessimista da crise, vendo-a também pelo seu lado positivo. Notadamente no fenômeno da crise, também há oportunidades de transformação,

Pois envolve mudança e pode ser um renascimento após uma ruptura. [...] Em resumo, a crise é o fator que predispõe à mudança, que prepara para futuros ajustes sobre novas bases, o que absolutamente não é depressivo, como nos mostra o impacto econômico (Bauman; Bordoni, 2016, p. 11).

Outro aspecto a ser considerado na análise desses sociólogos é a relação da política com a economia e vice-versa. Ou seja, a relação Estado (política) e o mercado (econômico) se inverteu. Se na história do capitalismo a economia orientou-se pelas políticas do Estado, como foi a experiência da implementação do Estado do Bem-Estar Social na Europa após o período da Segunda Guerra Mundial, na atualidade o mercado submeteu e dominou o Estado, como afirmam Bauman e Bordoni (2016, p. 21):

Hoje, porém, o Estado foi expropriado de uma parcela grande e crescente de seu antigo poder imputado ou genuíno (de levar coisas a cabo), o qual foi capturado por forças supraestatais (globais) que operam num “espaço de fluxos”, (termo de Manuel Castells) politicamente incontrolável – haja vista o alcance efetivo das agências políticas sobreviventes não ter progredido além das fronteiras do Estado.

Não é que o Estado desapareceu. Porém, ele se encontra “separado” do mercado e ocupa uma posição inferior. Embora, importante destacar, quando este mesmo mercado entra em “crise” é o Estado que o socorre a pedido, em geral, dos grandes grupos econômicos. Melhor, o sistema do capital se utiliza do Estado para se reinventar com as crises. Estamos diante de um ambiente denominado pelos autores de “estatismo sem Estado”, isto é, o Estado está presente, desenvolve políticas, entretanto não tem poder para atender seus fins, qual seja, atender às

necessidades dos cidadãos e da coletividade, que é garantir o bem-estar público e direitos sociais conquistados. Este cenário gera uma “falsa democracia”⁴³, pois conforme Bauman e Bordoni (2016, p. 28),

O neoliberalismo retira a responsabilidade do Estado, fazendo-o renunciar às suas prerrogativas e avançar na direção de sua gradual privatização. A perda do poder resulta num enfraquecimento das políticas econômicas, o que por sua vez se reflete nos serviços sociais. A crise do estado se deve a presença desses dois elementos: incapacidade de tomar decisões concretas no âmbito econômico e, portanto, a incapacidade de prover serviços sociais adequados.

Frente ao sentimento de falsa democracia, os autores concluem que “o Estado em crise, em vez de ser provedor e garantidor de bem-estar público torna-se ‘um parasita’ da população, preocupado apenas com a própria sobrevivência, exigindo cada vez mais e dando cada vez menos em troca” (Bauman; Bordoni, 2016, p. 28).

No Brasil, as consequências da presença de um Estado submetido ao mercado auferem cada vez mais visibilidade. As políticas neoliberais ganham proporções cada vez maiores atingindo a qualidade de vida da população. A partir do golpe político, econômico, midiático, jurídico e misógino, realizado no palco do Congresso Nacional em abril de 2016, no Brasil, intensificaram-se as políticas neoliberais. Criou-se até uma Secretaria Especial de Desestatização e Desinvestimentos e de Mercados; acompanhada de alteração da política fiscal, reformas das leis trabalhistas, previdenciárias, em outros termos, a flexibilização das regras de contratos de trabalho, da reforma da previdência social, empresariamento da educação, que atingiu profundamente os direitos de cidadania conquistados pela população no que se refere aos governos anteriores.

43

Sobre a falsa democracia, ou “pseudodemocracia”, ver: CASTORIADES, Cornelius. **Pos-scriptum sobre a insignificância**: Entrevista a Daniel Mermet. São Paulo: Veras Editora, 1991.

A crise que vinha sendo anunciada e aprofundada a partir de 2015 foi motivo para o aceleração de reformas que atingiram programas governamentais, estes que visavam a garantia dos direitos fundamentais conquistados pela população. Assim, o Estado brasileiro sistematicamente passa a descumprir suas obrigações constitucionais, enquanto o mercado se fortalece (aprofundando as desigualdades sociais).

Os dados apresentados por inúmeros estudiosos, entre eles Scofield (2018)⁴⁴, revelam que se exacerba a concentração de riquezas e a prosperidade nas mãos de poucos.

Neste contexto, surge a ideia da antipolítica, como ressaltam Bauman e Bordoni (2016, p. 24-25): “a antipolítica – conforme reconhecido por Balibar – resulta em populismo e nacionalismo, ambos perigosos e sujeitos aos mais devastadores desvios. Com frequência ela se mostra o prelúdio de regimes tirânicos e autoritários, como demonstra a história recente”.

44 O articulista Scofield (2018) escreve que “Boa parte das críticas econômicas que se faz hoje ao capitalismo se referem à exacerbação da concentração de riqueza e prosperidade nas mãos de meia dúzia, uma realidade brasileira desde sempre, aliás. Para correntes modernas de estudo da economia – na qual se destacam gente como Thomas Piketty, o Nobel de Economia Angus Deaton, o brasileiro Marcelo Medeiros, sociólogo e pesquisador do Ipea, entre outros muitos – esta concentração é desestabilizante e uma verdadeira ameaça à democracia. Os avisos sobre o aumento da concentração de renda nos EUA nos últimos anos desde a grande crise de 2008 pode ser considerada insignificante quando comparado ao Brasil de hoje, um país de concentrações lamentáveis e sem sombra de dúvida desestabilizadoras e profundamente antidemocráticas. Senão, vejamos: 1. Temos uma das maiores concentrações de renda do planeta. Quase 30% da renda do Brasil está nas mãos de apenas 1% dos habitantes do país, a maior concentração do tipo no mundo. É o que indica a Pesquisa Desigualdade Mundial 2018, coordenada, entre outros, pelo economista francês Thomas Piketty”, segundo o ‘El País. Diz outra reportagem do jornal, citando como fonte a Oxfam, que: ‘Jorge Paulo Lemann (AB Inbev), Joseph Safra (Banco Safra), Marcel Hermmann Telles (AB Inbev), Carlos Alberto Sicupira (AB Inbev), Eduardo Saverin (Facebook) e Ermirio Pereira de Moraes (Grupo Votorantim) são as seis pessoas mais ricas do Brasil. Eles concentram, juntos, a mesma riqueza que os 100 milhões mais pobres do país, ou seja, a metade da população brasileira (hoje em torno de 107,7 milhões)’. Segundo a pesquisa, ‘Os dados também apontaram para a desigualdade de gênero e raça: mantida a tendência dos últimos 20 anos, mulheres ganharão o mesmo salário que homens em 2047, enquanto negros terão equiparação de renda com brancos somente em 2089. Agora sinceramente me respondam: alguém acha que um país que não pratique uma política de transferência de renda de ricos para pobres tem alguma chance de alcançar o mínimo de Justiça Social e dignidade humana?’ Nos pontos subsequentes, o articulista indica por dados a concentração total dos ativos do sistema financeiro; a concentração no Brasil do mercado da internet banda larga; e a concentração da mídia.

Isto posto, podemos inferir que os autores parecem fazer uma radiografia do que ocorre atualmente no Brasil, pois afirmam que a anti-política ocorre quando a população rejeita a política e, por conseguinte, passam a considerá-la algo sujo, bem como exaltam agentes políticos carismáticos – com força para atrair a atenção e a afeição do povo. Além disso, os teóricos demonstram que há, nesse caso de antipolítica, a presença de um homem forte, um “Messias”, um salvador da pátria. Em outras palavras, nega-se a política com o discurso da “nova política”. Ou, em outros casos, vale, grosso modo, a expressão: “não sou político, sou empresário”, descaracterizando e demonizando a função social da política, o papel dos partidos políticos e dos movimentos sociais.

Esses mesmos agentes políticos que ocupam espaços políticos são aqueles que atacam sistematicamente o bem-estar comum, aprofundando as desigualdades sociais. Neste contexto, desenvolve-se a ideologia da individualização do cidadão e, deduzem nossos autores, a “governança neoliberal, que se revela uma técnica de governo indireta, mas não ineficaz”. (Bauman; Bordoni, 2016, p. 26).

Paralelo ao Estado de crise, contudo, no contexto da reinvenção do modo de produção capitalista de sociabilidade hegemônica, a democracia também entra em crise. Por isso, nossos autores problematizam esse último conceito, que, para nós, permanentemente, tencionam realidade e utopia. Refletindo num cenário mais pessimista, afirmam que “Na realidade nunca houve uma era de ouro na democracia”. (Bauman; Bordoni, 2016, p. 153). Sendo assim, muitas formas de governo que se dizem democráticos simplesmente porque tiveram uma delegação pelo voto, nunca o foram. Depreendemos, logo, que o termo “democracia” está profundamente esvaziado de seu significado original, mas que também sua ambiguidade é conhecida desde os tempos greco-romanos. Entende-se, ainda, que o governo das maiorias sobre as minorias também tem sua relatividade, visto que pode incorrer em ditadura para as minorias – em nome da democracia. Tomando sua definição original – governo do povo – a democracia não existe e jamais existirá, pontuam Bauman e Bordoni (2016).

Mas, noutro cenário mais otimista, refletem a importância da democracia, ou seja, demonstram que ela é “Algo que abrange liberdade, solidariedade, igualdade, respeito e observância do direito dos outros” (Bauman; Bordoni, 2016, p. 156). Deve conter “[...] um ideal de sociedade civil em nome do qual lutar e que não pode ser medido, ao contrário do progresso, em termos quantitativos”. (Bauman; Bordoni, 2016, p. 156). Advertem, todavia, os sociólogos: “Toda e qualquer renúncia à democracia representativa seria na verdade o fim do mundo tal como nós o conhecemos [...] isso poderia abrir os cenários mais diversos: desde um período de caos político até a tomada do poder por governos fortes” (Bauman; Bordoni, 2016, p. 158-159).

Se, no Brasil, conhecemos o período do regime ditatorial (1964-1985), também avançamos para a forma de democracia participativa por meio de diferentes organizações da sociedade civil (Orçamento Participativo, conselhos municipais e estaduais, consultas populares, referendos, plebiscitos) (já garantidos na Constituição Federal de 1988), o que significa um êxito da experiência em âmbito local, de Brasil e América Latina, (Santos, 2016). Igualmente conhecemos o exercício de democracia representativa relativamente exitosa no que diz respeito às políticas sociais e aos direitos básicos de cidadania nos governos de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) e Dilma Rousseff (2011-2016). As duas formas de democracia, conseqüentemente, estão no cotidiano e no horizonte das práticas políticas que se estendem de alguma maneira ao campo pedagógico.

O capitalismo, entretanto, continua se metamorfoseando, deixando de ser uma toupeira para se tornar uma serpente. Veremos mais sobre isso, a seguir, na modalidade denominada pela via da biopolítica.

A EXPLORAÇÃO DO CAPITAL PELA BIOLPOLÍTICA

Hardt e Negri (2016) refletindo sobre outros aspectos do sistema econômico, demonstram que, atualmente, o capitalismo se enveredou pelo que denominam exploração biopolítica. Segundo eles, “A produção econômica passa por um período de transição no qual os resultados da produção capitalista são cada vez mais relações sociais e formas de vida. Em outras palavras, a produção capitalista torna-se biopolítica” (Hardt; Negri, 2016, p. 153). Ou seja, a “exploração biopolítica envolve a expropriação do comum no nível da produção social e da prática social” (Hardt; Negri, 2016, p. 163).

Sendo assim, enfatizam que o capital se reinventa por meio de sucessivas metamorfoses, isto é, o sistema do capital é mutante, uma vez que tem a capacidade de assumir novas formas para permanecer sempre o mesmo em seus princípios fundantes de exploração e acumulação. (Hardt; Negri, 2016). Consoante esses autores, a acumulação capitalista hoje se ampliou sendo cada vez mais externa ao processo de produção, sendo que esse tipo de exploração assume a modalidade de “expropriação do comum” (Hardt; Negri, 2016, p. 160).

A manifestação desta mudança – exploração do comum – aparece em duas manifestações. A primeira reside na desapropriação e transformação em propriedade privada tanto da riqueza pública (recursos naturais como petróleo, diamantes, ouro etc.), quanto da riqueza produzida socialmente (privatização de indústrias públicas, estruturas públicas de bem-estar, redes públicas de transporte).

Já a segunda manifestação da exploração do comum, centra-se na exploração do trabalho biopolítico. O que significa isso? Ora, o capital, em essência, é um sistema produtivo que gera riqueza por meio da força de trabalho que emprega e explora. Agora, não explora mais exclusivamente a mão de obra; expropria, sobretudo, “conhecimentos”, “informação”, “imagens”, “afetos” e “relações sociais” (Hardt; Negri, 2006, p. 162).

Nesse sentido, os estudiosos também insistem na diferenciação da exploração do comum, isto é, do que deveria ser de todas e todos. Enquanto na primeira manifestação predomina a expropriação de bens naturais,

[...] a segunda noção do comum é dinâmica, envolvendo ao mesmo tempo o produto do trabalho e os meios da futura produção. Este comum é não só a terra que compartilhamos, como também as linguagens que criamos, as práticas sociais que estabelecemos, os modos de sociabilidade que definem nossas relações e assim por diante (Hardt; Negri, 2016, p. 162).

Concluem que a manifestação de expropriação dessa segunda forma do comum, que fere a divisão entre natureza e cultura, “é a chave para compreender as novas formas de exploração do trabalho biopolítico” (Hardt; Negri, 2016, p. 162). No que tange ao trabalho cognitivo e afetivo, por exemplo, refletem que a alienação se ampliou, não se dando mais somente como produto do trabalho, mas como resultado agora do processo de trabalho. Os trabalhadores já não sentem suas próprias capacidades de pensar, amar e cuidar quando estão no emprego (Hardt; Negri, 2016). O capital tomou para si, não somente os braços, mas também o mundo da subjetividade dos proletários que emprega.

Outro aspecto de interesse de nossa análise diz respeito ao fato de que, segundo a perspectiva de Hardt e Negri (2016), o capital não organiza a *cooperação produtiva*. Recordam que embora Marx tenha reconhecido que o papel essencial do capitalista é fornecer a cooperação (tendo em vista a exploração da produção, na produção biopolítica) “o capital não determina o acordo cooperativo”, pois “O trabalho cognitivo e o trabalho afetivo geralmente produzem cooperação de maneira autônoma em relação ao comando capitalista, até mesmo em algumas das circunstâncias de mais limitação e exploração” (Hardt; Negri, 2016, p. 163). Sintetizam afirmando que “[...] Na verdade, em vez de fornecer cooperação, poderíamos até

dizer que o capital expropria a cooperação como elemento central de exploração da força de trabalho biopolítica” (Hardt; Negri, 2016 p. 163).

Os pesquisadores, em geral, conforme nossos autores, ao analisarem as transformações atuais no mercado de trabalho, apresentam três grandes tendências da composição técnica do capital ou composição técnica do trabalho útil para se reconhecer formas contemporâneas de exploração e controle capitalista, bem como para avaliar os meios disponíveis para um projeto de libertação em relação ao capital e para nossa aproximação das atuais transformações pelas quais passa o mercado de trabalho (Hardt; Negri, 2016).

Nessa direção, apontam três tendências para a composição técnica das metamorfoses do trabalho. Em primeiro lugar, “temos a tendência para a hegemonia ou prevalência da produção imaterial nos processos de valorização capitalista. ‘A dimensão imaterial dos produtos’”, afirma Gorz (2005), seu valor simbólico, estético e social, “predomina sobre a realidade material” (Gorz, 2005, p. 154). Isto é, “Imagens, informações, conhecimentos, afetos, códigos e relações sociais, por exemplo, estão adquirindo maior peso que as mercadorias materiais ou os aspectos materiais das mercadorias no processo capitalista de valorização” (Gorz, 2005, p. 154). Essas mudanças não significam o desaparecimento das mercadorias, mas que elas se ressignificam. O problema é que nessa ressignificação há uma separação entre material e imaterial, o que, para Marx, sempre se constituiu algo inseparável.

A segunda tendência da composição técnica do trabalho em sua metamorfose, “é a feminização do trabalho” (Gorz, 2005, p. 155), gerando três alterações que emergem pelo: i) crescimento numérico de mulheres no mercado do trabalho; ii) mudança substantiva na jornada de trabalho e, portanto, na flexibilidade temporal do trabalho tanto para mulheres quanto para homens; e iii) trabalho das mulheres como tarefas afetivas, emocionais e de relacionamento tornam-se fundamentais em diferentes campos do trabalho.

Com efeito, ilude-se quem imagina que a inserção da mulher no mercado capitalista implicou em equidade de gênero ou qualidade de vida para essas trabalhadoras. Hardt e Negri (2016) estão convencidos de que a feminização do mercado de trabalho “não resultou numa igualdade de gênero nem destruiu a divisão de gênero no trabalho. Pelo contrário! O trabalho afetivo é exigido das mulheres de maneira desproporcional, no emprego e fora dele” (Hardt; Negri, 2016, p. 156).

A terceira tendência da composição técnica do trabalho

[...] é resultado de novos padrões de migração e processos de mistura social e racial. Todos os níveis hierárquicos de empresas capitalistas nos países dominantes, das grandes corporações aos pequenos negócios [...] precisam do constante fluxo de imigrantes, tanto legais como ilegais, para complementar a força de trabalho local (Hardt; Negri, 2016, p. 156-157).

Com o fluxo de imigrantes complementando a força de trabalho local no mercado capitalista, “essas migrações transformam os mercados de trabalho em termos quantitativos, tornando-os propriamente globais, muito embora, naturalmente, os movimentos do trabalho não sejam livres, mas altamente confinados a rotas específicas, não raro acarretando grave perigo” (Hardt; Negri, 2016, p. 156).

Neste cenário, aparentemente de melhoria da condição da mulher trabalhadora, no contexto das relações de gênero, no movimento migratório, os teóricos identificam um número cada vez maior nos fluxos que vêm demandando não só emprego tradicionalmente designado para as mulheres, como o trabalho doméstico, o trabalho sexual, o cuidado de idosos e a enfermagem, que agora ocupam outros espaços de trabalho de baixa qualificação de mão de obra (Hardt; Negri, 2016).

A análise demonstra que a terceira tendência caminha junto com a segunda. Isto é, “Ideias de flexibilidade, temporalidade,

invisibilidade e domesticidade na naturalização das categorias de trabalho são cruciais na construção das mulheres do Terceiro Mundo como uma conveniente força de trabalho barata”, segundo Mohanty, *apud* Hardt e Negri (2016, p. 157).

A realidade da feminização do trabalho no Brasil confirma as tendências da composição técnica do mercado de trabalho refletidas acima. Revela-se também contraditória, pois mesmo que a mulher tenha conquistado mais espaço no mercado de trabalho (muito em função da intervenção da primeira onda do movimento feminista no que tange ao direito de a mulher trabalhar) agora ela se encontra sobrecarregada, com dupla ou tripla jornada trabalhista.

Diante deste quadro complexo e paradoxal, como expressam as três tendências da composição técnica do mercado, é possível observar que os conceitos e métodos antigos de análise já não dão conta de desvendar a produção biopolítica, uma vez que agora o centro econômico da produção de mercadorias foi deslocado para as relações sociais, gerando confusão entre a divisão da produção e a reprodução (Hardt; Negri, 2016).

Conforme os autores, “Os produtos biopolíticos, no entanto, tendem a exceder toda mensuração quantitativa e assumir formas comuns, compartilhadas com facilidade e dificilmente delimitadas como propriedade privada” (Hardt; Negri, 2016, p. 158). Em virtude desse movimento, o ambiente das relações de produção e o ressignificado embutido nas mercadorias alteram-se substancialmente. Então, os métodos de análise, que antes se referenciavam em medidas quantitativas, não são suficientes para explicar os fenômenos econômicos.

O fato é que a “A produção biopolítica e as três grandes tendências [...] implicam, obviamente, novos mecanismos de exploração e controle capitalistas” (Hardt; Negri, 2016, p. 159). A exploração e acumulação do capital é contemporaneamente cada vez mais externa ao processo de produção, de tal modo que a exploração assume a

forma de expropriação do comum. Ou seja, na sua capacidade de se reinventar, o capital amplia a espoliação do trabalhador e da trabalhadora para além do campo econômico, desse modo, toma para si, outras dimensões da vida, para além do trabalho, a produção biopolítica.

Em síntese, “o capital aliena do trabalhador não só o produto do trabalho, mas o próprio processo de trabalho, de tal maneira que os trabalhadores não sentem suas próprias capacidades de pensar, amar e cuidar quando estão no emprego” (Hardt; Negri, 2016, p.162). Quando nos referimos à metamorfose pela qual o capital opera e cria formas de exploração e acumulação de riquezas, desafia inclusive sua análise crítica correspondente, obstaculizando o movimento de resistência e busca de alternativa, na direção da construção da emancipação de homens e mulheres por homens e mulheres.

Para responder às necessidades da análise crítica do sistema econômico neoliberal e busca de alternativas em vista da emancipação humana, não há como ignorar a relevância da educação escolar e não escolar. Por sua vez, o capital também tem se apropriado da cultura e da educação. Afinal, a educação está associada a valores de compreensão e difusão políticos e ideológicos. Há algum tempo, ela é compreendida como mercadoria e o Estado liberal a tem disponibilizado não como bem e direito do cidadão, porém como objeto de interesse lucrativo a ser privatizado.

EXPLORAÇÃO PELO CAPITAL: EMPRESARIAMENTO DO ESTADO E DA EDUCAÇÃO

Dardot e Laval (2016) discutem o que avaliam como novidade no sistema econômico liberal (capitalismo piorado ao extremo): trata-se de uma racionalidade global com alcance para além de sua doutrina ideológico-econômica, gerando profundas transformações na sociedade. Agora, de forma difusa e internamente, estende seus padrões

de conduta, ação e pensamento a todas as relações sociais. Um dos pontos de análise está centrado no papel do Estado quando assume a “governança empresarial”, configurando-se como “Estado mínimo” para o mundo do trabalho e “Estado máximo” para a lógica do capital.

Esses pesquisadores problematizam a relação dos interesses privados e o Estado, dizendo que “tanto os liberais quanto os antiliberais sempre ratificaram a separação entre a esfera dos interesses privados e a do Estado, como se a gestão privada pudesse funcionar de forma autônoma e autorregulada” (Dardot; Laval, 2016, p. 271). Advertem que é importante analisar os objetivos e os novos métodos que o neoliberalismo emprega no processo de empresariamento do Estado. Embora esteja no espaço da ação pública, esta se torna uma esfera submetida a regras de concorrência acompanhada de exigências de eficácia a exemplo do que ocorre na empresa privada. Transfere-se o modelo de gestão privada para o âmbito do Estado.

Como afirmam os autores, “a mudança na concepção e na ação do Estado imprimiu-se no vocabulário político. De onde emerge este conceito de “governança”? Ele é tomado da concepção e linguagem da empresa privada que defende um Estado mínimo para as políticas sociais e um Estado máximo para uma governança que potencializa os interesses do capital.

O termo “governança” tornou-se palavra-chave da nova norma neoliberal, em escala mundial” (Dardot; Laval, 2016, p. 275), uma palavra originária na era medieval, do século XIII para designar o fato e a arte de governar, informam os autores.

Essa categoria política de “governança”, ou, mais exatamente de “boa governança”, tem um papel central na difusão da norma da concorrência generalizada. A “boa governança” é a que respeita as condições de gestão sob os préstimos do ajuste estrutural e, acima de tudo, a abertura dos fluxos comerciais e financeiros, de modo que se vincula intimamente a uma política de integração

ao mercado mundial. Assim, toma pouco a pouco o lugar da categoria “soberania”, antiquada e desvalorizada. O Estado não deve mais ser julgado por sua capacidade de assegurar sua *soberania* sobre um território, segundo a concepção ocidental clássica, mas pelo respeito que demonstra às normas e às “boas práticas” econômicas de *governança* (Dardot; Laval, 2016, p. 276, grifo do autor).

A partir da afirmação acima, podemos inferir que os termos “soberania” e “governança” são antagônicos. Enquanto o primeiro remete para o direito de autodeterminação dos povos, a defesa do território acompanhado de um projeto de nação; o segundo indica a condição de Estado submisso aos grandes interesses comerciais, financeiros e até ingerências de outras forças globais, focado no dogma da “liberdade de mercado”.

Como é possível identificar que o fenômeno da governança de Estado está assumindo a configuração da governança da empresa?

A homogeneidade dos modos de pensar, a semelhança dos instrumentos de avaliação e validação das políticas públicas, as auditorias e os relatórios dos consultores, tudo indica que a nova maneira de conceber a ação governamental deve muito à lógica gerencial predominante nos grupos multinacionais (Dardot; Laval, 2016, p. 276).

Dessa forma, o paradigma da “governança” na prática estatal e suas consequências, não se limita apenas à ingerência de atores e princípios do mercado no interior do Estado, como se ocorresse o declínio do Estado. O que existe é uma mudança no “formato” e papel do Estado, visto agora como uma *empresa a serviço das empresas* (Dardot; Laval, 2016). Isso pode ser visto e sentido no mundo atual e por toda parte, as consequências do empresariamento do Estado. Ele se manifesta nomeadamente nas políticas públicas sociais, como, por exemplo, educação, saúde, na privatização das empresas estatais essenciais de água, energia e petróleo.

Dessa maneira, para pensar o empresariamento da educação em tempos de capitalismo flexível, Klaus (2017) reflete que neste contexto, em primeiro lugar, o neoliberalismo credita à educação escolar a solução de diversos problemas, sejam sociais, políticos, econômicos ou culturais. A função da escola, no entanto, é “preparar os sujeitos para a vida em sociedade” (Klaus, 2017, p. 346). Em segundo lugar, categorias como, por exemplo, “conhecimento”, “inovação” e “competitividade” adquirem potência capazes de moldar o indivíduo, fazendo dele um sujeito inventivo, inovador, empresário de si mesmo, em condições de competir com o outro. Na perspectiva de Klaus:

A política neoliberal extrapola em muito os mercados de bens e serviços e diz respeito à totalidade da ação humana, procurando moldar os sujeitos para torná-los empreendedores dispostos a aproveitar as oportunidades de lucro e a entrar no processo permanente de concorrência (Klaus, 2017, p. 347).

O que significa preparar o sujeito para a vida em sociedade no paradigma atual do neoliberalismo hegemônico? Consiste fundamentalmente em preparar o sujeito empreendedor, para atuar num cenário altamente flexível – no entendimento de Klaus (2017). Este sujeito, assim, perde a segurança da estabilidade e ganha suposta liberdade de escolha.

Trata-se, não obstante, de um cenário ilusório, dado que o indivíduo encontra somente uma falsa liberdade de escolha, uma vez que esta é regulada pela lógica neoliberal. É quando aparece o “case de sucesso”, a “performatividade”, a “meritocracia”, como critérios a incrementar “o jogo da competitividade” (Klaus, 2017, p. 348). Assim dizendo, meu sucesso ou meu fracasso está aliado a essa narrativa que individualiza e responsabiliza o sujeito em seu projeto de vida.

Diante disso, destacamos que a lógica neoliberal sustenta que a educação pública brasileira é um fracasso. Isso porque o paradigma educacional empresarial se compreende como a estratégia mais adequada e acertada para os indivíduos que devem se preparar para ingressar no mercado flexível e competitivo, cada vez mais tecnológico e referenciado pelas dimensões imateriais.

A empresa e o “homem empresarial” são os ideais a serem forjados pela educação cuja filosofia é perpassada pelo cultivo de talentos pessoais, a instrução, a resiliência, a capacidade de adaptação dos indivíduos frente a flutuações do mercado. Isso motiva as empresas a se aproximarem do Estado, no caso, da política pública da educação, para buscarem parcerias em três focos: “formação continuada de professores e gestores; fornecimento de materiais didáticos (práticas pedagógicas); formação de crianças e jovens empreendedores” (Klaus, 2017, p. 351).

Com base nas reflexões a respeito da metamorfose do capitalismo contemporâneo (tomado nesta obra como algo perverso) brevemente expostas acima podemos concluir com Mészáros (2005): vivemos um tempo sem precedentes marcado pela crise do sistema do capital, irreformável, incorrigível e destrutivo à vida em todas as suas expressões.

Frente a essas tendências da realidade tomamos posição na oposição: resistir e reexistir diante do modo de produção capitalista neoliberal hegemônico. Se tal sistema se reinventa para além dos limites da ideologia e da política econômica, apresentando-se como uma forma de vida, como vimos pelos referenciais acima, propomos o paradigma da economia solidária. Embora possivelmente não detenha as possibilidades de revolucionar e/ou alterar o sistema hegemônico, pode apresentar um modo de vida alternativo ao bem-estar comum, capaz de emancipar homens e mulheres e sua casa comum, o mundo no qual vivemos e somos parte. Trata-se de “uma outra economia” centrada no ser humano, na valorização do trabalho sem subsunção do trabalho ao capital, livre de qualquer exploração, constituinte da condição e do desenvolvimento humano e do cuidado da vida em todas as suas expressões, em todo o planeta.

ANÚNCIO DO DESLOCAMENTO DA BASE PRODUTIVA DO CAPITALISMO

Na perspectiva da metamorfose contemporânea do modo de produção capitalista, como vimos com os teóricos referenciados anteriormente, refrescamos nossa reflexão em sequência com Ladislau Dowbor; um economista que pensa a partir da realidade brasileira, conectado com o conhecimento e larga experiência em diversos países, conselheiro do Instituto Paulo Freire, que lançou, em 2020, *O capitalismo se desloca: novas arquiteturas sociais*. Trata-se de um intérprete da realidade da maior importância e atualidade. Associa-se à abordagem teórica marxista desta tese, ou seja, “compreender para transformar” na qual teoria e prática são indissociáveis. Sem ter a intenção de trazer toda sua abordagem, apontamos alguns elementos de aproximação ao fenômeno complexo analisado em sua obra.

Seu último estudo parte da constatação de que, neste momento histórico, a humanidade está perdida. Todos se perguntam para onde vamos. Estamos buscando novos caminhos, diante de uma crise civilizatória, sintetizado por Dowbor (2020) em três tendências críticas ou eixos que estruturam sua análise: a destruição ambiental, o aprofundamento da desigualdade e o caos financeiro, somadas à atual pandemia. O termômetro para medir esse mal-estar atual advém do “[...] impacto destruidor de um vírus minúsculo, que de repente revela toda a nossa fragilidade”. (Dowbor, 2020, p. 15). Depois de um ano de instalação da pandemia, inúmeros laboratórios estão empenhados em descobrir uma vacina, nações do ocidente ao oriente disputam a produção, quem tem acesso e/à vacina primeiro. Obviamente, os mais ricos iniciam a vacinação. Outros países, como é o caso do Brasil, sequer apresenta um plano de imunização de sua população, ultrapassando neste momento a cifra macabra, fria e naturalizada, de mais de 437.000 mortos⁴⁵, em grande parte por irresponsabilidade do atual

“desgoverno federal”. Diante deste cenário global, crítico, de fragilidade em todas as dimensões da vida e em todas as nações, inúmeros intelectuais, pesquisadores e analistas estão apontando para uma mudança estrutural. Como vimos alhures, a crise de civilização abre espaço para proposições novas, afirma Dowbor (2020).

Nessa mesma linha de pensamento, Dowbor (2020) aposta que as quatro crises entrelaçadas constituintes do caos, seja a destruição ambiental, o aprofundamento da desigualdade, caos financeiro ou a pandemia do novo coronavírus e suas novas mutações que podem nos destruir biologicamente devem proporcionar a possibilidade de “[...] pensar para além dos parâmetros do capitalismo” (Dowbor, 2020, p. 22), visto que “[...] o capitalismo já está mudando aceleradamente em profundidade” (Dowbor, 2020, p. 22). Essas mudanças são configuradas historicamente por nomes, tais como capitalismo imperialista, liberal, rentista, neoliberal ou global, dependente ou dominante, central ou periférico. (Dowbor, 2020). Mas que numa palavra, chamamos de neoliberalismo. Embora, como diz Dowbor, o animal possa mudar de pelo, de comportamento, continua sendo o mesmo. Sendo assim, a pergunta que perpassa este diálogo com nosso economista intérprete é esta: o capitalismo, que está mudando ou evoluindo, visa a qual direção, para outro modo de produção?

Obviamente, não podemos cair na armadilha do atual modo de produção capitalista hegemônico com sua lógica de economia de mercado como se ele estivesse evoluindo para um sistema que reduziu o ser humano em *homo economicus*, agora convertido, colocando no centro de suas preocupações o cuidado com a humanidade. Dowbor já adianta que a linha evolutiva é a do capitalismo da sociedade agrária, industrial para alcançar a sociedade do conhecimento, sendo que para os dois primeiros modos de produção, a terra e a máquina foram os fatores estruturantes. Mas para o terceiro, cujo nome se refere à sociedade do conhecimento e à revolução digital, qual será seu eixo estruturante?

A abordagem teórica construída por Marx para desvendar a lógica do sistema continua relevante, entretanto não é suficiente para explicar a complexidade atual do modo de produção capitalista, uma vez que se alteraram as formas de exploração e de acumulação. Os referenciais para explicar o modo de produção do século XIX, com as categorias infraestrutura e superestrutura, criadas por Marx, são referenciais que, diante das atuais mudanças do modo de apropriação da riqueza e de sua concentração, desafiam qualquer análise sobre o que passa na sociedade do conhecimento e da era digital. A exploração da trabalhadora continua e se aprofunda. O fosso entre uma minoria rica e a maioria pobre cresce, porém é gerada por novas dinâmicas e mecanismos, reflete Dowbor. Sofisticaram-se as formas de apropriação da riqueza, não mais pelo trabalho assalariado, porquanto há um deslocamento das formas antigas de exploração para sistemas imateriais. “Até o conceito de acumulação do capital se desloca” (Dowbor, 2020, p. 26).

Quais, todavia, são os grandes eixos de mudança do atual modo de produção capitalista referenciado no paradigma da sociedade do conhecimento e que estão gerando uma nova realidade? Ou seja, o mundo está funcionando de uma maneira diferente, a mudança é sistêmica. Dowbor (2020, p. 26-27) enumera:

[...] os dramas ambientais, sociais e econômicos no planeta estão se agravando de maneira desgovernada, e o controle individualizado sobre as populações por meio de algoritmos e de inteligência artificial, já é muito presente. Abrem-se simultaneamente imensas perspectivas de uma sociedade informada, conectada e colaborativa.

Na essência do fenômeno do modo de produção capitalista, no entanto, o que está mudando é que “[...] a base produtiva da humanidade está se deslocando de maneira radical e muito acelerada com impactos profundos sobre a lógica do conjunto. [...] a nova máquina, de certa forma, é o conhecimento” (Dowbor, 2020, p. 31). A tecnologia passou a ser o principal fator de produção. E o conhecimento tecnológico é imaterial, tendo por referência o trabalho imaterial. Dito de outro

modo: não é mais a mão de obra, o trabalho físico, o principal gerador de riqueza, mas o trabalho imaterial. A base material do capitalismo conhecida até então vem desaparecendo, conclui Dowbor (2020).

Adverte o economista que não vê quem não quer, mas a era da informação transformou nosso modo de produzir. É visível em todas as áreas, como energia, transporte, medicina, educação, cultura, geração de novos materiais etc. Tudo passa pela informática, computador, internet, por alguma conexão digital. Vivemos um mundo virtual, e essa mudança, adverte Dowbor, está apenas começando. A tendência é que a inclusão digital se globalize, e ninguém fique fora. Isso gerará a “conectividade digital global” (Dowbor, 2020, p. 32). Essa nova realidade, do conhecimento armazenado e informatizado, como fator de produção disponível em qualquer ponto do planeta, para qualquer pessoa, à velocidade da luz, traduz uma nova realidade que vai além de mais uma etapa do modo de produção do capitalismo industrial, reflete o autor. Mas justamente nisso está o paradoxo: globaliza-se a inclusão digital para quê? Para quem? Continuar-se-á ampliando cada vez mais a desigualdade?

Os argumentos dele seguem demonstrando ainda que as mudanças podem ser vistas desde os vínculos de sociabilidade, segundo interesses dos mais variados; um novo universo político, econômico, social e cultural se desenha. Corporações se organizam em rede pelo planeta afora “[...] controlando a política, a justiça, os meios de comunicação e a cultura dos povos” (Dowbor, 2020, p. 33). Realidades – diga-se de passagem – já previstas por Marx e Engels no *Manifesto Comunista* de 1848, lembra-nos também o autor. Enfim, o mundo está se [...] “tornando rapidamente uma sociedade planetária, demograficamente organizada em cidades e centrada na economia do conhecimento” (Dowbor, 2020, p. 34), denominadas por alguns estudiosos de “imaterial” ou “intangível”. Para o capital, depois da virada para o terceiro milênio e ainda a longo prazo, o fluxo de investimento não está mais centrado na aquisição de máquinas ou insumos agrícolas, no entanto, no controle de conhecimento organizado.

Mais especificamente, no controle de plataformas digitais, aplicativos, patentes, fluxos financeiros imateriais. Em síntese, o conceito de propriedade está mudando. Essa nova realidade está gerando amplitude de concentração de poder “[...] dez vezes maior do que apareceria na simples avaliação do valor das empresas” (Dowbor, 2020, p. 34). Assim sendo, “O conceito de propriedade dos meios de produção se desloca” (Dowbor, 2020, p. 35). Isso não significa que a agricultura e a indústria serão substituídas, mas que já operam pela lógica da economia do intangível – ainda que continuemos a precisar da econômica tangível, isto é, de alimento, moradia, transporte etc., argumenta o economista.

Outros campos da economia de mercado acompanham as mudanças estruturais do sistema mudando de rumo. Além dos investimentos econômicos intangíveis, como aponta Dowbor (2020), por exemplo, bens acessados pela internet a custo zero, a publicidade que se intrometeu na internet irritando o navegador, agora é produzida pelos próprios consumidores, a migração da TV para a internet também sinaliza para novos rumos. O que existe em comum é que estamos no mundo da conectividade planetária e da proeminência da dimensão imaterial do principal fator de produção a exigir novas regras e compreensão, analisa o economista.

Isto posto, depreendemos que é inegável o deslocamento dos processos produtivos dominantes na explosão das tecnologias, no domínio sobre o processo de expansão do conhecimento, no uso de plataformas, aplicativos, redes e algoritmos no que diz respeito ao controle dos sistemas financeiros e informacionais. Como tudo se encontra relacionado e conectado, as consequências desses novos rumos da base produtiva do capitalismo afetam as relações sociais, o principal fulcro de atenção de nossas preocupações.

Sendo o conhecimento o principal fator de produção do sistema, quais seus impactos nas relações sociais de produção? Quem controla o conhecimento? Quem detém o poder? “No século

passado, o poder era de quem controlava as fábricas, neste século vai ser de quem controla a informação” (Dowbor, 2020, p. 46), ou seja, de quem controla o conhecimento.

Em suma, além do conhecimento ser uma usina dinamizadora nas mudanças de rumo da base produtiva capitalista contemporânea, torna-se indispensável à compreensão desse cenário cada vez mais complexo, em que muda substancialmente os métodos e estratégias de exploração e acumulação. Somos desafiados a continuar aprofundando os quatro eixos que sustentam o atual cenário originários desta reflexão; a lembrar, a destruição ambiental, o aprofundamento da desigualdade, o caos financeiro e o que podemos denominar de multipandemia. A realidade está a indicar a necessidade de um outro modo de produção da vida em sociedade, fora da lógica capitalista. Não se pode ignorar que tendo em perspectiva teórica as categorias movimento, totalidade e contradição, a economia solidária e o enfrentamento às violências de gênero contra as mulheres acham-se intrinsecamente conectadas. Com efeito, pensar a partir do contexto macroeconômico e político é condição necessária para se avançar no debate sobre estratégias de enfrentamentos às mazelas originárias do sistema do capital. Essa intencionalidade perpassa este trabalho que situa o contexto local ao geral, visto que o estudo tem sua centralidade na participação de mulheres na economia solidária como uma estratégia de enfrentamento às violências de gênero em um cenário cuja configuração se procurou evidenciar anteriormente.



4

RETOMANDO GÊNERO:

UMA CATEGORIA-CHAVE
DESTA INVESTIGAÇÃO

*"Nós somos Mulheres
de todas as cores
de várias idades, de muitos amores
lembro de Dandara,
mulher foda que eu sei
De Elza Soares, mulher fora da lei.
Lembro de Marielle, Valente, guerreira
De Chica da Silva,
toda mulher brasileira.
Crescendo oprimida pelo
patriarcado, meu corpo
Minhas regras.
Agora, mudou o quadro. Mulheres
cabeça e muito equilibradas
Ninguém tá confusa,
não te perguntei nada.
São elas por elas.
Escuta esse samba que eu vou te
cantar. Eu não sei por que tenho que
ser a sua felicidade.
Não sou sua projeção
Você é que se baste
Meu bem, amor
assim quero longe de mim.
Sou mulher, sou dona do meu corpo
e da minha vontade.
Fui eu que descobri Poder e
Liberdade. Sou tudo que um dia
eu sonhei pra mim..."*

*(Silvia Duffrayer, Canção
- versão: Mulher)*

Neste capítulo, centramos nossa atenção à categoria gênero enquanto uma mediação compreensiva fundamental desta investigação. Inicialmente, apresentamos o Estado do Conhecimento em diferentes bancos de dados, com recorte temporal de 2003 a 2020. Demonstramos também a relevância dos estudos de gênero e das violências de gênero contra a mulher para o embate e combate desse fenômeno no cotidiano de nossa sociedade.

ESTADO DO CONHECIMENTO: UMA BREVE IMERSÃO⁴⁶

Fizemos uma revisão bibliográfica a partir de teses, dissertações e artigos científicos para identificar a recente produção acadêmica, com os seguintes descritores: gênero, violência de gênero e economia solidária. O levantamento de publicações foi realizado primeiro com um recorte temporal de 2003 a 2018⁴⁷, posteriormente foi atualizado com o período de 2018 a 2020.

Acessamos quatro plataformas com os seguintes descritores, com base nas categorias centrais da pesquisa: "Economia Solidária AND Violência de Gênero"; "Economia Solidária AND Gênero"; "Economia Solidária AND Mulher"; "Economia Solidária AND Violência contra a Mulher".

A busca desses trabalhos foi realizada no banco de dados da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), Repositório Digital da Biblioteca da UNISINOS (RDBU) e *Scientific Electronic Library Online* (SciELO). O Estado do Conhecimento organizado em tabelas incluiu: título do trabalho, autora, instituição, palavras-chave, área de concentração, resumo, ano e endereço eletrônico (quando disponível em PDF).

Na plataforma da CAPES, foram encontradas 01 tese de doutorado e 17 dissertações de mestrado. Das categorias descritas, todas tiveram publicações encontradas.

46 A revisão bibliográfica realizada das teses, dissertações e artigos científicos de maior relevância e aderência à pesquisa serão incorporadas ao longo da obra conforme o fluxo da análise.

47 Período em que a política pública de economia solidária foi implementada em nível nacional com a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES, 2003, pelo Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

A pesquisa realizada na plataforma Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) percorreu os mesmos caminhos das buscas descritas anteriormente, porém encontraram-se 13 teses de doutorado e 27 dissertações de mestrado.

No Repositório Digital da Biblioteca da UNISINOS (RDBU) identificamos 06 teses de doutorado e 02 dissertações de mestrado. Dos descritores utilizados, não encontramos publicações das seguintes categorias: “Economia Solidária AND Violência de Gênero”; “Economia Solidária AND Violência contra a Mulher”; conforme tabela abaixo.

Tabela 1 - Levantamento das Bases de Dados e Descritores de Teses e Dissertações

Base/descritor		CAPES	IBICT	Repositório UNISINOS	Total	Total descritor
Economia solidária e Violência de gênero	Mestrado	7	2	0	9	13
	Doutorado	1	1	2	4	
Economia solidária e Gênero	Mestrado	1	3	0	4	8
	Doutorado	3	1	0	4	
Economia solidária e Mulher	Mestrado	1	0	0	1	6
	Doutorado	2	3	0	5	
Economia solidária e Violência contra a mulher	Mestrado	7	3	4	14	21
	Doutorado	2	3	2	7	
Total Mestrado		16	8	4	28	48
Total Doutorado		8	8	4	20	

Fonte: elaborada pela autora, 2020.

Verificamos, no que tange aos bancos de dados, que o IBICT é a plataforma com maior número de teses e dissertações publicadas, seguida da CAPES e do repositório da UNISINOS. Já em relação aos descritores, o maior número de publicações está relacionado às categorias Economia Solidária e Gênero, Economia Solidária e Mulher.

Com a atualização, realizada a partir de 2018 a 2020 nas mesmas plataformas e com os mesmos descritores, foram encontradas duas dissertações de mestrado e uma tese de doutorado publicadas com os descritores “Economia solidária AND violência contra a mulher”, “Economia solidária AND violência de gênero contra a mulher”, bem como “Economia solidária AND gênero”.

No que se refere à pesquisa de dados realizada na plataforma Scielo no período de 2003 a 2018 foram encontrados 02 artigos com os descritores “Economia Solidária AND gênero”. Por outro lado, na atualização no período de 2018 a 2020, encontramos apenas uma publicação com esses mesmos descritores.

O conjunto de todos os trabalhos descritos acima em suas respectivas plataformas totalizaram 48 dissertações de mestrado, 21 teses de doutorado e 03 artigos científicos. Para efeito de análise, descrevemos 05 dissertações, 05 teses e dois artigos científicos; assim dizendo, elegemos do conjunto citado, aqueles considerados de maior relevância e aderência à nossa pesquisa. Com estas estabelecemos uma maior interlocução na teorização que apresentaremos daqui por diante.

Das cinco teses, a primeira: *Alinhavando, bordando e costurando...: possibilidades emancipatórias de trajetórias de trabalho de mulheres artesãs em uma cooperativa popular de Pelotas*, de Márcia Alves da Silva (2010), defendida na área de Educação na Universidade do Vale do Rio dos Sinos, RS, teve a proposta de “abordar as trajetórias vividas de algumas mulheres artesãs, abarcando especialmente suas vivências no mundo do trabalho”.

Já a tese *Consustancialidade de gênero, classe e raça no trabalho coletivo/associativo*, de Carolina Orquiza Cherfem (2014), publicada na área da Educação na Universidade Estadual de Campinas, SP, demonstra que a pesquisa

[...] se desenvolveu no âmbito das práticas cooperativas e associativistas de grupos sociais que se organizam em busca de geração da renda e são reunidos pela chamada Economia Solidária (ES). Essas práticas sociais, por sua vez reúnem grande quantidade de mulheres e de negros e negras, o que não vem sendo tratado com a relevância social e política que este fato suscita (Cherfem, 2019, p. 4).

A tese *As relações de gênero no trabalho e na organização social e política das mulheres marisqueiras da Ribeira na Paraíba*, de Maria José Batista Bezerra de Melo (2015), publicada na área das Ciências Humanas na Universidade Federal de Santa Catarina, SC, versando sobre “A questão de gênero na pesca artesanal. Tem como objetivo analisar as relações de gênero no âmbito do trabalho da organização social e política das marisqueiras da comunidade Ribeira, na Paraíba” (Melo, 2015, p. 15).

Enquanto a tese *Práticas e sentidos das cooperativas de trabalho: um estudo a partir da economia solidária*, de Eliane Gomes dos Anjos (2018), defendida na área das Ciências Sociais na Universidade do Vale do Rio dos Sinos, RS, examina “as relações de trabalho e o sentido que este adquire para avaliar em que medida e baseados em quais condições as práticas e sentidos representam avanços efetivos para emancipação dos(as) trabalhadores(as)” (Anjos, 2018, p. 8).

Por último, a tese, *Práticas feministas de autogestão em empreendimentos formados por mulheres na Rede Economia Solidária e Feminista*, de Maria de Nazaré Moraes Soares (2019), publicada na área da Economia na Universidade Federal do Ceará, CE, procurou “Investigar como as práticas de autogestão das mulheres na Rede Economia Solidária e Feminista (RESF) refletem a racionalidade

substantiva de uma gestão feminista e se concretizam como um modelo exequível de organizações produtivas” (Soares, 2019, p. 8).

No que se refere às dissertações, destacamos *Relações de gênero e empoderamento de mulheres: a experiência da associação de produção “mulheres perseverantes”*, de Ana Célia de Souza Santos (2008), publicada na área da Educação na Universidade Federal do Piauí, que analisa

[...] como as práticas educativas desenvolvidas junto à associação de produção mulheres perseverantes contribuíram para a construção de um processo emancipatório e de empoderamento desse grupo de mulheres nas dimensões humana, político-organizativa, de incorporação da economia solidária e construção de um novo olhar sobre as relações de gênero (Santos, 2008, p. 8).

Além disso, a dissertação *Mulheres marceneiras e autogestão na economia solidária: aspectos transformadores e obstáculos a serem transpostos na incubação em assentamento rural*, dissertação de Carolina Orquiza Cherfem (2009), publicada na área da Educação na Universidade Federal de São Carlos, SP, teve por objetivo “refletir e dialogar sobre o processo de incubação da Madeirarte, com ênfase nas relações de gênero, identificando os elementos transformadores e os que se apresentam como obstáculos, a fim de buscar formas de melhorias na prática cotidiana do trabalho das marceneiras” (Cherfem, 2019, p. 7).

Outra investigação de mestrado, *Empreendimento Recanto das Oliveiras: relações de gênero e economia solidária*, de Girlani de Lima (2010), publicada na área de conhecimento do Serviço Social da Universidade Federal da Paraíba, PB, procurou compreender “Quais foram os resultados de um processo de formação acerca da questão de gênero em um empreendimento econômico solidário? O empreendimento conseguiu passar a respeitar esta questão em suas relações internas?” (Cherfem, 2010, p. 16). A justificativa do trabalho evidencia que

Neste estudo apresenta-se este objeto, tendo em vista que vivemos em uma sociedade capitalista, patriarcal e machista, e é neste contexto que se encontra a organização em economia solidária, a qual busca a geração de renda a partir da produção e comercialização coletiva, e dentre seus princípios encontra-se o respeito à igualdade de gênero (Cherfem, 2010, p. 16).

A dissertação *Economia solidária na inclusão produtiva de mulheres do Programa Bolsa Família no município de Canoas, RS: articulação política e efeitos na superação da pobreza*, de Gustavo Moura de Oliveira (2016), publicada na área das Ciências Sociais na Universidade do Vale do Rio dos Sinos, RS, analisa

a economia solidária como possibilidade de superação da pobreza de mulheres beneficiárias do Programa Bolsa Família (PBF), considerando os efeitos multidimensionais da atividade econômica e as estratégias governamentais acionadas pela política de assistência social (Oliveira, 2016, p. 7).

Por último, *Trabalho e gênero: a luta por direitos das mulheres na economia popular e solidária*, de Maria Rosa da Silva Miranda (2017), defendida na área de Direitos Humanos e Políticas Públicas na Pontifícia Universidade Católica do Paraná, PR, objetivou

[...] identificar as relações de inclusão nas atividades da Economia Popular e Solidária e seus desdobramentos em vários empreendimentos: cooperativas populares, empresas autogestionárias, redes de cooperação, grupos informais, clubes de trocas, associações. Essas atividades envolvem produção de bens, prestação de serviços, trocas, comércio justo e consumo solidário organizados pela sociedade civil como resposta à crise das relações de trabalho (Miranda, 2017, p. 7).

Sobre os dois artigos científicos, elegemos *Educação intercultural, gênero e movimentos sociais no Brasil*, de Reinaldo Matias Fleuri, publicado na *Educar em Revista*, 2003, cujo artigo

Busca desenvolver concepções e propostas que favoreçam o enfrentamento de conflitos sociais, na direção de superação das estratégias socioculturais geradoras de discriminação, de exclusão ou sujeição que vem se manifestando no mundo globalizado, nas relações entre nações, entre etnias, entre classes sociais, entre gerações, entre religiões, entre movimentos sociais e, de modo particular nas relações interculturais e de gênero (Fleuri, 2003, p. 121)

O segundo, *La economía solidaria en la politización del trabajo escondido de las mujeres*, de Beatriz Eugenia Cid Aguayo; Loreto Patricia Arias Ramírez, publicada na *Revista Estudos Feministas*, 2019. “Este trabajo se basa en un proceso de investigación acción sobre redes de colaboración económica en campamento, ubicados en la ciudad de Talcahuano, del Gran Concepción; una zona desindustrializada y neoextractivista de Chile”.

Com o breve exercício de imersão e interlocução com os trabalhos identificados acima, podemos inferir que o conhecimento produzido é um conhecimento construído, ressignificado a partir de uma reflexão sobre uma determinada realidade. Dessa forma, isso demonstra também que “A realidade concreta nunca é, apenas, o dado objetivo, o fato real, mas também a percepção que dela se tenha” (Freire, 1984, p. 51).

GÊNERO E (DES)COLONIALIDADE⁴⁸ DE GÊNERO

Antes de adentrar no marco analítico do conceito de gênero e (des)colonialidade de gênero, dedicamos alguns parágrafos para compreender como, ao longo da história, foram se forjando as desigualdades de gênero; a importância do movimento feminista para os enfrentamentos destas desigualdades e, neste contexto, como os conceitos fundamentais de patriarcado e machismo são estruturantes das relações históricas de poder, dominação e opressão das mulheres.

A história das desigualdades de gênero remonta aos tempos idos. Mas, se de um lado, é um problema antigo; de outro, não perdeu a atualidade. Desde os primórdios da humanidade, a maioria dos povos, independentemente de lugar, cultura e temporalidade, trilhou o caminho da construção de sociedades patriarcais; salvo algumas sociedades que tiveram experiências mais equânimes nas relações de gênero e, por conseguinte, as mulheres tiveram algum protagonismo. Hegemonicamente, contudo, em todas as culturas, tempos e territórios, as relações de gênero foram assimétricas, de dominação e submissão, mas também de insurgências e resistências.


Na apresentação da obra *História das Relações de Gênero*, Carla Pinsky *apud* Peter Stearns (2007) diz que:

48 Frente aos termos encontrados neste campo de estudos, “decolonialidade” e “(des)colonialidade”, Adams e Moretti (2019) esclarecem que o termo decolonialidade com a supressão do “s” preferido por Catherine Walsh não se trata de um simples desfazer, pois não existe um estado puro de colonialidade. Entende-se que sempre existe aí um caminho de luta contínuo, ou seja, possibilidades de construção de alternativas. Além disso, Adams e Moretti (2019), mesmo utilizando o termo (des)colonialidade, reconhecem que há uma tensão dialética entre a colonialidade e sua superação. Existem heranças coloniais coexistindo com alternativas a serem trabalhadas no campo pedagógico.

Falar “em gênero é uma forma de enfatizar o caráter social e, portanto, histórico, das concepções baseadas nas percepções das diferenças sexuais», profundamente arraigada num domínio masculino milenar, cuja dissolução total ainda não é um horizonte claramente perceptível em curto prazo. Não é por acaso, portanto, que esse livro trata «de interações entre definições de masculino e feminino, e dos papéis designados para homens e mulheres, de um lado, e dos encontros entre culturas diferentes, de outro», em especial, focalizando «essas interações, enfatiza dois tópicos mais agudos na pesquisa histórica das últimas décadas e os leva a se relacionar no campo da história mundial» (Stearns, 2007, p. 11-15).

Compreender o sistema do patriarcado e a cultura machista é condição *sine qua non* para o enfrentamento das desigualdades de gênero. Pensando etimologicamente, podemos observar que o vocábulo “patriarcado” vem das palavras gregas *pater* (pai) e *arché* (origem, comando), que se refere a um sistema social estruturante em que os homens mantêm o poder, predominantemente em funções de liderança política, autoridade moral, privilégio social e controle da propriedade. Dito isso, patriarcado, etimologicamente, significa a regra do pai, em que o homem é o “dono da propriedade, da mulher e das filhas”.

Um dos estudos mais notórios sobre o patriarcado é o estudo de Frederick Engels intitulado *A Origem da Família, da Propriedade e do Estado*, de 1884, no qual o autor afirma que o matriarcado esteve vigente nas sociedades primitivas e que foi substituído pelo patriarcado quando surge a propriedade privada. Engels aponta a família Romana como a família patriarcal ideal. Ele assegura também que a “primeira divisão sexual do trabalho é a que se fez entre o homem e a mulher para a procriação dos filhos” e “a primeira opressão de classes com a opressão do sexo feminino pelo masculino” (Engels, 1991, p. 70-71).



Para este autor, logo, a origem das desigualdades de gênero, da dominação e submissão da mulher está assentada na propriedade privada. Já a cultura machista, é “filha do patriarcado”, sendo uma construção sócio-histórica e política cuja crença é de que os homens são superiores às mulheres. Essa forma de dominação se apresenta de diversas formas, como, por exemplo: nos discursos, na linguagem, nas brincadeiras, nas piadas, nos jogos, nas histórias infantis, nos conteúdos das diferentes disciplinas etc. O machismo, consequentemente, estrutura-se como ideologia do sistema do patriarcado, faz parte da construção social da identidade masculina.

Nesta perspectiva, o movimento feminista surge como forma de insurgência e resistência ao sistema do patriarcado, ao machismo e às desigualdades de gênero. Feminismo é um movimento social, filosófico e político, que tem por meta direitos equânimes e uma vivência humana liberta de padrões opressores baseados em normas de gênero, motivada, sobretudo, pela experiência feminina. É um movimento que explora as origens da hierarquia e das desigualdades nas relações que as mulheres estabelecem entre si e com os homens. Permite compreender que existem concepções diversas a respeito do que é ser mulher e ser homem; entender os mecanismos utilizados pela sociedade na construção do sujeito mulher; elaborar instrumentos políticos para transformar a situação das mulheres. Sabemos que é nos discursos alternativos que acontece a ruptura dos contextos naturalizados e, assim, abrem-se espaços de compreensão e ressignificação.

Nessa perspectiva, podemos parafrasear Ítalo Calvino (1991), quando este reflete que devemos nos reportar ao passado, para compreender o presente e transformar o futuro, esse autor nos provoca à tarefa histórica de descolonizar a história das desigualdades de gênero e compreender a opressão das mulheres subalternizadas (sem sucumbir a ela). Em síntese, analisar a contradição histórica da relação opressão e resistência e fazer a crítica da opressão racializada, colonial, capitalista heterossexualizada em vista da transformação social, conforme reflete Lugones (2014).

Neste marco analítico, conceituar gênero e (des)colonialidade de gênero são chaves para alcançar o objetivo desta investigação.

Nas últimas quatro décadas, a categoria “gênero”, que, historicamente, já ocupara lugar proeminente nos movimentos sociais – particularmente, nos movimentos feministas – ganhou destaque relevante na academia, e mais recentemente nas políticas públicas.

Nesse sentido, Graupe (2009) demonstra a relevância dos estudos sobre gênero:

Estudar gênero significa contemplar o aspecto relacional entre as mulheres e os homens, entremeado por relações de poder, não sendo possível a compreensão de nenhum dos dois em um estudo que os considere totalmente separados (Graupe, 2009, p. 32).

Scott (1995), em seu famoso artigo: *Gênero, uma categoria útil para análise histórica*, de 1988, inicia o texto afirmando que “Os que se propõem a codificar os sentidos das palavras lutam por uma causa perdida, porque as palavras, como as ideias e as coisas que elas significam, têm uma história”. É o caso do termo gênero, que tem muita história, é abordado por diferentes áreas temáticas e teorias e analisado sob diferentes ângulos e aspectos; ademais, vem sendo cada vez mais motivo de disputa envolvendo interesses explícitos ou não. Segundo Santos e Izumino (2005, p. 155), entretanto, “Apesar de diferentes áreas temáticas e correntes teóricas, há um consenso de que a categoria *gênero* abre caminho para um novo paradigma no estudo das questões relativas às mulheres”. Afirmam que “Gênero é definido como uma relação socialmente construída entre homens e mulheres, servindo como categoria de análise para se investigar a construção social do feminino e do masculino” (Santos; Izumino, 2005, p. 155-156).

Reiteramos com as autoras Santos e Izumino (2005, p. 156), as quais complementam o conceito de gênero formulado por Joan Scott,

A principal referência para os estudos sobre gênero no Brasil advém do trabalho da historiadora e feminista americana Joan Scott, especialmente seu artigo publicado em 1988, intitulado “Gender: A useful category of historical analysis, onde a autora formula sua definição de gênero”: ‘Minha definição de gênero tem duas partes e vários itens. Eles estão inter-relacionados, mas devem ser analiticamente distintos. O coração da definição reside numa ligação integral entre duas proposições: gênero é um elemento constitutivo das relações sociais, baseado em diferenças percebidas entre os sexos [...]. Entretanto, minha teorização de gênero está na segunda parte: gênero como uma forma primária de significação das relações de poder. Talvez fosse melhor dizer que gênero é um campo primário no qual ou através do qual o poder é articulado.

O conceito acima identifica, primeiramente, gênero como um elemento constitutivo das *relações sociais* baseadas em diferenças percebidas entre os sexos; em segundo lugar, indica gênero como uma formação primária de significação das *relações de poder*.

Graupe (2009) articula o conceito de gênero e de relações de gênero,

Gênero é um conjunto de expressões sobre aquilo que se pensa do masculino e do feminino. Em outras palavras, a sociedade constrói significados, símbolos, características, para definir cada um dos sexos, no decorrer dos séculos que fazem a sua história. A essa construção social dá-se o nome de relações de gênero. Resultante da forma de percepção de gênero masculino e feminino pela sociedade criam-se perspectivas específicas para homens e para mulheres (Graupe, 2009, p. 32).

Outro conceito de gênero mais popularizado, mas que mantém em seu escopo o caráter das relações de poder, foi encontrado no glossário construído por Galli e Catelan (2017, p. 19),

Gênero – as definições mais popularizadas sobre o termo delimitam gênero como a leitura social sobre os papéis que as pessoas ocupam na sociedade e as formas com que as características identitárias são performadas. O Gênero, nessa concepção, não depende do sexo e é marcado por relações de poder muitas vezes desiguais, criando hierarquias que colocam os homens como superiores e as mulheres como inferiores.

Podemos destacar, deste conceito, as “relações de poder muitas vezes desiguais”, remetendo para relações de gênero assimétricas, numa hierarquia constituída por homens que pensam e agem se entendendo superiores às mulheres.

Para Saffioti (2015, p. 47), porém, “o conceito de gênero é aberto, sendo este o grande argumento das críticas do conceito de patriarcado, que, como o próprio nome indica, é o regime da dominação-exploração das mulheres pelos homens”. Então para Saffioti,

[...] este conceito não se resume a uma categoria de análise, como muitas estudiosas pensam. Gênero também diz respeito a uma categoria histórica [...] há um campo ainda limitado de consenso: o gênero é a construção social do masculino e feminino. O conceito de gênero não explicita, necessariamente, desigualdade entre homens e mulheres. Muitas vezes a hierarquia é apenas presumida (Saffioti, 2015, p. 47).

Essa autora evidencia que o conceito de gênero ganhou tanta centralidade que acabou esvaziando o conceito de patriarcado. Assim, o que explicita a desigualdade entre homens e mulheres para ela é o conceito de patriarcado. É necessário, por conseguinte, um cuidado no uso do conceito de gênero, pois esse conceito não é neutro, ele se apresenta eivado de ideologia, justamente a ideologia patriarcal. Enfim, o fundamental, para essa feminista, é discutir o conceito de patriarcado.

Nesta celeuma, na qual se apresenta o conceito de gênero em diferentes perspectivas, inclusive na sua contradição com o conceito de patriarcado, vemos sua importância no fato de estimular o debate que é histórico e continua aberto. Neste contexto, concordamos com a antropóloga mexicana Marcela Lagarde ao reconhecer que todas as culturas elaboram cosmovisões sobre gênero. Estas cosmovisões coexistem em cada sociedade, em cada grupo social. Em suas palavras,

[...] esta perspectiva reconoce la diversidad de géneros y la existencia de las mujeres e los hombres, como un principio esencial en la construcción de una humanidad diversa y democrática. Sin embargo, plantea que la dominación de género produce la opresión de género y ambas obstaculizan esa posibilidad. Una humanidad diversa y democrática requiere que mujeres y hombres seamos diferentes de quienes hemos sido, para ser reconocidos en la diversidad y vivir en democracia genérica (Lagarde, 2018, p. 13-14).

O que desejamos enfatizar na visão de Lagarde (2018) é a relevância que ela atribui à análise de gênero feminista, o que nos interessa particularmente,

El análisis de género feminista es detractor del orden patriarcal, contiene de manera explícita una crítica a los aspectos nocivos, destructivos, opresivos y enajenantes que se producen por la organización social basada en la desigualdad, la injusticia y la jerarquización política de las personas basada en el género (Lagarde, 2018, p. 16).

Desenvolver a análise na perspectiva de gênero feminista permite demonstrar as implicações que tem o regime do patriarcado. Seus aspectos estruturais nem sempre são identificados pelas aparências dos fenômenos, como, por exemplo, a desigualdade social, a injustiça, a exclusão, que, em última análise, encontram-se naturalizados, sendo alienantes e opressivos.

Outra dimensão assumida nesta investigação é gênero na perspectiva (des)colonial. Em nossa análise de gênero temos presente, primeiro, o reconhecimento da colonialidade que, segundo Mignolo (2007, p. 27), se trata de um padrão de poder que permaneceu após o processo do colonialismo a partir do século XVI e gerou seres humanos humilhados, vilipendiados, esquecidos e marginalizados, formas de opressão que costumam estar deslocadas do imaginário hegemônico sobre a ideia de modernidade.

Seguindo essa linha de pensamento, Adams e Moretti (2011) nos alertam que a colonialidade deve ser assumida como posição de enfrentamento à dominação epistemológica, de gênero, de poder e, além disso, contra o modo eurocentrista de produzir o conhecimento.

Foi a modernidade, por sua vez, que impôs a colonialidade, como afirma Mignolo (2007, p. 26): “a colonialidade é constitutiva da modernidade”. No que diz respeito à modernidade, compreendida a partir da “outra modernidade” – em busca da libertação do espelho eurocêntrico –, tomamos como base teórica Quijano (2005) e Dussel, (2005; 2009), sendo que o primeiro autor insiste na necessidade de libertarmos-nos do espelho eurocêntrico (modernidade hegemônica) para refletir “sobre o que não somos” (Quijano, 2005, p. 449). Em tese, não se nega a modernidade construída a partir da Europa, mas ela deve ser parâmetro para estimular movimentos de insurgência e resistência desde a “outra modernidade”, que foi construída sob o auspício da dominação, violência, genocídios. Uma consequência desse processo, segundo Fanon (1979), foi a de que ser latino-americano passou a significar ser estrangeiro em sua própria terra, ou seja, ser tudo o que não somos.

Perguntam Adams e Moretti (2011, p. 449), como podemos nos libertar do “espelho eurocêntrico”⁴⁹? Impõe-se um “novo projeto de libertação pedagógico, político, erótico, feminista, ecológico, etc.”. E é neste ambiente que devemos compreender a dimensão de gênero na perspectiva (des)colonial.

Conforme Femenias (2007, p. 23-24):

[...] é necessário que as mulheres exercitem a palavra, ocupem espaços públicos gerando alternativas nas estruturas sócio-políticas estabelecidas [...] Para isso é fundamental os componentes etnia, classe, gênero e religião na construção das teorias do feminismo latino-americano [...] O feminismo latino-americano tem algo a dizer e o faz com sua própria voz.

Para Femenias (2007), há possibilidade de um feminismo latino-americano com um perfil próprio, visto que até hoje, hegemonicamente, está posto um feminismo estadunidense e eurocêntrico. Para este discurso também conhecido por ocidental, as mulheres latino-americanas estão em outra condição, a de dupla subalternidade, porquanto “somos latino-americanas e mulheres”. Somos “as outras” nos discursos hegemônicos. Esses discursos “mascaram nossas diferenças individuais e coletivas, mascaram nossa história”, e “nos colocam onde nós não queremos estar”. Femenias (2007) ainda afirma que as mulheres latino-americanas estão numa condição de resistência movida pela experiência crítica marginal e periférica. Por isso, elas rechaçam o lugar de “outra”, de “exótica” que nos preservem ou identificam.

Outro aspecto refletido pela autora em sua perspectiva de análise do feminismo latino-americano é a problematização da igualdade universal. Não se trata de negar a igualdade e a universalidade da mulher proclamada em *Cartas de Direitos*. É necessário desenvolver estratégias teóricas e práticas efetivas para dar conta

do lugar periférico, da exclusão onde se encontra a mulher latino-americana. Isso implica na sua afirmação identitária "Somos mulheres latino-americanas".

Convém ainda destacar no pensamento de Femenias (2007), as peculiaridades da mulher latino-americana, ou seja, a sua diversidade étnica, cultural, religiosa. Para essa identidade de mulher, por conseguinte, não serve o marco formal igualitário e universalista formulado nos países hegemônicos (Europa e Estados Unidos). Deve-se levar em conta as discriminações, a etnia, a exclusão, a invisibilização de grupos e o reconhecimento do papel histórico desempenhado pelas estruturas patriarcais, sejam brancas ou não, sobre a população em geral ou em relação às mulheres em nossa América.

Femenias (2007) faz notar que o poder patriarcal racista e econômico (classe, gênero e raça), se fortalece com facilidade para invisibilizar zonas marcadas de inclusão no universal. Daí a necessidade de tensionar a relação igualdade/universalidade que acaba ocultando as contradições e a identidade da mulher latino-americana.

Retomando a categoria-chave desta investigação, questionamos: o que significa gênero como uma categoria de análise (des)colonial? Mantemos a argumentação de que gênero como categoria-chave tem a capacidade de desestruturar o ser homem e mulher, bem como de expor o sistema estrutural do patriarcado, nas suas intersecções de gênero, classe e raça.

Gênero na perspectiva (des)colonial implica em reconhecer a colonialidade hegemônica; consciência das contradições existentes na ordem social colonial e (des)colonial; compreender o fenômeno da dominação e opressão de gênero na sua totalidade; ver a realidade a partir de seu movimento na qual a força dos contrários estão presentes na vida social. Afinal, vivemos numa sociedade de classes, racializada, em conflitos de interesses, disputas de posições e relações de poder. Implica, todavia, na consciência do nosso papel

histórico enquanto mulheres latino-americanas. Implica desenvolver um processo pedagógico na perspectiva de escuta e construção coletiva; entender que as lutas feministas se darão por intermédio de uma práxis enquanto ação emancipadora; e construir um feminismo (des)colonial, tendo em vista o protagonismo de mulheres a partir da insurgência, resistência e reexistência.

Desse modo, Símon Rodriguez, outro participante de nossa pesquisa, apresenta um depoimento que, em nossa avaliação, revela uma atitude e um comportamento típicos do movimento de (des)colonialidade de gênero em perspectiva pessoal e social. Em função do conteúdo da fala dele, pedimos licença à leitora, para apresentá-la na íntegra:

Eu acho que é o próprio reconhecimento do quanto eu sou violento, eu acho que... é duro trabalhar com a violência de gênero porque vejo nos comportamentos dos meus acusados aqui, comportamento que são meus também; formas de pensar, de que a casa, que o privado é o lugar feminino que o público é o local masculino, de que existem locais para as mulheres e locais para os homens, comportamentos de mulheres, comportamentos de homens. Minha formação me levou a ser violento, as minhas próprias relações, eu acho que é esse desejo de 'me' evoluir. Também gostaria que toda a comunidade evoluísse nessa questão de gênero, as mulheres efetivamente pudessem ser o que elas quisessem ser, e tenho grandes exemplos dentro da minha família; a minha mãe, a minha filha, enfim, todas as mulheres que eu convivi e que gostaria de ter sido um irmão, um filho, um esposo, namorado mais respeitoso em relação aos desejos das mulheres, a todas as mulheres. Que elas pudessem viver em um mundo bem melhor, então é isso que me traz todo dia o desejo de tentar ser um Alexandre Karazawa Takashima menos violento nessa questão de gênero e vamos tentar construir uma Lages menos violenta, São José do Cerrito, Painel, Bocaina do Sul. Acredito que o Estado tem suas responsabilidades, nós somos pagos como servidores públicos pela população para melhorar, mas é um esforço

coletivo essa ideia do solidário; essa palavra me encanta também, essa ideia de que todo mundo pode contribuir com todo mundo, seja no profissional ou no lado pessoal. Não adianta ser um Alexandre Karazawa Takashima, um juiz que atua no enfrentamento de gênero, se eu vou ser um homem com masculinidade tóxica dentro da minha casa, com minha filha, com minhas sobrinhas, com minhas cunhadas, se eu realmente acredito no que eu 'tô' fazendo aqui, eu tenho que espelhar isso na minha vida, então é esse espelhamento que é a minha motivação, professora Jô. Graças a Deus faz sentido o que eu 'tô' fazendo aqui. Eu quero realmente fazer a transformação dessa questão de gênero; tem sido um aprendizado o fato de trabalhar com a Doutora Mônica, que é a promotora, uma mulher, nessa questão de enfrentamento de gênero tem sido uma lição muito grande para mim. Eu vejo que a minha forma de olhar precisa transformar, eu lembro muito bem em situações de pré-julgamentos assim que eu via, 'ah, coitadinha da vítima', colocando ela já em uma situação de inferioridade, e, daí, a Doutora Mônica me mostrando o jeito dela acolher, tratar, mostrando: "Você sofreu a violência e é totalmente capaz", "Não é inferior a nenhum homem", e todo dia tenho aprendido alguma coisa em relação a gênero, e tenho muito, muito e nunca vai se esgotar essa necessidade de conhecimento. É um trabalho com a parte técnica, com a parte emocional de autoconhecimento e de achar que também o judiciário sozinho [...] é megalomaniaco achar que as transformações vão acontecer em uma sala de audiência, eu defendo firmemente essa questão; é trabalho em rede, é multidisciplinar e interdisciplinar. Nós temos que juntar esforços, conhecimentos para acolher, conhecer essas mulheres de Lages, da Região Serrana, para que, efetivamente, como servidor público, servir ao público efetivamente.

Trata-se de um depoimento que contém, em sua própria formulação, inúmeras questões relacionadas à desconstrução da cultura machista e patriarcal produzida e reproduzida pelos homens (também e quiçá em menores proporções pelas mulheres). É uma posição que se contrapõe à maioria dos agentes públicos que atuam em diferentes

esferas do Estado, no caso, no interior do Poder Judiciário. Temos a evidência do papel do agente público que faz sua autocrítica e demonstra sua responsabilidade e do Estado no tratamento às violências de gênero. Explicitação de um novo olhar frente às mulheres em situação de violência, compreendidas não mais como “coitadinhas,” mas como mulheres capazes de superar as condições de violências em que se encontram e protagonizar mudanças. Enfatiza, outrossim, que a formação proporcionada pela sociedade é, hegemonicamente, machista, sexista, androcêntrica e heteronormativa. Por outro lado, o juiz valoriza e acredita no conhecimento como força de transformação da realidade, pessoas, grupos sociais e o mundo. Essa transformação, conforme ele, dar-se-á a partir de uma construção coletiva, mediada pelo conhecimento e pelo trabalho em rede. Por último, mas sem esgotar o depoimento, Símon Rodriguez olha para as mulheres e as reconhece como sujeitas capazes de ensinar aos homens, novas relações de gênero.

Convém reiterar que esta investigação possui como categorias centrais a economia solidária, gênero, e as violências de gênero contra a mulher. É preciso ter presente que para esta pesquisa *“A participação de mulheres na economia solidária como uma estratégia de enfrentamento às violências de gênero na região serrana, SC”, de per si*, se coloca epistemologicamente desde o sul. Embora os primórdios da economia solidária sejam situados no bojo do capitalismo industrial europeu do século XIX, ela também está presente na ancestralidade dos povos latino-americanos quando tinha a terra como propriedade coletiva e a prática da autogestão da vida em sociedade. Deste modo, “gênero” constitui-se uma epistemologia fundante, e estamos aprendendo a pensá-la desde a perspectiva epistemológica do sul. Ao saber de inúmeros movimentos e nomes que problematizaram o campo do gênero, da violência de gênero contra a mulher e das teorias feministas elaboradas tendo como referência as peculiaridades das mulheres latino-americanas, agregamo-nos àquelas convencidas de que esse é o caminho estratégico para os movimentos de insurgência e a transformação social da realidade latino-americana.

VIOLÊNCIA DE GÊNERO CONTRA A MULHER NA REGIÃO SERRANA DE SANTA CATARINA

Violência é um termo que deriva do latim *Violentia* e significa força e vigor, num sentido mais amplo é qualquer comportamento abusivo e intencional de poder e força, seja ela física, material, simbólica, psicológica etc. que objetiva causar danos a outra pessoa ou a qualquer ser vivo. “A violência ameaça e, no caso do modelo democrático inviabiliza o exercício da justiça, o respeito às leis, a solidariedade e o diálogo na pluralidade. Numa palavra, a violência esvazia as possibilidades de acordos sociais” (Michaud, 2001, p. 10).

Já a violência de gênero contra as mulheres é considerada uma das maiores violações de Direitos Humanos, pois a mulher em situação de violência é “vítima” do autoritarismo, da exploração dos corpos, das realidades opressoras que desumanizam as mulheres. A violência não é um problema somente da mulher, é um problema de todos nós. A violência de gênero escancara a face mais cruel de uma sociedade machista e patriarcal, é uma violação dos direitos humanos femininos e enquanto convivemos com essa realidade, fica em suspenso seu projeto de liberdade e emancipação, como afirma Colling (2015).

O termo “violência de gênero”, de acordo com Santos e Izumino (2005), foi utilizado pelas autoras brasileiras Heleieth Saffioti e Sueli Souza de Almeida em livro publicado em 1995, com o título *Violência de Gênero: Poder e Impotência*. Em publicação mais recente, intitulada *Gênero, Patriarcado, Violência*, de 2004, Saffioti (2015, p. 73, grifo da autora) observa que “Há no Brasil, uma enorme confusão sobre os tipos de violência. Usa-se a categoria *violência contra mulheres* como sinônimo de *violência de gênero*. Também se confunde *violência doméstica* com *violência intrafamiliar*”.

Ao precisar o conceito, a autora define a “*violência de gênero*” como uma categoria de violência mais geral, que pode abranger a violência doméstica e a violência intrafamiliar. Saffioti (2015) inspira-se no conceito de gênero de Scott, referenciado nas relações de poder, demonstrando que a desigualdade entre homens e mulheres, “longe de ser natural, é posta pela tradição cultural, pelas estruturas de poder, pelos agentes envolvidos na trama das relações sociais” (Saffioti, 2015, p. 75). Sendo assim, “Nas relações entre homens e mulheres, a desigualdade de gênero não é dada, mas pode ser construída, e o é, com frequência” (Saffioti, 2015, p. 75).

Então, entende a autora que uma relação de violência entre dois homens ou entre duas mulheres pode figurar como violência de gênero. Que a violência de gênero ocorre normalmente no sentido homem contra mulher, todavia pode ser perpetrada, também, por um homem contra outro homem ou por uma mulher contra outra mulher.

Segundo Saffioti, o contexto da violência de gênero, envolve nuances importantes a serem consideradas.

Não há maiores dificuldades em se compreender a violência familiar, ou seja, a que envolve membros de uma mesma família extensa ou nuclear, levando-se em conta a consanguinidade e a afinidade. [...] Compreendida na violência de gênero, a violência familiar pode ocorrer no interior do domicílio ou fora dele, embora seja mais frequente o primeiro caso. A violência intrafamiliar extrapola os limites do domicílio [...] A violência doméstica apresenta pontos de sobreposição com a familiar. Atinge, porém, também pessoas que, não pertencendo à família, vivem, parcial ou integralmente no domicílio do agressor, como é o caso de agregadas(os) e empregadas(os) domésticas(os)” (2015, p. 75-76, grifo nosso).

Ademais, a violência familiar pode ser entendida para além do limite geográfico da habitação, quando um homem passa a praticar violência simbólica, ameaças etc. sobre os demais ocupantes. No entender de Saffioti (2015, p. 76), “um elemento humano pertencente

àquele território pode sofrer violência ainda que não se encontre nele instalado”. Fica patenteado que violência de gênero é uma relação de poder na qual homem e mulher estabelecem, respectivamente, relações de dominação/submissão. E, que, antes de ser visto como uma relação natural, ela é histórica e cultural. A violência do homem contra a mulher é resultante do processo de socialização das pessoas num determinado contexto cultural no qual ocorre a vida social, grupal ou familiar. O que a tradição dos estudos de gênero e violência de gênero demonstra é que esta última pode ser entendida como “violência contra a mulher”.

Nesta altura, merece nossa atenção a compreensão e distinção das expressões “violência de gênero” e “violência de gênero contra a mulher”, parece existir especificidades ou particularidades em cada uma delas.

Sardenberg e Tavares (2016, p. 08, grifo nosso) afirmam que

No nosso entender, *violência de gênero* diz respeito a qualquer tipo de violência (física, social ou simbólica) que tenha por base a organização social dos sexos e que seja perpetrada contra indivíduos especificamente em virtude do seu sexo, identidade de gênero ou orientação sexual. Dentro dessa perspectiva, a violência de gênero pode atingir tanto homens quanto mulheres, como se verifica no caso da violência contra homossexuais e transexuais, vítimas constantes de todo tipo de agressão. Entretanto, histórica e numericamente, é a violência masculina contra mulheres e, em especial, a violência doméstica, que tem se constituído como fenômeno de maior destaque, vez que não se manifesta apenas como fenômeno estruturado pela organização social de gênero nas sociedades contemporâneas, mas também como fator estruturante dessas sociedades.

Vemos nessa primeira descrição que a expressão “violência de gênero” remete para uma perspectiva generalizada da violência, podendo se caracterizar por vários tipos e atingir tanto homens

quanto mulheres, incluindo diferentes identidades de gênero ou orientação sexual. Essas pesquisadoras, contudo, reconhecem um distintivo importante para a expressão “violência de gênero contra a mulher”. Esta tem sido histórica e numericamente gerada pela violência masculina, localizada em diferentes espaços, mas especialmente no espaço doméstico. Por isso, a violência de gênero contra a mulher é percebida como um fenômeno estruturado e estruturante da sociedade.

Dessa forma, torna-se importante diferenciar essas expressões em vista do tratamento analítico desejado nesta investigação. Preocupa e nos ocupa mais a “violência de gênero contra a mulher”. Precisamente, esta que pode ocorrer em qualquer tempo e qualquer espaço da sociedade, colocando a mulher em situação de violência estrutural.

Sardenberg e Tavares (2016) caracterizam a violência de gênero contra a mulher numa diversidade de expressões: violência sexual, violência institucional, violência simbólica, assédio moral, violência doméstica e familiar entre outras. Argumentam também que essas manifestações podem ocorrer em diferentes espaços sociais e institucionais onde se identificam relações e se reafirmam as desigualdades de gênero. Trata-se de uma visão que extrapola a violência de gênero familiar ou intrafamiliar. As pesquisadoras chamam atenção para o fato de que, diferentemente da violência de gênero, a violência de gênero contra a mulher tem sido objeto recente de atenção.

Juana Inez, uma das participantes da pesquisa, reflete o fenômeno da violência desde a inserção da mulher no mercado de trabalho:

O sistema capitalista apresenta formas sutis de violência contra a mulher. Por isso, acredito que a forma de se organizar coletivamente é uma alternativa para as mulheres em situação de violência. Vou ser extremamente violenta agora, mas acredito que os homens, são poucos, uma minoria tem um olhar empático a estas mulheres. Elas são extremamente recriminadas, excluídas. Um dia presenciei

uma cena em que a mulher não poderia ser contratada num supermercado em Lages, porque ela engravida. É inadmissível esse tipo de atitude. Ou então ela é excluída de uma vaga no emprego, porque: “ela vai faltar ‘no’ trabalho porque tem conflitos na família, tem filho, então vai atrapalhar”. Imagina se isso seria falado de um homem, nunca! Como se a responsabilidade da casa, dos filhos ou até da própria violência fosse somente da mulher.

O fato de ser mulher pode ser a origem de tantas formas de violência. Como demonstra o depoimento acima, há situações em que o fenômeno da violência emerge por pressuposição de que “vai falar”, “engravidará”, “faltarão ao trabalho”, ou porque “tem filhos”, tem “conflitos de família”. Ora, essas são situações que dificilmente ocorrerão se a condição do sujeito que busca um emprego for homem.

Em 1993, a Organização das Nações Unidas reconheceu tal violência como uma forma de discriminação e violação dos direitos humanos, uma conquista internacional dos movimentos feministas, enquanto no Brasil, esse reconhecimento tem sido bandeira dos movimentos feministas desde 1970. Além disso, a partir de 2003, intensifica-se a luta com a criação da Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM⁵⁰), que promoveu o desenvolvimento de políticas públicas de enfrentamento à violência contra as mulheres. Como destaque, podemos citar a Lei Maria da Penha, Lei nº 11.340, sancionada em 2006, que institucionalizou o enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher. Faz-se necessário reconhecer que a Lei Maria da Penha é também expressão da articulação de esforços empreendidos pelos movimentos de mulheres do campo e da cidade, mulheres feministas, centros de pesquisa de universidades públicas e comunitárias, setores governamentais e não governamentais.

50

A Secretaria de Políticas para as Mulheres, criada em 2003, na esfera do Governo Federal, é considerada uma conquista do movimento de mulheres. Com a eleição de Jair Bolsonaro, essa secretaria passa a dividir espaço com a “Família” e Direitos Humanos em âmbito de Ministério e gerido por uma pastora conservadora. Houve, inclusive, uma significativa redução nos investimentos para essa área. Isso pode ser traduzido da seguinte forma: para esse governo, as políticas públicas para as mulheres não são prioridades.

Finalmente, destacamos a Lei do Feminicídio, Lei nº 13.405, sancionada em 2015 pela Presidenta Dilma Rousseff, tendo em vista o alto índice de crimes contra a mulher, em média 13 feminicídios diários, elevando o Brasil ao quinto lugar no mundo entre os países que mais matam mulheres. Essa Lei é considerada uma conquista dos movimentos feministas, pois reconhece e tipifica a ocorrência de crimes motivados pela questão de gênero, ou seja, mulheres mortas unicamente por serem mulheres.

No campo empírico desta investigação, torna-se necessário avançar na análise para compreender características peculiares encontradas na formação sociocultural da sociedade local e regional. Dadas as características históricas de formação da região e de engendramento das relações com os meios de produção e relações sociais pertinentes, elegemos para análise a segunda corrente teórica explicitada por Santos e Izumino (2005). Trata-se de *dominação patriarcal*, tendo seu marco referencial na “perspectiva feminista e marxista, compreendendo a violência como expressão do patriarcado, em que a mulher é vista como sujeito social autônomo, porém historicamente vitimada pelo controle social masculino” (Santos; Izumino, 2005, p. 148).

Refletindo a partir da Região Serrana, Nísia Floresta, corrobora a visão de que a origem da violência de gênero advém do machismo, filho do patriarcado. *“A nossa região é bastante marcada pelo machismo e autoritarismo masculino, motivos pelos quais acredito que se desencadeia a violência de gênero com reflexo nas relações familiares”*.

Em função do contexto regional, trazemos o conceito “questão agrária” numa perspectiva de análise histórico-crítico-socioantropológica para pensar a sua constituição e influência na construção de gênero das relações e de violências de gênero contra a mulher na Região Serrana de Santa Catarina. Stedile (2011, p. 15), afirma que

“o conceito ‘questão agrária’ pode ser trabalhado e interpretado de diversas formas, de acordo com a ênfase que se quer dar a diferentes aspectos do estudo da realidade agrária”.

A ocupação da Região Serrana ocorreu em meados do século XVIII, sendo realizada por paulistas descendentes de portugueses. Lages tem origem em 1766. Devido às características de solo e clima, seus primeiros ocupantes elegeram como principal atividade econômica o desenvolvimento da pecuária em regime extensivo. É quando se estrutura hegemonicamente a grande fazenda de criação de gado. Pouca gente proprietária de grandes extensões de terra. Em torno dessa atividade, organizou-se o modo de produção e a formação social da sociedade regional.

Engendram-se nesse cenário as relações sociais, o poder econômico, político e cultural; instituiu-se a família extensa e patriarcal; os núcleos populacionais constituídos pelo fazendeiro e seus dependentes – família, peões, capatazes e agregados. Nas terras dobradas e regiões ribeirinhas, organizaram-se pequenos proprietários vivendo da agricultura de subsistência.

Isto posto, vale ressaltar que o que desejamos enfatizar aqui é a relevância do ambiente social da fazenda de criação de gado na formação da cultura regional. Como afirma Locks (2016), é no “espaço social” da fazenda que vai se desenvolver a “cultura de fazenda” e seu respectivo *ethos* cultural. Adams (2010, p. 32) vale-se do “conceito de *ethos*, que tem relação direta com os processos de formação humana e as relações educativas que se estabelecem especificamente na vida cotidiana e nas relações sociais”. Da premissa “cultura de fazenda” (Locks, 2016), conclui-se que é no espaço social e cultural da grande fazenda, além dos cruzamentos étnicos, (povos indígenas, luso-paulistas, afrodescendentes, “caboclos”), que se engendraram expressões de poder micro e macrosocial como mandonismo local, coronelismo, populismo, a hierarquia social e classes sociais cindidas pela desigualdade social, materializando a

questão social persistente até o presente. A outra consequência da cultura de fazenda foi a formação do regime do patriarcado configurado na seguinte descrição:

Na grande propriedade se estabelece a família de tamanho extensa. O fazendeiro, nas condições geopolíticas-econômicas, não poderia dispensar a presença de uma clientela estabelecida por agregados, peões ou capatazes. Eles têm a função das lides do gado, e/ou alguma atividade complementar de lavoura de subsistência [...]. A propriedade privada e a família, na visão de Diégues (1960), são ramos de uma mesma origem, de uma mesma organização social, esteios da vida econômica e social. Da junção propriedade e família, surge a fazenda como núcleo não apenas econômico, porque é igualmente social e demográfico: social como base firme da sociedade que se formava, demográfico como foco de relações interétnicas e cultural. Desenvolve-se aí o modelo de sociedade e família patriarcal, sustentado na autoridade do chefe, moldado por uma cultura presidida por valores masculinos e machistas (Locks, 1998, p. 33).

Se admitirmos essa descrição histórica da formação social e cultural da população da região serrana, podemos inferir que o patriarcado engendrado neste *ethos* cultural se assentou-na junção propriedade e família, base do poder masculino que passou a exercer seu senhorio sobre a terra, gado, família biológica e expandida pelo agregado de peões, capatazes ou escravos. Tal modo de produção, ancorado na estrutura latifundiária e na criação de gado de modo extensivo, gerou a divisão social do trabalho; às mulheres cabendo os trabalhos domésticos, com ênfase para a responsabilidade da educação das filhas, e aos homens as lides do gado, a administração dos negócios e a participação na vida pública e política. A constituição de gênero e as relações de gênero, por conseguinte, emergem a partir da divisão social do trabalho e da ocupação do espaço social em que homens e mulheres, respectivamente, estabeleceram relação de dominação/submissão, de mando/obediência.

Focando o contexto macro da Região Serrana, Símon Rodriguez chama atenção para os entraves enfrentados ou que colocam as mulheres em situação de violência no meio rural⁵¹

O meio rural me assusta bastante. Atualmente, não temos nenhuma medida protetiva ou ação penal do meio rural só no meio urbano. Isso não significa que não esteja acontecendo violência. É um desafio pensar como facilitar o acesso 'na' comunicação, mas também toda a rede de apoio em relação ao meio rural. Os desafios são grandes, as distâncias, a dificuldade de acesso, a situação econômica precária, baixa escolaridade, a questão de dependência da terra; a dificuldade de elas desempenharem trabalhos mais braçais sozinhas nas suas propriedades. Os casos que acompanhei no meio rural, as mulheres simplesmente abandonavam e iam morar com outros familiares em outros lugares. É o abandono não só do lar, mas de toda sua história, do convívio dos amigos. Tive casos nos municípios de São José do Cerrito e Paineira, em que as mulheres acabavam optando em não pedir medida protetiva de afastamento do agressor da propriedade. Diziam, "Se eu ficar aqui, não vou me sentir segura, não vou conseguir manter a propriedade". São dificuldades, são desafios que o meio rural está nos trazendo.

São situações ou expressões do patriarcado. Esse regime na Região Serrana permite uma aproximação com as reflexões de Saffioti (2015) sobre o conceito de patriarcado, quando afirma que:

Seguramente, este regime ancora-se em uma maneira de os homens assegurarem, para si mesmos e para seus dependentes, os meios necessários à produção diária e à reprodução da vida [...] Dentre os diferentes machos há, pelo menos uma hierarquia estabelecida com base nas distintas faixas etárias, cada uma desempenhando suas

51

Sobre a violência contra a mulher no campo, ver documentário: **SOZINHAS**: a história de mulheres que sofrem violência no campo. Produção de Angela Bastos, Felipe Carneiro, Francisco Duarte, Júlia Pitthan, Maiara Santos, Ricardo Wolffenbüttel. Florianópolis: Diário Catarinense, 2018, 7min. Disponível em: (2846) "Sozinhas" - Violência contra mulheres que vivem no campo - YouTube. Acesso em: 25 jan. 2021.

funções sociais e tendo um certo significado [...] Neste regime, as mulheres são objeto da satisfação sexual dos homens, reprodutoras de herdeiros, de força de trabalho e de novas reprodutoras (Saffioti, 2015, p. 111-112).

Classificadores como “mulheres dependentes dos meios materiais diários sob controle do marido”, “objeto de satisfação sexual” e “reprodutoras deste sistema”, é nosso pressuposto histórico construído na Região Serrana, conscientes de que este cenário vem sendo alterado gradativamente. Como pontua Saffioti (2015, p. 112), contudo, “a base material do patriarcado não foi destruída, não obstante os avanços femininos”. Isso se verifica no menor acesso das mulheres à educação de qualidade social, representatividade política, postos de trabalho de prestígio e remuneração desigual entre outras disparidades de gênero.

Ainda que identifiquemos uma aproximação das características do regime do patriarcado e suas raízes e manifestações, concomitantemente, o cenário vem se alterando. Neste sentido, Santos e Izumino (2005, p. 158), advertem:

[...] a noção de dominação patriarcal é insuficiente para dar conta das mudanças que vêm ocorrendo nos diferentes papéis que as mulheres em situação de violência têm assumido. Defendemos uma abordagem da violência contra as mulheres como uma relação de poder, entendendo-se o poder não de forma absoluta e estática, exercido via de regra pelo homem sobre a mulher, como quer nos fazer crer a abordagem da dominação patriarcal, senão de forma dinâmica e relacional, exercido tanto por homens como por mulheres, ainda que de forma desigual.

Em consequência, reiteramos à luz das abordagens referenciadas, que é necessário compreender a complexidade do fenômeno de gênero, raça, classe, patriarcado e as violências de gênero contra a mulher na sua intersecção, relacionando-a na sua contradição, historicidade e totalidade, porque as diferentes expressões do machismo, das relações de poder, da colonialidade de gênero são um espelho

da sociedade que vivemos, uma sociedade anti-humana, dado que o capitalismo avançou com suas três cabeças geradoras da opressão sistêmica: o colonialismo, o racismo e o patriarcado.

Ciente e consciente do nosso lugar no mundo, abrimos um parêntese para uma breve análise da situação da violência contra a mulher em tempos da pandemia do coronavírus. Os números sobre violência de gênero contra a mulher, veiculados por diferentes meios de comunicação em nível nacional, relatam o aumento significativo de violências no Brasil em razão do isolamento social. Consoante especialistas da área da saúde, o isolamento social é a única forma de não propagação da Covid-19, enquanto não se tenha a vacina e/ou medicamentos. Dessa maneira, não se questiona a importância do isolamento social, pelo contrário, reitera-se fundamental para que o vírus não circule.

É sabido, no entanto, que este mesmo isolamento social pode tornar o ambiente doméstico mais violento e perigoso, sobretudo, para as mulheres e crianças. Há estados cujo índice de violência disparou em função do afastamento social, como Paraná, São Paulo, Paraíba, Rio de Janeiro – este último, por exemplo, aumentou em 50% os casos de violência contra a mulher, agravando sobremaneira o feminicídio⁵².

O espaço doméstico de violência costumeiramente faz-se presente nas relações familiares. Esses comportamentos e atitudes podem se exacerbar no isolamento social por vários motivos: porque já há uma cultura de violência marcada pelo machismo e o patriarcado; porque as mulheres estão mais vigiadas; porque os homens veem sua masculinidade colocada em cheque enquanto provedores; porque as finanças domésticas estão instáveis; porque a saúde mental de toda a família está abalada, entre tantos elementos que poderíamos elencar. Outro dado, para análise sobre o aumento de

feminicídio, é o um decreto do governo brasileiro permitindo que se tenha até quatro armas de fogo em casa, o que indubitavelmente dispara um gatilho e potencializa o feminicídio.

Nesta circunstância de pandemia e violência, é necessário que a rede de apoio e proteção às mulheres em situação de violência potencialize os atendimentos. Destacamos também a importância de os canais de denúncia funcionarem de forma efetiva, para que quando necessário a mulher possa denunciar. É imperativo que toda a rede de proteção esteja atuando neste momento de pandemia, que os meios de comunicação, as redes sociais se coloquem como mais um instrumento de informação e denúncia.

Foi o Mapa da Violência de 2012 que chamou atenção para a violência de gênero em Lages, apontando-a em 1º lugar em Santa Catarina e 17º no Brasil em relação à mulher. Com efeito, ao longo desses oito anos, a sociedade como um todo e as instituições vêm enfrentando essa mazela sócio-histórica e cultural. Em Lages, há uma percepção de que os números de violência contra a mulher neste período de pandemia não aumentaram, as diversas instituições envolvidas estão tentando entender o fenômeno.

Em nossa compreensão, não acreditamos que Lages não tenha potencializado e exacerbado os casos de violência no isolamento social, dada sua realidade sócio-histórica e cultural de violência. Embora não tenhamos subsídios, estudos e pesquisas suficientes para ratificar (empiricamente e levando em conta nossa realidade), recomendamos cautela ao afirmar que os números não aumentaram. Este fato social da violência de gênero contra a mulher relacionado às possíveis quedas nos números tem várias hipóteses e questionamentos: os canais de denúncia estão funcionando? As instituições envolvidas estão atuando? Há profissionais suficientes para atendimento na rede de apoio e proteção às mulheres em situação de violência, sabendo que muitos segmentos estão em trabalho remoto, *home office*, ou mesmo atuando de forma limitada?

As mulheres em situação de violência têm tido acesso à rede de atendimento? Enfim, várias são as hipóteses e questionamentos que poderíamos levantar, todavia, conhecendo a realidade social, prudência é a palavra de ordem para afirmar que os números diminuíram ou estagnaram.

A violência de gênero contra a mulher continua presente e latente e talvez com menos visibilidade no atual contexto pandêmico. É necessário, neste momento, que a rede de apoio e proteção estejam atentas e vigilantes às diversas formas de violência em que as mulheres são e estão submetidas, tendo a compreensão que violência não é somente física! Em situação de isolamento social, a violência psicológica pode se tornar e se potencializar como uma das formas mais cruéis, já que muitas mulheres não se dão conta de que isso também é uma violência.

Algumas percepções das sujeitas entrevistadas permitem atualizar a situação de violência de gênero na cidade de Lages. Violeta Parra descreve que:

Meninas que trabalhavam no grupo se afastaram porque o marido voltou para morar em casa. Ele limita 'ela' em tudo, ela sofre violência quieta, mas eu dizia para ela, você tem que ser forte e encarar, denunciar. Mas ela se omitiu, a ficar em casa por amar o marido. E outras mulheres, recentemente uma delas foi embora e deixou os filhos com o pai, agora ela voltou como se nada tivesse acontecido; eu acho que ela é muito violenta com os filhos, então essa violência faz refletir na família. Porque se ela sofre violência com o marido, ela transfere para os filhos, e filhos bem pequenos. [...] Elas reagem com violência, até mesmo com os próprios filhos e o medo de perder o marido faz com que elas fiquem caladas, elas não querem perder o marido. [...] Eu acho ainda que as mulheres são muito caladas, muito quietas; elas têm muito medo de enfrentarem e dizerem: "Eu sofro violência", de depender do marido. Elas têm muito medo ainda,

eu acho que deveria falar mais e dizer mais, né? Fazer denúncia. [...] Mas, também teve casos em que a mulher, ela saiu agora do grupo porque ela se mudou, mas ela disse não à violência, ela não quis mais; ele usava droga na frente da menina, ela deu um pontapé inicial, “Não, não quero! Não vou”, e não quis mais ele, quis a separação; ele ameaçou ‘ela’, pegou Medida Protetiva e hoje ela ‘tá’ liberta; ele não tem mais contato com ela só pega menina para ver. [...] Teve já muitos casos positivos que foram procurar ajuda, inclusive temos uma gestante que é acompanhada pela Rede Catarina, inclusive ela tem Medida Protetiva; o marido estava preso, mas saiu, mas tem a Medida Protetiva. E foi através do grupo Art ‘Mulher que ela pegou o número, denunciou e pediu afastamento do marido e ela é assistida por nós como gestante.

Nessa descrição de Violeta Parra, podemos distinguir dois momentos: algumas expressões atuais da violência contra a mulher, sofridas silenciosamente; reproduzidas pela mulher/mãe na relação com suas filhas. Em contrapartida, há a resistência da mulher dizendo “não à violência”, inclusive utilizando a estratégia de rompimento da vida conjugal. Note-se a força da denúncia e a coragem do enfrentamento da situação de violência. Temos descrições exemplares para ilustrar como a dependência financeira da mulher gera entraves à resistência, busca de autonomia e emancipação social.

Frida Khalo e José Martí⁵³ relatam a partir de suas histórias de vida:

A gente vivenciou o que é ser uma mulher na violência. Entendo as mulheres que precisam de ajuda. Passei por violência física, violência emocional, já tive que enfrentar algumas situações bem complicadas. Eu sempre estou pedindo para as mulheres que nunca deixem de estudar, porque o estudo é muito importante para seguir em frente, para a sociedade que a gente pode, que a gente consegue, que a gente é capaz.

José Martí complementa:

Minha mãe se separou, saiu de casa e a gente 'juntos'. Eu, minha mãe e meu irmão. Ficamos literalmente sem casa, sem trabalho. Então, espalhamos nossas coisas, um pouco na garagem de uma prima, a mãe e meu irmão foram morar na casa de uma tia e eu fiquei morando na casa das amigas. Quando conseguimos um acordo, diga-se de passagem, bem difícil com o meu pai e a família dele, foi quando conseguimos o espaço da casa que estamos.

Nísia Floresta tem consciência da história de violência de gênero contra à mulher em Lages e o caminho longo para sua superação:

Nestes quarenta anos de trabalho, pude observar que muitas mulheres tinham uma vida extremamente difícil com seus companheiros, assim como algumas crianças e adolescentes que foram meus alunos, às vezes, comentavam sobre algumas brigas entre seus pais. Demorou um pouco para que nós, mulheres, tivéssemos uma visão de igualdade, tendo os mesmos direitos que os homens.

Já Oscar Romero, recomenda:

É preciso inserir o conceito da evolução na própria mulher, para o não aceitação da condição de ser agredida pela primeira, segunda ou mais vezes, acredito que temos muitas ferramentas para forjarmos o empoderamento que estas mulheres já têm por direito.

Nossas sujeitas de pesquisa citadas acima corroboram com a ideia de que, não obstante a persistência da violência de gênero contra a mulher em Lages, existem muitas estratégias a serem promovidas para sua superação e alcançar o empoderamento necessário tendo no horizonte, a conquista da emancipação social feminina. Afinal, trata-se de um direito das mulheres. Entre as estratégias que são apresentadas, as necessidades do estudo, de uma

formação, são ressaltadas. Isso nos autoriza a pensar que quando refletimos sobre a participação de mulheres na economia solidária enquanto estratégia de enfrentamento às violências de gênero, é fundamental pensar outras ações concomitantes. Trata-se de compreender que somente o disparo de um conjunto de estratégias unificadas e em rede reunirá condições reais e eficazes nesta correlação de forças em luta.

Dito isso, retomamos a epígrafe do início deste capítulo em que Lugones (2014) propõe (des)colonizar o gênero enquanto práxis na perspectiva da transformação vívida do social. Desse modo, esta investigação, situada no campo da economia solidária, na participação de mulheres na economia solidária, particularmente, nos empreendimentos econômicos solidários, contém, de modo latente ou explicitamente, estratégias de enfrentamento às violências de gênero e se constituem em experiências educativas tendo por base novas relações sociais, culturais, econômicas na perspectiva do reconhecimento e do exercício de relações de gênero inclusivas, equitativas⁵⁴ e emancipatórias.

54

Temos a compreensão e entendimento de que o conceito de equidade parte da desigualdade. No entanto, em se tratando de uma sociedade de classes com seus marcadores de gênero, raça e geração, marcada historicamente pela desigualdade, torna-se condição *sine qua non* tomarmos o conceito de equidade na perspectiva de Santos quando afirma: "temos o direito de ser iguais quando a nossa diferença nos inferioriza; e temos o direito de ser diferentes quando a nossa igualdade nos descaracteriza. Daí a necessidade de uma igualdade que reconheça as diferenças e de uma diferença que não produza, alimente ou reproduza as desigualdades" (Santos, 2003, p. 56).



5

A ECONOMIA SOLIDÁRIA:

UM PARADIGMA SOCIETÁRIO
NÃO CAPITALISTA

“Uma das tarefas políticas que devemos assumir é viabilizar os sonhos que parecem impossíveis.” (Paulo Freire)

A relevância de estudar outras razões para desvendar a reemergência desta economia, a qual denominamos economia solidária, de nosso ponto de vista, é de grande fundamento, uma vez que ela tem origem na própria condição humana e vida social. Desejamos pensar o caráter utópico, conforme epígrafe acima, já em prática na economia solidária que aponta para a possibilidade de outra organização socioeconômica que não seja a capitalista.

Neste último capítulo da pesquisa, centramos nossa atenção à categoria economia solidária associada a outros paradigmas de superação das desigualdades sociais como a (Des)colonialidade e a Educação Popular, a reciprocidade enquanto uma “rocha fundante da sociedade” e a participação e emancipação social tendo em vista a construção de uma sociedade mais justa e solidária. Apresentamos também o Estado do Conhecimento em alguns bancos de dados, com recorte temporal de 2003 a 2020. Começamos pelo último ponto.

ESTADO DO CONHECIMENTO: UMA IMERSÃO BREVE⁵⁵

A revisão de teses, dissertações e artigos científicos tem como objetivo identificar a recente produção acadêmica do campo de nosso estudo. Fizemos o recorte temporal a partir de 2003, tendo em vista que esse ano é o marco da implementação em nível nacional da política pública de economia solidária no então governo do

55

A revisão bibliográfica realizada das teses, dissertações e artigos científicos de maior relevância e aderência à pesquisa serão incorporadas ao longo da tese conforme o fluxo da análise.

Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Utilizamos os descritores economia solidária, participação, epistemologias do sul, (des)colonialidade e emancipação social, no primeiro mapeamento realizado (2003-2018). Posteriormente, foi atualizado com o período de 2018 a 2020 e incluído a categoria educação popular, pois entendemos que essa perspectiva epistemológica é fundamental para o desenvolvimento da política de economia solidária.

Acessamos as plataformas no banco de dados da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), Repositório Digital da Biblioteca da UNISINOS (RDBU) e *Scientific Electronic Library Online* (SciELO). O mapeamento foi organizado em tabelas que incluiu: título do trabalho, autora, instituição, palavras-chave, área de concentração, resumo, ano e endereço eletrônico, quando disponível em PDF. A busca das produções acadêmicas foi realizada com os seguintes descritores: “Economia Solidária AND Participação”; “Economia Solidária AND epistemologias do sul”; “Economia Solidária AND Descolonialidade”; “Economia Solidária AND Emancipação Social”.

Na plataforma da CAPES, foram encontradas 08 teses de doutorado e 16 dissertações de mestrado. Das categorias descritas, todas tiveram publicações encontradas. A pesquisa realizada na plataforma Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) trilhou os mesmos caminhos das buscas descritas anteriormente, encontrando-se 08 teses de doutorado e 08 dissertações de mestrado. No Repositório Digital da Biblioteca da UNISINOS (RDBU), identificamos 04 teses de doutorado e 04 dissertações de mestrado. Dos descritores utilizados, não encontramos publicações das seguintes categorias: “Economia Solidária AND Epistemologias do Sul”; “Economia Solidária AND (Des)colonialidade”; conforme tabela abaixo.

Tabela 2 – Levantamento das Bases de Dados e Descritores de Teses e Dissertações

Base/descriptor		CAPES	IBICT	Repositório UNISINOS	Total	Total descriptor
Economia solidária e Participação	Mestrado	7	2	0	9	13
	Doutorado	1	1	2	4	
Economia solidária e Epistemologias do Sul	Mestrado	1	3	0	4	8
	Doutorado	3	1	0	4	
Economia solidária e Descolonialidade	Mestrado	1	0	0	1	6
	Doutorado	2	3	0	5	
Economia solidária e Emancipação social	Mestrado	7	3	4	14	21
	Doutorado	2	3	2	7	
Total Mestrado		16	8	4	28	48
Total Doutorado		8	8	4	20	

Fonte: elaborada pela autora, 2020.

Observamos que a CAPES é a plataforma com maior número de teses e dissertações publicadas, seguida do IBCIT e na sequência o repositório da UNISINOS. Já quanto aos descritores, o maior número de publicações é referente às categorias Economia solidária e participação, Economia solidária e emancipação social. Com a atualização realizada de 2018 a 2020 nas mesmas plataformas e com os mesmos descritores, foram encontradas na CAPES 08 teses de doutorado e 11 dissertações de mestrado com todos os descritores mencionados. No IBCIT, encontramos 15 teses de doutorado e 4 dissertações de mestrado apenas nos descritores “Economia solidária AND participação” e “Economia solidária AND emancipação social”. Já no Repositório da UNISINOS, encontramos, com exceção

do descritor “Economia solidária AND emancipação social”, 05 teses de doutorado e 02 dissertações de mestrado.

No que se refere à pesquisa de dados realizada na plataforma Scielo no período de 2003 a 2018, foram encontrados 08 artigos publicados com os descritores “Economia Solidária AND participação” e “Economia solidária AND emancipação social”. Já na atualização entre o período 2018 a 2020, foi encontrada apenas uma publicação com o descritor “Economia solidária AND participação”.

Conforme adiantado acima, incluímos a categoria “economia solidária AND educação popular” no conjunto do mapeamento, o recorte temporal se restringiu ao período de 2018 a 2020, de acordo com as atualizações realizadas. Na CAPES, foram encontradas 09 teses de doutorado e 11 dissertações de mestrado; no IBICT, 03 teses de doutorado e 04 dissertações de mestrado; e no Repositório da UNISINOS, 02 teses de doutorado e 02 dissertações de mestrado. Na Biblioteca Eletrônica da Scielo, não foram encontradas publicações com esse recorte temporal e descritores.

O conjunto de todos os trabalhos descritos acima em suas respectivas plataformas totalizaram 62 teses de doutorado, 62 dissertações de mestrado e 09 artigos científicos. Para efeito de análise, descrevemos 05 teses, 05 dissertações e dois artigos científicos, isto é, optamos por analisar, do conjunto citado, aquelas de maior relevância e aderência à nossa pesquisa.

As cinco teses de doutorado elencadas são: *Educação e economia (popular) solidária: mediações pedagógicas do trabalho associado na Associação dos Recicladores de Dois Irmãos, 1994-2006*, de Telmo Adams (2007), publicada na área de Educação na Universidade do Vale do Rio dos Sinos/RS, investiga

qual o significado sob o ponto de vista do olhar pedagógico dessas formas solidárias de organização econômica de caráter popular, no atual contexto dos movimentos

sociais e transformações provocadas pela reestruturação produtiva do capital? Em que medida a economia popular solidária poderá estar se constituindo num espaço rico de educação popular, em função das múltiplas mediações pedagógicas a serem ainda mais valorizadas no árduo desafio de avançar numa educação emancipadora em nosso país! (Adams, 2007, p. 46).

A tese *Limites e Possibilidades da economia solidária: um projeto de realismo utópico*, de Edgar da Nóbrega Gomes (2011), publicada na área de Ciências Sociais na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo/SP, reflete se

[...] é possível construir outras formas de organização da vida em sociedade? A solidariedade pode ser considerada elemento fundamental das concepções econômicas? A construção de uma teoria que ajude a orientar um novo caminho para a humanidade será resultante de novos valores e novos pressupostos. Portanto, é preciso ultrapassar as diferenças que às vezes são mais aparência que essência. Diante dos limites e das possibilidades das experiências concretas e das análises teóricas da Economia Solidária há elementos que reafirmam esta como uma alternativa de realismo utópico (Gomes, 2011, p. 5).

Enquanto isso, a tese *Educação em economia popular solidária: o discurso educativo de incubadoras de empreendimentos solidários populares*, de Clécia Rufino de Santana (2012), defendida na área da Educação na Universidade Federal da Paraíba/PB, analisa

[...] projetos de extensão universitária, direcionados à economia solidária. Esse jeito de fazer economia tem se expressado como um movimento internacional, e que aqui no Brasil, passa pelas universidades públicas, desde meados da década de 90 do século passado, a partir de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs), as quais se tratam de um programa de extensão universitária e que incentivam empreendimentos populares e solidários, buscando exercitar a autogestão.

A pesquisa procurou responder a seguinte questão: que componentes educativos encontram-se presentes na extensão desenvolvida por incubadoras de empreendimentos solidários populares? A hipótese básica é que a extensão universitária desenvolvida pelas incubadoras populares apresenta componentes éticos e teórico-metodológicos convergentes com elementos que fundamentam a educação popular (Santana, 2012, p. 7).

Outro importante estudo é *Vínculos sociais e felicidade: um estudo sobre as relações humanas na economia solidária*, de Marilene Liége Darós (2016), defendida na área do conhecimento das Ciências Sociais na Universidade do Vale do Rio dos Sinos/RS, reflete “a dinâmica das relações vinculantes e sua relação com a Felicidade [...] tomando como referenciais para análise estudos antropológicos de Marcel Mauss sobre a dádiva e a tese de Polanyi de que a natureza do ser humano é social e a economia uma das dimensões da vida humana” (Darós, 2016, p. 7).

Por último, a tese *Educação em economia popular solidária: experiências pedagógicas que libertam?*, de Luciane Rocha Ferreira Pielke (2018), publicada na área da Educação, na Universidade do vale do Rio dos Sinos/RS, analisa

[...] as experiências de educação/formação vivenciadas no CFES SUL II e Projetos Ações Integradas [...] visando (re)pensar e (re)significar os paradigmas eurocêtricos que monopolizam as dimensões do ser, do saber e do poder a partir de elementos centrais mobilizados pela educação em EPS (Pielke, 2018, p. 271).

Das dissertações, elegemos *Economia solidária e aprendizagem dialógica: práticas de participação e autogestão e necessidade de uma outra EJA*, de Kelci Anne Pereira (2009), publicada na área de Ciências Humanas na Universidade Federal de São Carlos, SP, investiga “a prática de incubação realizada pela incubadora da UNESP com assentadas/os do grupo Viverde de Agroecologia, objetivando formar um empreendimento econômico solidário” (Pereira, 2009, p. 7).

Enquanto a dissertação *Mulheres negras na economia solidária: autonomia, identidade e resistência. Um estudo comparativo entre Brasil e Colômbia*, de Paula Andrea Rodriguez Alvarado (2016), publicada na área de integração da América Latina na Universidade de São Paulo/SP, examina

[...] as condições de vida de dois grupos de mulheres negras, um na cidade de Quibdó na Colômbia e outro em São Paulo Brasil, que atuam no âmbito da economia solidária como artesãs e no ramo de design e confecção de roupas afro. Os resultados da pesquisa estiveram analisados à luz dos postulados da Colonialidade do Poder proposta por Aníbal Quijano e da análise interseccional de Kimberly Crenshaw concretamente entre as categorias de classe, raça e gênero (Alvarado, 2016, p. 8).

Outro relevante estudo *Direitos Humanos no universo da catação de recicláveis de Goiânia: a economia solidária como construção da emancipação social ou inclusão marginal?*, de Vanessa Maria Coelho Guimarães (2018), publicada na área de Direitos Humanos na Universidade Federal de Goiás/GO, analisa “as possibilidades da economia solidária ser promotora da emancipação social dos trabalhadores e de suas organizações, bem como compreender possíveis entraves, como a crítica da inclusão marginal” (Guimarães, 2018, p. 7).

A dissertação *O sonho coletivo da casa própria: a articulação da economia solidária com a educação popular no cooperativismo habitacional autogestionário*, de Ivanio Dickmann (2018), publicada na área do Serviço Social na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo/SP, analisa “o cooperativismo habitacional autogestionário e suas conexões com a educação popular e a economia solidária” (Dickmann, 2018, p. 8).

Por último, a dissertação *Uma etnografia do Divino espírito Santo, Rio Rufino (SC): identidade cultural, economia solidária e emancipação social*, de Elisangela de Oliveira Fontoura (2019), publicada na área da educação na Universidade do Planalto Catarinense/SC, realiza

[...] uma pesquisa etnográfica na comunidade rural do Divino Espírito Santo, município de Rio Rufino, estado de Santa Catarina. A descrição de incubação do empreendimento “Morenas do Divino” apontou para a estratégia de emancipação social na medida em que o grupo vem praticando princípios de economia solidária (Fontoura, 2019, p. 8).

Em relação aos artigos científicos, apresentamos *Economia popular, des/colonialidade do poder e economia solidária: notas para um debate latino-americano*, de Bruno Siqueira Fernandes e Sibelle Cornélio Diniz (2018), publicado na Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, busca

[...] aproximar os conceitos de des/colonialidade e economia popular e solidária na perspectiva latino-americana. Nesse sentido, a discussão situa-se, primeiro, na reflexão sobre a economia popular enquanto terreno para uma Outra Economia, seus limites e suas possibilidades. Em seguida, são feitos apontamentos para o fortalecimento de uma economia alternativa de base popular por meio da relação entre as ideias de economia popular, des/colonialidade do poder e economia solidária (Fernandes; Diniz, 2018, p. 254).

Por último, o artigo *Dimensões e tendências da economia solidária no Brasil*, de Luiz Inácio Gaiger e Patrícia Kuyven (2019), publicado na Revista Sociedade e Estado, reflete sobre

[...] o valor do Sistema de Informações em Economia Solidária para a compreensão da economia solidária no país, destacando suas possibilidades investigativas no sentido de apurar aspectos relevantes dos empreendimentos de economia solidária (EES) e identificar suas origens e tendências de desenvolvimento. Salienta as peculiaridades da economia solidária diante das formas predominantes de economia e apresenta uma tipologia dos EES, integrando-a à análise de seu processo de emergência, no qual se destaca o lastro de experiências dos trabalhadores. Essa discussão conduz a examinar o sentido

da economia solidária do ponto de vista das expectativas de seus protagonistas e a relativizar teses correntes como aquela de uma reação ao desemprego ou de mera busca de benefícios econômicos.

A partir dos trabalhos apresentados acima, é possível afirmar que o campo da economia solidária é um campo vasto em pesquisa e publicações, sendo objeto de interesse da academia, da sociedade e das políticas públicas.

A ECONOMIA SOLIDÁRIA ESCRREVENDO "A HISTÓRIA A CONTRAPELO"

A economia solidária recebe denominações e definições diversas. Numa abordagem mais geral, entretanto, há um relativo consenso sobre o seu significado. Koyama e Trindade (2010, p. 15) descrevem que "apesar do conceito de economia solidária nem sempre ser usado com o mesmo significado e nome, seu princípio é a ideia da solidariedade em contraste com o individualismo competitivo que caracteriza a sociedade capitalista". Laville e Gaiger (2009, p. 162) destacam que se trata de um conceito "com acepções variadas que giram ao redor da ideia de solidariedade, em contraste com o individualismo utilitarista que caracteriza o comportamento econômico predominante nas sociedades de mercado".

A economia solidária reemergiu no Brasil na década de 1980 no bojo do aprofundamento do sistema neoliberal com seus princípios de privatização, abertura irrestrita do mercado internacional, flexibilização de leis trabalhistas, colocando o mercado como regulador da ordem social. Essa conjuntura gerou transformações e inúmeros problemas para o mundo do trabalho, como achatamento salarial, desemprego estrutural, subemprego e trabalho informal. Uma das

reações dos trabalhadores foi a aproximação de pessoas desempregadas formando grupos orientados por dois princípios básicos: autogestão e propriedade coletiva dos meios de produção.

Segundo Arcanjo e Oliveira (2017, p. 232), “a expressão ‘Economia Solidária’ foi utilizada de modo pioneiro no Brasil em 1996, por Paul Singer, em artigo publicado em 11 de junho no jornal Folha de S. Paulo, intitulado ‘Economia Solidária contra o Desemprego’”. Termo que seria incorporado à política nacional de economia solidária criada no governo de Luiz Inácio Lula da Silva, em 2003, sendo nomeado o próprio Paul Singer⁵⁶ que dirigiu por quase uma década e meia a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) vinculada, à época, ao Ministério do Trabalho e Emprego.

Adams (2010) identifica a associação do termo com a política pública: a denominação ‘Economia Solidária’ – ECOSOL” –, utilizada por Singer (2002a, 2002b) e consagrada pelo Fórum Brasileiro e pela Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES –, corroborando a constatação acima.

Há uma história das diferentes denominações do termo economia solidária. Sua utilização está relacionada a contextos, temporalidades e lugares. Adams (2010), por exemplo, embasado em autores como Razeto (1999) e Tiriba (2004), utiliza a expressão “economia popular solidária”, dizendo que a inserção do termo “popular” traduz a radicalidade do projeto ético-político e econômico de toda economia solidária, e isso, por diversas razões: é um determinado segmento social que a protagoniza; são as trabalhadoras que utilizam sua própria força de trabalho; ao contrário do sistema capitalista, a economia popular solidária valoriza as atividades domésticas ou de subsistência; o popular denota uma conotação de classe; e que os empreendimentos econômicos solidários em seus processos de organização e formação são assumidos como espaços estratégicos

de educação popular. Considerando as razões acima, Adams (2010, p. 63), diz que tem preferência pelo termo “compreendendo que o termo ‘popular’ se refere aos empreendimentos inseridos em uma economia não-capitalista, não exploradora do trabalho pelo capital, ou seja, que não se baseia em relações assalariadas”.

Em suma, não é recente, nem deve ser novidade para quem reflete o campo da economia solidária, a atribuição de vários nomes para apontar o mesmo fenômeno. Oulhaj e Gallegos (2017, p. 35) afirmam que “Así, desde hace más de tres décadas surgen varios conceptos para intentar designar estas prácticas que tienden a demostrar que otra economía es posible: economía popular, economía social, economía solidaria, economía social y solidaria, etc.”

Neste trabalho, utilizamos o termo “economia solidária” por ter sido mais usado desde sua gênese e desenvolvimento no campo empírico desta investigação e pela denominação do termo no título da Lei nº 4071, de 11 de dezembro de 2014, no município de Lages⁵⁷, e pelo uso na literatura acadêmica local (Locks, Baumgart, Antunes, 2017) e, além disso, por estar contemplado na política pública nacional desde 2003.

A Secretaria Nacional de Economia Solidária, até julho de 2016, postava, em sua página eletrônica, um conceito de economia solidária que se tornara o mais amplamente conhecido, “Economia Solidária é um jeito diferente de produzir, vender, comprar e trocar o que é preciso para viver. Sem explorar os outros, sem querer levar

57

A minuta do Projeto da Lei de Economia Solidária do Município de Lages foi elaborada por meio de debates no Fórum Regional de Economia Solidária, com participações destacadas da Cáritas Diocesana de Lages e da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade do Planalto Catarinense – ITCP/UNIPLAC.

vantagem, sem destruir o ambiente. Cooperando, fortalecendo o grupo, cada um pensando no bem de todos e no próprio bem.”⁵⁸

E adotou o Termo de Referência para os empreendimentos econômicos solidários, citado por Adams (2010, p. 67)

são associações coletivas (associações, cooperativas, empresas autogestionárias, grupos de produção, clubes de trocas etc.), suprafamiliares, cujos sócios são trabalhadores urbanos e rurais. Os que trabalham no empreendimento são, na sua quase totalidade, proprietários ou coproprietários, exercendo a gestão coletiva das atividades e da alocação dos seus resultados.


O conceito de empreendimento econômico solidário é abrangente, dado que abarca uma multiplicidade de empreendimentos, desde aquele cuja origem está na economia solidária até as empresas autogestionárias ou cooperativas de grande porte (Singer, 2002a). Nesta investigação, adotamos as características utilizadas no campo empírico, ou seja, os empreendimentos econômicos são identificados pelos seguintes princípios: autogestão, propriedade (ou sessão de uso) dos meios de produção (equipamentos de panificação, máquinas de costura, prensa para reciclagem, veículo, terra, espaço de trabalho), geração de trabalho e renda, distribuição equitativa dos resultados do trabalho decidido coletivamente, cuidado com o meio ambiente, responsabilidade com o entorno social, reconhecimento de identidades étnicas, de gênero e de orientação sexual.

Para Violeta Parra, integrante do EES Art’ Mulher,, constituído em 2009, a compreensão de economia solidária, tem a seguinte descrição:

Para nós, para mim ali como grupo, como coordenação, é assim, a gente compartilha os problemas também de casa, ali. Elas [as mulheres] compartilham e a gente tenta, pelo

58

Disponível em: <http://portal.mte.gov.br/ecosolidaria/o-que-e-economia-solidaria.htm>. Acesso em: 29 jul. 2016. Citado por Locks, Baumgart; Pereira (2017). Obs.: Após o Golpe Parlamentar, Jurídico e Midiático, de maio de 2016, o portal foi higienizado, por isso não é possível encontrar o conceito descrito acima.



menos, ajudar nas palavras ou dar ferramentas para elas poderem lidar com a situação, caso não consiga, a gente dá os telefones para que elas façam as denúncias [falando sobre as violências de gênero contra a mulher]. Mas a gente dá todo suporte para elas; falamos também como é a economia solidária, a política pública. Conversamos sobre política, sobre os nossos direitos e os nossos deveres também, né?! [...] Eu me sinto feliz de poder ajudar as pessoas, as mulheres do grupo; tem um grupo de meninas novas que 'tão' aprendendo. Hoje ainda a gente conversou que não tem patrão, mas tem que ter uma coordenação, então a gente tem uma direção, um caminho. Nós nunca deixamos de conversar o que tem que fazer e o que que não tem que fazer. Sempre conversamos, sempre no diálogo, tudo que nós temos que fazer, é' juntas'.

Vemos como o conceito de economia solidária apresenta diferentes enfoques. Neste caso, temos a forte noção da coletividade. A preocupação com problemas familiares que vão além da geração de trabalho e renda. A economia solidária pressupõe sua relação com a política pública. A mediação pedagógica é construída pelo diálogo. Não existe um itinerário pronto, o caminho se faz ao caminhar.

Já para Marielle Franco, relacionada ao EES "Morenas do Divino", a economia solidária pode ser entendida assim:

Eu não tinha muito conhecimento sobre a economia solidária, você acaba ficando muito nesse mundo mais 'dinheirista', capitalista que temos convívio. A economia solidária para mim mostrou exatamente esta outra forma de você comercializar, de desenvolver o local, o quanto isso é precioso quando você trata de seres humanos que não tinham mais muita expectativa. Então para mim a economia solidária é realmente tudo que tem de solidário para desenvolver com um grupo de pessoas. Para mim foi um aprendizado muito grande, uma oportunidade, um crescimento pessoal maravilhoso; a economia solidária é a economia que a gente deveria seguir sempre, trabalhar com um grupo de pessoas que se autolidera. Que se 'autogestione' que

consigam do seu trabalho, daquele seu saber consigam sobreviver, consigam ter uma vida mais digna, uma vida melhor inclusive para as pessoas que estão do seu lado.

Marielle Franco configura a economia solidária, primeiramente, como resistência ao modo hegemônico de sociabilidade capitalista. Em segundo lugar, coloca-se em contraposição o entendimento de que a economia solidária concretiza outra forma de vida alicerçada nos valores da solidariedade, não se reduzindo ao bem-estar de um empreendimento, mas ao desenvolvimento local. Expõe que a economia solidária floresce a partir dos saberes e fazeres das pessoas envolvidas. Constitui-se em uma estratégia para a conquista de melhores condições de vida para os integrantes do empreendimento e do entorno social.

Cabe enfatizar que a compreensão das participantes de empreendimentos sobre a "economia solidária" é que esta não se restringe a ganhos econômicos, e nesta perspectiva esta "outra economia" se distancia e se antagoniza em relação à lógica da economia de mercado que se orienta pelo lucro e competitividade.

Ainda sobre esse tópico, podemos citar um representante do poder público que afirma a potência da economia solidária no enfrentamento à violência de gênero contra a mulher. Assim, pondera Sepé Tiarajú:

A economia solidária pode ajudar, pode até contribuir para o rompimento da relação com o parceiro que está agredindo. Então a economia solidária é o conjunto de pessoas se autoajudando, mas não só questão financeira, emocional, trabalho, sugestões técnicas, tudo pode vir à tona dentro do grupo.

Subjaz, nessa percepção, a ideia de que a estratégia de superação da violência pela economia solidária não ocorre sem conflito, contradições, incluindo a possibilidade do rompimento conjugal. Pelo contrário, acontece quando a mulher diz "não" àquela relação

de violência e, logo, busca libertação. Nesse contexto, o universo da economia solidária se amplia para outras e novas dimensões da vida. Implica em conquista de trabalho, renda, saúde física, psíquica e emocional. Nossa prática em outros contextos tem revelado que a economia solidária pode significar mudança qualitativa no estado de saúde da mulher.

Mas, Sepé Tiarajú é enfático quando relaciona a economia solidária com o mercado. *“Essa ação de economia visa sua integração no mercado. Ela se insere no mercado e se consolida e suas participantes vivem daquilo, ganhando daquilo, muitas até subsistem disso”*. Notório é que a noção de mercado reside em sua configuração capitalista, significa que a economia solidária entra numa lógica de concorrência e competitividade. Sabemos que os integrantes desta outra economia apresentam lacunas nas áreas do conhecimento, de subsídios financeiros e dificuldades na própria inserção ao mundo do trabalho. Trata-se de integração ao mercado capitalista tão somente? Se esse for seu limite, dificilmente a economia solidária significará resistência ao mercado neoliberal e reexistência enquanto alternativa de sociabilidade. A partir dessa fala, contudo, é importante ressaltar que essa é a lógica de um agente representante do poder público, que ocupa espaço no Estado local com uma visão neoliberal.

Dessa forma, torna-se fundamental repensar os fundamentos de origem da economia solidária. Regra geral, as autoras Oulhaj e Gallegos (2017) buscam as razões da economia solidária em contextos de crises do capitalismo, do desemprego, do empobrecimento geral da população, da necessidade de repensar o padrão de consumo, do cuidado com o meio ambiente, da ideia de romper com a exploração etc.

Referindo-se aos objetivos da economia solidária, sem restringi-los ao fator trabalho e renda, Mance (2002, p. 83, grifo nosso), afirma que

O objetivo principal é gerar trabalho e renda para as pessoas que estão desempregadas e marginalizadas, melhorar o padrão de consumo de todos os que dela participam, proteger o meio ambiente e *construir uma nova sociedade* em que não haja a exploração das pessoas ou a degradação do equilíbrio ecológico.

São razões que tem sua lógica e relevância, porquanto colocam a economia solidária na contramão da economia capitalista, ao denunciar seu fracasso frente à sociedade do emprego e do salário e, portanto, apontar a estratégia para novas alternativas de garantir o bem viver, sem explorar nem ser explorado nas relações com os meios de produção da vida.

Em conformidade com isso, Fernández *apud* Oulhaj e Gallegos (2017, p. 35) dizem que a economia solidária representa:

Una forma de producción, consumo y distribución de la riqueza (economía) centrada en la valorización del ser humano y non del capital. Tiene una base asociativa y cooperativista, y se dirige a la producción, consumo y comercialización de bienes y servicios de manera autogestionada, teniendo como finalidad la producción ampliada de la vida.

Diante do confronto com os projetos societários em âmbito macro, o primeiro presidido pela lógica do capital enquanto sistema socioeconômico, Mészáros (2007) reflete acerca da crescente “globalização do desemprego” incluindo os países do chamado “capitalismo avançado” no qual jamais esse sistema gerará emprego e renda para todos. Afirma que essa é condição para a “expansão e acumulação do capital” (Mészáros, 2007, p. 142). Após analisar o desenvolvimento econômico e a situação de desempregabilidade de inúmeros países capitalistas, esse autor considera que:

[...] alcançamos um ponto no desenvolvimento histórico em que o desemprego se coloca como um traço dominante do sistema capitalista como um todo. Em sua nova modalidade, constitui uma malha de inter-relações e

interdeterminações pelas quais hoje se torna impossível encontrar remédios e soluções parciais para o problema do desemprego em áreas restritas, em agudo contraste com as décadas do pós-guerra de desenvolvimento em alguns países privilegiados, nos quais os políticos liberais poderiam falar sobre pleno emprego em uma sociedade livre (Mészáros, 2007, p. 145).

Não pretendemos cair na armadilha da exagerada idealização da economia solidária. Obviamente que a produção e reprodução da materialidade da vida são condição de existência humana. O que desejamos evidenciar, porém, a partir de nossa observação em campo, é que integrantes de empreendimentos econômicos solidários não se conformam somente em satisfazer necessidades básicas de vida. Elas detêm sonhos, utopias voltadas para transformação social, vislumbram no horizonte *construir uma nova sociedade*, como afirma Mance (2002). Mas, alto lá. Cuidado. Adams (2010, p. 72), refletindo sobre a potencialidade transformadora da economia solidária, enfatiza que

Situados no espaço estrutural da produção e do mercado – portanto, dependentes da hegemonia do modo de produção capitalista e intimamente ligadas ao mundo da reprodução da vida –, as iniciativas de economia popular solidária podem agregar-se ao ambiente de interação entre práticas e utopias. Ou seja, ao mesmo tempo em que tais práticas propõem-se a vivenciar novas relações em todos os espaços estruturais da vida cotidiana individual e coletiva, podem oportunizar elementos de transformação social.

Adams (2010), ao mesmo tempo em que aposta na alternativa da economia solidária, deixa notório que não se pode analisá-la mantendo-se refém das manifestações imediatas e fenomênicas do mundo da pseudoconcreticidade (Kosik, 1986), ignorando que a realidade concreta é a síntese de multideterminações (Marx, 2003), eivada de complexidades. Isso não significa abdicar da utopia da economia solidária enquanto se afirma como resistência e alternativa.

No contrapelo da história e diante da hegemonia da sociabilidade regida pelo capital, torna-se um imperativo ético sustentar o sonho moralmente justificado pela busca e construção de relações sociais solidárias e justas. Mas, também urge cada vez mais propalar por experiências concretas pelo mundo afora, que a economia solidária é um paradigma societário não capitalista.

Para Adams (2010), a economia solidária ocupa um lugar específico e tem relativa potência de transformação frente ao projeto hegemônico capitalista de sociedade. Reconhece que por estar na resistência, a economia solidária tensiona o *status quo* e a utopia da mudança. Conforme finaliza seu pensamento, entretanto, o que se pode antever é que a economia solidária pode “oportunizar elementos de transformação social”. Constituindo-se parte de um processo de emancipação social, a economia solidária pode ser comparada a um embrião capaz de contribuir no germinar de outra economia; mesmo sabendo que, sob o domínio da hegemonia capitalista, todas as formas de produzir distintas das regras do mercado competitivo – aqui em especial as experiências de ECOSOL –, tendem a estar submissas aos interesses do capital.

É possível afirmar que a emancipação social pode começar por eliminar a fome, mas pressupõe a contínua expansão da qualidade de vida através da rearticulação entre o social e o econômico. [...] Juntamente com outros movimentos sociais que lutam por uma sociedade mais humana e justa, a contribuição da economia (popular) solidária pode ser a gestação de processos de emancipação social como formas embrionárias de outro modo de produção, com base numa ética solidária que fortalece a perspectiva de um projeto contra-hegemônico de sociedade (Adams, 2010, p. 76-77).

A problematização dos limites desta outra economia foi desenvolvida por Henrique Wellen, em seu livro *Para a crítica da “Economia Solidária”* (2012). O autor, ao examinar rigorosamente a economia solidária como um projeto político de transformação social,

demonstra seus limites e impossibilidades. Entre seus argumentos, destacamos um deles quando sustenta que a origem da economia solidária está estruturalmente subordinada ao mercado capitalista e que as experiências de economia solidária se encontram intimamente relacionadas às crises do capitalismo. Elas ressurgem em conjunturas cíclicas de reestruturação produtiva, podendo ser identificadas na precarização do trabalho, desemprego, subemprego, ou desaparecimento estrutural do emprego quando o emprego e o capital vêm perdendo sua materialidade. Reiteramos que não compactuamos com a tese elaborada por Wellen, compreendemos os limites da Ecosol, mas também reafirmamos a convicção das potencialidades e possibilidades da economia solidária e outros paradigmas não capitalistas de sociedade resistirem e se colocarem como alternativas. A estratégia fundamental está em ocupar o Estado com forças políticas que representem outro projeto político de transformação da sociedade e que sejam capazes de disputar e construir com a sociedade a construção de uma contra-hegemonia não capitalista. Com a história aberta ao futuro, portanto, o debate e disputa de projetos de sociedade continuam abertos, sendo um devir histórico.

Juana Inez de La Cruz, apostando na economia solidária, esperançosamente, sintetiza:

Eu entendo que a economia solidária é uma grande alternativa, senão a única que possa dar o suporte para que as pessoas que não possam ser inseridas no sistema capitalista ou que também não se vejam nele. É um sistema extremamente violento, extremamente competitivo, extremamente unilateral. Então, eu acredito que a política pública de economia solidária existindo agora em Lages, é primeiro uma vitória para quem acredita, é uma política solidária, de grupo de gestão coletiva. Eu, particularmente, acredito que seja a salvação do mundo daqui um tempo.

Sabemos que a economia solidária não apresenta potencial para mudar radical e estruturalmente o modo de produção capitalista hegemônico, mas é útil para problematizá-lo e expressar outros modos de sociabilidade alicerçados na solidariedade e justiça social.

(DES)COLONIALIDADE E EDUCAÇÃO POPULAR: UM PROJETO EM CONSTRUÇÃO

Para compreender o lugar epistêmico de onde estamos refletindo nosso objeto de estudo, torna-se necessário trazer brevemente as categorias não menos importantes do que aquelas fundantes desta pesquisa, ou seja, modernidade, colonialidade e (des)colonialidade articuladas com a educação popular. Segundo Mignolo,

[...] “modernidade” é uma narrativa complexa, cujo ponto de origem foi a Europa, uma narrativa que constrói a civilização ocidental ao celebrar as suas conquistas enquanto esconde, ao mesmo tempo, o seu lado mais escuro, a colonialidade. A colonialidade, em outras palavras, é constitutiva da modernidade – não há modernidade sem colonialidade (2017, p. 2).

Quando esse autor contextualiza a gênese da modernidade, imagina o mundo por volta de 1500, um mundo policêntrico, não capitalista, coexistiam diversas civilizações. Em nossa América havia as civilizações incas, astecas, maias, entre muitos outros povos. Os espanhóis, no século XVI, chegaram aqui movidos pelo espírito de conquista submetendo e explorando as riquezas, o trabalho, em benefício do colonizador. Esse processo, conforme Restrepo e Rojas (2010), é chamado de colonialismo. Já o fenômeno histórico, que se reflete no presente, trata de um padrão de poder que opera por meio da naturalização de hierarquias territoriais, raciais, culturais e epistêmicas, ocorrendo a reprodução das relações de dominação, assim dizendo, de colonialidade.

Sobre o fenômeno da colonialidade, elegemos dentre outras, três de suas expressões: a colonialidade do poder, do saber e de gênero – esta última já tivemos oportunidade de refletir no Capítulo 4.

Quijano enfatiza que a colonialidade do poder abarca a relação de trabalho, raça e gênero, compreendidas como categorias articuladas e interdependentes, sendo que uma não se reduz a outra. Funda-se

[...] na imposição de uma classificação racial/étnica da população do mundo como pedra angular do referido padrão de poder e opera em cada um dos planos, meios e dimensões, materiais e subjetivo, da existência social cotidiana e da escala societal. Origina-se e mundializa-se a partir da América (Quijano, 2009, p. 73).

Quijano (2009) reflete que esta articulação – trabalho, raça e gênero –, estrutura-se em torno de duas vertentes: o controle de produção de recursos e sobrevivência social e o controle da reprodução biológica da espécie. O primeiro fundamenta-se no controle da força de trabalho, dos recursos e produto do trabalho, incluindo os recursos naturais. Esses recursos institucionalizam-se como propriedade. O segundo, a reprodução biológica, assegura o controle do sexo e seus produtos, ou seja, remete para o prazer e a descendência. As mulheres têm a função de reprodução e garantia da continuidade da espécie. Em função dessas duas vertentes, a questão racial é incorporada à lógica do capitalismo eurocêntrico. Desse modo, a colonialidade do poder é o projeto da modernidade, que justificou todo o processo de colonização, eliminando ou anulando as culturas dos povos colonizados juntamente com a exploração de bens e riquezas naturais. Além disso, desenvolveu o complexo de inferioridade, criou um mundo de violências, que atingiu os povos indígenas pela servidão, os negros relegados ao trabalho escravo e aos brancos (que não eram da elite) atribuiu-se o trabalho assalariado (Quijano, 2009).

Racismo é um fenômeno que persiste em escala local, nacional e global. Referindo-se à questão racial, num dos documentos da ITCP/UNIPLAC que tivemos acesso intitulado “Diário de Campo”, de 2018, encontramos o seguinte registro:

Estivemos presente na COOPERCOC na tarde do dia 08 de agosto para conversar com os cooperados sobre como está o dia a dia da cooperativa. Foi relatado vários problemas, incluindo um caso de racismo. Uma das cooperadas disse que não faria as refeições feitas pela outra cooperada pelo fato dela ser negra. Também foi relatado que a tesoureira sente vergonha de dizer que trabalha na cooperativa. Foi solicitado pela presidente que a ITCP intervisse no caso.

Essa situação de racismo registrada no interior de uma cooperativa de trabalho de catadoras de materiais recicláveis, demonstra que, de fato, o racismo é estruturante da sociedade brasileira. Ele emerge e se reproduz, inclusive, entre os setores populares, entre as excluídas e expropriadas do modo de produção capitalista hegemônico. Outro elemento revelador é o preconceito de classe que reproduz relações sociais e econômicas de dominação, submissão e exploração. As catadoras de materiais recicláveis fazem parte daquele grupo invisível socialmente. A violência, a discriminação racial e o preconceito de classe são o espelho da sociedade anti-humana, antiética e antidemocrática em que vivemos. Superar a hidra de três cabeças (capitalismo, colonialismo, racismo) – geradoras da opressão sistêmica – é nossa tarefa histórica.

Já a colonialidade do saber compreende-se pelo legado de desigualdade e injustiça gerados pelo colonialismo e o imperialismo no campo do conhecimento. Os saberes, fazeres, a sabedoria dos povos nativos foi sistematicamente negada, já que o paradigma do conhecimento válido era o eurocêntrico. Ora, o conhecimento é fundamental para o ser humano relacionar-se com a natureza. Dito isso, podemos inferir que a natureza ocupava um lugar central na cultura dos povos originários latino-americanos. Sua cosmologia, visão e leitura de mundo tinha por referência a natureza. Isso, todavia, foi deslocado e rechaçado pelo conhecimento europeu, agora utilizado para cimentar a conquista e consolidar o projeto de colonização.

Para Porto-Gonçalves (2005, p. 10), “há um legado epistemológico do eurocentrismo que nos impede de compreender o mundo a partir do próprio mundo em que vivemos e das epistemes que lhe são próprias”. Dito de outro modo, a colonialidade do saber não pode ser compreendida como fato do passado, mas uma consequência a influenciar nosso mundo presente. Nossa relação com a ciência é emblemática, na medida em que continuamos a beber de fontes epistemológicas europeias e estadunidenses na produção do conhecimento que dizemos “ser nosso”. Não nos libertamos do jugo da colonialidade do saber. Temos inúmeras dificuldades de pensar com nossos referenciais teóricos construídos pelo conhecimento e a cultura dos povos de Nossa América. Um caso exemplar reside nos desconhecimentos das epistemes de nossa ancestralidade, daqueles pensadores ou intelectuais pedagogos pioneiros da educação que construíram paradigmas educacionais desde a condição de subalternidade imposta pela colonialidade do saber e do poder.

É que colonialidade do poder é imprescindível à colonidade do saber. A partir do conhecimento, foi possível que o poder se impusesse. Ainda podemos destacar as dimensões da colonialidade do saber, conforme Lander (2005, p. 12),

- 1) a visão universal da história associada à ideia de progresso (a partir da qual se constrói a classificação e hierarquização de todos os povos, continentes e experiências históricas); 2) a “naturalização” tanto das relações sociais como da “natureza humana” da sociedade liberal-capitalista; 3) a naturalização ou ontologização das múltiplas separações próprias dessa sociedade; e 4) a necessária superioridade dos conhecimentos que essa sociedade produz (“ciência”) em relação a todos os outros conhecimentos.

Cada uma das dimensões elencadas acima contribuiu eficazmente na constituição da colonialidade do saber. Por exemplo, a ideia do progresso, do evolucionismo, construiu o fosso entre o colonizador e o colonizado. Para este último alcançar a condição do

conquistador deveria passar pelos diferentes estágios de desenvolvimento social, econômico, cultural e político. Isso serviu para a utilização de preconceitos como “povos atrasados”, “povos selvagens”, “povos pagãos”, argumentos estes para justificar posteriormente a escravidão. Contemporaneamente, identifica-se esse legado no complexo de inferioridade existente entre nós, como, por exemplo, a valorização do que vem de fora, caindo na armadilha do mimetismo.

Da segunda dimensão, temos consequências estruturantes que podem ser visualizadas na base produtiva da sociabilidade capitalista desenvolvida em toda a América Latina a partir da conquista. O princípio do utilitarismo, como veremos adiante, influenciou a noção do individualismo e a redução do ser humano no *homo economicus*. No caso do Brasil, a Revolução Francesa protagonizada pela burguesia ao assumir a tríada “liberdade, igualdade e fraternidade”, ou, ainda, o lema “ordem e progresso” influenciou enormemente a formação do pensamento e da visão conservadora das “elites do atraso” no país.

Em síntese, a colonialidade do saber contribuiu enormemente para deslocar e submeter cosmovisões, modos de vida, valores de sociabilidade dos povos originários latino-americanos e reproduzir no continente a sociedade de classe, a supremacia branca, a escravidão, o racismo, a desigualdade social.

Este cenário já encontrou inúmeras reações que poderíamos enumerar. O que importa agora, contudo, é a consciência do processo de (des)colonialidade no marco do pensar, levando em consideração de onde vivemos. Isso significa assumir as nossas epistemologias e implementar uma práxis revolucionária.

A Educação Popular em Nossa América não é uma invenção recente, pois desde antes da conquista, a educação popular era uma realidade, uma prática existente no seio dos povos originários. Daí advém sua complexidade e ambiguidade enquanto uma modalidade

de educação geradora de teorias, maneiras de compreender, de saber e de produzir conhecimentos, explica Guelman (2020).⁵⁹

Concordamos, consequentemente, com Carrillo (2011), ao declarar que não existe uma maneira única de entender a educação popular e que as suas diferentes definições remetem para contextos específicos e percepções das agentes envolvidas nos processos educativos. Entre inúmeras definições, Osório *apud* Carrillo (2011, p. 14) afirma: “A Educação Popular se define como uma prática social que trabalha, principalmente, no âmbito do conhecimento, com intencionalidade, objetivos políticos de contribuir com a construção de uma sociedade nova que responda aos interesses e aspirações dos setores populares.”⁶⁰

Frente às diferentes compreensões acerca da educação popular, torna-se importante reconhecer um “núcleo comum” perpassando estas definições, de forma explícita ou implícita, indicando valores e princípios constitutivos da educação popular, como sugere Carrillo (2011): a) uma leitura crítica da ordem social vigente, ao mesmo tempo problematiza o papel integrador defendido pela educação formal; b) uma intencionalidade política emancipadora frente à ordem social dominante; c) um propósito de contribuir com o fortalecimento dos setores dominados como sujeito histórico, capaz de protagonizar a transformação social; d) uma convicção de que a partir da educação é possível alcançar essa intencionalidade com uma atuação sobre a subjetividade popular; e) o desejo de gerar e empregar metodologias educativas dialógicas, participativas e ativas.⁶¹

Tomando como base os valores constitutivos da educação, é preciso ressaltar que, inicialmente no Brasil, depois grassando pela América Latina e pelo mundo afora, Paulo Freire, na

59 Tradução livre da pesquisadora.

60 Tradução livre da pesquisadora.

61 Tradução livre da pesquisadora.

contemporaneidade é reconhecido como a referência para a primeira proposta pedagógica de educação popular. Carrillo (2011) sintetiza e desenvolve quatro dimensões da pedagogia freiriana: a) educação é conhecer criticamente a realidade; b) educar é comprometer-se com a utopia de transformação da realidade; educar é uma prática política; c) educar é formar sujeitos para a transformação da realidade; d) educar é diálogo.⁶²

Dentro dessa linha de pensamento, Adams reflete: “a relevância da educação popular na América Latina observada na contramão de uma educação hegemonicamente capitalista, que [...] assumiu a tarefa de treinar, ensinar destrezas, adaptar homens e mulheres ao mundo que aí está”. (Adams, 2010, p. 15). Para tanto, apoia-se na própria crítica feita por Freire para quem a educação “Na visão pragmático-tecnicista [...] o que vale é a transferência de saberes técnicos, instrumentais, com que se assegure boa produtividade ao processo produtivo” (Freire, 2000, p. 95). Ao mesmo tempo, Adams assume: “A educação popular, como prática socioeducativa, propõe-se a contribuir com processos de emancipação social e tem como tarefa não a mera transmissão” (Adams, 2010, p. 16). Já na ótica de Brandão, trata-se da “[...] produção do conhecimento, a defesa de uma educação para a liberdade, pré-condição da vida democrática, a recusa do autoritarismo, da manipulação, da ideologização” (Brandão, 2003, p. 213).

Dado sua natureza histórica, dinâmica, complexidade e ambiguidades, na atualidade algumas questões novas ou antigas são levantadas a respeito da educação popular junto aos movimentos, às práticas e aos processos formativos. Dimensões teóricas, práticas, metodológicas, políticas e éticas. O Grupo de Pesquisa em Extensão Popular (Extelar), vinculado ao Núcleo Interdisciplinar de Educação Popular e Economia Solidária (NUPLAR), da Pró-Reitoria de Extensão da UFPB é uma referência importante.

Cruz (2020), por exemplo, sustenta que para compreender a educação popular, torna-se fundamental olhar para a concepção popular e a atitude popular. Para esse pesquisador do Extelar, “[...] o popular da educação popular constitui uma concepção que carrega consigo um profundo significado de cunho epistemológico, político, social e ético”. (Cruz, 2020, p. 23). A concepção de popular, por isso, é problematizada e ressignificada na medida em que “implica pensar na perspectiva do conhecimento e de sua produção, na visão de organização da sociedade, nas relações humanas e nas sociabilidades, e, fundamentalmente, na postura e nos princípios de cada pessoa no agir cotidiano”. (Cruz, 2020, p. 24).

Ao aprofundar o conceito de popular, Cruz (2020) entra em conformidade com a contribuição de Melo Neto (2014), para quem:

Algo pode ser popular se tem origem nos esforços, no trabalho do povo, das maiorias (classes), dos que vivem e viverão do trabalho. Mas, a origem apenas não basta. Algo é popular se tem origem nas postulações dos setores sociais majoritários da sociedade ou de setores comprometidos com suas lutas, exigindo-se que as medidas a serem tomadas beneficiem essas maiorias. [...] Ser popular é ter clareza de que há um papel político nessa definição. Essa dimensão política deve estar voltada à defesa dos interesses dessas maiorias ou das classes majoritárias [...] Ser popular, portanto, significa estar relacionado as lutas políticas com a construção da hegemonia da classe trabalhadora (maiorias), mantendo o seu constituinte permanente, que é a contestação. É estar se externando através da resistência às políticas de opressão e adicionadas com políticas de afirmação social (Melo Neto, 2014, p. 28-30).

Ao ser referir sobre relação da ação popular com a construção de direção política e o fazer político, o exercício da cidadania crítica, Melo Neto prossegue,

Uma ação é popular quando é capaz de contribuir para a construção de direção política dos setores populares que estão à margem do fazer político. Contudo, esse fazer político pode se expressar de várias maneiras ou através de diferenciadas metodologias. A metodologia que confirma algo como popular vai no sentido de promover o diálogo entre os partícipes das ações, e, sobretudo que seja contributiva ao processo de se exercer a cidadania crítica. Cidadania que se constitua como um exercício do pensamento, na busca das questões com as suas dimensões positivas e negativas contidas em qualquer ente de desejo de análise (Melo Neto, 2014, p. 28-30).

Vemos que, de acordo com a exposição acima, em educação popular, não é suficiente elaborar teorias, falar sobre educação popular, ter o domínio dessa concepção educativa. Torna-se indispensável que o discurso e as concepções adquiram materialidade na prática social. Trata-se para além de uma visão de mundo, uma postura humana e social recorrente no cotidiano dos sujeitos envolvidos. Um compromisso diário de antecipação do ideal societário em que se acredita.

Isto posto, Cruz (2014) ao refletir sobre a obra do educador Alder Calado, apresenta as atribuições atuais da educadora popular, conforme são descritas por Calado (2020), nas quais se revela uma metodologia do fazer social da educação popular. E, ao mesmo tempo, são saberes e fazeres necessários para o enfrentamento e superação dos desafios presentes nos processos educativos atuais. Constituindo-se, evidentemente, de nosso maior interesse frente às sujeitas com quem convivemos, trabalhamos e fazemos esta e outras pesquisas.

Em suas palavras, são tarefas constituintes do ser do (da) educador (a) popular: recuperar e fortalecer, nas micro e microrrelações do dia a dia, o horizonte classista; investir maciçamente, e de forma crescente e qualitativa, no processo de formação contínua do conjunto dos seus membro; revisitar densos relatos históricos do processo

educativo entre os povos indígenas, bem como os bons clássicos da Pedagogia Socialista, além dos teóricos atuais da Educação Popular, não com o objetivo de reproduzi-los, mas de, neles e nelas colher inspiração na perspectiva de reinventar práticas e caminhos alternativos aos desafios de hoje, à grade de valores dominantes; exercitar a memória histórica; superar a armadilha dos instrumentos da Democracia burguesa; pôr em prática, como ponto de honra, o mecanismo de alternância ou rodízio de cargos e funções, permitindo a quem é de base ter acesso a funções e cargos de coordenação, e a quem já cumpriu funções administrativas ou coordenação voltar a atuar na e como base; articulado ao mecanismo da alternância de cargos e funções, cumpre sublinhar o processo de radicalização democrática ao interno dos Movimentos, de modo a implicar, por exemplo, a descentralização das decisões, por meio da atuação orgânica e decisiva dos organismos de base, qualquer que seja o nome que se lhes dê (conselhos, células, brigadas); promover o exercício das artes em suas mais distintas expressões, favorecendo a descoberta e o desenvolvimento dos talentos a serviço do coletivo; intimamente ligado ao exercício das artes, tão ao gosto da Educação Popular, importa, de um lado, fazer um bom uso das múltiplas linguagens (música, poesia, teatro, desenho, fotos, vídeos), superando a tendência tão generalizada do monopólio da oralidade ou da escrita, perpetuando uma das menos felizes heranças ocidentais; aprimorar o exercício das relações de espacialidade, tanto as que se referem ao cuidado do Planeta, quanto às que dizem respeito às características culturais ligadas às procedências regionais (Calado, p. 27- 28, 2020).

Dado que já descrevemos amplamente o contexto, a realidade social, econômica e política na qual se movem as sujeitas individuais ou coletivos participantes desta pesquisa, convém ainda enfatizar outra dimensão fundante do saber e fazer da educação popular. Referimo-nos à realidade social como ponto de partida da construção da educação popular.

À exemplo de outras educadoras, Cruz (2014) assevera “que não podemos falar de uma atitude popular sem pensar a imersão na realidade social como ponto de partida da pesquisa, da formação e da ação social” (Cruz, 2014, p. 29). Temos demonstrado reiteradamente nossa inserção na realidade e ponto de partida desta pesquisa. Evidenciado as perturbações que se transformaram em inquietantes perguntas de pesquisa que emergiram de nossa prática social.

É certo que todas as pessoas já estão inseridas numa dada realidade, porém nem todas as pessoas inseridas em determinada realidade detêm a consciência dessa inserção. Trata-se do fenômeno da alienação do mundo concreto. Em razão disso, Cruz (2014) demonstra o quão necessário é a inserção consciente na realidade. Dessa forma, é fundamental olhar para o concreto e desafiar-se a conhecê-lo, transformá-lo em vista do bem viver; escutar as pessoas com suas diferentes percepções sobre a realidade. Enfim, é preciso compreender que essa realidade se apresenta em movimento, é complexa, multifacetada, densa de condicionamentos sociais, conflituosa; para, então, trazer a possibilidade de mudança.

Paulo Freire (1979, p. 19) apontou para o estar e agir popular no mundo ao afirmar: “O compromisso, próprio da existência humana, só existe no engajamento com a realidade, de cujas ‘águas’ os homens verdadeiramente comprometidos ficam ‘molhados’, ensofados. Somente assim o compromisso é verdadeiro”.

Resumidamente, no que se refere à reflexão acima estribada na categoria “educação popular”, entendemos que ela é o mínimo necessário para demonstrar a intencionalidade que perpassa esta pesquisa, quer dizer, movida pela e na educação popular que proporcione um conhecimento para a transformação da realidade. Tem em vista ainda o fortalecimento de uma práxis transformadora. Um agir diante de condições nas quais as pessoas se encontram em situação de exclusão, de processos de vulnerabilidade, particularmente em situação de violência de gênero.

Pesa em nossos ombros a consciência do compromisso com a promoção humana, emancipação de pessoas, grupos e movimentos sociais. Consciente de que esta práxis social é tecida nos saberes, fazeres e nas sabedorias das sujeitas envolvidos em cada contexto e realidade. Nesses processos, nossa percepção de agente de mudança situa-se nos marcos teóricos e metodológicos que se contrapõem à colonialidade do poder, do saber e de gênero.

RECIPROCIDADE: "A ROCHA FUNDANTE DA SOCIEDADE"

Para refletir sobre a categoria "Reciprocidade" dialogamos a partir do livro de Gaiger (2016) *A descoberta dos vínculos sociais: os fundamentos da solidariedade*. No capítulo "*A ascendência do utilitarismo*", em posição antagônica à reciprocidade, o autor demonstra como o paradigma utilitarista foi se introjetando e se transformando no princípio liberal do modo capitalista de sociabilidade. Isso, inclusive, se deu sem uma planificação consciente, diz ele. Foi se inculcando nas mentes e constituindo fundamento da cultura moderna, justificando a ideologia do livre mercado.

Com efeito, o processo de desenvolvimento e consolidação do utilitarismo, segundo Gaiger, ocorreu por meio de "três camadas de profundidade e abrangência com que essa forma de representação do mundo foi inoculada e expandiu-se na sociedade moderna, principalmente em sua face política, estampada pelo Liberalismo" (Gaiger, 2016, p. 36).

Em primeiro lugar, a origem e expansão desta representação de mundo ocorreu pela publicação da obra de Jeremy Bentham (1748-1832), principal formulador desse paradigma, editada em plena Revolução Francesa, 1789, na qual são colocados os princípios

morais que configurariam o modelo de sociedade moderna fundada na razão e no progresso (Gaiger, 2016). Entenda-se por estes princípios morais liberais: a individualidade, a autonomia, a soberania e a potência do sujeito. Melhor dizendo, são postos os fundamentos do individualismo, base do paradigma utilitarista. Estão proclamadas as bases do movimento de emancipação do indivíduo e do progresso. No campo econômico, enfatiza-se a livre iniciativa enquanto motor da economia de mercado (Gaiger, 2016).

Abaixo, trazemos para a cena algumas das ideias defendidas por Jeremy Bentham, consideradas de vanguarda à época:

Livre-arbítrio, liberdade de expressão, igualdade entre os homens e mulheres, divórcio, descriminalização de condutas homossexuais, abolição da escravidão, fim à pena de morte, eliminação dos castigos físicos a adultos e crianças, respeito à integridade física dos animais, separação entre Igreja e Estado e, ainda, liberdade de iniciativa econômica. Considerava de extrema importância o aperfeiçoamento da educação e a reestruturação do sistema penitenciário, situando como pano de fundo dessas mudanças uma ampla reforma legislativa, no âmbito de um regime racional democrático cuja pedra angular seria o sufrágio universal (Gaiger, 2016, p. 17).

Conclui o autor que, com o triunfo do utilitarismo no campo social e econômico, o sistema do capitalismo sentiu-se armado confortavelmente para incorporar a doutrina do liberalismo econômico agora em sua fase de industrialização com vida longa a partir de meados do século XVIII e seguintes.

Em segundo lugar, ainda no século XIX, os princípios do Utilitarismo convertem-se em ideologia, segundo Gaiger, conforme o sentido atribuído por Antônio Gramsci: “uma concepção do mundo que corresponde à base material e às condições de formulação por um dado grupo social e pelas camadas intelectuais a serviço de sua própria personalidade histórica” (Gaiger, 2016, p. 39). Dito de outra maneira, essa ideologia é assumida pelas classes proprietárias e dominantes, que, por sua vez, passam a construir sua hegemonização junto às demais classes subalternizadas e exploradas.

No contexto desta nova supremacia paradigmática, as regras são determinadas e exclusivas ao nível da superestrutura, sem reconhecimento de alternativas, ou seja, “[...] quem intenta agir de outro modo ou infringe as regras do jogo do esforço individual e da livre concorrência, única via da qual se pode esperar o progresso e o bem-estar” (Gaiger, 2016, p. 39), são cobrados e jogados na vala dos excluídos, descartados ou indesejados pelo sistema do capital. Uma realidade atual, analisada por Bauman em *Vidas Desperdiçadas* (2005) quando, eloquentemente, afirma que o planeta está cheio da produção de “refugo humano”, “excessivos” e “redundantes” um produto inevitável da modernização e indissociável da modernidade.

Um terceiro nível de inculcação do utilitarismo, segundo Gaiger (2016, p. 40), “mais superficial e visível, afeta a sociedade quando o pensamento liberal se apresenta como uma ideologia pragmática, um programa de ação associado a uma estratégia política de exercício de poder”. Traduzindo na prática, dado a supremacia do sistema neoliberal globalizado, qualquer alternativa de organizar a economia não encontra qualquer interesse das instituições e empresas capitalistas, pois o modelo hegemônico de sociabilidade orientada pela lógica do livre mercado é inquestionável. Vale a tríade “indivíduo-razão-progresso” motor do desenvolvimento econômico moderno, demonstra Gaiger (2016, p. 42). O que predomina é a ideia do empresariamento, inclusive da educação e do empreendedorismo individual, valorizando-se o emprego por conta própria, relevância da micro e pequena empresa. O apelo constante decantado é “seja empresário de si mesmo”. Seria mais adequada, entretanto, neste contexto presidido pela lógica mercadológica, a expressão “salve-se quem puder”.

Transformado em ideologia pragmática, o Utilitarismo, é reproduzido cotidianamente ao insistir nos valores da liberdade, igualdade, ordem, progresso, livre iniciativa, liberdade de propriedade, concorrência, poder de consumo, poder de endividamento, em síntese, nos valores do livre mercado.

Em razão do exposto anteriormente, podemos indagar: qual a perspectiva de futuro do paradigma utilitarista? Conforme Gaiger,

O conjunto das ideias caudatárias do Utilitarismo encontrou terreno vasto e fértil para sua progressão na política e na economia, constituindo-se então o campo ideológico do Liberalismo [...]. Um corpo de ideias no compasso da história, capaz de oferecer respostas à primeira vista plausíveis para problemas candentes, numa perspectiva congruente com os interesses e a consciência nascente das classes dominantes em formação. Quando tais diretivas converteram-se em programa de Estado e base de relações entre as nações, suas premissas já não precisaram mais corresponder à realidade, pois passaram a determiná-la, a conformá-la, invertendo o sentido do movimento (Gaiger, 2016, p. 42).

Em contrapartida, observam-se diferentes reações no seio da sociedade civil e política, protagonizadas por povos, nações, forças políticas organizadas em partidos, manifestações de massa e de rua, organizações não governamentais, movimentos sociais em âmbito local, regional, nacional e internacional. A doutrina do Utilitarismo não pode ser vista como o receituário único a ser seguindo e a história tem mostrado que resistências, insurreições e alternativas à ideologia dominante têm se colocado na correlação de forças e projetos em disputa.

Em âmbito das relações de poder, podemos demonstrar o movimento de insubordinação à lógica perversa do paradigma de sociabilidade capitalista. Nos achados dos diários de campo da ITCP encontramos um relato do EES “Morenas do Divino”:

Houve um depoimento emocionante de uma cooperada que teve um AVC, causando paralisia em uma das suas mãos, dificultando sua vida social, mas no grupo das “Morenas do Divino” encontrou apoio, aconchego e respeito com sua situação de vida particular, trabalhando no seu ritmo (Diário de campo ITCP/UNIPLAC, 2017).

Embora o excerto acima aparente um depoimento simplificado, inadequado para fundamentar e justificar reações, resistências e lutas ao enfrentamento do sistema do capital, ele indica o protagonismo de uma mulher negra, empobrecida, com deficiência, acolhida por um grupo de economia solidária. Ela se mantém viva, trabalhando no convívio com outras mulheres e participando da vida social de sua comunidade. Em outras condições, ou dentro das regras da economia de mercado, essa mulher seria, seguramente, considerada improdutiva, indesejável e objeto de descarte.

Além disso, podemos destacar que mais recentemente, em muitos países latino-americanos, a economia de livre mercado encontra-se em disputa, é questionada e tem perdido lugar para outras formas de pensar, organizar a sociedade e a economia, bem como se relacionar respeitosamente com a natureza. É o caso, por exemplo, do que vemos ocorrer entre os povos andinos do Equador e Bolívia, na América Latina. A correlação de forças entre estes projetos – neoliberalismo e anti-neoliberalismo – tem sido visibilizado, exemplificativamente, na elaboração de Cartas Constitucionais e realização de eleições para executivo e parlamentos, obviamente, no contexto do modelo da democracia representativa burguesa, como são os casos de Argentina e Chile.

Por outro lado, a hegemonia da economia neoliberal que sustenta a sociabilidade humana tem, desumanamente, representado altos custos ambientais, tal qual a manutenção e o aprofundamento da desigualdade social. A abordagem neoliberal vale-se de novas formas de exploração, em função de uma economia cada vez mais capitalizada e virtualizada; fator – diga-se de passagem – desencadeante de profundas mudanças no mundo do trabalho, como já vimos no subitem *Metamorfoses contemporâneas do neoliberalismo*.

Nas frequentes crises criadas pelo sistema do capital cujo objetivo é o de se reinventar, o Estado é chamado para socorrer o capital e a defesa dos interesses das corporações ou do sistema

capitalista. Esse paradigma do capital carrega em suas entranhas as contradições, pois esse abutre não existe sem se nutrir da concentração de bens e riquezas resultante da exploração e consequente miséria daquelas milhões de trabalhadoras execradas pela lógica do livre mercado.

Mas, e aí, estamos diante do fim da história, sem visualizar alternativas de sociabilidade para a humanidade? Não! No final de sua análise neste capítulo acima, Gaiger (2016) pontua que para além do anúncio e pragmatismo do utilitarismo encarnado no liberalismo/neoliberalismo econômico,

[...] o liberalismo econômico defende o mercado autorregulado, mas tolera e mesmo exige a intervenção do Estado para garanti-lo, o que significa admitir que por suas forças intrínsecas o mercado não é capaz de instaurar-se e assegurar indefinidamente seu pretenso equilíbrio espontâneo. Sua liberdade precisa ser constantemente protegida (Gaiger, 2016, p. 50).

Em outras palavras, a lógica do livre mercado é um falso mito. É fantasioso. Observa Gaiger (2016) que “Inexiste propriamente um sistema livre e espontâneo de mercado, pois todo sistema depende de instituições e de regulação, mediante conexões com a esfera política e normativa” (2016, p. 50). E que “no interesse não repousa o único princípio do agir humano” (2016, p. 51), como pressupõe o utilitarismo. E passa advertir, “é preciso escapar do círculo utilitarista, atentar para dimensões da experiência humana postas entre parênteses” (2016, p. 51). Desse modo, torna-se um imperativo ético, resistir, construir alternativas sobre outros modos de organizar a sociabilidade, presidida pela ética da solidariedade, recusando, dessa forma, os princípios do utilitarismo, fundamento do neoliberalismo econômico hegemônico.

A TRAVESSIA PARA A RECIPROCIDADE: FUNDAMENTO DOS VÍNCULOS SOCIAIS

A bela epígrafe garimpada do clássico *A grande transformação* de Karl Polanyi, de 1944 traz de forma irônica a advertência aristotélica de que nossa condição humana se assenta na vida social. Embora os animais coexistam conosco em sociedade, ainda não atingiram o grau de consciência desenvolvida pelo ser humano. De modo que qualquer forma de dissociação ou exclusão, seja de uma ou mais pessoas da vida social e do bem comum, gera processos de negação de nossa humanidade. É o que temos constatado ao analisar a modernidade compreendida como recente estágio civilizacional no ocidente cujo cenário de organização da sociabilidade se encontra alicerçado nos princípios da ideologia do utilitarismo.

Sabemos, porém, que essa breve reflexão é insuficiente e incompleta. O que desejamos é marcar nossa intencionalidade. Associamo-nos a todas àquelas que resistem e se insurgem contra o “círculo utilitarista”. Pensar a contrapelo. Pensar em outra forma de sociabilidade humana. Desde nosso lugar epistemológico e metodológico cujos apontamentos já foram indicados neste estudo.

Em seu *Ensaio sobre a dádiva*, de 1924, o sociólogo e antropólogo francês Marcel Mauss chamou a atenção do mundo para a necessidade, como diz Adams (2010, p. 72, grifo do autor), de desnaturalizar a “economia de mercado como uma ideologia utilitarista que elege o *homo economicus* como a condição natural para os sujeitos existirem na história”. Nesse sentido, voltamos às reflexões de Gaiger, quando afirma existir outra economia que Mauss denominou de “economia do dom” cujo assento se encontra no paradigma da dádiva, isto é, na reciprocidade, fonte da constituição dos vínculos sociais e fundamento da solidariedade.

As consequências dos estudos de Mauss foram enormes, a tal ponto de Caillé (2002) queixar-se sobre a incompreensão que, todavia, persiste no campo da sociologia. Diz que ao se nominar Émile Durkheim, Karl Marx e Max Weber como fundadores da sociologia moderna, esquece-se ou ignora-se Marcel Mauss. Um dos fatos ilustrativos da relevância desse etnólogo francês, segundo Caillé, reside na *Revue du MAUSS* (Movimento Antiutilitarista nas Ciências Sociais) em torno do seu Ensaio da Dádiva de 1923/24 vivo nas ciências sociais até hoje.

Qual é a relevância do estudo de Marcel Mauss a esta pesquisa? Consiste em evidenciar que, em pleno período entre as duas grandes Guerras Mundiais, Mauss demonstrou em anos de trabalho, por densas e minuciosas pesquisas etnográficas de sociedades primitivas e modernas existentes em diferentes continentes, a origem do social, da sociedade humana e do desenvolvimento da condição humana sustentada pelo princípio da reciprocidade. O sociólogo denominou de dádiva – a obrigação de dar, receber e retribuir que se revelava na realização de rituais de trocas entre clãs, tribos, povos, sociedades, grupos humanos, cimentadas em relações de confiança, alianças, amizades e estabelecimento de vínculos sociais. Mauss denominou de “fatos sociais totais”, pois neles,

[...] exprimem-se, de uma só vez, as mais diversas instituições: religiosas, jurídicas e morais – estas sendo políticas e familiares ao mesmo tempo-; econômicas- estas supondo formas particulares da produção e do consumo, ou melhor, do fortalecimento e da distribuição-; sem contar os fenômenos estéticos em que resultam estes fatos e fenômenos morfológicos que essas instituições manifestam (Mauss, 2003, p. 187).

Na contemporaneidade, quem preside a vida social, as relações sociais, prescreve a “ética” e, assim, impacta em todas as dimensões da vida humana, é a economia capitalista de mercado, justamente o que vale é o *homo economicus*, ou seja, o proprietário, o produtor, o consumidor. Fora desta circularidade excludente e perversa, o ser humano é redundante.

As consistentes e contundentes considerações de Mauss no final do Ensaio do Dom são de uma indiscutível atualidade. Estão vivas na modernidade. Ele próprio anuncia que a dádiva estaria presente também na sociedade contemporânea e que “[...] essa moral e economia funcionam ainda em nossas sociedades de forma constante e, por assim dizer, subjacente, como acreditamos ter aqui encontrado uma das *rochas humanas* sobre as quais são construídas nossas sociedades” (Mauss, 2003, p. 188, grifos nossos).

Por sua extraordinária importância, é suficiente lembrar que, na passagem da década de 1940/1950, Lévi-Strauss elabora a *Introdução* e retoma a categoria da reciprocidade de Mauss em suas *Estruturas Elementares de Parentesco*, consolidando a abordagem estruturalista. Pierre Bourdieu, na década de 1960/70, desenvolve pesquisas inspirado em Marcel Mauss. São diferentes percepções em torno do princípio da reciprocidade visto como fonte de vínculos sociais e fundamento da solidariedade.

Devemos ressaltar, acima de tudo, o *Revue du MAUSS* (Movimento Antiutilitarista nas Ciências Sociais) cuja origem está na Escola Francesa no final dos anos 1970/80. Trata-se de um movimento inspirado nas manifestações políticas e culturais contestatórias de maio de 68 na França e em outras partes da Europa que busca difundir, aprofundar sobre outros ângulos o princípio da reciprocidade-dádiva, a “rocha eterna” fundante dos vínculos sociais, existente como objeto de investigação há quase cem anos depois e com repercussões em diferentes países, inclusive na América Latina. No ano de 2020, marcado pela pandemia do novo coronavírus, a Rede Nacional de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares realizou uma *live* na qual pesquisadoras brasileiras inseridas na economia solidária refletiram acerca da economia solidária à luz do *Ensaio sobre a Dádiva* mediado por MAUSS.

Allain Caillé e Godbout, entre outros inseridos nesse movimento, são referências com relevantes trabalhos fundamentos em Mauss. Esses autores denunciavam que as ciências sociais ainda não entenderam que no tríplice obrigação de dar-receber-retribuir, isto é, no sistema de troca-dom encontra-se o alicerce da sociedade primeira, conforme Caillé (2002). O que importa neste sistema de troca, antiutilitário, "é construir o laço social. O laço é mais importante que o bem, eis o que o dom afirma" aponta Caillé (2002, p. 10). Para esse autor o Ensaio do Dom não é coisa do passado.

No livro *Espírito da Dádiva* expõe a crucialidade da reflexão sobre o dom em nossos dias. Assim demonstra o estudioso:

[...] a sociedade primeira por uma parte, ainda está viva. E mais, por outra parte, sob forma do dom aos estrangeiros e aos desconhecidos, a sociedade moderna dá origem a novas formas de dom que vem compensar a frieza e o caráter impessoal da sociedade secundária, do mercado, do Estado e da ciência (Caillé, 2002, p. 10).

Uma contribuição relevante do MAUSS (Movimento Antiutilitarista nas Ciências Sociais) é pensar a troca-dádiva como alicerce do que se chama de terceiro paradigma societário. Consoante Caillé (2002) isso não interessa para pensar alternativas ao modo capitalista de sociabilidade hegemônica. O autor entende que as ciências sociais se dividem em dois grandes paradigmas, "o paradigma individualista, que imagina explicar a totalidade social tomando o indivíduo como ponto de partida e o paradigma holista, que pensa em fazer o contrário" (Caillé, 2002, p. 12). No primeiro paradigma, desponta o apelo ao indivíduo egoísta, utilitarista, interesseiro; temos analisado o fracasso retumbante desse sistema expresso pelo modo de produção capitalista hegemônico. No segundo, o holista, há a tentativa simétrica individualista de explicar todas as ações individuais ou coletivas analisando-as como outras tantas manifestações da dominação exercida pela totalidade sobre os indivíduos. Este segundo paradigma expressava-se nas experiências do socialismo

real que teve na queda do Muro de Berlim, em 1989, sua expressão de fracasso, mas em nosso entendimento, sem esgotar suas possibilidades históricas.

Há, ainda, um terceiro paradigma que reside na reciprocidade/dádiva, na qual a ação social se funda na obrigação (vínculo), voluntária, espontâneo, amizade e solidariedade (Caillé, 2002). Obviamente que esse paradigma se fundamenta na descoberta de Marcel Mauss, uma moral e uma economia que se identifica com a natureza humana, sua condição e possibilidade de seu desenvolvimento.

Convém brevemente fazer uma digressão, ao trazer o depoimento de nossa participante da pesquisa, integrante de um EES, Violeta Parra, ao se referir à dimensão de bem-estar que um empreendimento econômico solidário pode proporcionar, apontando para o terceiro paradigma societário.

Eu me senti bem, outro dia, me senti bem feliz, porque elas disseram para mim, que elas se sentem muito bem no grupo, porque o grupo dá um suporte para elas poderem dizer os sentimentos e dizer também o que elas querem na vida. Não é só ficar ali ganhando um pouco dinheiro, mas quando saírem um dia e arrumar um emprego e praticar o que elas aprenderam ali. Isso, para mim, foi bem gratificante!

Godbout (1999), como outro integrante do movimento antiutilitarista, reflete na perspectiva de fortalecer o princípio da reciprocidade/dádiva como um novo paradigma. Sua reflexão parte do contexto da sociedade canadense e tem por concepção o Estado do Bem-estar Social. Insiste no fato de que o paradigma da reciprocidade-dádiva vem problematizando e provocando os demais paradigmas existentes – individualista e holista –, e se coloca como antagonico ao modelo mercantil utilitarista.

Chama atenção um pensamento de Godbout (1999) quando demonstra que se o mercado se baseia na liquidificação da dívida, a dádiva, ao contrário, se baseia na dívida. Isso pode ser observado

na contemporaneidade nos laços primários, nas relações de parentesco, na doação de órgãos ou a um desconhecido. “Eu recebi muito mais do que dei”, parece uma expressão orientadora da concepção de reciprocidade/dádiva, no pensamento desse autor.

Para Godbout (1999), a dádiva estabelecida entre parceiras cria uma situação de dívida, negativa ou positiva, no entanto diferente de uma lógica contábil. É um estado, no qual cada um considera que, em termos gerais, recebe mais do que dá. A hipótese de seu livro *O espírito da dádiva* (1999), “não é mais do que o desejo de dar, é tão importante para compreender a espécie humana quanto o de receber” (Godbout, 1999, p. 29). Afinal, a dádiva é essencial, pois sua função é fazer circular toda espécie de bem, criando vínculos, e isso é fundamental em toda a sociedade.

Godbout (1999, p. 84) ainda aponta inúmeros argumentos que mostram como a sociedade moderna não pode negar a reciprocidade/dádiva, descoberta no ensaio de Mauss. A dádiva não pode mais ser tratada como tabu. Não a vê quem não quer. Aí que nosso autor passa a mostrar a dádiva sendo experimentada em vários espaços da sociedade civil (no nascimento, nos filhos/as, cônjuges, na herança, nas conversações, nas amizades, nos presentes, na família, na vida em geral), constituindo um sistema social como mostrou Marcel Mauss. É significativa sua reflexão da reciprocidade/dádiva mesmo entre estranhos, sobretudo nos grupos de ajuda mútua.

Enfatizamos, por último, uma contribuição específica de Godbout (1999) que é pensar o papel do Estado enquanto uma instituição mediadora de dádivas. Mostra que na sociedade moderna expressiva proporção de coisas, serviços, políticas públicas, circulam pelo Estado, pela esfera pública.

Para esse autor, contudo, o Estado não pertence à esfera da dádiva. O teórico nos faz notar que o Estado media reciprocidade-dádiva; a saber, por exemplo, a doação de sangue, a doação de órgãos.

Godbout (1999) reitera a importância da reciprocidade-dádiva e justifica a relevância dos estudos e considerações críticas de Marcel Mauss. Diz que o antropólogo estava no caminho certo quando encontrou a dádiva nas sociedades arcaicas e afirmou sua presença na sociedade moderna. Para Godbout (1999), por conseguinte, a reciprocidade/dádiva está presente por toda parte, na sociedade civil, no mercado e no Estado, embora não se confunda com a lógica atual do mercado, tampouco com a do Estado capitalista.

Após a reflexão acerca do que denominamos de travessia para a reciprocidade, os fundamentos para a solidariedade, tendo por referência o Ensaio sobre a Dádiva, acompanhados de alguns aportes do MAUSS (Movimento Antiutilitarista nas Ciências Sociais), podemos inferir isto: desde as sociedades primitivas ou arcaicas de nossa espécie, identifica-se a presença dos vínculos sociais entre os seres humanos. Eles se constituem nos fundamentos da solidariedade. Adjetivado como uma das rochas fundante do social, revelam o primado de nossa interdependência. Tendemos à cooperação por nossa condição humana incompleta e em desenvolvimento contínuo.

Como observa Gaiger (2016, p. 56, grifo noso), “[...] a vida humana não pode senão ser concebida como um acontecimento de *seres sociais*, que para viverem contraem vínculos recíprocos”. Quer queiramos ou não, estamos permanentemente envolvidos em alguma forma de sociabilidade, acompanhados de um dilema a ser assumido “[...] entre confiar e não confiar nos outros, entre arriscar-se em uma lógica de aliança e de certa gratuidade ou não” (Caillé *apud* Gaiger, 2016, p. 57).

Se o modo de produção capitalista, alicerçado no paradigma utilitarista rompeu com os vínculos sociais e interrompeu o fluxo da cooperação e da solidariedade humana, reduzindo a vida à economia de mercado, a história permite pensar que ele pode ser novamente contraposto, por meio de paradigmas societários condizentes com nossa condição humana. Eis o desafio da travessia em curso,

isto é, do utilitarismo individualista, para o horizonte de uma sociabilidade fundada na cooperação, na solidariedade, na convivência respeitosa com a natureza e em uma economia voltada para as necessidades humanas.

Esse caminho não se coloca como uma invenção de agora. Nem pretendemos tropeçar nas pedras do subjetivismo e do idealismo, tampouco em visões romantizadas da dádiva. Mas, historicamente, ele tem sido trilhado e retrilhado. Gaiger (2016) termina seu livro com o capítulo *Um horizonte metautilitarista* apontando para o desafio contemporâneo de enfrentamento à ideologia utilitarista. Reflete exaustivamente nas razões que estimulam o associativismo no campo da economia solidária. Vale destacar que o autor procura sustentar a ideia de que não se pode reduzir a economia solidária a uma resposta exclusivamente econômica. Nela pode-se identificar a inegociável condição da interdependência e outras necessidades da condição humana. “Deixa os vínculos sociais visíveis a olho nu” (Gaiger, 2016, p. 233). Concluindo, a economia solidária, contém e é construída com base na dádiva, podendo identificar em seu movimento o “fato social total”. Ela, porém, não garante certeza futura de mudança substantiva, mesmo que tenha o mérito de nos tirar do conformismo.

Em nossa pesquisa de campo, encontramos inúmeras razões que motivam as mulheres participarem da economia solidária. Mariátegui enquanto representante do Fórum Catarinense de Economia Solidária enumera:

Primeiramente é a questão do encontro, estar no empreendimento, na produção ou na feira comercializando, é o momento de escape, é o momento de respirar. Faz bem para elas, posteriormente vem a questão econômica, que acaba sendo uma renda extra para essas mulheres ou até mesmo a renda principal. Acredito que o fato delas permanecerem no grupo é esse processo de se encontrarem com outras mulheres, depois começam a se descobrirem naquele empreendimento, descobrem que tem habilidades, que

tem conhecimentos e que o conhecimento delas é válido; que o conhecimento delas é utilizado naquele grupo e que elas são donas de si, donas do seu corpo, donas das suas ações, donas daquele empreendimento também. Então, acho que esse processo de pertencimento ao grupo é que faz muitas vezes elas permanecerem na economia solidária. Acho que o sentimento de pertença é o sentimento que rege todo o processo de permanência delas no grupo.

Por ordem das ideias, a primeira razão é o “encontro” de mulheres com outras mulheres, quando o grupo passa a se constituir em espaço de sociabilidade, de diálogo, alterando a rotina cotidiana. Segunda, o empreendimento torna-se uma mediação pedagógica educativa, uma vez que possibilitando tempo de encontro, diálogo, essas mulheres têm oportunidade de suspender o cotidiano tóxico e fazer a “experiência da deriva”, saindo da “gaiola de aço” encerrada no espaço doméstico ou na sociedade, como reflete Michel Lõwy, citando Marx Weber. Quando essas mulheres, então, praticam o “escape”, em outras palavras, podem desabafar, rir, chorar, cantar e encantar-se com as companheiras e com a vida.

Em um mundo agitado, ameaçador, violento, suspender o cotidiano se tornou extremamente necessário, saudável e pedagógico, como demonstra Mariátegui. Não significa sair da realidade, sair do mundo, mas fazer a catarse necessária pelo afastamento e retorno ao cotidiano. O que deve ser evidenciado, todavia, nesse depoimento é a descrição do que pode gerar a permanência das mulheres no grupo de economia solidária. É algo revolucionário. Elas se descobrem sujeitas protagonistas capazes, suas habilidades valorizadas, seus conhecimentos ganham notoriedade; afinal, o trabalho quando reduzido ao espaço doméstico como é o caso de inúmeras mulheres que transitam para a economia solidária, logo é naturalizado e daí nem sempre reconhecido. As expressões “dona de si”, “dona de seu corpo”, “dona de suas ações”, indicam que antes ou fora do grupo, estas mulheres são negadas, apropriadas por outrem, que se colocam como proprietários mandantes de suas vidas. Eis a “gaiola

de aço”, da qual fazem no empreendimento a experiência de resistência e de libertação que, por seu turno, as fazem permanecer no grupo. Note-se que a questão econômica parece não ter a proeminência na percepção do participante da pesquisa. Mas, obviamente, trabalho e renda são condições necessárias na conquista da emancipação. Por fim, não precisamos mais reiterar a relevância dos vínculos sociais, da reciprocidade (fundamentos da solidariedade), pois isso foi apontado por Gaiger (2016) e evidenciado também por Mariátegui.

Em nossas andanças pelo campo empírico da pesquisa José Martí e Frida Khalo integrantes e mediadoras da roda de conversa do EES Casa de Marias⁶³ relataram razões que os estimulam a participar do grupo:

O que me motiva estar no grupo, é o fato de eu não me sentir sozinha. Pelo fato de eu ser uma mulher trans, existe muita dificuldade, muito preconceito, difícil sair na rua sozinha. Eu me sinto bem, estando no grupo, estou com pessoas que eu gosto, fazendo coisas que eu gosto.

Outra participante explicitou:

O que me motiva é estar rodeada de pessoas que não se importam o que você é ou faz. Estar no grupo é uma formação. Em que momento da minha vida eu estaria pensando, que estaria em uma reunião de um projeto, eu com 17 anos, tendo aqui do meu lado uma mulher trans, com 15 anos? É isso que diferencia, isso que chama atenção, que motiva. É ver essas pessoas, por mais que passem por toda violência, estão felizes. Estamos felizes e nos sentindo bem onde estamos.

Ainda:

Enquanto homem gay, ser humano, estou com pessoas me apoiando, me ajudando, não me deixando sozinho, não me colocando para baixo. Me motiva estar com essas pessoas

63

Conforme já explicitado no capítulo 2, o EES Casa de Marias realizou a roda de conversa via Google Meet na qual participaram 8 pessoas.

que me fazem bem, e me fazem ser quem eu sou. Só agregam valor, afeto, sentimento. Essa construção me faz ser quem eu sou, enquanto homem gay.

Frida Khalo reitera:

É isso que me motiva, ver que meus filhos, a minha família construída, digamos; porque a outra me abandonou, abandonou a gente e não quis mais ter contato. Mas, isso não nos impede de continuar vivendo e batilhando, levando essas coisas que a gente 'tá' vivendo. Não são só essas pessoas que estão aqui agora, que você 'tá' vendo, Jô, esse grupo tem muito mais pessoas. Essa é uma pequenina parte do nosso grupo, do nosso trabalho, mas que tem muito mais a contribuir do que nos tirar. Por isso continuamos firme.

José Martí conclui:

*Só reafirmar nosso compromisso, porque, eu acho que mais do que o compromisso institucional tem esse nosso compromisso ético, de vida, compromisso solidário que vai além do que você representa. Sempre tentamos olhar o ser humano, como ser humano, não olhar como objeto. Às vezes vamos tão direcionados, mas temos de manter esse espírito solidário. A economia solidária tem que evocar mais e mais essa **solidariedade radical**, não dá mais tempo de ficar ensebando, ficar em cima do muro. Temos que cada vez mais assumir isso. Como instituição e gente, estamos juntos, não só para construir isso, mas outras coisas. Seguir nessa proposta, nesse mutirão. Temos o desafio de pensar coletivamente, sair das nossas bolhas (Grifo nosso).*

Os empreendimentos econômicos solidários são organizações históricas, sociais, culturais e concretas. Encontram-se inseridos na sociedade, no modo de sociabilidade hegemonicamente capitalista. No caso da sociedade brasileira, sua configuração histórica foi engendrada pela e na colonialidade, no sistema escravocrata, patriarcal e machista. Um paradigma societário produtor e mantenedor da desigualdade social. Criador e transmissor de uma cultura na qual não percebe as diferenças sem inferiorizá-las.

É desse contexto social, econômico, cultural e político que se colocam as integrantes do “Casa de Marias”. É um empreendimento no qual se agregam empobrecidas, descartadas, banidas, redundantes, “sem lugar” na sociedade. Encontraram na economia solidária, razões para resistir e enfrentar o preconceito, estereótipos e outras formas de violência. Suas narrativas são enfáticas. Reunir-se e manter-se no grupo é fazer a travessia da vida solitária para a sociabilidade com pessoas de condições semelhantes; transitar da homogeneidade padronizada de raça, de gênero e de sexo imposto pela sociedade, para o acolhimento, proteção e cuidado ali encontrado e experienciado; um grupo social, sem idealizações, pois ali também habitam “bolhas” ou ilhas sociais. Afinal é um agregamento de humanos. É, no entanto e sobretudo, um espaço de vida social onde tem lugar a diversidade, a liberdade, o diálogo, a interação; onde se exercita a experiência do vínculo social, da solidariedade.

Conforme afirmam as narrativas estudadas até este ponto, não obstante, o sofrimento e a violência não encontraram nesse espaço o seu fim. Trata-se de um grupo inserido na sociedade e, por isso, tem seus reflexos. “Casa de Maria” apresenta-se com múltiplos significados, como lugar de refúgio, reconhecimento de subjetividades, bem viver, proteção ainda que relativa, um “oásis” onde seus integrantes encontram ânimo e sentido para se manterem vivos, melhor sobrevivendo. Seus membros compartilham valores como ética, solidariedade radical olhando o “ser humano como humano”. O cenário desse grupo de economia solidária evoca o pensamento de D. Hélder Câmara, ainda em minha memória, “o ser humano é como a cana de açúcar, mesmo quando levado a moenda e reduzido a bagaço, ainda apresenta doçura”.

As narrativas das mediadoras desta roda de conversa realizada no empreendimento “Casa de Marias” permitem afirmar que o grupo se constitui dialeticamente como lugar de vida, mediação pedagógica para processos formativos voltados à humanização e emancipação social. Os depoimentos são contundentes e perturbadores.

Eles são evidências de que a participação de mulheres na economia solidária pode se configurar como uma estratégia adequada para o enfrentamento das violências de gênero contra as mulheres. Participar e integrar um grupo de economia solidária, a exemplo deste, implica na criação e fortalecimento de vínculos sociais pelos quais emerge a presença da dádiva, dar-receber-retribuir, o princípio fundamental da solidariedade. Uma solidariedade radical. Neste sentido e nestas condições, a premissa de nosso estudo se confirma, mas não desacompanhada de ambiguidades, incongruências e contradições. Vimos que embora as participantes da “Casa de Marias” manifestem satisfação, experimentem o acolhimento, cuidado, afeto e proteção por parte de seus membros, a vida segue, os sofrimentos e dores persistem, porquanto o que seus integrantes anunciam é a continuidade da luta alicerçada no coletivo, no grupo cuja identidade é a economia solidária.

Em outro sentido, a nossa premissa tecida nesta tese, tem sua relatividade. As barreiras encontradas no enfrentamento da violência de gênero são estruturais e conjunturais. Estruturais, porque implicam na mudança do projeto societário patriarcal/machista e da sociabilidade sob a lógica hegemônica do sistema do capital; são conjunturais na medida em que se impõe a luta antirracista, o combate às violências de gênero, preconceitos e estereótipos. Estratégias são fundamentais, contudo, não prometem milagres, visto que são geradas na e pela luta contínua. São processuais, dinâmicas a exigirem persistência individual e coletiva. As estratégias como a participação na economia solidária são ferramentas, meios e não fins para se atingir objetivos a curto, médio e longo prazo. Veremos a seguir que a educação popular é uma forma de mediação indispensável para atingir esses fins.

PARTICIPAÇÃO POPULAR E EMANCIPAÇÃO SOCIAL: UMA INTENCIONALIDADE POLÍTICA

A sociedade brasileira tem longa história contraditoriamente de negação e afirmação da participação social no exercício da cidadania e construção da democracia. Carvalho (2002), ao fazer uma retrospectiva histórica do período da Independência (1822) ao período da Redemocratização (1985), demonstra os primeiros passos, avanços e retrocessos dos direitos de cidadania. A Constituição Federal de 1988 elevou os direitos sociais, políticos, econômicos, coletivos e o Estado de direito a um patamar de alta relevância para o povo brasileiro. Significou a coexistência dos modelos de democracia representativa e da democracia participativa.

Azevedo (2013, p. 345), assevera que

Vários autores, a exemplo de Avritzer (2002) e Santos (2002), afirmam que, dentre os países da América Latina, é no Brasil que se manifestam mais claramente as potencialidades da participação da sociedade no processo de decisão, mediante o compartilhamento do poder decisório do Estado em relação às questões relativas ao interesse público, isto é, à expressão mais bem elaborada da democracia participativa.

Acrescenta que

Assim, a Constituição de 1998 (Brasil, 2000) absorveu, em vários de seus artigos, as propostas que levaram ao fortalecimento da influência dos atores sociais no processo decisório em diversas instituições. A participação das associações civis na implementação das políticas de seguridade social resultou em várias experiências concretas de democracia participativa nas cidades, a exemplo do orçamento participativo, diferentes fóruns de participação popular, além dos conselhos gestores de políticas

setoriais deliberativas e de controle das políticas públicas que se disseminaram por todo o país como forma nova do exercício da cidadania (Azevedo, 2013, p. 345).

A expressão “rasgaram mais uma vez a Constituição” tem sido utilizada para afirmar a negação das conquistas inscritas na Carta Magna, sempre que o executivo governa por decreto, medidas provisórias e/ou o legislativo aprova uma emenda constitucional retirando direitos da população. É que a formalização daqueles direitos não significou a garantia do seu exercício. Souza (2017), ao refletir sobre a origem identitária da nação brasileira, faz uma inflexão frente à interpretação sócio-antropológica tradicional – que afirma nossa origem e continuidade na base sociocultural colonial portuguesa, e passa a mostrar que “nossa origem é na escravidão”.

Em sua perspectiva analítica, a nação brasileira engendra-se no bojo da opressão, da desigualdade social, do desprezo e de ódio dos habitantes da casa grande contra os ocupantes da senzala, onde se enovelam classe social, etnia e gênero. Esse passado pesa sobre o presente, uma vez que continuamos o país da desigualdade social, uma sociedade cindida por uma “elite do atraso” e uma maioria denominada de “ralé de novos escravos”. É impossível negar que é na luta de classes – e não na corrupção como grupos dominantes repetem diariamente – que têm origem as sucessivas crises sociais, econômicas, políticas, jurídicas da sociedade brasileira contemporânea. Um fato que evidencia essa situação é a nação dividida nas eleições presidenciais de 2014 e no golpe parlamentar, jurídico e midiático sobre o governo Dilma Rousseff (2014 - 2018).

Neste contexto, os termos participação e emancipação social são ressignificados pela sociedade civil organizada, particularmente, pelos movimentos sociais do meio urbano e rural. Adams (2010) aprofunda essas categorias no campo da educação popular. “A palavra emancipação tem origem no termo latino *“emancipare”*, composto por *“ex”*, que significa: fora de, não mais...; e *“mancipium”*, que

significa escravo indivíduo dependente” (Adams, 2010, p. 43). A partir desta etimologia, o autor conclui: “Portanto, emancipar significa liberdade concedida, adquirida ou conquistada” (Adams, 2010, p. 43).

Assumimos nesta investigação, partindo do enunciado acima, o conceito apresentado por Adams (2010, p. 43),

Emancipar-se significa [...] livrar do poder exercido por outros, aceder à maioria de consciência, capacidade de conhecer e reconhecer as normas sociais e morais. É o contrário de dependência, submissão, alienação, opressão, dominação, falta de perspectiva. Sugere um sujeito coletivo capaz de atuar com autonomia e liberdade (Thiollent, 2006), e não concessão de quem quer que seja.

Na perspectiva dos movimentos sociais, a emancipação social não vem “de cima”, não é concessão do Estado, tampouco formalizada, sendo impossível acontecer nas democracias representativas. Ela vem “de baixo”, de organizações ou redes de organizações, movimentos da sociedade civil, da participação política não eleitoral, embora mantenham articulações com partidos políticos, conselhos, gestores etc., que são organizações intermediárias entre sociedade e Estado.

Violeta Parra, expressa a potência da participação na economia solidária enquanto mediação de emancipação social ao encorajar-se, por exemplo, no exercício da palavra e do argumento.

Eu acho que os políticos ainda não entendem muito sobre Economia Solidária, porque quando a gente foi ‘na’ Câmara de Vereadores, poucos vereadores cumprimentaram a gente, eles olhavam assim com um olhar bem estranho quando falava que era do Grupo Art ‘Mulher. Inclusive, veio um vereador pedir voto e eu disse assim, para esse vereador eu não voto. Aí a mulher, a assessora, ficou apavorada e disse “Por quê?” Eu falei, porque quando ele foi dizer adeus para a gente lá na Câmara de Vereadores ele virou a cara e não cumprimentou a gente, agora você vem cumprimentar e pedir voto para ele, eu não voto nele!

A mulher ficou bem louca, não, não é isso! Eu disse, é isso sim, tinha mais uma outra pessoa do grupo e confirmou. Eu digo quando tem que falar, falamos sobre política, mas daí eu sou muito crítica. Mas se eu acho que vai dar briga, e acabo ficando quieta.

No mundo do trabalho no qual são travadas lutas e interesses entre capital e trabalho, a participação e emancipação implicam na conquista e garantia de direitos bem como a própria superação da luta de classes. Sujeitas que sofrem as consequências da desigualdade passam a participar de organizações e movimentos sociais, tendo em vista a transformação de suas condições desumanas para condições humanas e dignas de vida.

Convém ainda destacar que o conceito de transformação social que assumimos está relacionado a uma concepção freireana, na qual o comprometimento e engajamento na e com as lutas do povo oprimido são condições necessárias para a intervenção na estrutura social, histórica e política. Dá-se na medida em que as sujeitas tomam consciência de que a ação transformadora pode possibilitar a compreensão do papel de cada uma no mundo e que combater os propósitos e a dinâmica neoliberal é um problema que deve ser enfrentado de forma coletiva.

A história tem mostrado e reiterado que no modo de produção capitalista, a participação tem limites e a emancipação social é para aquela minoria que consegue competir com os interesses e ideais capitalistas. Para resumir, a ordem das relações capitalistas com os meios de produção impede a emancipação social e reivindica na divisão social do trabalho apenas a força de trabalho para executar as funções de seu interesse. Por isso, ao longo desta investigação, defendemos uma participação e emancipação social como obra individual, coletiva e solidária.


Violeta Parra reflete a respeito do empoderamento de mulheres que passaram pelo EES Art'Mulher e transitaram para o emprego formal:

Teve mulheres que trabalharam no grupo que hoje estão numa empresa. Uma delas chegou falando na entrevista que trabalhava no Grupo Art' Mulher e foi uma das descrições que eles descreveram na entrevista dela, que ela sabia trabalhar em grupo. Inclusive ela conversou na JBS sobre Economia Solidária e eles acharam muito interessante. A irmã dela também, na primeira ela não tinha passado na entrevista, ouviu a irmã falar e foi lá e falou também a mesma coisa, e foi contratada também.

Embora a integrante do EES tenha encontrado outro trabalho para prover sua existência em uma grande empresa na lógica capitalista, o que ressaltamos é seu aprendizado na prática da economia solidária. Afinal, ela conquistou a possibilidade de um emprego, garantindo mesmo que, provisoriamente, a melhoria de sua renda e melhores condições de vida conforme a lógica de mercado. Nítido está que a economia solidária gravita no espaço hegemônico do sistema do capital.

Torna-se fundamental o protagonismo da sociedade organizada que, por meio de processos educativos no mundo real e na contradição, passa a conquistar no dia a dia, sem esperar pelo futuro, a emancipação das sujeitas de direitos, sem direitos. Algumas condições são requisitos para se alcançar coletivamente a emancipação social, de acordo com Adams (2010, p. 47-48):

1. socialização dos meios naturais e tecnológicos de produzir e reproduzir a vida em sintonia solidária com as condições da natureza;
2. superação da dimensão opressora e alienante do trabalho;
3. associativismo livre, com responsabilidades e oportunidades iguais para fins comuns com base numa ética de solidariedade e sustentabilidade socioambiental;

- 
4. vivências de relações igualitárias e democráticas de gênero;
 5. reinvenção do Estado, fortalecimento da sociedade civil para que tenham condições de exercer o controle social;
 6. realização de uma formação para autonomia que não se restringe ao nível individual.

Essas perspectivas, apontadas por Adams (2010), não são algo dado, porque a realidade é movimento, é dinâmica. Marx e Engels na Ideologia Alemã (2009) insistem na consciência de que o ser humano é sujeita da história. Enquanto sujeita histórico e cultural, ainda que condicionado por alguns fatores objetivos e subjetivos, podem fazer escolhas no sentido de manter ou transformar a realidade. Esta reflexão é expressa por Paulo Freire quando diz que:

A convicção da mudança é possível [...] É o saber da história como possibilidade e não como determinação. O mundo não é. O mundo está sendo. Como subjetividade curiosa, inteligente, interferidora na objetividade com que dialeticamente me relaciono, meu papel no mundo não é só o de quem constata o que ocorre, mas também o de quem intervém como sujeito de ocorrências. Não sou apenas objeto da história, da cultura da política, constato não para me adaptar, mas para mudar (Freire, 2006, p. 76-77).

A participação e a emancipação social decorrem de uma intencionalidade ética e política, assumidas por todas aquelas comprometidas com a transformação da sociedade, ou seja, da transformação das condições desumanas, de vivências de opressão e dominação para condições mais humanas, mais fraternas e mais solidárias.

Participação popular e emancipação social são compreendidas como um princípio metodológico e uma das qualificações da educação na perspectiva pedagógica freiriana, implícita no horizonte deste trabalho. Foram refletidos no contexto de uma sociedade originada na escravidão cuja herança tem seu *continuum* identificado no racismo, no autoritarismo e na desigualdade social estruturantes da sociedade brasileira.

Por fim, esta pesquisa revela que a participação de mulheres na economia solidária como uma estratégia de enfrentamento às violências de gênero pode se constituir em um campo fértil de empoderamento individual, social e coletivo; em novas formas de produzir as suas existências mesmo numa realidade contraditória e de disputas de interesses; e de construir novas relações na perspectiva da ampliação e consolidação de processos participativos e emancipatórios.

Violeta Parra apresenta uma narrativa condizente com o que afirmamos acima:

*Sou uma guerreira, sou uma batalhadora, amo o que faço, no trabalho social e também gosto de trabalhar aqui no mercado. Então sou uma guerreira, por 'dá' conta de tudo isso, eu mesmo me elogio [...] Aqui na nossa comunidade, nós praticamos sempre o empoderamento. Falar do que gosta o que não gosta, falar dos nossos direitos, temos aquele momento das reuniões, agora não teve mais por causa da pandemia. Mas a gente sempre tem uma conversa na cozinha sobre isso (**empoderamento**), sobre o que que você acha, o que nós devemos fazer? Então nós temos sim a economia solidária pode sim, ajudar no empoderamento (Grifo nosso).*


Cabe destacar que estas estratégias de mobilização, participação, empoderamento e busca de emancipação social estão eivadas de contradições, os limites estão presentes nas falas das participantes da pesquisa. Haja vista o exemplo acima citado de umas das mulheres que saiu do EES para o emprego formal. Talvez se a reciprocidade, os vínculos sociais estivessem suficientemente assumidos e fortalecidos, as mulheres sairiam em busca de outras oportunidades de trabalho e renda? De um lado, notamos os limites e contradições da participação, do empoderamento e da emancipação social de mulheres por meio da economia solidária. Precisamos

estar atentas às contradições, à ressignificação, à desnaturalização, à desnormalização, isto é, praticar constantemente a filosofia da suspeita é condição necessária para avançarmos na perspectiva de uma “outra economia”, que contesta o modelo capitalista hegemônico propondo a construção de relações econômicas mais justas, solidárias e sustentáveis, fomentando, conseqüentemente, o desenvolvimento local justo e solidário. De outro lado, vemos que a ECOSOL pode se constituir em alternativa adequada e eficaz para alavancar o desenvolvimento territorial de base local. A economia solidária é uma alternativa englobante e includente. Combate a desigualdade social, cria oportunidade de trabalho e renda. A verdade é que a Economia Solidária se tornou importante instrumento de combate à pobreza e busca de emancipação social.



6

**BREVE
RETROSPECTIVA
DA PESQUISA**



Partimos afirmando o óbvio: a elaboração de uma pesquisa é um pré-requisito para obtenção do título de doutoramento. Ela engloba um conjunto de aprendizados que a antecedem ou se dão paralelas, a saber, à apresentação de um anteprojeto de pesquisa inserido em uma Linha de Pesquisa do Programa; participação no ritual do processo seletivo, cumprimento de créditos por meio da frequência em disciplinas obrigatórias ou opcionais; inserção em um Grupo de Pesquisa liderado pelo orientador; intensa leitura, produção de artigo para submissão em revista especializada; participação em eventos científicos na área do conhecimento, em nosso caso, da educação; a aproximação, vivência e troca de conhecimentos com professoras e colegas de curso; encontros de orientação; a “contaminação” benéfica do ambiente universitário; o processo de escrita da pesquisa passando pelos eventos de sua qualificação e defesa. Agregamos um período de 6 meses como Pesquisadora Visitante (Doutorado Sanduíche) no Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX (CEIS20), uma unidade de investigação da Universidade de Coimbra em Portugal, vinculada ao Instituto de Investigação Interdisciplinar e mantida pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT) no período de julho a dezembro de 2018.

Ilusão, portanto, reduzir o curso de doutorado à elaboração da tese, pois ele implica em outro nível de formação continuada da profissional da educação, extremamente complexo. Outras ações e processos formais/escolares e não formais/escolares. Afinal, são 48 meses ou 4 anos o período de um doutorado no Brasil. Ao refletir sobre o significado do trabalho desta tese, inspiramo-nos em Mirian Pilar Grossi em seu *A dor da tese* (2004). Afinal, em que consiste essa tal “dor da tese” que nos mobilizou o tempo todo? Grossi descreve que podem ser doenças leves como resfriados, gripes, diarreias e até doenças mais graves, como câncer, doenças cardíacas, infecções, problemas ginecológicos, incluindo-se até tentativas de suicídios. Desta relação macabra, herdei a dor crônica nos braços e na lombar, um sintoma que tampouco constava no *checklist* de

Grossi. Ao finalizar a escrita deste trabalho, sentimos que a dor advém e perpassa pelo volume de leituras, escrita da tese, qualificação, trabalho de pesquisa de campo, defesa, até a responsabilidade acadêmica, pois desde o iniciar até concluir o curso o carregamos em nossa corporeidade. Trata-se de uma dor intelectual, psíquica, emocional, expressando-se inclusive no corpo, tensionando razão e emoção continuamente.

O que desejamos ressaltar e compartilhar é que a elaboração da tese, se não representa todos os saberes e fazeres do curso, adquire simbolicamente um lugar proeminente em nossa trajetória de vida pessoal e profissional. E não se coloca como processo concluído, dado que a pesquisa tem caráter mediador de processos educativos formais ou não, marcando continuamente e para sempre, a relação com as sujeitas participantes da pesquisa, com o orientador especialmente, com nossos pares do Curso de Doutorado e com o ambiente de trabalho posterior.

Nossa investigação disparou a partir de uma interrogação: *A participação de mulheres na economia solidária pode se constituir em uma estratégia de enfrentamento às violências de gênero na Região Serrana de Santa Catarina?* Para lograr os objetivos propostos, fizemos e destacamos o seguinte itinerário teórico-metodológico: a justificativa de pesquisa, eleição do tema e problema resultou da convergência de história de vida, militância e vínculo profissional em organizações não governamentais conectadas com processos formativos formais/escolares e não formais/escolares, formação acadêmica na área da educação, envolvimento com a educação popular e os movimentos sociais; e a permanente intencionalidade de produzir conhecimento para a transformação da realidade. A condição de mulher, feminista, dedicada aos estudos de gênero, violência de gênero contra a mulher, o envolvimento em políticas públicas para mulheres e economia solidária, sobretudo, a dor compartilhada por mulheres em situação de violência de gênero, foram elementos determinantes para a escolha do objeto desta investigação.

Convém também evidenciar como se deu a escolha e aplicação do método de pesquisa. A atividade científica tem comprovadamente demonstrado que não existe investigação sem a eleição de um método de trabalho: um conjunto de procedimentos metodológicos e teóricos pelos quais se faz a caminhada da investigação. Tradicionalmente, encontra-se um capítulo específico versando sobre o método pelo qual se orienta um trabalho científico, seja dissertação ou tese. Isto não é encontrado neste trabalho. Nós enfrentamos um desafio, qual seja, “caminhante, não há caminho, o caminho se faz ao caminhar”, como anunciou o poeta espanhol, Antonio Machado.⁶⁴ Nosso método foi delineando-se à medida em que fomos gestando e parindo a pesquisa. De modo que procuramos coligar teoria e prática na tessitura deste trabalho. Quem faz o caminho, ao caminhar, sabe aonde quer chegar, mas não detém todas as certezas ou clari-vidências por onde vai passar, quais obstáculos podem lhe surpreender, quais as mediações – pontes, atoleiros, pedras, curvas, aclives, declives, chão batido ou até camadas pavimentadas – deverão ser percorridas e superadas para chegar ao seu destino.

Como procuramos demonstrar, fizemos o exercício da metodologia “fora da caixa”, buscando romper com os cânones rígidos da pesquisa acadêmica tradicional, a exemplo do que propõe o Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, Portugal. Dialogamos com as sujeitas participantes da pesquisa ao longo de todo o texto, quando identificamos sua pertinência e relevância.

64

Poema original, em espanhol: Caminante, son tus huellas el camino y nada más; Caminante, no hay camino, se hace camino al andar. Al andar se hace el camino, y al volver la vista atrás se ve la senda que nunca se ha de volver a pisar. Caminante no hay camino sino estelas en la mar. Antonio Machado. Tradução: “Caminhante, são teus passos o caminho e nada mais; Caminhante, não há caminho, faz-se caminho ao andar. Ao andar se faz caminho, e ao voltar a vista atrás se vê a senda que nunca se voltará a pisar. Caminhante, não há caminho, mas sulcos de espuma ao mar”. Antonio Machado. Poema XXIX de Provérbios y Cantares.

Esperávamos mais da pesquisa participativa por meio das rodas de conversa, como tínhamos projetado. Ao nos submeter aos protocolos das autoridades sanitárias e governamentais por conta da COVID-19 e pela utilização de plataformas digitais, o diálogo restringiu-se ao universo da racionalidade. As possibilidades do encontro pessoal, das interações interpessoais, do diálogo pedagógico, (escuta e fala) da “prosa” regada pelo chimarrão foram limitadas. Perdeu-se aquela ambiência na qual a linguagem do corpo (entre linhas, nuances, silêncios, olhares, lágrimas, tom de conversa, emoções etc.); enfim, o mundo da subjetividade, submergiu.

Outro aspecto a ser destacado em nosso itinerário foi a contextualização do campo empírico onde residem inúmeras mulheres envolvidas com a economia solidária. Descrevemos historicamente as diferentes expressões do modo de produção da vida e de sociabilidade capitalista na qual se engendraram as relações sociais, expressões de poder, o desenvolvimento socioeconômico desigual e injusto, visões de mundo e estilos de vida. Enfatizamos neste cenário, as relações de gênero assimétricas, enfim, a formação de uma sociedade patriarcal, misógina e machista em Lages e na Região Serrana Catarinense.

Ao identificar as fases da formação da economia capitalista de mercado na região, articulado com esferas nacional e internacional, trouxemos para cena reflexões acerca das metamorfoses contemporâneas pelas quais o sistema do capital, ao criar ciclos periódicos de crises se inventa e reinventa; desloca-se para outro modo de produção, na direção do mundo capitalizado e imaterial, desprezando os serviços públicos, os direitos sociais e a preservação da natureza, globalmente hegemônico. Numa abordagem teórico histórico-crítica e dialética do real movido pela contradição, contudo, vê-se que o sistema tem pés-de-barro. A história não se fecha e as possibilidades de ruptura, insurreição e insurgências de forças sociais e políticas antagonicas podem entrar em campo e desequilibrar o jogo.

Tendo em vista a necessidade de sinalização mínima do caminho percorrido neste estudo, dedicação particular atribuímos ao aprofundamento das categorias de análise – ferramentas que estruturam e sistematizam o pensamento e a construção do conhecimento – e que comporiam a moldura do retrato, os contornos desta tese: *economia solidária e violência de gênero contra a mulher*; conectamos a economia solidária para além de sua motivação centrada exclusivamente na demanda de trabalho e renda em períodos críticos do sistema do capital. Refletimos a partir dela mesmo, materializando-se a começar dos vínculos pessoais, fundamento da solidariedade examinado minuciosamente pelos estudos de Marcel Mauss em seu *Ensaio sobre a Dádiva*, quando descobriu o princípio da reciprocidade, uma das rochas fundantes da sociedade, da condição e do desenvolvimento humano. Portanto, conforme a consideração de Mauss sobre o *Dom*, a economia solidária manifesta o *fato social total*, em que estão presentes todas as dimensões da vida social. Essa “outra economia” não promete o Céu na Terra, não detém a potência para provocar superação da sociedade capitalista, entretanto, a compreendemos como movimento de insurgência, resistência e reexistência, capaz de problematizar a sua lógica destrutiva e apontar para outros caminhos possíveis de sociabilidade humana no planeta.

Cabe destacar no itinerário desta tese, o significado da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade do Planalto Catarinense. Tem sido um porto-seguro. A partir de 2014 a consideramos uma mediação teórico-metodológica no trabalho de disseminação e promoção da economia solidária no território da Região Serrana, mediado pelo diálogo pedagógico entre professoras, estudantes, técnicas, empreendimentos e a política pública de economia solidária. Foi desta práxis que emergiu nossa pergunta inquietante e perturbadora e que resultou este trabalho. Do mesmo modo, consideramos o Grupo de Pesquisa Gênero, Educação e Cidadania na América Latina como outra mediação fundamental pautando sistematicamente o debate em torno do campo de gênero e violência contra mulher em Lages e região.

Gênero e *economia solidária*, por conseguinte, são categorias intrinsecamente conectadas. Vimos a relevância desse campo de estudo. Aproximamo-nos de um de seus conceitos, refletindo as desigualdades e violências de gênero, relacionadas às relações de poder, no contexto paradigmático da sociedade patriarcal. A cultura machista é “filha do patriarcado”. A reação a esse modelo tem uma de suas maiores expressões materializada nos movimentos feministas grassados em diferentes continentes. Em Latinoamérica, Nuestra América, eles vêm colocando em pauta o reconhecimento e a resistência à colonialidade pelo movimento da (des)colonialidade com particular atenção a tematizações de gênero, relações de gênero, enfrentamento de assimetrias, violência de gênero e enfrentamento à dominação epistemológica.

A investigação adquiriu maior consistência na busca do desvendamento da investigação, quando ouvimos as denominadas participantes da pesquisa. Não ouvimos pregações dogmáticas, certas, tampouco resignações. Ao contrário, emergiram contradições, confissões relevantes, testemunhos de atos de violência de gênero contra a mulher. Testemunhos contundentes acerca da potência da economia solidária enquanto estratégia de enfrentamento às violências de gênero. Ninguém apresentou “receitas prontas”. O que encontramos foram pessoas e organizações em luta. Identificamos pelas entrevistadas a emergência de uma cultura voltada para o embate e combate ao sistema do patriarcado, à cultura machista e à violência de gênero contra a mulher. Consciência individual e social se forja na e por meio da práxis transformadora. Cultura, mesmo sendo dinâmica, não muda com um passe de mágica. Enfrentar esta tarefa histórica implica em uma trama de aspectos de enorme complexidade. Estratégias não se impõem. São construídas por meio de mediações ou processos educativos pedagogicamente planejados.

As participantes da pesquisa corroboraram nossa tese ao afirmarem que a participação na economia solidária permite obterem trabalho e geração de renda resultando em maior autonomia econômica; ao praticarem a autogestão, desenvolvem a ação coletiva, fazendo e

decidindo coletivamente. Os princípios da educação popular permeiam seus saberes e fazeres enquanto mediações pedagógicas individuais e coletivas; os vínculos sociais vivenciados no empreendimento econômico solidário constituem os fundamentos da solidariedade; e ao exercitarem a cidadania, a participação política, tem em vista a perspectiva da emancipação pessoal e social. Esses e outros aspectos se evidenciam como reais e potenciais práticas de enfrentamento às violências de gênero contra a mulher na Região Serrana de Santa Catarina.

É neste contexto que consideramos o saber-fazer experienciado na ITCP/UNIPLAC. Cada processo educativo tem sua complexidade e peculiaridade. Apostamos na mediação da ITCP/UNIPLAC sendo possível continuar a gerar condições para que cada mulher, coletivamente fortalecida, possam assumir estratégias de enfrentamento à violência; contribuir para o fortalecimento de um movimento social mais amplo, isto é, protagonista da construção de uma cultura de liberdade, de relações equânimes e simétricas de gênero. Isso não é atribuição somente para a economia solidária. Impõe-se a necessidade de outras estratégias a serem implementadas concomitantemente, unificadas e em rede que passam pela reinvenção de outras forças em luta na sociedade civil organizada e em um estado democrático de direito.

Outras subcategorias que orientaram o itinerário realizado foi *(des) colonialidade, de gênero, do poder e do saber; educação popular e emancipação social*. As primeiras categorias estiveram diretamente relacionadas com este estudo, porquanto pretendíamos submeter a análise àquela premissa básica, que consiste em problematizar se *a participação de mulheres na economia solidária apresenta-se como uma estratégia potente para o enfrentamento da violência de gênero?* As subcategorias foram importantes para demarcar nosso lugar de fala, de análise, de posicionamento político e projeto societário.

Repetido está, o conhecimento não é neutro, tanto em sua construção, quanto em sua intencionalidade e aplicabilidade. Pensamos a partir de onde nos constituímos e vivemos. Somos

latino-americanas e desde nossa histórica realidade social, econômica, política e cultural colonizada, associamo-nos ao movimento de resistência, insurreição e pré-existência, denominado de (des)colonialidade nas esferas do poder, do saber e de gênero. A educação popular, como vimos em nossa reflexão, é vista como a estratégia mais adequada para a emancipação de pessoas, grupos sociais e opera como alavanca e *dynamis* – energia – dos movimentos sociais. A realidade contemporânea, todavia, desafia também a reinvenção da educação popular e do saber/fazer da educadora popular.

Destarte, não se trata de uma investigação na qual seu produto resulta na confirmação ou negação absoluta de seu pressuposto ou pergunta de pesquisa. Este estudo e o futuro se encontram abertos. Pela natureza e por meio da pesquisa participativa, tomando a prática como critério de verdade, o que encontramos são pessoas, grupos sociais e instituições movidas por contradições. Com a história aberta, a realidade em movimento, o exercício que fizemos foi de diminuir a complexidade do real. Neste sentido, sugerimos que esta pesquisa não se interrompa e seus resultados sejam refletidos pelas pessoas, grupos e instituições envolvidas.

Em suma, a realização do curso de Doutorado em Educação significou oportunidade de aprofundar a tessitura do "saber-fazer pesquisa", ampliar a consciência de estar no mundo e fazer a leitura crítica desse mundo; não para tão somente interpretá-lo, mas transformá-lo como advertiram severamente Marx e Engels, especialmente em sua Tese XI, na Ideologia Alemã e na redação do *Manifesto do Partido Comunista*, de 1848. Por último, sinalizar que a formação continuada no campo da educação, em qualquer campo da atividade humana, nomeadamente na sociedade em que o conhecimento se tornou a bússola a orientar escolhas e projetos de vida, tornou-se um imperativo, visto que a vida compreendida como um *show* "tem que continuar"⁶⁵ continuamente estribada no percurso do inacabamento humano.

REFERÊNCIAS

ADAMS, Telmo. **Educação e economia (popular) solidária**: mediações pedagógicas do trabalho associado na Associação dos Recicladores de Dois Irmãos, 1994-2006. 2017. 356 p. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos/UNISINOS, 2007. Disponível em: <http://repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/2064?show=full>. Acesso em: 08 ago. 2020.

ADAMS, Telmo. **Educação e economia popular solidária**: mediações pedagógicas do trabalho associado. São Paulo: Ideias & Letras, 2010.

ADAMS, Telmo; MORETTI, Cheron Zanini. Una reflexión sobre la educación en Nuestra América y sus alternativas pedagógicas. *In.*: SOLLANO, Marcela Gomez; ZASLAV, Martha Corenstein (Orgs.) **La disputa por la educación**: tensiones y articulaciones en el marco de las reformas educativas en México y América Latina. Universidad Nacional Autónoma de México: Cidade do México, 2019. Disponível em: https://www.academia.edu/87033637/La_Disputa_Por_La_Educaci%C3%B3n_Tensiones_y_Articulaciones_en_El_Marco_de_Las_Reformas_Educativas_en_M%C3%A9xico_y_Am%C3%A9rica_Latina_G%C3%B3mez_Sollano_Marcela_Corenstein_Zaslav_Martha. Acesso em: 13 ago. 2020.

AGUAYO, Beatriz Eugenia Cid; RAMIREZ, Loreto Patricia Arias. La economía solidaria en la politización del trabajo escondido de las mujeres. Uayo. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis, v. 27, n. 2, p. 1-12, jan./abr. 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/jj/ref/a/XDgT8YBkvNNJR7VgRC5CSFH/?lang=es>. Acesso em: 13 ago. 2020.

ALVARADO, Paula Andrea Rodriguez. **Mulheres negras na economia solidária**: autonomia, identidade e resistência. Um estudo comparativo entre Brasil e Colômbia. 2016. 190 p. Dissertação (Mestrado em Ciências) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/84/84131/tde-10122018-133500/pt-br.php>. Acesso em: 08 ago. 2020.

ANJOS, Eliane Gomes dos. **Práticas e sentidos das cooperativas de trabalho**: um estudo a partir da economia solidária. 2012. 210 p. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Faculdade de Ciências Sociais, Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, São Leopoldo, 2018. Disponível em: <http://repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/4076>. Acesso em: 08 ago. 2020.

ARCANJO, Maria Antonia Silva de.; OLIVEIRA, Ana Luíza Matos de. A criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária: Avanços e Retrocessos. **Perseu**: História, Memória e Política, v. 13, n. 2, p. 231-242, fev. 2017. Disponível em: <https://revistaperseu.fpabramo.org.br/index.php/revista-perseu/article/view/127>. Acesso em: 13 ago. 2020.

AVRITZER, Leonardo. O orçamento participativo: as experiências de Porto Alegre e Belo Horizonte. In: DAGNINO, Evelina (Org.). **Sociedade civil, espaços públicos e a constituição democrática no Brasil: limites e possibilidades**. São Paulo: Paz e Terra. 2002. cap. 2.

AZEVEDO, Eulália Lima. Participação Cidadã do Idoso. In: IVO, Anete B. L. (coord.). KRAYCHETE, Elsa; BORGES, Ângela; MERCURI, Cristina; VITALE, Denise; SENES, Stella. **Dicionário Temático Desenvolvimento e Questão Social**: 81 problemáticas contemporâneas. 2. ed. São Paulo, Annablume; Brasília: CNPq. 2013. (Coleção Trabalho e Contemporaneidade). p. 343-348.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BASTOS, Fábio da Purificação de. Verbete: Pesquisa/investigação. In.: STRECK, Danilo, REDIN, Euclides, ZITKOSKI, Jaime José. (Orgs.) **Dicionário Paulo Freire**. 4. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018.

BAUMAN, Zygmunt. **Vidas Desperdiçadas**. Tradução: Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

BAUMAN, Zygmunt; BORDONI, Carlo. **Estado de Crise**. Tradução: Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Zahar, 2016.

BORGES, Ana Marta de Brito. Comensalidade: a mesa como espaço de comunicação e hospitalidade. **Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação**. XXXIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Caxias do Sul, RS – Setembro, 2010. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2010/resumos/R5-3247-1.pdf>. Acesso em: 13 ago. 2020.

BORGES, Caroline; DUARTE, Catarina. Adolescente de 14 anos é encontrada morta amarrada em árvore; polícia de SC investiga suspeita de feminicídio. **G1 (Santa Catarina)**, Florianópolis, 11 mar. 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/2021/02/11/menina-de-14-anos-e-encontrada-morta-amarrada-em-arvore-policia-de-sc-investiga-suspeita-de-feminicidio.ghtml>. Acesso em: 11 mar. 2021.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **A pergunta a várias mãos**: A experiência da pesquisa no trabalho do educador. São Paulo: Cortez, 2003. (Série Saber com o outro, v. 1).

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação popular**. Editora e Livraria Brasiliense, 2012.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Pesquisa Participante. São Paulo: Brasiliense, 1981.**

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Verbete: Círculo de cultura. *In.*: Streck, Danilo; REDIN, Euclides; ZITKOSKI, Jasime José. (Orgs.) **Dicionário Paulo Freire**. 4. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues; STRECK, Danilo. **Pesquisa Participante**: o saber da partilha. Aparecida: Ideias Et Letras, 2006.

BRASIL, Decreto-Lei n. 507, de 16 março de 2020. Dispõe sobre medidas de prevenção ao contágio pelo coronavírus (COVID-19) nos órgãos e nas entidades de Administração Pública Estadual Direta e Indireta e estabelece outras providências. **Diário Oficial do Estado de Santa Catarina**: seção 1, Florianópolis, ano 86, n. 21, 18 mar. 2020. Disponível em: https://dados.sc.gov.br/dataset/149a36ac-19c6-47b3-b873-9c0512f7a4db/resource/521988b5-622e-4d51-8b5e-e41bef2a9c0d/download/decreto_507-16.03.2020.pdf. Acesso em: 15 set. 2020.

BRASIL. Congresso Nacional. **Relatório Final da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Violência Contra a Mulher no Brasil**. Dispõe dos trabalhos da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Violência contra a Mulher (CPMIVCM) – criada por meio do Requerimento nº 4 de 2011 do Congresso Nacional. Brasília: Senado Federal; Secretaria Geral da Mesa, 2013. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/496481>. Acesso em: 10 set. 2020.

BRASIL. Constituição Federativa do Brasil de 1988. **Texto constitucional de 5 de outubro de 1988**, contendo as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais nº. 1/92 a 30/2000 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão nº. 1 a 6/94. Brasília: Imprensa Nacional Divisão de Editoração, 2000.

BRASIL. Lei Complementar nº 426, de 22 de novembro de 2013. Dispõe sobre o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher De Lages. **Leis Municipais:** Lages, 21 dez. 2018. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/sc/l/lages/lei-complementar/2013/43/426/lei-complementar-n-426-2013-dispoe-sobre-o-conselho-municipal-dos-direitos-da-mulher-de-lages>. Acesso em: 10 set. 2020.

BRASIL. Lei Complementar nº 58, de 28 de maio de 1997. Cria o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher. **Leis Municipais:** Lages, 26 out. 2012. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/sc/l/lages/lei-complementar/1997/6/58/lei-complementar-n-58-1997-cria-o-conselho-municipal-dos-direitos-da-mulher>. Acesso em: 10 set. 2020.

BRASIL. Lei nº 11.340, de 08 de agosto de 2006. Dispõe de mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher nos termos do §8º do art. 226 da Constituição Federal, da convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra as mulheres e da convenção interamericana para prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher; dispõe sobre a criação dos juizados de violência doméstica e familiar contra a mulher; altera o código de processo penal, o código penal e a lei de execução penal; e dá outras providências. **Diário Oficial da União:** seção 1, Brasília, ano 143, n. 151, 08 ago. 2006. Disponível em: <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=08/08/2006&jornal=1&pagina=47&totalArquivos=56>. Acesso em: 10 set. 2020.

BRASIL. Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1988; e dá outras providências. **Diário Oficial da União:** seção 1, Brasília, ano 147, n. 147, 03 ago. 2010. Disponível em: <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=1&data=03/08/2010>. Acesso em: 28 out. 2020.

BRASIL. Lei nº 13.104, de 9 de março de 2015. Altera o art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos. **Diário Oficial da União:** seção 1, Brasília, ano 152, n. 46, 10 mar. 2015. Disponível em: <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=1&data=10/03/2015>. Acesso em: 28 out. 2020.

BRASIL. Lei nº 4075, de 11 de dezembro de 2014. Institui no município de Lages a política municipal de fomento à economia solidária (Conselho Municipal de Economia Solidária, Fundo Municipal de Economia Solidária), agricultura familiar e dá outras providências.

Leis Municipais: Lages, 08 maio, 2015. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/sc/l/lages/lei-ordinaria/2014/407/4075/lei-ordinaria-n-4075-2014-institui-no-municipio-de-lages-a-politica-municipal-de-fomento-a-economia-solidaria-conselho-municipal-de-economia-solidaria-fundo-municipal-de-economia-solidaria-agricultura-familiar-e-da-outras-providencias#>. Acesso em: 10 set. 2020.

CAILLÉ, Alain. **Antropologia do Dom:** o terceiro paradigma. Tradução: Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

CALADO, Alder Júlio Ferreira. Educação Popular como processo humanizador: quais protagonistas? In: CALADO, Alder Júlio Ferreira. **Educação Popular.** João Pessoa: Editora do CCTA, 2020. cap. 1, p. 57-75. Disponível em: http://www.ccm.ufpb.br/vepopsus/wpcontent/uploads/2018/02/Educa%C3%A7%C3%A3o-Popular_AlderJulioFerreiraCalado_EditoraCCTA-UFPB-2020.pdf. Acesso em: 17 ago. 2020.

CALVINO, Ítalo. **Por que ler os clássicos.** Tradução: Nilson Mollin. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

CAMINHANTE Antonio Machado. **Poesias Preferidas.** 17, set. 2013. Disponível em: <https://poesiaspreferidas.wordpress.com/2013/09/17/caminhante-antonio-machado/>. Acesso em: 08 jan. 2021.

CARRILLO, Alfonso Torres. **La Educación Popular:** trayectoria y actualidad. 2. ed. Bogotá: El Buho, 2011.

CARSPECKEN, Phil Francis. Pesquisa Qualitativa Crítica: conceitos básicos. **Educação e realidade.** Porto Alegre, v. 36, n. 2, p. 395-425, mai./ago., 2011. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/230051/000785099.pdf?sequence=1>. Acesso em: 21 ago. 2020.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil:** O longo Caminho. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social:** uma crônica do salário. Tradução: Iraci Poleti. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

CHERFEM, Carolina Orquiza. **Consustancialidade de gênero, classe e raça no trabalho coletivo/associativo**. 2014. 273 p. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2014. Disponível em: <https://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/943574>. Acesso em: 21 ago. 2020.

CHERFEM, Carolina Orquiza. **Mulheres marceneiras e autogestão na economia solidária**: aspectos transformadores e obstáculos a serem transpostos na incubação em assentamento rural. 2009. 238 p. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2009. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/2489>. Acesso em: 17 set. 2020.

CNBB sedia a cerimônia de entrega do V Prêmio Odair Franco Firmino de Solidariedade da Cáritas Brasileira. CNBB. São Luís, 14 nov. 2018. Disponível em: <https://www.cnbb.org.br/cnbb-acolhe-em-sua-sede-a-cerimonia-de-entrega-do-premio-odair-firmino-da-caritas-brasileira/>. Acesso em: 02 set. 2019.

COLLING, Ana Maria; TEDESCHI, Losandro Antonio (Orgs.). **Dicionário Crítico de Gênero**. Dourados: Universidade Federal da Grande Dourados, 2015.

CORAGGIO, José Luis. La Economía social y solidaria como estrategia de desarrollo en el contexto de la integración regional latinoamericana. **3º Encuentro Latinoamericano de Economía Solidaria y Comercio Justo**, Montevideo, Outubro, 2008. Disponível em: <https://www.flacsoandes.edu.ec/pt-br/agora/la-economia-social-y-solidaria-como-estrategia-de-desarrollo-en-el-contexto-de-la-integracion>. Acesso em: 22 set. 2020.

COSTA, Licurgo. **Continente das Lagens**: sua história e influência no sertão da terra firme. Lages: FCC, 1982.

CRUZ, Pedro José Santos Carneiro. Ser, fazer e pensar a Educação Popular: aprendizados com a obra de Alder Júlio Ferreira Calado. In: FERREIRA, Alder Júlio. **Educação Popular**. João Pessoa: Editora do CCTA, 2020. pref. p. 21-54 Disponível em: http://www.ccm.ufpb.br/vepopsus/wp-content/uploads/2018/02/Educa%C3%A7%C3%A3o-Popular_AlderJulioFerreiraCalado_EditoraCCTA-UFPB-2020.pdf. Acesso em: 04 ago. 2020.

CRUZ, Pedro José Santos Carneiro; VASCONCELOS, Ana Cláudia Cavalcanti Peixoto de; SOUSA, Luciana, Maria Pereira de; TÓFOLI, Adriana Maria Macêdo de Almeida; CARNEIRO, Daniela Gomes de Brito; ALENCAR, Islany Costa (Orgs.). **Educação popular e nutrição social**: reflexões e vivências com base em uma experiência. João Pessoa: UFPB, 2014.

CULTI, Maria Nezilda; KOYAMA, Mitti Ayako H.; TRINDADE, Marcelo. **Economia Solidária no Brasil: tipologia dos empreendimentos econômicos solidários.** São Paulo: Todos Os Bichos, 2010.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo: ensaios sobre a sociedade neoliberal.** Tradução: Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2016.

DARÓS, Marilene Liége. **Vínculos sociais e felicidade: um estudo sobre as relações humanas na econômica solidária.** 2016. 315 p. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Ciências Sociais, Universidade do Vale do Rio dos Sinos UNISINOS, São Leopoldo, 2016. Disponível em: <http://repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/5375?show=full>. Acesso em: 04 ago. 2020.

DEMO, Pedro. **Cidadania tutelada e cidadania assistida.** Campinas: Autores Associados, 1995.

DICKMANN, Ivanio. **O sonho coletivo da casa própria: a articulação da economia solidária com a educação popular no cooperativismo habitacional autogestionário.** 2018. 105 p. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Faculdade de Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2018. Disponível em: https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/PUC_SP-I_4961d00cd5c746b5d4b4556536df203c. Acesso em: 14 out. 2020.

DOWBOR, Ladislau. **O capitalismo se desloca: novas arquiteturas sociais.** São Paulo: Sesc São Paulo, 2020.

DUSSEL, Enrique. Europa, Modernidade e Eurocentrismo. *In*: LANDER, Edgardo (Org.). **A Colonialidade do Saber: Eurocentrismo e ciências sociais, perspectivas latino-americanas.** Buenos Aires: CLACSO, 2005. cap. 2, p. 24-32

DUSSEL, Enrique. Meditações Anti-cartesianas sobre a Origem do Anti-discurso Filosófico da Modernidade. *In*: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (Orgs.). **Epistemologias do Sul.** Coimbra: Edições Almedina S.A., 2009. cap. 9, p. 283-312.

ENGELS, Friedrich. **A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado.** Tradução: Leandro Konder. 9. ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S.A, 1991.

ENTRE quatro paredes. **Correio Lageano.** Lages, 20 ago. 2019.

FANON, Frantz. **Os Condenados da Terra.** Tradução: Jose Laurenio de Melo. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

FEMENIAS, Maria Luisa. Esbozo de un Feminismo latinoamericano. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 15, n. 1, p. 11-25, jan./abr. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/jj/ref/a/ztfT7bfGywbsj48wmzg674B/?format=pdf&lang=es>. Acesso em: 19 ago. 2020.

FERNANDES, Bruno Siqueira; DINIZ, Sibelle Cornélio. Economia popular, des/colonialidade do poder e economia solidária: notas para um debate latino-americano. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, São Paulo, v. 20, n. 2, p. 254-268, maio/ago. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/jj/rbeur/a/CsFz897PjvYW58GjPVGnrfK/?format=pdf>. Acesso em: 13 out. 2020.

FERNÁNDEZ, David Dávalos. La economía social: el acento latino-americano. In: OULHAY, Leila; SAUCEDO, Francisco Javier (Coords.). **Miradas sobre la economía social y solidaria en México**. México: Universidad Hibernoamericana Puebla, 2013.

FLEURI, Reinaldo Matias. Educação intercultural, gênero e movimentos sociais no Brasil. **Educar em Revista**, Curitiba, v. 19, n. especial, p. 121-136, jan./abr. 2003. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/educar/issue/view/245>. Acesso em: 09 set. 2020.

FONTOURA, Elisângela de Oliveira. **Uma etnografia do Divino espírito Santo, Rio Rufino (SC)**: identidade cultural, economia solidária e emancipação social. 2019. 112 p. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade do Planalto Catarinense/UNIPLAC, Lages, 2019. Disponível em: https://data.uniplaclages.edu.br/mestrado_educacao/dissertacoes/63f7b4222d4506996f4f2a48862ff3f3.pdf. Acesso em: 12 jun. 2020.

FREIRE, Paulo. **A educação na cidade**. 3º. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

FREIRE, Paulo. **Ação Cultural para a liberdade**. 7º. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

FREIRE, Paulo. **Conscientização; teoria e prática da libertação**: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. São Paulo: Cortez & Moraes, 1979.

FREIRE, Paulo. **Educação e mudança**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 34. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. **São Paulo**: Paz e Terra, 1998.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Indignação: Cartas pedagógicas e outros escritos*. São Paulo: UNESP, 2000.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

FREIRE, Paulo. **Política e Educação**. São Paulo: Cortez, 1993.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Educação omnilateral. *In*: CALDART, Roseli, Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio (Orgs.). **Dicionário da educação do campo**. Rio de Janeiro: Escola Politécnica Joaquim Venâncio; São Paulo: Expressão Popular, 2012. p. 267-274.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria. Trabalho como princípio educativo. *In*: CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil.; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). **Dicionário da educação do campo**. Rio de Janeiro: Escola Politécnica Joaquim Venâncio; São Paulo: Expressão Popular, 2012. p. 748-759.

GAIGER, Luiz Inácio Germany (Org.). **Formas de combate e resistência à pobreza**. São Leopoldo: UNISINOS, 1996.

GAIGER, Luiz Inácio Germany (Org.). **Sentidos e experiências da economia solidária no Brasil**. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

GAIGER, Luiz Inácio Germany. **A descoberta dos vínculos sociais**: os fundamentos da solidariedade. São Leopoldo: UNISINOS, 2016.

GAIGER, Luiz Inácio Germany. Relações entre equidade e viabilidade nos empreendimentos solidários. **Lua Nova**: Revista de Cultura e Política, São Paulo, v. 83, p. 79-109, maio/ago. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ln/a/mk8wfw6HDz5qhC6Lmqbg5TC/?lang=pt>. Acesso em: 14 maio, 2020.

GAIGER, Luiz Inácio; KUYVEN, Patrícia. Dimensões e tendências da economia solidária no Brasil. **Revista Sociedade e Estado**, Brasília, v. 34, n. 3, p. 811-834, set./dez. 2019. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/sociedade/article/view/24197/24897>. Acesso em: 22 mar. 2020.

GALLI, Gabriel; CATELAN, Ramiro Figueiredo. Entre equívocos e disputas: conceitos sobre gênero e sexualidade em constantes transformação. **Revista do Instituto Humanitas Unisinos**, São Leopoldo, n. 507, p.16-21, jun. 2017. Disponível em: <https://www.ihuonline.unisinos.br/edicao/507>. Acesso em: 01 abr. 2020.

GATTI, Bernadete Angelina. Estudos quantitativos em educação. **Educação e Pesquisa**. São Paulo, v. 30, n. 1. p. 11 – 30, jan./abr., 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/XBpXkMkBSsbBCrCLWjzyWyB/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 23 abr. 2020.

GEERTZ, Clifford. **Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GODBOUT, Jacques T. **O Espírito da Dádiva**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1999.

GOMES, Edgar da Nóbrega. **Limites e Possibilidades da economia solidária**: um projeto de realismo utópico. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Faculdade de Ciências Sociais. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2011. Disponível em: https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/PUC_SP-1_54699ceabd5abc199e6c1e48deecabfc. Acesso em: 08 ago. 2020.

GORZ, André. **O imaterial**: conhecimento, valor e capital. Tradução: Celso Azzan Jr. São Paulo: Amablume, 2005.

GRAUPE, Mareli Eliane. **Gênero e Magistério: Discursos e práticas sociais**. Ed.Usina de Letras. Brasília, DF, 2009.

GROSSI, Miriam Pillar. A Dor da Tese. **Ilha Revista de Antropologia**, Florianópolis, v. 6, n.1, 2, p. 221-232, jul. 2004. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ilha/article/view/16680>. Acesso em: 08 ago. 2020.

GUBER, Rosana. **El salvaje metropolitano**: Reconstrucción del conocimiento social en el trabajo de campo. Buenos Aires: Paidós, 2005.

GUELMAN, Anah. Educación Popular y luchas por la educación pública en America Latina. In: GUELMAN, Anahí; DUCASSE, Fabia Cabaluz; PALUMBO, María Mercedes; SALAZAR, Mónica (Orgs.). **Educación popular**: para uma pedagogia emancipadora latino-americana. Buenos Aires: CLACSO, 2020. cap. 1, p. 23-63. Disponível em: <https://biblioteca-repositorio.clacso.edu.ar/bitstream/CLACSO/15706/1/Educacion-popular.pdf>. Acesso em: 21 jul. 2020.

GUIMARÃES, Vanessa Maria Coelho. **Direitos Humanos no universo da catação de recicláveis de Goiânia**: a economia solidária como construção da emancipação social ou inclusão marginal? 2018, 127 p. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos) - Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2018. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/tede/items/74d24c5c-9342-4b31-afb8-2651d62e8495>. Acesso em: 30 out. 2020.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. **Bem-estar comum**. Tradução: Clóvis Marques. Rio de Janeiro: Record, 2016.

HARNECKER, Marta. **Estratégia e tática**. Tradução: Aton Fon; Adilson Oliveira Lucena; Ângela Teima Oliveira Lucena; Geraldo Martins de Azevedo Filho. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

HERBERTS, Ana Lúcia. **Arqueologia do Caminho das Tropas**: estudo das estruturas viárias remanescentes entre os rios Pelotas e Canoas, SC. 2009. 538 p. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009. Disponível em: <https://repositorio.pucrs.br/dspace/handle/10923/3960>. Acesso em: 06 ago. 2020.

HISTÓRICO conheça nossa história. Prefeitura de Otacílio Costa. Otacílio Costa, 2022. Disponível em: <https://otaciliocosta.sc.gov.br/pagina-1957/>. Acesso em: 01 set. 2020.

HOLLIDAY, Oscar Jara. Sistematização das experiências: algumas apreciações. *In*: BRANDÃO, Carlos Rodrigues; STRECK, Danilo. **Pesquisa Participante**: o saber da partilha. Aparecida: Ideias Et Letras, 2006.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agro 2017**. Rio de Janeiro: IBGE, 2020.

KLAUS, Viviane. Empresariamento da educação em tempos de capitalismo flexível: análise de parcerias escola/empresa no RS. **Educação Unisinos**, São Leopoldo, v. 21. n. 3, p. 345-355, set./dez. 2017. Disponível em: <https://revistas.unisinos.br/index.php/educacao/article/view/edu.2017.213.08>. Acesso em: 17 set. 2020.

KOSIK, Karel. **Dialética do Concreto**. Tradução: Célia Neves; Alderico Toríbio. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, (1976; 1986; 1989).

LAGARDE, Marcela. **Gênero y Feminismo: Desarrollo humano y democracia**. Cidade do México: Siglo XXI Editores, 2018.

LANDER, Edgardo (Org). Ciências sociais: saberes coloniais e eurocêtricos. *In*: **A Colonialidade do Saber**: Eurocentrismo e ciências sociais, perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005. cap. 1, p. 8-23.

LAVILLE, Jean-Louis; GAIGER, Luiz Inácio. Economia Solidária. *In*: CATTANI, Antonio David; LAVILLE, Jean-Louis; GAIGER, Luiz Inácio; HESPANHA, Pedro. **Dicionário Internacional da Outra Economia**. Coimbra: Edições Almedina, 2009. p. 162-168.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **As Estruturas Elementares do Parentesco**. Tradução: Mariano Ferreira. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1982.

LIMA, Girlani de. **Empreendimento Recanto das Oliveiras**: relações de gênero e economia solidária. 2010. 140 p. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Faculdade de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2010. Disponível em: https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/7211?locale=pt_BR. Acesso em: 30 mar. 2020.

LOCKS, Geraldo Augusto. **Identidade dos Agricultores Familiares Brasileiros de São José do Cerrito – SC**. 1998. 193 p. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Florianópolis, 1998. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/77931>. Acesso em: 01 out. 2020.

LOCKS, Geraldo Augusto. Uma análise antropológica da formação social e do desenvolvimento socioeconômico de Lages e da Serra Catarinense. *In*: YAMAGUCHI, Cristina Keiko; TURRA, Neide Catarina; STRASSER, Andréia T. Borges. **Visão contemporânea e sustentável da Serra Catarinense**. 2. ed. Lages: Ed. Uniplac, 2016.

LOCKS, Geraldo Augusto; BAUMGART, Helen Cristina; PEREIRA, Josilaine Antunes. A economia solidária no Planalto Catarinense. Origem e desenvolvimento rumo a sua política pública. *In*: FRANTZ, Walter; GERHARDT, César; AMARAL, Antônio Gonçalves (orgs). **Ações e experiências educativas no campo da educação popular**. Ijuí: Ed. Injuí, 2017. p. 33-57.

LOCKS, Geraldo Augusto; PEREIRA, Josilaine. Antunes; GRAUPE, Mareli Eliane. Questão agrária e gênero: Lages, uma cidade “boa de se viver”, mas perigosa para mulheres. *In*: DAMBROS, Gabriela; RADAELLI, Idiane **Mônica; MOURAD, Leonice Aparecida de Fátima; DEGGERONE**, Zenicléia Angélia. (Orgs.). **Questões agrárias em foco II**. Ituiutaba: Barlavento, 2019. cap. 10. p. 231-255.

LÖWY, Michel. **A Estrela da Manhã**: Surrealismo e Marxismo. Tradução: Eliana Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli Eliza. Dalmazo Afonso. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

LUGONES, Mária. Rumo a um feminismo descolonial, **Estudos Feministas**, v. 22, n. 3, p. 935-952, Florianópolis, set./dez. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/QtnBjL64Xvssn9F6FHJqnbz>. Acesso em: 23 nov. 2020.

MALINOWSKI, Bronislaw. **Argonautas do Pacífico Ocidental**: Um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos Arquipélagos da Nova Guiné Melanésia. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

MANCE, Euclides André (Org.). **Como organizar redes solidárias**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

MARCON, Telmo. Movimentos sociais e educação popular no contexto das sociedades complexas: desafios políticos e epistemológicos. **Conjectura: Filosofia e Educação**, Caxias do Sul, v. 20, n. 2, p. 53-76, maio/ago. 2015. Disponível em: <http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/conjectura/issue/view/162/showToc>. Acesso em: 18 ago. 2020.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. Tradução: Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2003.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. Tradução: Luis Claudio de Castro e Costa. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

MAUSS, Marcel. **Sociologia e Antropologia**. Tradução: Paulo Neves. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.

MAY, Tim. Pesquisa documental: escavações e evidências. *In*: **Pesquisa Social**: questões, métodos e processos. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2004. cap. 8, p. 205-229.

MELLO, Marco. Perspectivas da educação popular: De Paulo Freire ao Fórum Social Mundial – Horizontes ainda que seja noite. *In*: SCHINELO, Edmilson; LESPAUPIN, Ivo; MELLO, Marco. (Orgs.). **Teologia da Libertação e Educação Popular**: Horizontes ainda que seja noite. São Leopoldo: Arte-Contexto, 2008.

MELO, Maria José Batista Bezerra de. **As relações de gênero no trabalho e na organização social e política das mulheres marisqueiras da Ribeira na Paraíba**. 2015. 229 p. Tese (Doutorado em Ciências Humanas). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/159018>. Acesso em: 08 ago. 2020.

MÉSZÁROS, István. **Marx**: a teoria da alienação. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

MÉSZÁROS, István. **O desafio e o fardo do tempo histórico**: o desafio do socialismo no século XXI. Tradução: Ana Cotrim; Vera Cotrim. São Paulo: Boitempo, 2007.

MICHAUD, Yves. **A Violência**. Tradução: L. Gracia. São Paulo: Ática, 2001

MIGNOLO, Walter D. **La Idea de América Latina**: La herida colonial y la opción decolonial. Tradução: Silvia Jawerbaum e Julieta Barba. Barcelona: Gedisa Editorial, 2007.

MILLS, Charles Wright. Sobre o artesanato intelectual. *In*: **Sobre o artesanato intelectual e outros ensaios**. Tradução: Maria Luiza Borges. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009. cap. 1, p. 21-58.

MIRANDA, Maria Rosa da Silva. **Trabalho e gênero**: a luta por direitos das mulheres na economia popular e solidária. 2017. 124 p. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas e Educação em Direitos Humanos) - Faculdade de Educação e Humanidades, Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2017. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=5651338. Acesso em: 17 set. 2020.

MORETTI, Cheron Zanini; ADAMS, Telmo. Pesquisa Participativa e Educação Popular: epistemologias do sul. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 36, n. 2, maio/ago. 2011. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/16999>. Acesso em: 03 out. 2020.

MOURA, Eliana Perez Gonçalves de; ZUCHETTI, Dinora Tereza. Educação além da escola: acolhida a outros saberes. **Cadernos Pagu**, Campinas, v. 40, n. 140, p. 629-648, mai./ago. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/XFVC9wZHQsXmyKnKsFQg39k/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 04 set. 2020.

MUNARIM, Antonio. **A Práxis dos Movimentos Sociais na Região de Lages**. 1990. 311 p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1990. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/75659>. Acesso em: ago. 2020.

MUNARIM, Antonio. **Educação e Esfera Pública na Serra Catarinense**: a experiência política do Plano Regional de Educação. Florianópolis: UFSC, 2000.

NETO, José Francisco de Melo. **Extensão Popular**. 2. ed. João Pessoa: Editora da UFPB, 2014.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao Estudo do Método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

OLIVEIRA, Gustavo Moura de. **Economia solidária na inclusão produtiva de mulheres do Programa Bolsa Família no município de Canoas, RS**: articulação política e efeitos na superação da pobreza. 2016. 119 p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2016. Disponível em: <http://repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/6213>. Acesso em: 23 ago. 2020.

OULHAJ, Leïla; GALLEGOS, Ximena. Visibilizando los vínculos entre la economía social y solidaria y la migración a través del género. *In*: OULHAJ, Leïla; GALLEGOS, Ximena (Orgs.) **Economía social y solidaria, migración y género**: hacia la búsqueda de alternativas de "desarrollo". Una reflexión interdisciplinaria desde México. Cidade do México: Universidad Iberoamericana, 2017.

PALUDO, Conceição. Verbete: Metodologia do Trabalho Popular. *In*: STRECK, Danilo, REDIN, Euclides, ZITKOSKI, Jaime José. (Orgs.) **Dicionário Paulo Freire**. 4. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018.

PEIXER, Zilma Isabel. **A cidade e seus tempos**: o processo de constituição do espaço urbano em Lages. Lages: UNIPLAC, 2000.

PEREIRA, Kelci Anne. **Economia solidária e aprendizagem dialógica**: práticas de participação e autogestão e necessidade de uma outra EJA. 2009. 315 p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2009.

PIELKE, Luciane Rocha Ferreira. **Educação em economia popular solidária**: experiências pedagógicas que libertam? 2018. 297 p. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade do vale do Rio dos Sinos - UNISINOS, São Leopoldo, 2018. Disponível em: <http://repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/6925>. Acesso em: 08 ago. 2020.

POLANY, Karl. **A grande transformação**: as origens de nossa época. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. Apresentação da edição em português. *In*: LANDER, Edgardo (Org.). **A Colonialidade do Saber**: Eurocentrismo e ciências sociais, perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005. apres. 2, p. 4-10.

PROMOTORAS Legais Populares. **Themis Justiça e Gênero**. Porto Alegre, 16 jul. 2016. Disponível em: <https://themis.org.br/fazemos/promotoras-legais-populares/>. Acesso em: 7 out. 2020.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do Poder e Classificação Social. *In*: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. (Orgs.) **Epistemologias do Sul**. Portugal: Edições Almedina S.A, 2009. cap. 2. 73-117.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do Poder, Eurocentrismo e América Latina. *In*: RAZETO, Luis. Economia de Solidariedade e Organização Popular. *In*: Gadotti, Moacir; Gutiérrez, Francisco (Orgs). Educação comunitária e economía popular. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

RESTREPO, Eduardo; ROJAS, Axel. **Inflexión decolonial**: fuentes, conceptos y cuestionamientos. Popayán: Universidade del Cuenca, 2010.

RIBEIRO, Djamil. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento Justificando, 2017

RUETHER, Rosemary Radford (Org.) **Mulheres Curando a terra**: mulheres do terceiro mundo na ecologia, no feminismo e na religião. São Paulo: Paulinas, 2000.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, Patriarcado e Violência**. 2ª. ed. São Paulo: Expressão Popular; Fundação Perseu Abramo, 2015.

SAMPAIO, Juliana; SANTOS, Gilney Costa; AGOSTINI, Marcia; SALVADOR, Anarita de Souza. Limites e potencialidades das rodas de conversa no cuidado em saúde: uma experiência com jovens no sertão Pernambucano. **Comunicação, saúde, educação**, Botucatu, v. 18, supl. 2, p. 1299-1312, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/icse/a/dGn6dRF4VHzHQJyXHNSZNND/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 20 jun. 2018.

SANTANA, Clécia Rufino de. **Educação em economia popular solidária**: o discurso educativo de incubadoras de empreendimentos solidários populares. 2012. 199 p. Tese (Doutorado em Educação) - Centro de Educação, Universidade Federal da Paraíba, Paraíba, 2012. Disponível em: https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/4752?locale=pt_BR. Acesso em: 08 ago. 2020.

SANTOS, Ana Célia de Souza. **Relações de gênero e empoderamento de mulheres**: a experiência da associação de produção "mulheres perseverantes". 2008. 165 p. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2008. Disponível em: <https://ufpi.br/dissertacoes-ppged>. Acesso em: 02 maio, 2020.

SANTOS, Boaventura de Souza. **A cruel pedagogia do vírus**. Editora: Boitempo: São Paulo, 2020.

SANTOS, Boaventura de Souza. **A difícil Democracia**: reinventar as esquerdas. São Paulo: Boitempo, 2016.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002a

SANTOS, Boaventura de Souza. Introdução geral à coleção. In: SANTOS, Boaventura de Souza (Org.). **Democratizar a democracia**: os caminhos da democracia participativa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. introd. p. 13-26.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Produzir para viver**: os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002b.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Reconhecer para libertar**: os caminhos do cosmopolitanismo multicultural. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

SANTOS, Boaventura de Souza; MARTINS, Bruno Sena. Socialismo, democracia e epistemologias do Sul. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, n. esp., p. 9-54, nov. 2018. Disponível em: <https://journals.openedition.org/rccs/7647>. Acesso em: 29 jun. 2020.

SANTOS, Cecília Macdowell; IZUMINO, Wânia Pasinato. Violência contra as Mulheres e Violência de Gênero: notas sobre estudos feministas no Brasil. **E.I.A.L - Estudos Interdisciplinares da América Latina e do Caribe**, v. 16, n. 1, p. 147-164, Tel Aviv, 2005. Disponível em: <https://nevp.usp.br/wp-content/uploads/2019/08/Cecilia-Santos-Wania-Izumino-Violencia-contra-a-mulher-e-violencia-de-genero.pdf>. Acesso em: 02 abr. 2020.

SARDENBERG, Cecilia Maria Bacellar; TAVARES, Márcia Santana. In: SARDENBERG, Cecilia Maria Bacellar; TAVARES, Márcia Santana. (Orgs.). **Violência de gênero contra mulheres**: suas diferentes faces e estratégias de enfrentamento e monitoramento. Salvador: EDUFBA, 2016. pref. p. 7-16. (Bahianas Collection). Disponível em: <https://doi.org/10.7476/9788523220167>. Acesso em: 19 set. 2020.

SCOFIELD, Gilberto. Concentração e desigualdade. **Jornal do Brasil**, 06 maio, 2018. Disponível em: <http://www.jb.com.br/cultura/noticias/2018/05/06/concentracoes-e-desigualdades/>. Acesso em: 06 maio, 2018.

SCOTT, Joan. Gênero: uma Categoria Útil de Análise Histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez., 1995. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721/40667>. Acesso em: 18 out. 2020.

SILVA, Andressa Hennig; FOSSÁ Maria Ivete Trevisan. Análise de conteúdo: exemplo de aplicação da técnica para análise de dados qualitativos. **Qualitas Revista Eletrônica**, Campina Grande, v. 17, n. 1, p. 1-14, jan./abr. 2015. Disponível em: <https://www.fepiam.am.gov.br/wp-content/uploads/2020/06/2113-7552-1-PB.pdf>. Acesso em: 12 ago. 2020.

SILVA, Cristini Bereta da; OLIVEIRA, Nucia Alexandra Silva de. Epistemologia Feminista. In: COLLING, Ana Maria; TEDESCHI, Losandro Antonio. **Dicionário Crítico de Gênero**. Dourados: Ed. UFGD, 2015. p. 203-207.

SILVA, Márcia Alves da. **Alinhavando, bordando e costurando...: possibilidades emancipatórias de trajetórias de trabalho de mulheres artesãs em uma cooperativa popular de Pelotas**. 2010. 180 p. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, São Leopoldo, 2010. Disponível em: <http://repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/2099>. Acesso em: 08 ago. 2020.

SINGER, Paul. A recente ressurreição da economia solidária no Brasil. In: SANTOS, Boaventura de Souza (Org.). **Produzir para viver: Os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002b. cap. 1. p. 81-129.

SINGER, Paul. **O capitalismo: sua evolução, sua lógica e sua dinâmica**. São Paulo: Moderna, 1987.

SINGER, Paul. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2002a; 2006.

SINGER, Paul. **Uma utopia militante**. Repensando o socialismo. Petrópolis. Vozes, 1999.

SOARES, Maria de Nazaré Moraes. **Práticas feministas de autogestão em empreendimentos formados por mulheres na Rede Economia Solidária e Feminista**. 2019. 272 p. Tese (Doutorado em Administração e Controladoria) - Faculdade de Economia, Administração, Atuária E Contabilidade, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/42325>. Acesso em: 08 ago. 2020.

SOUZA, Jessé. A Elite do Atraso: da escravidão à Lava jato. Rio de Janeiro: Leya, 2017.

STEARNs, Peter Nathaniel. **História das relações de gênero**. Tradução: Mirna Pinsky. São Paulo: Contexto, 2007.

STEDILE, João Pedro (Org.). **A questão Agrária no Brasil**: o debate na esquerda. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

STRECK, Danilo Romeu. Pesquisar é pronunciar o mundo. Notas sobre método e metodologia. *In*: BRANDÃO, Carlos Rodrigues; STRECK. Danilo Romeu (Orgs.). **Pesquisa Participante**: o saber da partilha. Aparecida: SP. Ideias e Letras, 2006.

THIOLLENT, Michel. **A inserção da pesquisa-ação no contexto da extensão universitária**. *In*: BRANDÃO, Carlos Rodrigues; STRECK. Danilo Romeu (Orgs.). **Pesquisa Participante**: o saber da partilha. Aparecida: SP. Ideias e Letras, 2006. p. 151-165.

TIRIBA, Lia. Ciência econômica e saber popular: reinvidicar o popular na economia e na educação. *In*: PICANÇO, Iracy; TIRIBA, Lia. (Orgs.). **Trabalho e educação**: arquitetos, abelhas e outros tecelões da economia popular solidária. Aparecida: Ideias & Letras, 2004.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 2011.

UMA estrutura vencedora. **Grupo Hinode**. Barueiri, 19 jan. 2018. Disponível em: <https://grupohinode.com/o-grupo-hinode>. Acesso em: 27 mar. 2021.

UNIVERSIDADE DO PLANALTO CATARINENSE. Pró-Reitora de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão. **Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI (2010 - 2018)**. Lages, 2016. Disponível em: <https://data.uniplaclages.edu.br/documentos/f6989a0f6bb67e9a0ec1517dfa952cdd.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2020.

VELHO, Gilberto. **Individualismo e cultura**: notas para uma Antropologia da Sociedade Contemporânea. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

WASELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da Violência 2012**: a Cor dos Homicídios no Brasil. Rio de Janeiro: CEBELA, FLACSO; Brasília: SEPIR/PR, 2012.

WASELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da Violência 2015**: homicídio de Mulheres no Brasil. Brasília: FLACSO, 2015.

WELLEN, Henrique. **Para a crítica da economia solidária**. São Paulo: Outras expressões, 2012.

ZAGO, Nadir. A entrevista e seu processo de construção: reflexões com base na experiência prática de pesquisa. *In*: ZAGO, Nadir; CARVALHO, Maria Pinto de.; VILELA, Rita Amélia Teixeira (Orgs.). **Itinerários de Pesquisa**: perspectivas qualitativas em sociologia da educação. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

**APÊNDICE A – Quadro sobre uma breve história das
mulheres e homens latino-americanas/os⁶⁶**

Mulheres e homens latino-americanas(os) comprometidas(os) nas/em lutas pela emancipação humana		
01	Violeta Parra (1917 – 1967) Chile	Violeta del Carmen Parra Sandoval: cantora, poeta e violinista. Sua música engajada denuncia o período de ditadura militar servindo como símbolo de insurgência e resistência. Composições como: "Gracias a la vida"; "Volver a los diecisiete"; "La carta"
02	Frida Khalo (1907 – 1954) México	Magdalena Carmen Frida Kahlo y Calderón: pintora, sua obra expressa sua própria existência através das cores fortes e traços marcantes. Sua obra expressa também o universo feminino. Era membra do Partido Comunista Mexicano. Influenciou e influencia os movimentos feministas contemporâneos.
03	José Martí (1853 – 1895) Cuba	José Julián Martí Peréz: poeta, filósofo, jornalista e político. Considerado um dos maiores pensadores latino-americano do século XIX, criou o Partido Revolucionário Cubano. José Martí foi fundamental no processo de independência cubana contra os colonizadores espanhóis. Uma inspiração para a construção de um país grande, livre e soberano em Nuestra América.
04	Marielle Franco (1979 – 2018) Brasil	Marielle Francisco da Silva: socióloga e vereadora pelo Partido Socialista e Liberdade (PSOL) no Rio de Janeiro. Mulher negra, feminista, periférica. Sempre na luta intransigente em defesa do Direitos Humanos e das pautas LGBT. Foi assassinada juntamente com seu motorista Anderson Pedro Mathias Gomes.
05	Irmãs Patria (1924 – 1960) e Minerva Mirabal (1926 – 1960) República Dominicana	Patria Mercedes Mirabal e Minerva Argentina Mirabal: as irmãs Mirabal ficaram conhecidas por se oporem ao governo ditador de Rafael Leónidas Trujillo. Foram presas e torturadas várias vezes, porém jamais deixaram de lutar contra a ditadura. Foram emboscadas e assassinadas. A morte das três irmãs (incluindo Antonia Maria Teresa Mirabal) denominadas Las Mariposas levou o povo dominicano a um despertar de consciência. Em 1999 na Assembleia das Nações Unidas (ONU) declarou que o dia 25 de novembro (dia em que foram assassinadas) é o Dia Internacional da Eliminação da Violência Contra a Mulher.

66

Este quadro foi elaborado pela autora com finalidade de atribuir codinomes aos participantes da pesquisa sendo que os dados biográficos de cada um foram extraídos de diferentes fontes.

Mulheres e homens latino-americanas(os) comprometidas(os) nas/em lutas pela emancipação humana		
06	Juana Inés (1651 – 1695) México	Sóror Juana Inés de la Cruz: escritora, poetisa barroca e religiosa católica. Considerada primeira feminista de Nuestra América. Ser mulher no século XVII e aspirar pelo conhecimento era uma tarefa árdua. Sua vida foi dedicada ao Direito de estudar.
07	Nísia Floresta (1810 – 1885) Brasil	Nísia Floresta Brasileira Augusta pseudônimo de Dionísia Gonçalves Pinto: educadora, escritora e poetisa. É considerada pioneira do feminismo no Brasil, responsável por romper os limites entre o público e o privado. Escreveu com 22 anos o livro intitulado: Direitos das Mulheres e injustiça dos homens.
08	Comandanta Ramona (1959 – 2006) México	Comandanta Ramona: Seu nome verdadeiro é desconhecido, uma das principais lideranças do Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN) juntamente com o Subcomandante Marcos em Chiapas. Referência na luta pelos direitos da mulher indígena.
09	Simón Rodríguez (1769 – 1854) Venezuela	Simón Narciso Jesús Rodríguez: educador, filósofo e político. Professor de Simón Bolívar, lutou pela independência de seu país e contra a colonização espanhola. A educação que propunha era voltada para todos e todas, já falava em educação popular e economia social.
10	Mariátegui (1894 – 1930) Perú	José Carlos Mariátegui La Chira: escritor, jornalista, sociólogo e ativista político. Pensador marxista latinoamericano. Influência política ideológica em diversos movimentos sociais e organizações de esquerda.
11	Sepé Tiaraju (1723 – 1756) Brasil	José Tiaraju: guerreiro indígena guarani, missionário rio-grandense. Liderou a rebelião contra o Tratado de Madri. Símbolo da resistência.
12	Óscar Romero (1917 – 1980) El Salvador	Óscar Arnulfo Romero Galdámez: padre católico. Denunciava as injustiças sociais, as violações de Direitos Humanos em El Salvador, adepto a não violência, era conhecido como “a voz dos sem voz”. Foi assassinado pelo exército salvadorenho enquanto rezava a missa.

Fonte: elaborado pela autora, 2020.

SOBRE A AUTORA

Josilaine Antunes Pereira

Doutora em Educação. Doutorado Sanduíche na Universidade de Coimbra, Coimbra/Portugal. Mestra em Educação. Graduada em Pedagogia. Especialista em Prática Escolar Numa Visão Psicopedagógica. Especialista em Movimentos Sociais, Organizações Populares e Democracia Participativa. Docente no Programa de Pós-Graduação Mestrado em Educação da Universidade do Planalto Catarinense – UNIPLAC. Líder do grupo de pesquisa em Educação e Desenvolvimento Territorial: políticas e práticas (GEETER). Integra a equipe da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP/UNIPLAC).

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/6632644658092786>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9990-0919>

E-mail: antunesjo@uniplaclages.edu.br

www.PIMENTACULTURAL.com

ECONOMIA SOLIDÁRIA E EMANCIPAÇÃO SOCIAL

uma estratégia
educativa
de enfrentamento
às violências
de gênero
contra as mulheres
na Região Serrana
de Santa Catarina

